

A HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

ROBERT HEILBRONER

**A HISTÓRIA DO
PENSAMENTO ECONÔMICO**

Fundador
VICTOR CIVITA
(1907 - 1990)



Editora Nova Cultural Ltda.

Copyright © desta edição 1996, Círculo do Livro Ltda.

Rua Paes Leme, 524 - 10º andar
CEP 05424-010 - São Paulo - SP

Tradução publicada sob licença da Simon & Schuster.
Todos os direitos reservados., incluindo o direito de
reprodução no todo ou em partes.

Título original: The Wordly Philosophers - Robert L. Heilbroner
Copyright © 1953, 1972, 1980, 1992
Direitos de tradução: Círculo do Livro Ltda.

Tradução: Therezinha M. Deutsch
Sylvio Deutsch

Consultoria: Paulo Sandroni

Impressão e acabamento:
DONNELLEY COCHRANE GRÁFICA E EDITORA BRASIL LTDA.
DIVISÃO CÍRCULO - FONE (55 11) 4191-4633

ISBN 85-351-0810-6

Robert L. Heilbroner vem estudando os grandes economistas desde que foi apresentado a eles na Universidade de Harvard, em 1936. Formou-se *summa cum laude* e Phi Beta Kappa; passou a praticar economia no governo, em negócios e completou os estudos de graduação na New School for Social Research. *Os Filósofos Profanos*, agora na sexta edição, foi seu primeiro livro e alcançou sucesso imediato assim que foi publicado, em 1953. Desde então, foi traduzido para doze idiomas e tornou-se a introdução padrão da economia em muitas faculdades e universidades. Entre seus outros livros incluem-se *The Future as History* (1959), *The Great Ascent* (1963), *An Inquiry into the Human Prospect* (1975), *Business Civilization in Decline* (Penguin 1977) e *The Nature and Logic of Capitalism*. O dr. Heilbroner é professor de Economia de Norman Thomas na New School for Social Research, em Nova York, e fez conferências para numerosas audiências do governo e de universidades. Escreve para o jornal *New Yorker*. É casado e mora na cidade de Nova York.

**AS VIDAS, ÉPOCAS E IDÉIAS
DOS MAIORES PENSADORES
ECONÔMICOS**

SEXTA EDIÇÃO

Aos meus mestres

PREFÁCIO DA SEXTA EDIÇÃO

Esta é a sexta edição revisada do livro que escrevi há trinta e quatro anos. Ela torna *Os Filósofos Profanos*, em suas várias edições, mais velho do que eu era quando o escrevi. O imprevisto rumo e a vida longa assumida por esta aventura, empreendida quando eu ainda era um estudante fazendo o curso de graduação, servem como desculpa para contar sua história antes de dizer algumas palavras a respeito das mudanças que foram feitas nesta sexta edição.

Enquanto prosseguia meus estudos, no início dos anos 50, eu ganhava para viver trabalhando como escritor *free-lance* e me aventurava bastante longe da economia quando a necessidade exigia ou uma boa ocasião se apresentava. Como resultado da impressão causada por um ou outro trabalho, Joseph Barnes, o editor-chefe da Simon & Schuster, convidou-me para almoçar, a fim de conversarmos sobre várias idéias a respeito de livros. Nenhuma delas me pareceu muito boa, a conversa já havia ficado desanimada quando a sobremesa chegou, e compreendi que aquele primeiro almoço com o meu editor não iria resultar em contrato para escrever um livro. Barnes, no entanto, não desistia facilmente. Começou a me perguntar sobre o meu curso de graduação na *New School for Social Research* e me vi falando com entusiasmo sobre um seminário a respeito de Adam Smith que eu fazia sob a inspirada orientação de Adolph Lowe, sobre quem o leitor irá saber mais no decorrer deste livro. Antes da sobremesa nós dois sabíamos que eu tinha encontrado o tema para o meu livro. Na primeira ocasião, assim que a aula terminou, apressei-me a falar ao professor Lowe sobre minha intenção de escrever um livro que focalizasse a evolução do pensamento econômico.

Exemplo típico do mestre alemão em sua melhor fase, Lowe irritou-se:

— Você não pode fazer isso! — declarou, com firmeza professoral.

Mas eu tinha a forte convicção de que *podia* fazê-lo, convicção essa nascida, como escrevi em algum lugar, da necessária combinação de confiança e ignorância que apenas um estudante pode ter. Entre trabalhos *free-lances* e os estudos, produzi os três primeiros capítulos e, um tanto ansioso, mostrei-os ao professor Lowe. Depois de os ter lido, esse homem notável (que hoje está em sua décima década e ainda é meu mais veemente e severo crítico) disse:

— Você *tem* que fazer isso!

E eu fiz, com a ajuda dele.

Uma vez escrito o livro, era preciso encontrar um título. Eu sabia que a palavra “economia” seria mortal, impediria até o mínimo sucesso de venda, então espremi o cérebro em busca de uma boa substituta. E aconteceu um segundo e crucial almoço com Frederick Lewis Allen, editor da revista *Harper's*, a quem forneci uma série de trechos; ele foi extraordinariamente gentil e prestativo. Conte-lhe sobre minha dificuldade com o título e disse-lhe que estava pensando em dar ao livro o nome *The Money Philosophers* (Os Filósofos do Dinheiro), se bem que “dinheiro” não fosse bem a palavra exata que eu queria.

— Você quer dizer *worldly* (profano) — sugeriu ele.

— O almoço é por minha conta! — garanti.

Meus editores não ficaram tão contentes como eu fiquei com esse título, e depois que, para grande surpresa de todos, o livro vendeu bem, propuseram que mudássemos o título para *The Great Economists* (Os Grandes Economistas). Felizmente isso não aconteceu. Talvez eles achassem que o público não seria capaz de lidar com a palavra “worldly”, que iria aparecer escrita “wordly” em milhares de trabalhos e provas de estudantes ou talvez previssem confusões como uma que me contaram, muitos anos depois. Um estudante pediu na biblioteca de sua escola um livro de um autor de quem esquecera o nome, mas o título era, pelo que se lembrava, *A World Full of Lobsters* [Um Mundo Repleto de Lagostas]¹.

Com o passar dos anos, *The Worldly Philosophers* (Os Filósofos Profanos) vendeu mais exemplares do que eu havia imaginado ser possível e induziu, segundo fui informado, dezenas de milhares de insuspeitadas vítimas a fazerem o curso de economia. Não posso responder pelo sofrimento que essas vítimas tiveram em conse-

1 Trata-se de um jogo de palavras. O título (trocadilho) *The Wordly Philosophers* pode ter uma pronúncia parecida para um estudante desavisado com *A World Full of Lobsters* (N. do E.)

quência, mas tive o prazer de ouvir afirmarem que seu interesse por essa matéria foi despertado pela visão da economia que o livro oferece.

Esta edição difere das anteriores em três aspectos. O primeiro é que, como antes, ler suas páginas com novos olhos deu-me a oportunidade de retificar aqueles erros que ocorrem inapelavelmente nos originais ou que são revelados por estudos e pesquisas realizados depois da publicação. Foi uma oportunidade, também, de rever e alterar ênfases e interpretações que refletiam apenas minha visão influenciada pelo envolvimento. Essas mudanças são pequenas, percebidas apenas por estudiosos do tema e não eram por si só suficientes para justificar uma nova edição. Nesta revisão mais recente, foi possível incluir algumas referências ao colapso do comunismo soviético, ainda iminente quando a sexta edição foi para o prelo.

A segunda modificação é mais importante. Quando *Os Filósofos Profanos* foi publicado pela primeira vez, John Kenneth Galbraith acolheu-o com a mais generosa das reações, mas apontou duas pequenas imperfeições. A primeira era a ausência de pelo menos uma menção a Alfred Marshall, o grande economista vitoriano. Essa omissão foi imediatamente remediada. A segunda imperfeição era a ausência de algumas notas de pé de página que haviam sido deixadas fora pelo temor de assustar e afugentar leitores. Galbraith tinha razão nas duas restrições que fez, mas eu relutava em modificar o nível de apresentação do livro que obtivera tão grande aceitação. No entanto, não tive sossego por causa da ausência de citações de apoio e, afinal, nesta edição fiz as pazes com minha consciência na forma de notas reunidas no fim do livro. Devo acrescentar que as anotações das pesquisas com base nas quais o texto original foi escrito desapareceram há muito tempo; por isso, para citar as fontes nas notas, elas tiveram de ser procuradas em parte na memória, em parte na erudição e boa vontade do dr. Jaspal Chatha, a quem devo muito. Houve alguns pontos em que todos os esforços fracassaram; eu os identifiquei nas notas.

O mais importante de tudo, ao lado do entusiasmo colocado na produção desta edição revisada, era o desejo de considerar novamente o tema básico nos capítulos finais. Para isso eu tive de lidar, antes de mais nada, com uma larga escala de visões, esperanças e presságios dos economistas modernos. Como havia descoberto nas cinco edições anteriores, nenhum dos prognósticos gerais tinha se concretizado perfeitamente, testemunhando assim tanto

a mudança institucional da realidade do sistema quanto o fracasso da ciência econômica moderna em ir adiante com uma imposição taxativa sobre a lógica econômica de nossa presente situação histórica.

Mais do que tentar visualizar um outro cenário no futuro, decidi mudar os últimos capítulos de maneira a enfatizar a natureza fundamental da pesquisa econômica em si mesma. Confio que esta nova ênfase irá interessar meus leitores levando-os a pensar sobre a economia como uma forma de investigação social que penetra mais profundamente do que as narrativas dramáticas dos filósofos profanos. A economia é um capítulo cada vez mais importante na história do auto-entendimento humano sobre seus próprios direitos, mas não é um capítulo que se sustenta sozinho. O maior fascínio da filosofia econômica reside em que suas complexas análises de ganhos e perdas são os veículos para dramas muito mais profundos — significados morais, contestações do poder e, em um nível muito profundo, as definitivas tensões dos vínculos sociais. O que talvez seja mais surpreendente na História do pensamento econômico é que nem seus autores nem suas audiências deles costumam ter consciência dos aspectos fundamentais da investigação que eles estão realizando.

Mas isso tudo está por ser demonstrado. Deixe-me concluir este cumprimento muito pessoal agradecendo aos meus leitores, principalmente estudantes e mestres, que foram atenciosos o bastante para me enviar comentários de correção, discordância ou aprovação, todos igualmente bem-vindos, e expressar minha esperança de que *Os Filósofos Profanos* continue abrindo os horizontes da economia para leitores que pretendam tornar-se pescadores de lagostas ou editores, assim como para aqueles corações valentes que decidam ser economistas.

Robert L. Heilbroner

I

INTRODUÇÃO

Este é um livro sobre um punhado de homens que têm um curioso direito à fama. Segundo as regras dos livros de História de um colegial, esses homens nunca existiram: não comandaram exércitos, não enviaram homens para a morte, não construíram impérios e tiveram pouco a ver com os tipos de decisões que fazem a História. Alguns deles conseguiram certo renome, mas nenhum se tornou herói nacional; outros poucos foram claramente ofendidos, mas nenhum foi apontado como criminoso nacional. No entanto, o que eles fizeram foi mais decisivo para a História do que muitas ações de estadistas que foram envoltos em cintilante glória, pois, na maioria das vezes, perturbaram muito mais do que o ir e vir de exércitos de uma fronteira para outra, e tiveram mais poderes para o bem e para o mal do que os éditos de reis e de legisladores. Isso porque eles moldaram e agitaram as mentes dos homens.

E como quem consegue atingir a mente do homem detém um poder maior do que o da espada e o do cetro, esses homens moldaram e agitaram o mundo. Poucos deles nem sequer ergueram um dedo em ação; na maior parte, trabalharam como estudiosos — quietamente, despercebidos e sem dar muita importância ao que o mundo tinha a dizer a seu respeito. Mas, em seu rastro, deixaram impérios abalados e continentes arrasados; fortaleceram e solaparam regimes políticos; colocaram classes contra classes e até mesmo nações contra nações — não com intrigas maldosas, mas com o extraordinário poder de suas idéias.

Quem foram esses homens? Nós os conhecemos como Grandes Economistas, mas é estranho como sabemos pouco a respeito deles. É de pensar que em um mundo dilacerado por problemas econô-

micos, um mundo que se preocupa constantemente com interesses econômicos e fala em resultados econômicos, os grandes economistas deveriam ser tão familiares quanto os grandes filósofos e estadistas. No entanto, são apenas sombras no passado e os temas que eles debateram tão apaixonadamente são olhados com uma espécie de respeito distante. A economia, disseram, é inegavelmente importante, mas fria e difícil, portanto é melhor deixá-la para aqueles que se sentem em casa nas obscuras paragens do pensamento.

Nada pode estar mais longe da verdade do que isso. Um homem que considera a economia apenas como tema impors do mercado não apenas são essenciais para que se entenda o mundo de Adam Smith, como também fundamentam o mundo muito diferente de Karl Marx e o mundo mais diferente ainda no qual vivemos hoje em dia. Desde que todos estamos, conscientes disso ou não, sob a soberania dessas leis, compete a nós examiná-las com o maior cuidado.

As leis do mercado de Adam Smith são basicamente simples. Elas nos dizem que a influência de certo tipo de costume em determinada estrutura social pode trazer resultados perfeitamente para as nossas vidas de trabalho diário; as experiências que eles fizeram não podiam, como as dos cientistas, ser efetuadas no isolamento de um laboratório. As noções dos grandes economistas foram de abalar o mundo, e seus erros podiam ser no mínimo calamitosos.

“As idéias dos economistas e dos filósofos políticos”,¹ escreveu lord Keynes, ele mesmo um grande economista, “tanto quando estão certas ou quando estão erradas, são mais poderosas do que se pensa. Sem dúvida, o mundo é governado por pouco mais do que isso. Os homens práticos, que se acreditam imunes a qualquer influência intelectual, geralmente são escravos de algum economista já falecido. Os líderes loucos, que ouvem vozes vindas do ar, destilam sua exaltação de algum escrevinhador acadêmico de alguns anos atrás. Tenho certeza de que o poder de capitais investidos é enormemente exagerado em comparação com a gradual usurpação de idéias.”

Na verdade, nem todos os economistas foram titãs. Milhares deles escreveram textos, alguns sendo verdadeiros monumentos à estupidez, e exploraram minúcias com o zelo de estudiosos medievais. Se hoje em dia a economia tem pouco *glamour*, se ainda lhe falta a sensação de empolgante aventura, não se pode culpar a ninguém mais a não ser seus próprios praticantes. Pois os grandes economistas não foram meros intelectuais trapalhões. Eles tomaram o mundo inteiro como tema e retrataram esse mundo em dúzias de situações importantes — de fome, de desespero, de esperança.

A evolução de suas opiniões heréticas como senso comum e a revelação do senso comum como superstições constituem nada menos do que a construção gradual da arquitetura intelectual de grande parte da vida contemporânea.

É muito difícil imaginar um grupo mais heterogêneo de homens aparentemente tão pouco determinados a remodelar o mundo.

Havia entre eles um filósofo e um demente, um clérigo e um corretor de valores, um revolucionário e um nobre, um esteta, um cético e um vagabundo. Eram de todas as nacionalidades, de todos os níveis sociais, de todos os tipos de temperamento. Alguns eram brilhantes, outros eram maçantes; alguns agradáveis, outros insuportáveis. Pelo menos três deles amealharam as próprias fortunas, mas, como tantos, jamais conseguiram dominar a mais elementar economia de suas finanças pessoais. Dois eram importantes homens de negócios, um jamais passou de caixeiro-viajante, outro dissipou sua fortuna.

Seus pontos de vista em relação ao mundo eram tão variados quanto suas fortunas — nunca existiu um grupo de pensadores tão briguentos. Um deles era um perpétuo advogado dos direitos femininos; outro insistia em que as mulheres eram evidentemente inferiores aos homens. Um garantia que os “cavalheiros” eram apenas bárbaros disfarçados, enquanto outro afirmava que os que não eram cavalheiros eram selvagens. Um deles — que era muito rico — exigia a abolição dos ricos; outro — inteiramente pobre — reprovava a caridade. Vários deles garantiam que, mesmo com todos os seus defeitos, este era o melhor mundo possível; vários outros devotaram suas vidas para provar que não era.

Todos eles escreveram livros e nunca se viu biblioteca mais variada. Um ou dois escreveram *best sellers* que chegaram até as enlameadas cabanas da Ásia; outros tiveram que pagar para ver seus obscuros trabalhos publicados e jamais atingiram público maior do que os mais restritos círculos. Poucos escreveram numa linguagem que acelerou a pulsação de milhões; outros — não menos importantes para o mundo — escreveram numa prosa que confunde o cérebro.

Não eram as personalidades, as profissões, as tendências, nem mesmo as idéias o que mantinham esses homens unidos. O denominador comum entre eles era algo mais: uma curiosidade comum. Todos eram fascinados pelo mundo ao seu redor, por sua complexidade e sua aparente desordem, pela crueldade que tantas vezes

se mascara de hipocrisia e pelo sucesso do qual muitos nem sequer se davam conta. Todos eram absorvidos pelo comportamento de seu companheiro homem, primeiro pelo modo que ele criava a riqueza, depois pelo modo que ele passava por cima do vizinho a fim de se apoderar do seu quinhão.

Eis por que eles podem ser chamados de filósofos profanos, pois buscavam encerrar em um esquema de filosofia a mais profana das atividades humanas — a luta pela riqueza. Talvez essa não seja a mais elegante espécie de filosofia, mas nem por isso deixa de ser a mais intrigante e a mais importante. Quem pode pensar em exigir Ordem e Planejamento em uma família paupérrima ou num especulador à beira da ruína? Ou esperar respeito a Leis e Princípios de uma multidão marchando nas ruas ou de um quitandeiro sorrindo para seus fregueses? No entanto, foi a fé dos grandes economistas, que pareciam nada ter em comum entre si, que pôde ser tecida numa só tapeçaria na qual — observada a suficiente distância — o mundo triturador podia ser visto em ordeira progressão e o tumulto apresentava-se resolvido em harmonia.

Sem dúvida, tratava-se de uma fé imensa! Contudo, por mais espantoso que pareça, ela se mostrou justificada. Uma vez que os economistas tinham conseguido desfraldar seus modelos diante dos olhos das gerações, o indigente e o especulador, o quitandeiro e a multidão deixaram de ser atores incongruentes que se haviam, inexplicavelmente, encontrado reunidos num mesmo palco; cada qual compreendeu que, achasse agradável ou não, tinha de representar um papel que era essencial para a continuidade do drama humano em si. Quando os economistas assumiram seus papéis, o que até então havia sido uma rotina ou um mundo caótico tornou-se uma sociedade organizada, com sua própria vida significativamente histórica.

É nessa busca pela ordem e pelo significado da história social que se encontra a alma da economia. É, também, o tema central deste livro. Não estamos empreendendo uma trajetória de análise dos princípios, mas sim uma viagem através da história formadora de idéias. No nosso caminho, não vamos encontrar apenas pedagogos, mas também muitos indigentes, muitos especuladores, pessoas arruinadas e pessoas triunfantes, turbas e, aqui e ali, comerciantes. Teremos que recuar a fim de redescobrir as raízes da nossa própria sociedade na confusão dos padrões sociais que os grandes economistas discerniram, e, assim fazendo, poderemos chegar a conhecer os grandes economistas em si mesmos — não apenas por-

que a personalidade deles em geral fosse pitoresca, mas sim porque suas idéias exibiam o perfil de quem as produzia.

Seria conveniente se começássemos diretamente com o primeiro dos grandes economistas — o próprio Adam Smith. Mas Adam Smith viveu no tempo da Revolução Americana e temos que levar em conta o fato impressionante de que seis mil anos de História já se passaram e nenhum filósofo *profano* dominou a cena até agora. Um fato estranho: o homem está às voltas com o problema econômico desde antes do tempo dos faraós e nesses séculos produziu cientistas, pensadores políticos, historiadores, artistas às dúzias, estadistas às centenas. Por quê, então, não apareceram economistas?

Vamos precisar de um capítulo para descobrir. Enquanto não tivermos investigado a natureza de um mundo mais antigo e mais duradouro do que o nosso — um mundo em que um economista teria sido não só desnecessário, mas também impossível —, não poderemos chegar ao estágio em que os grandes economistas ocuparam seus lugares. Nossa maior preocupação será o punhado de homens que viveram nos dois últimos séculos. Primeiro, no entanto, precisamos compreender o mundo que precedeu a entrada deles em cena e temos que considerar que o velho mundo deu origem à idade moderna — a idade dos economistas — entre a sublevação e a agonia de uma revolução mais importante.

II

A REVOLUÇÃO ECONÔMICA

Desde que desceu das árvores, o homem encarou o problema da sobrevivência, não como indivíduo, mas como membro de um grupo social. A continuidade de sua existência é testemunho de que ele conseguiu resolver o problema; mas a continuidade também da carência e da miséria, até mesmo nas mais ricas nações, é evidência de que essa solução foi, no mínimo, parcial.

No entanto, o homem não pode ser severamente censurado por seu fracasso em construir um paraíso na Terra. É difícil arrancar um meio de vida da superfície deste planeta. A imaginação se confunde quando se tenta pensar nos intermináveis esforços que devem ter sido despendidos nas primeiras domesticações de animais, na descoberta de sementes para plantio, no primeiro trabalho de extração de minério. Na verdade, o homem só conseguiu perpetuar-se por ser uma criatura socialmente cooperativa.

Mas justamente o fato de o homem depender de seu semelhante tornou o problema da sobrevivência extraordinariamente complicado. O homem não é uma formiga, convenientemente equipada com instintos sociais já ao nascer. Ao contrário, ele parece fortemente inclinado a ter uma natureza egocêntrica. Se suas forças físicas, relativamente fracas, o forçam a procurar cooperação, seus impulsos íntimos ameaçam o tempo todo romper o trabalho em conjunto com seus companheiros.

Na sociedade primitiva, a batalha entre o egocentrismo e a cooperação é resolvida pelo meio ambiente; quando o espectro da morte pela inanição vive encarando uma comunidade de frente — como a dos esquimós —, a pura necessidade de assegurar a própria existência impele a sociedade a uma complementação cooperativa

dos trabalhos diários. Sob condições menos severas, dizem-nos os antropólogos, homens e mulheres realizam suas obrigações regulares sob a poderosa orientação das universalmente aceitas normas de parentesco e reciprocidade: em seu maravilhoso livro sobre os bosquímanos da África, Elizabeth Marshall Thomas¹ descreve como um órix é dividido entre parentes e parentes dos parentes até que, no fim, “ninguém come mais do que os outros”. Mas essa pressão tangível do meio ambiente ou essa rede de obrigações sociais não existe nas comunidades desenvolvidas. Quando homens e mulheres não lutam ombro a ombro, empenhados em tarefas diretamente ligadas à sobrevivência — sem dúvida quando dois terços da população jamais toca na terra, penetra em minas, constrói com as próprias mãos, entra em uma fábrica — ou quando reclamam que a união entre parentes desapareceu, a perpetuação do animal humano torna-se uma notável proeza social.

É mais notável ainda se a existência da sociedade pender por um fio de cabelo. Uma comunidade moderna encontra-se à mercê de milhares de perigos: seus fazendeiros podem não produzir colheitas suficientes, seus ferroviários podem enfiar na cabeça de se tornar guarda-livros ou seus guarda-livros podem resolver tornar-se ferroviários; se poucos puderem oferecer seus préstimos como mineiros, como peritos na pudlagem do aço, como candidatos a vários cursos de engenharia — em uma palavra, se algumas das milhares das entrelaçadas tarefas a serem desempenhadas pela sociedade não forem realizadas —, a vida industrial se tornará desesperadamente desorganizada. A cada dia a comunidade encara a possibilidade de um colapso — não das forças da natureza, mas dos imprevisíveis desvios humanos.

Ao longo dos séculos o homem encontrou apenas três caminhos para evitar essa calamidade.

Assegurou sua continuidade organizando a sociedade em torno de tradição, transmitindo as várias e necessárias tarefas de geração a geração, de acordo com os usos e costumes: os filhos substituem os pais, e, assim, o padrão foi sendo preservado. “No antigo Egito”, diz Adam Smith, “por um princípio religioso, todo homem era levado a desempenhar a mesma ocupação que seu pai, e cometeria o mais terrível sacrilégio se mudasse para outra”.² Da mesma maneira, até bem recentemente, na Índia, algumas ocupações eram tradicionalmente atribuídas de acordo com as castas; de fato, em boa

parte do mundo não industrializado cada qual nasce para uma determinada tarefa.

Pois bem, a sociedade pode resolver o problema de maneira diferente. Pode usar o chicote das regras autoritárias para garantir que as tarefas sejam realizadas. As pirâmides do antigo Egito não foram construídas porque um empreiteiro empreendedor enfiou na cabeça que iria construí-las, nem os Planos Qüinqüenais da União Soviética foram feitos porque concordavam por acaso com o costume do toma-lá-dá-cá ou do interesse individual. Tanto a União Soviética quanto o Egito eram sociedades autoritárias; política à parte, eles asseguravam a sobrevivência *econômica* por meio dos decretos de uma autoridade e por castigos que a suprema autoridade aplicava em cada caso.

Por incontáveis séculos o homem lidou com o problema da sobrevivência de acordo com uma ou outra dessas soluções. Quer o problema fosse resolvido por tradição, quer por imposição, jamais chegou a esse campo especial de estudos denominado “economia”. Se bem que as sociedades da História tenham demonstrado a mais surpreendente diversidade econômica, se bem que tenham tido exaltados reis e comissários, que hajam usado bacalhau seco e pedras como dinheiro, se bem que tenham distribuído seus bens de acordo com os padrões comunitários mais simples ou da maneira mais altamente ritualista, desde que se regessem por costumes ou imposições, não precisavam de economistas para tornar esse problema compreensível. De teólogos, teóricos políticos, estadistas, filósofos, historiadores, sim — no entanto, por mais estranho que pareça, de economistas não.

Aos economistas caberia a descoberta de uma terceira solução para o problema da sobrevivência. Eles aguardavam o desenvolvimento de um surpreendente arranjo no qual a sociedade asseguraria sua própria continuidade deixando cada indivíduo fazer o que achasse conveniente para ele — desde que obedecesse à regra principal de orientação. O arranjo foi denominado “sistema de mercado” e a regra era de uma simplicidade decepcionante: cada qual pode fazer o que lhe for mais vantajoso monetariamente. No sistema de mercado, o que orientava cada qual à sua obrigação era o fascínio do lucro, não a força da tradição ou o chicote da autoridade. No entanto, se bem que cada um fosse livre para deixar que seu experiente nariz o dirigisse, a ação constante das pessoas umas contra as outras resultou na necessária tarefa de orientação da sociedade.

Foi essa paradoxal, sutil e difícil solução para o problema da

sobrevivência que exigiu o surgimento dos economistas. Pois, ao contrário da simplicidade dos costumes e do comando, não era totalmente óbvio que se cada pessoa se preocupasse apenas com o próprio ganho a sociedade poderia subsistir. Também não estava muito claro que todos os trabalhos sociais — tanto os sujos quanto os refinados — tinham que ser feitos mesmo que os costumes e o comando já não regessem o mundo. Quando uma sociedade não mais obedece à regra imposta, quem poderá dizer como as coisas irão terminar?

Caberia aos economistas esclarecer esse enigma. Mas até que a idéia do sistema de mercado em si mesma ganhasse aceitação, não havia qualquer enigma a esclarecer. E até poucos séculos atrás, nem todos os homens ainda tinham certeza de que o sistema de mercado era viável sem suspeitas, desgostos e desconfianças. O mundo avançara durante séculos pelo confortável caminho da tradição e da imposição; para abandonar essa segurança pelas desconcertantes operações do sistema de mercado, fazia-se necessária uma espécie de revolução.

Do ponto de vista da moldagem da sociedade moderna, foi a mais importante revolução que se instalou — pelo menos foi, fundamentalmente, mais perturbadora do que as revoluções francesa, americana e até mesmo a russa. Para avaliar sua magnitude, para entender o violento abalo que ela provocou na sociedade, temos de mergulhar naquele distante e esquecido mundo no qual a nossa sociedade se originou. Só assim poderá ficar claro por que os economistas tiveram de esperar tanto tempo.

Primeira parada: França, 1305.³

Estamos visitando uma feira. Os mercadores viajantes chegaram nesta manhã, com seus guardas armados, montaram suas tendas alegremente coloridas, comerciavam entre si e com a população local. Uma variedade de exóticas mercadorias está à venda: sedas e tafetás, especiarias e perfumes, couros e peles. Algumas vieram do Oriente, outras da Escandinávia, outras, ainda, de algumas centenas de quilômetros de distância. Entre a população comum, lordes e *ladies* entram nas barracas, empenhados em aliviar o tédio de suas aborrecidas, incolores e senhoriais vidas; bem depressa vão adquirindo, juntamente com todas as estranhas mercadorias da Arábia, novas palavras vindas daquela terra incrivelmente longínqua, tais como divã, xarope, tarifa, alcachofra, espinafre, jarra.

Mas no interior das tendas deparamos com uma estranha cena. Livros de comércio abertos sobre as mesas, muitas vezes não

passam de simples cadernos de anotações; exemplo das anotações de um mercador: “Um homem de Whitsuntide deve dez florins. Esqueci o nome dele.”⁴ Os cálculos são feitos quase sempre em algarismos romanos e geralmente as somas saem erradas; a divisão é encarada como um mistério e o uso do zero ainda não foi claramente entendido. E para maior espalhamento da exposição e excitação do povo, a feira é pequena. A quantidade total de mercadorias que chegam à França durante um ano, pela Passagem de Saint Gothard⁵ (a primeira ponte suspensa da História), não encheria um moderno trem de carga; a quantidade total de mercadorias transportadas pela grande frota veneziana não encheria um navio cargueiro moderno.

Nova parada: Alemanha, fins de 1550.

Andreas Ryff⁶, um mercador barbudo e vestido em couro, está voltando para a sua casa em Baden; numa carta que escreve à esposa conta que visitou trinta feiras e que é perturbado por abraços provocados pela sela. Porém, perturba-se mais ainda com os prejuízos daqueles tempos; durante a viagem é parado a mais ou menos cada dezesseis quilômetros, com a finalidade de pagar pedágio; entre Basle e Colônia paga trinta e um tributos.

E isso não é tudo. Cada comunidade que visita tem seu próprio dinheiro, suas normas e regulamentos, suas próprias leis e organização. Só na região ao redor de Baden⁷ há 112 medidas de comprimento diferentes, 92 medidas quadradas diferentes, 65 medidas diferentes para secos, 163 medidas diferentes para cereais, 123 medidas diferentes para líquidos, 63 medidas especiais para bebidas e 80 tipos de pesos diferentes denominados libras.

Vamos adiante: estamos em Boston, 1639.⁸

Está havendo um julgamento; um tal de Robert Keayne, “um velho professor de Evangelho, um homem de admiráveis talentos, rico e com um só filho, tendo passado por cima do amor à consciência e do conhecimento do Evangelho” é acusado de crime hediondo: teve mais de seis pence de lucro sobre um xelim, ganhou esse considerado ultrajante. A corte debate se deve excomungá-lo pelo pecado cometido, mas, em vista de seu passado sem manchas, finalmente se abrande e lhe dá a liberdade com uma multa de duzentas libras. Mas o pobre sr. Keayne fica tão transtornado que se apresenta diante dos mais velhos da Igreja e “entre lágrimas, exhibe seu coração corrupto e ganancioso”. O ministro de Boston não consegue resistir a esta preciosa oportunidade para apontar a imagem viva de um obstinado pecador e usa a avareza de Keayne como

tema no retumbante sermão de domingo sobre falsos princípios de comércio, dos quais dá vários exemplos. Entre eles estavam estes:

“I. Um homem deve vender o mais caro que puder e comprar o mais barato que puder.

“II. Se um homem, por casualidade, perder parte de sua mercadoria no mar, etc., pode subir o preço do restante.

“III. Ele pode vender como comprou, desde que seja também caro...

Tudo falso, falso, falso, grita o ministro; ir em busca da riqueza pelo interesse na própria riqueza é cair no pecado da avareza.

Voltamos para a Inglaterra e para a França.

Na Inglaterra, uma grande organização comercial, a *The Merchant Adventurers Company*,⁹ elaborou os estatutos de uma corporação; entre eles há regras para os comerciantes associados: nada de linguagem indecente, de brigas entre irmãos, de jogos de baralho, de vigilantes cães de caça. Ninguém carrega trouxas horríveis pelas ruas. Sem dúvida, é uma estranha empresa de negócios; mais parece uma república fraternal.

Na França, a recente indústria de tecidos também tem tomado muitas iniciativas ultimamente e um *règlement* é promulgado por Colbert em 1666 para acabar com essa perigosa e destruidora tendência. No entanto, os tecidos de Dijon e Selangey¹⁰ contêm, nada mais nada menos, 1.408 fios incluindo as ourelas. Em Auxerre, Avalon e duas outras cidades industriais, os fios eram 1.376; em Châtillon, 1.216. Toda roupa considerada sujeita a objeções é exposta ao ridículo. Caso seja objetada três vezes, o comerciante também é exposto ao ridículo.

Há algumas coisas em comum entre todos estes fragmentos esparsos dos mundos antigos. São elas: primeiro, a idéia da propriedade (para não dizer necessidade) de um sistema organizado com base no *ganho pessoal* ainda não criou raízes; segundo, um mundo econômico isolado, auto-suficiente, ainda não surgiu com seu próprio contexto social. O mundo dos negócios práticos está inextricavelmente misturado com o mundo da vida política, social e religiosa. Até que esses dois mundos se separem, nada haverá que se pareça com o ritmo e o aspecto da vida moderna. E para que os dois se separem será preciso que aconteça uma longa e amarga batalha.

Pode nos parecer esquisito que a idéia de lucro seja relativamente

moderna; fomos ensinados a acreditar que o homem é uma criatura essencialmente aquisitiva e que, deixada por conta própria, ela irá agir como qualquer comerciante respeitado agiria. A motivação-lucro, dizem-nos constantemente, é tão velha quanto o próprio homem.

Mas não é. A motivação-lucro como a conhecemos é tão velha quanto o “homem moderno”. Mesmo hoje a noção de lucro pelo próprio lucro é estranha para uma grande parte da população do mundo e tornou-se notável pela ausência na maior parte da História registrada. Sir William Petty, admirável personagem do século dezessete (que foi taifeiro, vendedor ambulante, fabricante de roupas, médico, professor de música e fundador de uma escola denominada *Political Arithmetick*), afirmava que quando os salários eram bons, o trabalho era “insuficiente para todos, e eles eram tão preguiçosos que trabalhavam apenas o suficiente para comer ou então para beber”.¹¹ E sir William não estava apenas expressando os preconceitos burgueses daquele tempo. Observava um fato que ainda pode ser notado entre os povos não industrializados do mundo: uma força de trabalho não habituada ao trabalho assalariado, que desconhece a vida de fábricas, que é indisciplinada e alheia à idéia de contínua elevação do nível de vida, não irá produzir melhor se o salário subir; simplesmente, passará mais tempo de folga. A idéia do ganho, a idéia de que cada trabalhador ou trabalhadora não apenas pode, mas deve melhorar constantemente sua vida material, é uma idéia completamente estranha às grandes classes baixa e média das culturas medieval, egípcia, grega e romana, emergindo apenas durante a época do Renascimento, da Reforma e mantendo-se amplamente ausente na maioria das civilizações orientais. Como uma onipresente característica da sociedade, ela é uma invenção tão moderna quanto a imprensa.

Não só a idéia de lucro não é tão universal como às vezes supomos, como também a sanção social do lucro tem um desenvolvimento ainda mais moderno e restrito. Na Idade Média, a Igreja ensinava que não era cristão ser mercador, e por trás desse ensinamento havia uma perturbadora fermentação na sociedade. No tempo de Shakespeare, o objetivo da vida para o cidadão comum, para todos de fato menos para a nobreza, não era melhorar a situação de vida, mas sim apenas mantê-la. Mesmo para os nossos antepassados Peregrinos, a idéia de que o lucro podia ser uma tolerável — ou mesmo útil — finalidade na vida pareceria pelo menos uma doutrina do demônio.

A riqueza, é claro, sempre existiu e a cobiça está presente

até nas antigas narrativas bíblicas. Mas há uma enorme diferença entre a inveja inspirada pela riqueza de uns poucos, poderosos personagens e a luta geral pela riqueza difundida entre a sociedade. Os mercadores aventureiros existem há muito tempo, como os marinheiros fenícios, e podem ser vistos ao longo da História nos especuladores de Roma, nos comerciantes venezianos, na Liga Hanseática, nos navegantes portugueses e espanhóis que abriram o caminho para as Índias e para as suas fortunas pessoais. Mas a aventura de poucos é coisa muito diferente de uma sociedade inteira movida pelo espírito da aventura.

Veja, por exemplo, a extraordinária família Fugger¹² de grandes banqueiros alemães do século dezesseis. Naquela época os Fugger possuíam minas de ouro e de prata, concessões comerciais e até mesmo o direito de cunhar as próprias moedas; o crédito deles era maior do que a riqueza de reis e imperadores cujas guerras (e as despesas da família real) eles financiavam. Mas quando o velho Anton Fugger morreu, seu sobrinho mais velho, Hans Jacob, recusou-se a dirigir o império bancário porque os negócios da cidade e os seus próprios negócios já lhe davam muito que fazer; o irmão de Hans Jacob, George, disse que preferia viver em paz; um terceiro sobrinho, Christopher, também não se interessou. Nenhum dos herdeiros em potencial de um reinado de riqueza parecia achar que ele valia qualquer esforço.

A não ser alguns reis (aqueles que eram solventes) e algumas famílias esparsas, como os Fugger, os primeiros capitalistas não eram pilares da sociedade, mas sim eram freqüentemente discriminados e *déracinés*. Aqui e ali um jovem empresário como Saint Godric¹³ de Finchale podia se expandir como um vagalhão rebentando na praia, reunindo mercadorias advindas de navios mercantes naufragados em quantidade suficiente para se tornar um comerciante e, depois de fazer fortuna, retirar-se envolto em santidade, como um eremita. Mas esses homens eram pouquíssimos. Enquanto imperava a idéia suprema de que a vida na Terra era apenas um doloroso preâmbulo para a Vida Eterna, o espírito para negócios não era encorajado e não recebia qualquer tipo de estímulo espontâneo. Os reis queriam tesouros e por isso provocavam guerras; a nobreza queria terras, e, como só os nobres que não respeitavam a si mesmos eram capazes de vender suas propriedades ancestrais, consegui-las significava conquista, também. Porém, a maioria das pessoas — servos, artesãos e até mesmo donos de guildas industriais

— queria ser deixada em paz a fim de viver como seus pais tinham vivido e seus filhos iriam viver.

A ausência da idéia de ganho como guia normal da vida diária — na verdade, o positivo descrédito em que a Igreja manteve a idéia — constituiu uma enorme diferença entre o estranho mundo do século dez ao século dezesseis e o mundo que começou a se parecer com o nosso, um ou dois séculos antes de Adam Smith. No entanto, também aqui havia uma diferença ainda mais fundamental. A idéia de “construir uma vida” ainda não começara a existir. A vida econômica e a vida social eram uma única e mesma coisa. O trabalho ainda não significava um meio para uma finalidade — a finalidade de obter dinheiro e as coisas que ele compra. O trabalho era uma finalidade em si mesmo, é claro, abrangendo dinheiro e propriedades, mas engajada em uma parte da tradição, como um modo de viver. Em uma palavra, ainda não tinha sido feita a grande invenção social do “mercado”.

Os mercados sempre existiram, desde até onde chega nosso conhecimento da História. As Tábuas de Tell-el-Amarna¹⁴ mencionam um comércio ativo entre os faraós e os reis Levantinos, em 1400 a.C.: ouro e carros de guerra eram trocados por escravos e cavalos. Mas embora a idéia da troca deva ser quase tão antiga quanto o homem, assim como em relação à idéia do lucro, não devemos cometer o erro de concluir que o mundo inteiro tinha a propensão para negociar que tem o estudante americano do século vinte. Apenas a título de curiosidade, sabe-se que entre os maoris¹⁵ da Nova Zelândia não se pode indagar quanta comida um anzol para pescar um bonito vale, pois esse tipo de comércio jamais é feito e essa pergunta seria considerada ridícula. Em compensação, em algumas comunidades africanas é perfeitamente legítimo perguntar quantos bois vale uma mulher — troca esta que consideramos tão ridícula quanto os maoris consideram ridícula a troca de alimentos por anzóis (se bem que ainda existam entre nós remanescentes da tradição do dote, o que diminui o abismo que nos separa dos africanos).

Mas os mercados, quer fossem trocas entre tribos primitivas cujos objetos eram casualmente espalhados pelo chão, quer fossem as fantásticas feiras ambulantes da Idade Média, não são o mesmo que o sistema de mercado. Isso porque o sistema de mercado não se trata apenas de uma troca de mercadorias: *é um mecanismo para sustentar e manter uma sociedade inteira.*

E esse mecanismo estava muito longe de ser claro para a mentalidade do mundo medieval. O conceito de ampliação de ganho era profundamente blasfemo, como vimos. A ampla noção de que uma luta generalizada por ganhos iria manter uma comunidade unida teria sido considerada pouco menos do que loucura.

Há um motivo para essa cegueira. A Idade Média, a Renascença, a Reforma — sem dúvida o mundo inteiro até o século dezesseis ou dezessete — podiam não vislumbrar o sistema de mercado pelo simples motivo de que Terra, Trabalho e Capital — os agentes básicos de produção alocados pelo sistema de mercado — ainda não existiam. Terra, trabalho e capital no sentido de solo, seres humanos e ferramentas coexistiam, é claro, com a própria sociedade. Mas a idéia de terra abstrata, de trabalho abstrato não sugeria à mente humana, de imediato, mais do que a idéia de energia ou matéria abstratas. Terra, trabalho e capital como “agentes” de produção, como entidades econômicas impessoais e não humanas, são tão modernos como concepção quanto o cálculo. Sem dúvida, não são muito velhos.

Tomemos a terra, por exemplo. Até o século catorze ou quinze não havia o conceito de terra no sentido de propriedade livremente vendáveis ou propriedade produtora que proporcionava renda. Havia terras, é evidente — amplas propriedades, domínios feudais e principados —, mas sem dúvida alguma não eram propriedades para serem compradas ou vendidas segundo as ocasiões exigissem. Essas terras formavam o cerne da vida social, proporcionavam as bases para o prestígio e o status social, constituindo os alicerces da organização militar, judicial e administrativa da sociedade. Se bem que as terras fossem vendáveis em determinadas condições (com muitos veículos associados), não estavam simplesmente *à venda*. Um nobre medieval em boa situação jamais pensaria em vender suas terras, assim como o governador de Connecticut nunca pensaria em vender alguns condados ao governador de Rhode Island.

Essa ausência de comercialização aplicava-se também ao trabalho. Quando falamos em mercado de trabalho, hoje, nos referimos à enorme rede de demanda de emprego na qual os indivíduos vendem seus serviços a quem oferece mais. Simplesmente, essa rede de demanda de emprego não existia no mundo pré-capitalista. Havia uma mixórdia de servos, aprendizes e artífices que trabalhavam, porém a maior parte de seu trabalho jamais aparecia no mercado para ser vendida e comprada. Nos campos, o camponês vivia amarrado ao seu senhor, dono da propriedade; ele assava nos fornos do

senhor, moía nos moinhos do senhor, cultivava as terras do senhor e servia o senhor nas guerras, mas raramente era pago por qualquer dos seus serviços: os serviços eram *deveres* de um servo, não o “trabalho” de um homem livremente contratado. Nas cidades, os aprendizes entravam a serviço dos artífices ou mestres; o prazo de aprendizagem, o número de colegas, a cota de pagamento, as horas de trabalho, os métodos usados eram todos regulados por uma guilda. Havia pouca ou nenhuma barganha entre servos e senhores, a não ser por ocasião de choques esporádicos em que as condições se tornassem intoleráveis. Nisso havia tanto mercado de trabalho quanto o que existe entre internos num hospital.

Ou, então, recursos o capital. Com certeza o capital existia no mundo pré-capitalista, no sentido de riqueza privada. Mas se bem que os recursos existissem, não havia entusiasmo para dar-lhes um novo e agressivo uso. Em vez de tentativa e risco, o lema era “Segurança em primeiro lugar”. A técnica preferida de produção era o processo mais longo e mais trabalhoso, não o mais curto e mais eficiente. A publicidade era proibida e a idéia de que um mestre da guilda poderia oferecer melhor produto do que seus colegas era encarada como traição. Na Inglaterra do século dezesseis, quando a produção em massa no comércio da tecelagem mostrou pela primeira vez sua assustadora cabeça, as guildas protestaram com o rei. O maravilhoso trabalho das fábricas¹⁶ — que supostamente continham duzentos teares e uma equipe de trabalho que incluía açougueiros e padeiros para alimentar a força de trabalho — era considerado ilegal por Sua Majestade: tanta eficiência e concentração de riqueza poderia abrir um mau precedente.

Assim, o fato de que o mundo medieval não podia conceber o sistema de mercado baseava-se na boa e suficiente razão de que os elementos abstratos da produção ainda não haviam sido concebidos. A falta de terra, de trabalho e de capital na Idade Média resultava na falta de mercado; e como faltava mercado (apesar das coloridas feiras locais e das feiras ambulantes), a sociedade regia-se pelos costumes e tradições. Os senhores davam ordens: a produção minguava ou prosperava, de acordo com elas. Ninguém dava ordens: a vida prosseguia em sua rotina. Se Adam Smith tivesse vivido nos anos anteriores a 1400, não teria sentido o impulso de construir uma teoria de economia política. Não há mistério para penetrar na falta de compreensão que fez a Idade Média permanecer inatingível e não permitir qualquer possibilidade para a descoberta tanto da ordem quanto da finalidade. Ética e política, sim; havia

muito a ser explicado e racionalizado nas relações entre os lordes inferiores com os lordes superiores, dos lordes superiores com os reis, e um trabalho enorme para esclarecer as confusões entre os ensinamentos da Igreja e as incorrigíveis tendências da classe comerciante. Mas economia, não. Quem iria procurar leis abstratas da oferta e demanda, dos custos, ou do valor, quando a explicação do mundo ali estava, como um livro aberto, nas leis do feudalismo, da Igreja e nos costumes de toda uma existência? Adam Smith poderia chegar a ser um grande filósofo moral naquela época tão primitiva, mas nunca teria sido grande economista.

Por vários séculos não havia nada que um economista pudesse fazer — até que o auto-reprodutivo, auto-suficiente mundo irrompeu no alvoroçado, disparado e disposto a tudo, século dezoito. “Irrompeu” talvez seja uma palavra dramática demais, porque a mudança levou séculos se realizando, não aconteceu em um simples e violento espasmo. Mas a mudança, por mais demorada que tenha sido, não foi uma evolução pacífica: foi uma angustiante convulsão da sociedade, uma revolução.

Só para comercializar a terra — para transformar a hierarquia de relacionamentos sociais em muitos lotes sem dono e em proveitosos terrenos — exigiu nada mais nada menos do que desenraizar todo um intrincado modo de vida feudal. Transformar os protegidos servos e aprendizes em “trabalhadores” — não importa quão explorador houvesse sido o manto de paternalismo — requeria a criação de uma assustada e desorientada classe chamada proletariado. Para transformar os mestres de guildas em capitalistas era preciso ensinar a lei da selva aos tímidos habitantes do quintal.

Além de tudo, não se tratava de uma perspectiva pacífica. Ninguém *queria* esta comercialização da vida. Só poderemos avaliar como foi amarga a resistência se fizermos uma última viagem ao passado a fim de observar a revolução econômica acontecendo.

Estamos de volta à França, no ano de 1666.¹⁷

Os capitalistas da época enfrentam um desafio perturbador que a ampliação do mecanismo do mercado trouxe com seu despertar: mudança.

A primeira questão a surgir foi de que modo um mestre de guilda da indústria têxtil poderia ser levado a tentar uma inovação em seu produto. O veredicto: “Se um tecelão de roupas pretende produzir uma peça de sua própria invenção, não deve obtê-la de seu tear; precisa antes obter permissão dos juízes da cidade para

empregar o número e o comprimento de fios de que irá necessitar, depois que o caso for considerado pelos quatro mercadores mais velhos e os quatro tecelões mais velhos da guilda”. Pode-se imaginar quantas sugestões para mudanças eram toleradas.

Pouco depois de resolvido o problema da tecelagem de roupas, surgem os botões, que provocam uma avalanche de protesto; os alfaiates estavam começando a produzir botões para roupas, uma coisa jamais sonhada até então. O governo, indignado com a possibilidade de que uma inovação viesse ameaçar uma indústria estabelecida, impõe uma multa aos que fazem botões. Mas os vigilantes dos botões da guilda não se dão por satisfeitos. Demandam o direito de dar buscas nas casas e guarda-roupas de quem quer que fosse, de multar e até mesmo prender nas ruas quem estivesse usando os tais renegados objetos subversivos.

Esse medo da mudança e da inovação não é apenas uma resistência cômica de alguns poucos e assustados comerciantes. O capital luta com vigor contra a mudança e nenhum esforço é poupado. Na Inglaterra, alguns anos antes, uma patente para um aparelho de fabricar meias¹⁸ não só foi recusada, como também o Conselho Privado ordenou que a perigosa engenhoca fosse abolida; na França, a importação de tecido de algodão estampado ameaça solapar a indústria de roupas. Isso é enfrentado com medidas que custam a vida de 16 000 pessoas! Em Valence, de uma só vez, 77 pessoas são executadas por enforcamento, 58 são despedaçadas no suplício da roda, 635 condenadas às galés e uma única, felizarda pessoa é absolvida do crime de negociar com os proibidos tecidos estampados.¹⁹

Mas o capital não é o único agente de produção que se debate freneticamente na tentativa de evitar os perigos do modo de vida do mercado. O que acontece com o trabalho é ainda mais desesperado.

Voltemos à Inglaterra.

Estamos em fins do século dezesseis, a grande era da expansão e aventura. A rainha Elizabeth fez uma viagem triunfal pelo reino e retorna com uma estranha queixa:

— Há mendigos por toda parte! — reclama.

Esta é uma observação surpreendente, pois apenas cem anos antes o interior da Inglaterra consistia em grande parte de proprietários camponeses que cultivavam suas próprias terras; tratava-se do pequeno proprietário, orgulho da Inglaterra, o maior grupo do mundo de cidadãos independentes, livres e prósperos. Agora, “Há mendigos por toda parte!”²⁰ O que havia acontecido nesse ínterim?

O que acontecera fora um enorme movimento de expropriação — ou, melhor, o início desse movimento que ainda começava a se desenvolver nessa época. A lã tornara-se uma mercadoria nova, lucrativa, e exigira que seu produtor tivesse amplas pastagens. Os pastos fazem parte das terras comuns; uma verdadeira e louca colcha de retalhos formada por pequenas e espalhadas propriedades (sem cerca e identificáveis apenas por uma árvore aqui, uma pedra ali, que funcionavam como limites entre as terras de um homem e de outro) e pelas terras comuns, nas quais o gado do pequeno proprietário se alimenta e nas quais ele colhe a turfa. Essas terras de repente são declaradas inteiramente como propriedades absolutas dos lordes e não mais disponíveis para uso dos camponeses. Onde antes havia uma espécie de propriedade comum, agora existe a propriedade privada. Onde antes havia pequenos proprietários rurais, agora há ovelhas. John Hales²¹ escreveu, em 1549: “...onde XL pessoas viviam, agora um só homem e seu pastor ocupam tudo... Sim, as ovelhas são a causa de todos esses males, pois expulsaram a lavoura dos campos, que antes proporcionavam grande quantidade de alimentos de todo tipo, e agora só há ovelhas, ovelhas”.

É quase impossível imaginar o resultado e o impacto do processo de fechamento das terras. Mais ou menos em meados do século dezesseis começaram a explodir revoltas; em um desses levantes morreram 3 500 pessoas.²² Em meados do século dezoito o processo ainda estava em plena efervescência; só em meados do século dezenove estaria completando seu terrível curso histórico. Assim, em 1820, cerca de cinquenta anos depois da Revolução Americana, a duquesa de Sutherland²³ removeu 15 000 camponeses de 794 000 acres de terra, substituindo-os por 131 000 ovelhas, e como compensação arrendou uma média de dois acres de terras marginais para cada uma das famílias desalojadas.

Mas não é apenas o confisco de terras em massa que merece atenção. A verdadeira tragédia aconteceu com o camponês. Despojado do direito de usar as terras comuns, ele não mais podia se manter como “fazendeiro”. Uma vez que não havia terras à venda, ele não podia — mesmo que quisesse — transformar-se em operário. Tornou-se, então, a mais miserável de todas as classes sociais, um proletário agrícola; onde não havia trabalho disponível em lavouras, ele acabou por se transformar em indigente, até mesmo em ladrão e comumente em mendigo. Aterrorizado com o crescimento alarmante da miséria através do país, o Parlamento inglês tentou lidar com o problema, começando por confiná-lo. Pôs os indigentes e

mendigos sob os cuidados de asilos organizados por paróquias locais, mediante um auxílio simbólico, e lidou com os ladrões manejando o chicote, marcando com ferro em brasa e com mutilações. Um clérigo do tempo de Adam Smith descrevia seriamente os asilos nos quais os pobres eram relegados como “Casas do Terror”.²⁴ No entanto, o pior de tudo era que as verdadeiras medidas que o país adotou para proteger-se dos pobres — confinando-os em suas paróquias, onde eram apenas mantidos vivos com um mínimo de despesas — impediram a única solução do problema. Não era, em última análise, que as classes governantes fossem indiferentes e cruéis. Na verdade, elas não conseguiam compreender o conceito de uma força de trabalho fluida, móvel, que podia ir trabalhar onde quer que houvesse trabalho, de acordo com os preceitos do mercado. A cada passo, a comercialização do trabalho, como a comercialização do capital, era inconcebível, temida e combatida.

O sistema de mercado com seus componentes essenciais como terra, trabalho e capital havia, assim, nascido em agonia — uma agonia que começou no século treze e foi seguindo seu curso até o século dezenove. Jamais uma revolução foi tão pouco entendida, tão mal recebida, tão mal planejada. Mas as grandes forças do mercado nascente não podiam ser negadas. Insidiosamente, elas foram destruindo as bases dos costumes; insolentemente, desmantelavam a tradição. Apesar do clamor contra os fazedores de botões, as roupas com botões conquistaram seu espaço. Apesar de toda a adversidade do Conselho Privado, a máquina de fazer meias tornou-se tão valiosa que depois de setenta anos o mesmo Conselho Privado teve de proibir sua exportação. Apesar de todos os suplícios na roda, o comércio de algodão estampado cresceu em paz. Apesar da desesperada oposição da Velha Guarda, terras produtivas foram desapropriadas de posses ancestrais, e apesar dos protestos de empregados e patrões unidos, o trabalho domiciliar foi posto à disposição de aprendizes desempregados e dos lavradores sem terra.

A enorme carruagem da sociedade, que por tanto tempo deslizara suavemente pela estrada macia da tradição, encontrou-se então impulsionada por uma verdadeira fornalha interior. Transações, transações, transações e lucro, lucro, lucro proporcionavam o despertar de uma nova e poderosa força-motivo.

Que forças teriam sido suficientemente poderosas para abalar um mundo estabelecido de maneira tão confortável e introduzir em seu lugar essa nova e não desejada sociedade?

Não existe uma só causa. O novo modo de viver originou-se no interior do velho como a borboleta origina-se da crisálida, no interior do casulo, e quando o impulso de vida tornou-se forte o bastante, rompeu a velha estrutura. A revolução econômica não foi produzida por grandes eventos, aventuras únicas, leis individuais ou personalidades poderosas. Foi um processo de crescimento interno.

Primeiro, houve a emergência gradual de unidades políticas na Europa. Sob as explosões de lutas camponesas e conquistas da realeza, a existência de um feudalismo precoce abriu caminho para as monarquias centralizadas. E com as monarquias deu-se o crescimento do espírito nacional; sucessivamente, isso significou proteção real para indústrias favorecidas, tais como os grandes trabalhos de tapeçaria francesa, o desenvolvimento de armadas e de exércitos, com todas as suas indústrias satélites. A infinidade de regras e regulamentos que atormentaram Andreas Ryff e seus companheiros mercadores durante o século dezesseis abriu caminho para leis nacionais, medidas comuns e moedas circulantes mais ou menos padronizadas.

Um aspecto da mudança política que estava revolucionando a Europa foi o encorajamento da exploração e aventura de estrangeiros. No século treze os irmãos Polo empreenderam uma audaciosa viagem e chegaram às terras do grande Khan como indefesos mercadores; no século quinze Colombo²⁵ navegou para o que ele esperava ser o mesmo destino, sob os auspícios reais de Isabel. A mudança da exploração privada para a exploração nacional foi elemento e parcela da mudança da vida privada para a vida nacional. Em consequência, as grandes aventuras nacionais dos navegantes-capitalistas ingleses, espanhóis e portugueses levaram uma onda de riqueza e conscientização dessa riqueza de volta à Europa.

“Aquele que tem ouro”, disse Cristóvão Colombo, “faz e consegue tudo que quiser no mundo e no fim ainda o usa para enviar almas ao paraíso.”

Os conceitos de Cristóvão Colombo eram os conceitos de uma era e apressavam o advento de uma sociedade orientada para o lucro e para a oportunidade, impulsionada pela caça ao dinheiro. Deve-se notar, de passagem, que os tesouros do Oriente eram realmente fabulosos. Com as participações recebidas como acionista da viagem de Francis Drake no *Golden Hynd*, a rainha Elizabeth pagou todas as dívidas externas da Inglaterra, equilibrou seu orçamento e investiu no exterior uma alta soma, a juros compostos, que foi responsável por todas as riquezas de além-mar da Grã-Bretanha em 1930!²⁶

Verificou-se uma segunda grande corrente de mudanças na lenta decadência do espírito religioso sob o impacto das visões célticas, inquiridoras e humanistas do Renascimento italiano. O mundo de Hoje encontrava-se lado a lado com o mundo de Amanhã e a vida sobre a Terra tornou-se mais importante, assim como a noção de padrões materiais e confortos comuns. Por trás da mudança na tolerância religiosa encontrava-se o surgir do Protestantismo, que reforçou a nova atitude em relação ao trabalho e à riqueza. A Igreja de Roma sempre olhara os comerciantes com olhos duvidosos e não hesitara em classificar a usura como pecado. Mas no momento em que os comerciantes elevavam-se cada dia mais na sociedade, uma vez que eles já não eram apenas um acessório útil, mas apenas parte integrante de uma nova espécie de mundo, tornava-se necessária uma reavaliação de suas funções. Os líderes protestantes pavimentaram o caminho para um amálgama das vidas espiritual e temporal. Longe de louvar a vida de pobreza e de contemplação espiritual, como se fosse separada da vida mundana, eles pregavam que era piedoso utilizar na vida diária de negócios um dos maiores dons ofertados por Deus. Daí faltava apenas um passo para a identificação de riquezas com excelências espirituais e de homens ricos com santidade.

Um conto folclórico local do século doze fala sobre um usurário que foi esmagado por uma estátua que caiu sobre ele no momento em que entrava numa igreja para se casar. Quando foram ver, descobriram que se tratava da estátua de um outro usurário que, assim, revelara o desgosto de Deus para com aqueles que negociavam com dinheiro. Devemos nos lembrar, também, de que em meados dos anos 1660 o pobre Robert Keayne colidiu de frente com as autoridades religiosas puritanas devido às suas práticas de negócios. Nessa atmosfera de hostilidade não era fácil para o sistema de mercado se expandir. Daí por diante a gradual aceitação, por parte dos líderes espirituais, da mansidão e, sem dúvida, dos benefícios do processo de mercado foi essencial para o crescimento completo do sistema de mercado.

No entanto, há uma outra profunda corrente nas mudanças materiais que eventualmente tornou o sistema de mercado possível. Estamos acostumados a pensar na Idade Média como um tempo de estagnação e ausência de progresso. Contudo, em quinhentos anos a era feudal criou mil cidades (uma grande obra), interligou-as com estradas rudimentares, mas que funcionavam, e sustentou suas populações com alimentos vindos do campo. Tudo isso desenvolveu

a familiaridade com o dinheiro, com os mercados e com os hábitos de vender e comprar. No decorrer dessa mudança, naturalmente, o poder começou a gravitar nas mãos daqueles que entendiam de dinheiro — os mercadores — e distanciou-se da desdenhosa nobreza, que não entendia.

O progresso não foi apenas consequência desse lento processo de monetização. Houve também o progresso técnico, de maneira enormemente importante. A revolução comercial não pôde começar enquanto não se desenvolveu uma forma de contabilidade racional do dinheiro: embora os venezianos do século doze já estivessem até usando métodos sofisticados de contabilidade, os comerciantes da Europa eram pouco mais do que estudantes do primeiro grau em sua ignorância sobre essa matéria. Foi preciso tempo para que se reconhecesse a necessidade da escrituração mercantil; até o século dezessete, as partidas dobradas² ainda não existiam como uma prática padrão. E até então o dinheiro não era racionalmente contabilizado de maneira a permitir que um negócio em grande escala fosse feito com inteiro sucesso.

Pode ser que o mais importante de tudo na penetração desse efeito tenha sido um aumento de curiosidade científica. Embora o mundo pudesse esperar até depois da era de Adam Smith para a pirotécnica explosão de tecnologia, a Revolução Industrial não teria podido acontecer se o terreno não houvesse sido preparado por uma série de descobertas subindustriais básicas. A era pré-capitalista viu o nascimento da imprensa, da fabricação do papel, do moinho de vento, do relógio mecânico, do mapa e de uma infinidade de outras invenções começaram a ser observadas com olhar amigável.

Nem uma só dessas correntes, agindo sozinha, poderia ter virado a humanidade de cabeça para baixo. Mas, sem dúvida, muitas delas poderiam provocar efeitos que causassem uma violenta convulsão na organização humana. A história não se desloca em ângulos agudos e a vasta sublevação foi se alastrando ao longo do tempo. As evidências da maneira de existir do mercado espalhou-se por todos os lados da antiga maneira tradicional e remanescentes dos velhos hábitos persistiram por bastante tempo depois que o mercado havia, por motivos práticos, se colocado à frente como o princípio-guia da organização econômica. Assim, os privilégios feudais e das guildas só foram abolidos na França em 1790 e os Es-

2 *Sistema de escrituração em que cada lançamento se faz ao mesmo tempo no deve de uma conta e no haver de outra. (N. do E.)*

tatutos dos Artífices, que regulavam as práticas da guilda na Inglaterra, só foram revogados em 1813.

Mas em 1700, vinte e três anos antes de Adam Smith nascer, o mundo que julgara Robert Keayne, que proibira os mercadores de transportar desagradáveis trouxas, passou a se preocupar com preços “justos” e o hábito de lutar pelo privilégio de prosseguir no mesmo caminho percorrido pelos pais começou a entrar em declínio. Em seu lugar a sociedade começou a colocar um novo tipo de ditados “pessoais”. Eis alguns deles:

“Todo homem tem ambição natural pelo lucro.”

“Lei nenhuma prevalece sobre o ganho.”

“O ganho é o Centro do Círculo do Comércio.”²⁷

Uma nova idéia começou a tomar corpo: “homem econômico” — um pálido esboço da criatura que seguia seu cérebro “máquina de somar” aonde quer que este decidisse levá-lo. Os livros logo começariam a falar de Robinsons Crusóes em ilhas desertas, que organizavam seus negócios como se fossem aventurosos contadores.

No mundo dos negócios, uma nova febre de riqueza e especulação apoderara-se da Europa. Na França, em 1718, um aventureiro escocês chamado John Law²⁸ organizou uma arriscada aventura denominada *Mississippi Company*, vendendo ações de uma empresa que iria explorar montanhas de ouro na América. Homens e mulheres lutavam nas ruas pelo privilégio de conseguir ações, eram cometidos assassinatos, fortunas surgiam da noite para o dia. Um garçom de hotel ganhou três milhões de libras. Quando a companhia estava prestes a revelar enormes para todos os investidores, o governo tratou de impedir o desastre reunindo mil mendigos, armando-os com picaretas e pás, fazendo-os desfilar pelas ruas de Paris como se fossem um grupo de mineiros prontos para partir rumo ao Eldorado. Claro, a estrutura desabou. Mas que mudança dos tímidos capitalistas de cem anos antes para a multidão dos fique-rico-depressa acotovelando-se na Rue de Quincampoix; que imensa fome de dinheiro tinha esse público para que houvesse engolido uma fraude tão descarada!

Não há qualquer dúvida, o processo terminara e o sistema de mercado nascera. Assim, o problema da sobrevivência não seria resolvido por costumes nem por imposição, mas pela ação livre, com finalidade de lucro, de homens que tinham em comum entre si apenas o mercado. O sistema iria chamar-se capitalismo. E a idéia de lucro, que era sua base, iria enraizar-se com tanta firmeza

que logo os homens poderiam afirmar vigorosamente que ela era parte eterna e onipresente da natureza humana.

A idéia precisava de uma filosofia.

Já foi dito e repetido até a exaustão que o animal humano distingue-se dos demais pelo raciocínio. Isto parece significar que, uma vez tendo formado sua sociedade, ele não se contenta em deixar o barco correr: precisa poder dizer a si mesmo que a sociedade particular em que vive é a melhor possível de todas e que os arranjos feitos nela espelham, ao seu pequeno modo, os arranjos que a providência fez fora dela. Portanto, cada era produz seus filósofos, apologistas, críticos e reformadores.

Mas as questões com as quais os primeiros filósofos sociais se preocupavam focalizavam-se mais na política do que no lado econômico da vida. Enquanto os costumes e a imposição governavam o mundo, o problema dos ricos e dos pobres não incomodava os antigos filósofos: era aceito com um suspiro ou rotulado como mais um sinal da íntima baixeza humana. Enquanto os homens, como abelhas, nascessem para ser ou não zangões, ninguém se preocuparia muito com a racionalidade do trabalho dos pobres — os caprichos das rainhas eram muito mais elevados e fascinantes

“Desde a hora do nascimento” — escreveu Aristóteles — “alguns estão destinados à sujeição, outros ao domínio”²⁹, e neste comentário reúne-se não apenas o desdém como também a indiferença com que os antigos filósofos olhavam o mundo trabalhador da época. A existência de um vasto substrato trabalhador era simplesmente tomado por certo; as questões de dinheiro e de mercado eram não apenas muito enfadonhas, como também vulgares demais para merecer a consideração de cavalheiros e sábios. Eram um direito dos reis, divino ou não, e eram as grandes questões do poder temporal e do poder espiritual que constituíam a arena para idéias contestadoras — não as pretensões de atrevidos mercadores. Embora os ricos desempenhassem seu papel para fazer o mundo girar, até que a luta pela riqueza se tornasse generalizada, onipresente e de uma clareza vital para a sociedade, não houve necessidade de uma filosofia geral para a riqueza.

Mas não se pôde ignorar o desagradável e batalhador aspecto do mundo mercantil por muito tempo, porque corria-se o risco de ser fulminado por ele. Afinal, quando o mercado penetrou no santuário dos filósofos, foi o caso de se indagar como as evidências de alguns padrões principais podiam ainda não ter sido vistas. Até

então, durante duzentos anos antes de Adam Smith, os filósofos teciam suas teorias a respeito da vida diária.

Em tese, a primeira e infeliz luta pela existência encontrou seus princípios e sua finalidade no acúmulo de ouro. Cristóvão Colombo, Cortez e Francis Drake não eram apenas simples aventureiros; eram considerados também como agentes do *progresso econômico*. Para os Bullionistas (como denominamos o grupo de panfletários e ensaístas que escreveram sobre comércio), estava mais do que evidente que o poder nacional era o objetivo natural do esforço econômico e que o ingrediente mais importante do poder nacional era o ouro. Pertencia a eles, também, a filosofia dos grandes exércitos e das aventuras, a riqueza real e a avareza nacional, além de uma profundamente arraigada crença de que se tudo fosse permitido na busca da fortuna, uma nação não podia deixar de se tornar próspera.

Ali pelo século dezoito a ênfase inicial pelo ouro começava a parecer ridiculamente ingênua. Novas escolas de pensamento surgiam enfatizando cada vez mais o *comércio* como a grande fonte da vitalidade nacional. A questão filosófica que eles se propuseram não foi como controlar o mercado do ouro, mas como criar cada vez mais riqueza, auxiliando a classe mercantil a incrementar sua tarefa.

A nova filosofia nasceu com um novo problema: como manter os pobres pobres. Era generalizadamente admitido que, se os pobres não fossem pobres, não seriam as “ferramentas” honestas para o trabalho diário que não pediam pagamentos exorbitantes. “Para formar a Sociedade Feliz..., é necessário que grande número de pessoas continue a ser Ignorante e Pobre”,³⁰ escreveu Bernard Mandeville, o mais perspicaz e malévolo cronista social do início do século dezoito. Assim, também os escritores mercantilistas observavam e aprovavam o barato trabalho agrícola e industrial da Inglaterra.

Ouro e comércio não eram as únicas idéias que impunham alguma espécie de ordem no caos da vida cotidiana. Havia incontáveis panfletários, vigários, excêntricos e fanáticos que clamavam por justificação — ou danação — para a sociedade, com dezenas de explicações diferentes. Mas o problema residia em que todos os modelos eram insatisfatórios. Um dizia que uma nação evidentemente não podia comprar mais do que vendia, enquanto que outro afirmava, numa teimosia empacada, que era evidente que uma nação ficaria melhor se recebesse mais do que desse em troca. Alguns insistiam que era o comércio que enriquecia uma nação e exaltavam os comerciantes; outros argumentavam que o comércio

era apenas um crescimento parasita sobre o corpo forte dos fazendeiros. Existia quem dissesse que Deus havia determinado que os pobres fossem pobres e que mesmo que assim não fosse, sua pobreza era essencial para a riqueza da nação; e havia quem visse a miséria como um mal social e não conseguisse perceber de que maneira a pobreza podia gerar riqueza.

À parte o *mêlée* de racionalizações contraditórias, apenas uma coisa sobressaiu com a maior clareza: o homem insistia em uma espécie de organização intelectual que o ajudasse a compreender o mundo no qual vivia. O duro e desconcertante mundo econômico que se tornava cada vez mais importante. Não é de admirar que o dr. Samuel Johnson tenha dito: “Não há nada que mais exija ser ilustrado pela filosofia do que o comércio.”³¹ Em uma palavra, chegara o tempo dos economistas.

Fora do *mêlée* surgiu também um filósofo de espantosa envergadura. Adam Smith publicou seu *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Estudo sobre a Natureza e Causas da Riqueza das Nações) em 1776, adicionando um segundo acontecimento revolucionário a esse ano decisivo. Uma democracia política nascera de um lado do oceano; um programa de ação econômica desdobrava-se do outro. Mas se não era a totalidade da Europa a seguir a liderança política da América, depois que Smith pintou o primeiro verdadeiro quadro da sociedade moderna, todo o mundo ocidental tornou-se o mundo de Adam Smith: sua visão tornou-se a receita para os olhos de gerações. Adam Smith nunca teria pensado em si mesmo como um revolucionário; apenas procurou explicar o que para ele era muito claro, sensível e conservador. Mas deu ao mundo uma imagem de si mesmo calcada no que estava pesquisando. Depois de *The Wealth of Nations*, os homens passaram a ver o mundo com novos olhos; perceberam de que modo os trabalhos que desempenhavam encaixavam-se na sociedade e viram que essa sociedade estava dando um majestoso passo na direção de uma meta distante, mas já claramente visível.

III

O MUNDO MARAVILHOSO DE ADAM SMITH

Alguém que visitasse a Inglaterra nos anos 1760 provavelmente ouviria falar de um certo Adam Smith, da Universidade de Glasgow. O dr. Smith era um homem muito conhecido, se não famoso; Voltaire ouvira falar dele, David Hume era seu amigo íntimo, estudantes haviam viajado da longínqua Rússia para ouvir suas elaboradas, porém entusiásticas, exposições. Além do renome que angariara pelos trabalhos acadêmicos que fizera, o dr. Smith tornara-se famoso pela notável personalidade. Era, por exemplo, notoriamente distraído: uma vez, caminhando enquanto conversava assuntos sérios com um amigo, ele caiu num buraco; contam também que fez uma bebida fermentada, a partir de pão e manteiga, bebeu-a e depois comentou que aquele era o pior chá que já tomara. Mas suas singularidades, que eram muitas, não interferiam nas habilidades intelectuais. Adam Smith estava entre os primeiros filósofos de sua época.¹

Em Glasgow, Adam Smith dava aulas de Filosofia Moral, uma disciplina de concepção muito mais ampla naquele tempo do que na atualidade. A Filosofia Moral englobava Teologia Natural, Ética, Jurisprudência e Economia Política: tudo isso orientado o tempo todo, a partir dos mais sublimes impulsos do homem em relação à ordem e à harmonia, em direção a atividades menos ordeiras e harmoniosas na árida atividade para conseguir viver por si mesmo.

A teologia natural — a busca por um desígnio na confusão do cosmo — havia sido objeto do impulso racionalista humano desde os tempos remotos; nosso visitante iria sentir-se muito à vontade

enquanto o dr. Smith expusesse as leis naturais que regem o aparente caos do universo. Mas quando ele chegasse ao outro lado do espectro — a busca de uma grande arquitetura sob a confusão da vida cotidiana —, nosso viajante iria considerar que o bom doutor estava, de fato, forçando a filosofia para além dos seus próprios limites.

Se o cenário social inglês do final do século dezoito sugeria alguma coisa, com certeza essa coisa não era ordem racional ou propósito moral. Uma vez que se olhe além das vidas elegantes das classes privilegiadas, a sociedade apresenta-se como uma brutal luta pela sobrevivência em sua forma mais medíocre. Fora dos luxuosos salões de Londres e das agradáveis e ricas propriedades dos condados, tudo que se via era voracidade, crueldade e degradação misturadas com os mais irracionais e espantosos costumes e tradições daqueles antigos e ultrapassados tempos anacrônicos. Em vez de uma cuidadosamente constituída máquina onde cada parte contribuiria para o todo, o conjunto social parecia uma daquelas esquisitas máquinas a vapor de James Watt: negras, barulhentas, ineficientes e perigosas. Deve ter parecido muito esquisito o dr. Smith afirmar que via ordem, desígnio e propósito em tudo isso!

Suponha, por exemplo, que nosso visitante fosse conhecer as minas de estanho da Cornualha.² Teria visto mineiros descerem até o fundo de poços negros, tirarem uma vela do cinto e deitarem-se para descansar até que a vela comesse a gotejar. Então, trabalhariam por duas ou três horas até o tradicional descanso seguinte, desta vez pelo tempo suficiente para fumar um cachimbo. Metade do dia era passado em descanso e a outra metade cavando a mina. Mas se nosso visitante viajasse mais para o norte e tivesse coragem de descer nas minas de Durham ou de Northumberland, veria algo muito diferente. Nesses locais, homens e mulheres trabalhavam juntos, despidos da cintura para cima e muitas vezes reduzidos a um lamentável estado subumano de pura exaustão. Os mais selvagens e brutos costumes estavam presentes ali; os apetites sexuais despertados por um olhar eram satisfeitos ali mesmo naquele ambiente horrível; crianças de sete a dez anos, que jamais viam a luz do dia nos meses de inverno, eram usadas e abusadas, recebendo dos mineiros um mísero pagamento para carregar as tinas com carvão; mulheres grávidas puxavam carroças de carvão, como se fossem cavalos, e davam à luz nas trevas das galerias das minas.

Mas não era apenas nas minas que a vida se mostrava pitoresca, tradicional ou feroz. Dificilmente um observador teria visto também na superfície qualquer indício de ordem, harmonia e de-

sígnio. Em muitas regiões do país, grupos de camponeses pobres perambulavam em busca de trabalho. No tempo da colheita, das terras altas de Gales chegavam as Companhias de Antigos Britânicos³ (como eles mesmos gostavam de se intitular); às vezes tinham um cavalo, sem sela e sem rédeas, para o grupo todo; às vezes simplesmente caminhavam. Acontecia com certa frequência haver no grupo um que falava inglês e que servia de intermediário entre o bando e os cavalheiros fazendeiros, aos quais pediam licença para ajudar na colheita. Não seria de surpreender se o pagamento se reduzisse a seis pence por dia.

E, finalmente, se nosso visitante chegasse a uma cidade industrial, iria ver outros detalhes admiráveis — mas ainda nada que sugerisse ordem a olhos inexperientes. Iria maravilhar-se com a fábrica construída pelos irmãos Lombe, em 1742. Era um edifício enorme para aquele tempo, com cerca de cento e cinquenta metros de comprimento e seis pavimentos, tendo em seu interior as máquinas descritas por Samuel Defoe como consistentes em “26 586 Rodas e 97 746 Movimentos, que produzem cerca de 6 741 metros de fio de seda cada vez que a roda-d’água completa uma volta, o que acontece três vezes em um minuto”.⁴ Igualmente dignas de nota, as crianças que mantinham as máquinas em funcionamento contínuo por doze ou catorze horas faziam sua comida em panelas horripilantemente pretas e eram alojadas em grupos em barracões onde, diziam, as camas sempre estavam quentes.⁵

Esse mundo deveria parecer tão estranho, cruel e acidental no século dezoito quanto parece aos nossos olhos modernos. É impressionante, portanto, descobrir que ele pôde conciliar-se com o esquema de Filosofia Moral visualizado pelo dr. Smith e que ensinou o homem a buscar compreensão nos bem delineados contornos de leis vigorosas, formando um conjunto abrangente e significativo.

Que tipo de homem era esse filósofo urbano?

“Nada tenho de belo a não ser meus livros”, foi como certa vez Adam descreveu a si mesmo, orgulhoso, ao mostrar sua valiosa biblioteca a um amigo.⁶

Com certeza, não era um homem bonito. Um medalhão com seu perfil nos mostra o lábio inferior protuberante, como se quisesse encontrar-se com o grande nariz aquilino, e enormes olhos esbugalhados sob pesadas pálpebras. Durante a vida inteira Smith foi perturbado por intenso nervosismo; sua cabeça tremia e ele falava aos tropeços, de um jeito esquisito.

Além de tudo, havia sua notória distração. Durante os anos de 1780, quando ele estava perto dos sessenta anos, os habitantes de Edimburgo tinham a atenção regularmente atraída pelo divertido espetáculo de seu mais ilustre conterrâneo vestido com um casaco brilhantemente colorido, calças amarradas sob os joelhos, meias de seda branca, sapatos com fivelas, chapéu achatado de pele de castor com aba larga e de bengala, passeando pelas ruas calçadas com pedras, os olhos fixos no infinito e os lábios movendo-se em silencioso discurso. A cada um ou dois passos ele hesitava, como se não soubesse se queria mudar de direção ou voltar; seu modo de andar foi descrito por um amigo como “vermicular”.

Eram comuns as anedotas sobre sua distração. Certa ocasião saiu de casa vestindo apenas a camisa de dormir e caminhou mais de vinte quilômetros antes de perceber o que fizera. Uma outra vez, enquanto passava por uma rua na companhia de um amigo eminente em Edimburgo, um guarda lhe apresentou armas, e Smith, que fora inúmeras vezes cumprimentado daquela maneira, pareceu ficar hipnotizado pela saudação do soldado; retribuiu o cumprimento com a bengala e espantou ainda mais seu acompanhante ao imitar com exatidão cada gesto do guarda, repetindo os movimentos da lança com a bengala. Quando o encanto se quebrou, Smith encontrou-se em pé diante de uma escadaria, com a bengala erguida. Sem ter idéia do que havia feito, ele abaixou a bengala e continuou a conversa no ponto em que a interrompera.

O distraídisimo professor nasceu em 1723, na cidade de Kirkcaldy, Condado de Fife, na Escócia. Kirkcaldy abrigava uma população de 1 500 pessoas. Na época do nascimento de Smith, ainda se usavam pregos como dinheiro em algumas cidades. Quando ele tinha quatro anos, houve um incidente curioso: Smith foi seqüestrado por um bando de ciganos que passou por Kirkcaldy; graças aos esforços de seu tio (o pai dele morrera antes de seu nascimento), os ciganos foram localizados, perseguidos e na fuga abandonaram o pequeno Adam. “Temo que ele teria dado um péssimo cigano”, escreveu um de seus biógrafos.

Desde pequeno Smith foi bom aluno, embora já então fosse muito distraído. Logo ficou evidente que estava destinado a ensinar e aos dezessete anos foi para Oxford com uma bolsa de estudos — fazendo a viagem em lombo de cavalo — e lá permaneceu por seis anos. Mas então Oxford ainda não era a cidadela de ensino que se tornou mais tarde. A maioria dos professores públicos havia muito tinha desistido da pretensão de ensinar. Um viajante es-

trangeiro conta sobre seu espanto ao assistir a um debate público em Oxford, no ano de 1788. Os quatro participantes passaram o tempo todo em profundo silêncio, cada qual absorvido na leitura de um folhetim popular da época. Uma vez que instrução era exceção em vez de regra, Smith passou anos sem qualquer ensino ou orientação, lendo tudo que lhe caía nas mãos. A propósito, ele quase foi expulso da universidade por causa de um exemplar do *A Treatise of Human Nature*, de David Hume, que foi encontrado em seu quarto — Hume não era leitura considerada adequada, muito menos para um futuro filósofo.

Em 1751 — ele ainda não fizera vinte e oito anos — foi oferecida a Smith a Cátedra de Lógica na Universidade de Glasgow e logo depois lhe deram a Cátedra de Filosofia Moral. Ao contrário de Oxford, Glasgow era o centro sério do que veio a se chamar Iluminismo Escocês e abrigava uma galáxia de talentos. Assim mesmo, diferia consideravelmente da concepção moderna de uma universidade. O emproado corpo docente não aprovava inteiramente a evidente leviandade e o entusiasmo que transpareciam nas maneiras de Smith. Ele era acusado de ter sido visto uma vez ou outra sorrindo durante os serviços religiosos (provavelmente durante alguns de seus sonhos de olhos abertos), de ser amigo do ultrajante Hume, de não dar aulas dominicais sobre evidências cristãs, de enviar ao *Senatus Academicus* petições para ser dispensado das orações antes do início de suas aulas e de fazer orações que insinuavam uma certa “religião natural”. Talvez isto tudo seja visto por uma perspectiva melhor se lembrarmos que o professor de Smith, Francis Hutcheson, abriu novos caminhos em Glasgow ao se recusar a dar aulas em latim para seus alunos!

A desaprovação não deve ter sido assim tão severa, pois Smith tornou-se Decano em 1758. Sem dúvida alguma ele era feliz em Glasgow. À noite jogava uíste³ — a distração o tornava um jogador indigno de confiança —, ia a associações de mestres e levava uma vida sossegada. Seus alunos gostavam muito dele, principalmente como professor — até mesmo Boswell foi assistir às suas aulas — e seu jeito estranho de movimentar-se e de falar ganhou a homenagem da imitação. Pequenos bustos dele eram expostos nas vitrinas das livrarias.

Não foi apenas a personalidade excêntrica que deu prestígio a Smith. Em 1759 ele publicou um livro que despertou sensação

3 Jogo de cartas, considerado o ancestral do bridge. (N. do E.)

instantaneamente. Chamava-se *The Theory of Moral Sentiments* (A Teoria do sentimentos morais) e catapultou Smith de imediato para o primeiro lugar entre os filósofos. A *Theory* era um estudo a respeito da origem da aprovação e da desaprovação moral. De que modo o homem, que é uma criatura egoísta, pode fazer julgamentos morais nos quais o interesse próprio parece encontrar-se em estado latente ou ter sido transportado para um plano mais elevado? Smith considera que a resposta está na nossa habilidade em nos colocarmos na posição de uma terceira pessoa, de um observador imparcial, e deste modo formar uma noção complacente dos (em oposição ao egoísmo) méritos objetivos do caso.

O livro e seus problemas despertaram amplo interesse. Na Alemanha, *das Adam Smith Problem* tornou-se assunto favorito para debates. Mais importante ainda, do nosso ponto de vista, o tratado caiu nas boas graças de um intrigante homem chamado Charles Townshend.

Townshend é uma daquelas maravilhosas figuras que surgiram em grande número durante o século dezoito. Homem esperto e culto, Townshend era, nas palavras de Horace Walpole, “um homem dotado de todos os verdadeiros e grandes talentos, que poderia ter sido a maior personalidade de sua época se fosse sincero, tivesse constância e senso comum”.⁷ A volubilidade de Townshend era famosa; um gracejo da época dizia que o sr. Townshend sofria de uma dor de lado, mas recusava-se a especificar que lado.⁸ Uma prova de sua falta de senso comum era que Townshend, como ministro das Finanças, ajudara a precipitar a Revolução Americana, primeiro recusando aos colonizadores o direito de eleger seus próprios juizes e, em seguida, impondo pesados impostos sobre o chá americano.

Mas, posta de lado sua curta visão política, Townshend era um sincero estudioso da filosofia e da política, daí devotado a Adam Smith, e, o que interessa ainda mais, encontrava-se em posição de fazer-lhe uma importante oferta. Em 1754 Townshend se casara com a condessa de Dalkeith, a viúva do duque de Buccleuch, e viu-se na obrigação de procurar um tutor para o filho de sua mulher. A educação de um jovem cavalheiro da classe nobre consistia principalmente na Grande Viagem, ou seja, uma visita à Europa continental, durante a qual podia-se adquirir a polidez e *finesse* tão valorizadas por lordes Chesterfield. O dr. Adam Smith seria o acompanhante ideal para o jovem duque, pensou Townshend, e conseqüentemente ofereceu-lhe quinhentas libras por ano, mais as despesas e uma pensão de quinhentas libras por ano pela vida inteira.

Era uma oferta boa demais para ser recusada. Até então, Smith ganhara no máximo cento e setenta libras, que eram o pagamento que, naqueles dias, os professores recebiam diretamente de seus alunos. É interessante notar que seus alunos recusaram a devolução do que haviam pago ao dr. Smith e que ele lhes ofereceu de volta ao deixá-los: alegraram que já tinham sido mais do que recompensados.

O tutor e Sua jovem Graça partiram para a França em 1764. Permaneceram em Toulouse por um ano e meio, onde a combinação de uma abominavelmente tediosa companhia e o execrável francês de Smith fez sua tranqüila vida em Glasgow assumir o aspecto de verdadeira dissipação. Então, foram para o sul da França (onde ele conheceu e adorou Voltaire e recusou as atenções de uma amorosa marquesa), em seguida para Genebra e, afinal, para Paris. Procurando aliviar o tédio das províncias, Smith começou a trabalhar num tratado de economia política, assunto que fora tema de suas aulas em Glasgow, que havia debatido muitas noites na Sociedade Seleta de Edimburgo e discutido até a exaustão com seu querido amigo David Hume. O livro iria ser o *The Wealth of Nations* (A Riqueza das Nações), mas iriam se passar doze anos até que ficasse pronto.

Paris foi bem melhor. Já então o francês de Smith, embora ainda medonho, tornara-se bom o bastante para permitir-lhe falar correntemente com o maior pensador econômico da França. Era François Quesnay, um doutor da corte de Luís XV e médico pessoal de Mme. Pompadour. Quesnay havia iniciado uma escola de economia conhecida como Fisiocracia e elaborara um esquema de funcionamento da economia denominado *tableau économique*. O *tableau* era na verdade uma visão de um médico: em oposição às idéias da época, que ainda consideravam a riqueza como um sólido acúmulo de ouro e prata, Quesnay insistia que a riqueza originava-se da produção e espalhava-se através do país, de mão em mão, fortalecendo o organismo social como a circulação do sangue.⁹ O *tableau* impressionou profundamente — Mirabeau, o velho, que caracterizou-o como uma invenção tão importante como a escrita e o dinheiro.¹⁰ Mas o problema com a Fisiocracia era sua insistência em que apenas o trabalhador agrícola *produzia* a verdadeira riqueza e que os trabalhadores da indústria e do comércio apenas alteravam sua forma, mas de maneira “estéril”. Por isso o sistema de Quesnay tinha um uso limitado na política prática. Na verdade, ele advogava a política do *laissez-faire* — uma divergência radical para a época. Mas ao descrever o setor industrial como desempenhando apenas

uma manipulação estéril, falhava em não considerar que o trabalho podia produzir riqueza fosse qual fosse o campo em que atuasse e não apenas na terra.

Ver que esse trabalho, e não a natureza, era a fonte de “valia”, foi um dos maiores *insights* de Smith. Talvez fosse consequência de ele ter crescido em um país no qual se desenvolvia um agitado comércio e não a atividade primordialmente agrícola da França. Fosse qual fosse a causa, Smith não podia aceitar a tendência agrícola do culto Fisiocrático (os seguidores de Quesnay, como Mirabeau, nada tinham de aduladores). Ele sentia uma profunda admiração pessoal pelo doutor francês — se não tivesse sido a morte de Quesnay, o *The Wealth of Nations* teria sido dedicado a ele —, mas a Fisiocracia era fundamentalmente incompatível com a visão escocesa de Smith.

Em 1766 a viagem sofreu uma brusca interrupção. O irmão mais novo do duque, que se juntara a eles, foi acometido de febre e, apesar dos frenéticos cuidados de Smith (que chamou Quesnay), morreu entre delírios. Sua Graça retornou para a sua propriedade em Dalkeith e Smith foi primeiro para Londres, depois para Kirkcaldy. Apesar dos rogos de Hume, permaneceu lá durante a maior parte dos dez anos seguintes e o grande tratado foi tomando forma. Enquanto ditava, ele permanecia de pé junto à lareira, esfregando nervosamente a cabeça na parede, tanto que a brilhantina que usava deixou uma mancha escura no local. Ocasionalmente ia visitar seu ex-pupilo na propriedade de Dalkeith e de vez em quando ia até Londres para trocar idéias com os literatos da época. Um deles era o dr. Samuel Johnson, a cujo seletor clube Smith pertencia, embora ele e o venerável lexicógrafo raramente se entendessem em circunstâncias amigáveis.¹¹ Sir Walter Scott nos conta que Johnson, na primeira vez que viu Smith, atacou-o por uma observação que fizera. Smith alardeava a veracidade da existência dessa controvérsia.

“O que o dr. Johnson disse?”, era a pergunta que todos faziam. “O que ele disse?”, respondia Smith, com expressão de profundo ressentimento. “Ele disse: ‘Você mente!’”. “E o que você respondeu?”. “Eu respondi: ‘Você é um filho da...’”. Nestes termos, conta Scott, esses grandes moralistas se encontraram, separaram-se, e assim foi o diálogo clássico entre os dois mestres da filosofia.

Smith conheceu também um encantador e inteligente americano, Benjamin Franklin, que lhe forneceu dados sobre a riqueza das Colônias americanas e uma profunda análise sobre o papel que elas iriam desempenhar um dia. Foi sem dúvida sob a influência

de Franklin que Smith em seguida escreveu sobre as Colônias, dizendo que elas constituíam uma nação “que, sem dúvida, prometia se transformar na maior e mais formidável do mundo”.

O *The Wealth of Nations* foi publicado em 1776. Dois anos depois Smith foi designado Comissário dos Costumes de Edimburgo, uma sinecura de seiscentas libras por ano. Com a mãe, que morreu aos noventa anos de idade, Smith levou uma vida de solteiro, em paz, sossego e provavelmente distraído até o fim.

E o livro?

Foi classificado como “manifestação não apenas de uma grande mente, como também de toda uma época”.¹² No entanto, não se trata de um livro “original” no sentido estrito da palavra. Há uma longa lista de observadores que antes de Smith vislumbraram sua compreensão do mundo: Locke, Steuart, Mandeville, Petty, Cantillon, Turgot, isto sem mencionar Quesnay e Hume de novo. Smith pegou tudo deles: há mais de cem autores mencionados por nome em seu tratado. Mas onde outros pescaram aqui e ali, Smith lançou sua rede amplamente; onde outros esclareceram esta ou aquela questão, Smith iluminou a paisagem inteira. *The Wealth of Nations* não é um livro original, mas sem dúvida é uma obra-prima.

É, em primeiro lugar, um imenso panorama. Inicia-se com uma famosa passagem que descreve a especialização do trabalho em uma fábrica de alfinetes e abrange, antes de terminar, uma variedade de temas tais como “os últimos distúrbios nas colônias americanas” (evidentemente Smith achava que a Guerra Revolucionária já estaria terminada quando seu livro fosse publicado), a inutilidade da vida dos estudantes em Oxford e as estatísticas sobre a pesca do arenque desde 1771.

Uma olhada no índice compilado por Cannan para a última edição mostra a infinidade das referências e dos pensamentos de Smith. Há dúzias de entradas para a letra A:

Abássidas, opulência do império Sarraceno sob
 Abraão, shekels pesados (medidas em peso)
 Abissínia, dinheiro-sal
 Atores, públicos, pagos pelo desprezo dedicado à sua
 profissão
 África, rei poderoso em situação muito pior do que o
 camponês europeu
 Cervejarias⁴, número de, não a eficiente causa da
 embriaguez

Embaixadores⁵, o primeiro motivo de sua nomeação
 América [seguia-se uma página de referências bem cheia]
 Aprendizado, a natureza... deste vínculo, servidão explicada
 Árabes, sua maneira de apoiar a guerra
 Exército⁶, nenhuma segurança para um soberano contra
 um clero desleal

Em caracteres diminutos, o índice se prolongava por sessenta e três páginas; antes de terminar já abrangera tudo: “Açougue, comércio odioso e brutal; Estômago, desejo de comer limitado pela estreita capacidade do; Pobreza, às vezes arrasta uma nação a costumes bárbaros; Ricos, o máximo prazer dos, consiste na exibição”. Quando se terminam as novecentas páginas do livro tem-se uma imagem viva da Inglaterra dos anos 1770, com aprendizes, artífices assalariados, capitalistas ascendentes, senhores feudais, clérigos, reis, oficinas, fazendas e comércio estrangeiro.

O livro é denso. Movimenta-se com toda a deliberação de uma mente enciclopédica, mas não com a precisão e a ordem de uma enciclopédia. Era uma época em que os autores não se detinham para qualificar suas idéias com *se, e, mas*; era uma época em que era possível para um homem com a estatura intelectual de Smith virtualmente abarcar o grande acervo de conhecimento do seu tempo. Assim, o livro não se esquivava de nada e nada teme. E que livro exasperante! O tempo todo ele se recusa a reduzir a uma frase concisa a conclusão a que chegou laboriosamente depois de mais de cinquenta páginas. A exposição é tão rica em detalhes e observações que o leitor é constantemente obrigado a pôr de lado a ornamentação a fim de expor a estrutura de aço que dá apoio ao conjunto. Ao chegar à prata, Smith faz rodeios durante setenta e cinco páginas para escrever uma “digressão” a respeito; quando chega à religião, ele vagueia durante um capítulo sobre a sociologia da moral. Mas com todo o seu peso, o texto é pontilhado de *insights*, observações e frases bem torneadas que conferem vida a essa grande leitura. Foi Smith quem pela primeira vez chamou a Inglaterra de “uma nação de lojistas”;¹³ foi Smith quem escreveu “Por natureza, um filósofo não é um gênio e por disposição não é muito mais diferente de um carregador do que um mastim de um *greyhound*”.¹⁴ E sobre a *East India Company*,¹⁵ que então estava devastando o

4 Alehouses, em inglês. (N. do T.)

5 Ambassadors, em inglês. (N. do T.)

6 Army, em inglês. (N. do T.)

Oriente, ele escreveu: “Há um governo muito singular no qual cada membro da administração quer ir embora do país... assim que pode, e a cujos interesses, no dia seguinte ao dia que foi embora levando toda a sua fortuna, ele é totalmente indiferente, mesmo que o país inteiro seja sacudido por um terremoto”.

The Wealth of Nations é um *non sense* como livro. Adam Smith está escrevendo para a sua época, não para seus alunos; está expondo uma doutrina que pretende ser importante para dirigir um império, não um tratado abstrato para distribuição acadêmica. Os dragões que ele mata (como por exemplo a filosofia mercantilista, que leva mais de duzentas páginas para morrer) encontravam-se vivos e arfantes, embora um tanto cansados, naquele tempo.

E, afinal, o livro é revolucionário. Com certeza, Smith dificilmente teria apoiado um levante que desorganizasse as classes camponesas e entronizasse os pobres comuns. Mas o significado do *The Wealth of Nations* é revolucionário, apesar de tudo. Smith não é, como se pensa comumente, um apologista do burguês empreendedor; como iremos ver, é um admirador de seu trabalho, mas desconfiado de seus motivos e consciente das necessidades das grandes massas trabalhadoras. Mas não é sua finalidade advogar os interesses de qualquer classe trabalhadora. Está preocupado em promover a riqueza pela nação inteira. E riqueza, para Adam Smith, consiste nas mercadorias que *todas* as pessoas da sociedade consomem; note, *todas* — esta é a democrática, e portanto radical, filosofia da riqueza. Foi-se a noção de ouro, tesouros, mercadorias reais; foram-se as prerrogativas de mercadores, fazendeiros ou guildas de trabalhadores. Estamos em um mundo moderno, no qual a onda de mercadorias e serviços consumidos por todos constitui a meta, a finalidade da vida econômica.

E agora, quais as lições do texto?

Dois grandes problemas absorvem a atenção de Adam Smith. Primeiro, ele está interessado em pôr a nu o mecanismo pelo qual a sociedade se mantém unida. Como é possível para uma comunidade na qual todos estão ocupadíssimos atendendo aos seus próprios interesses não escapar da força centrífuga? O que é que guia o negócio particular de cada indivíduo para que ele esteja em conformidade com as necessidades do grupo? Sem uma autoridade central planejadora e sem a influência constante das antigas tradições, como uma sociedade pode conseguir realizar as tarefas que são indispensáveis para a sobrevivência?

Estas indagações levaram Smith à formulação das leis do mercado. O que ele pretendia determinar era a “mão invisível”,¹⁶ como a chamava, por meio da qual “os interesses¹⁷ e paixões particulares dos homens” são orientados na direção “mais benéfica para o interesse da sociedade inteira”.

Mas as leis do mercado serão apenas uma parte da pesquisa de Smith. Há uma outra questão que o interessa: a que sociedade? As leis do mercado são como as leis que explicam como uma moeda girando se mantém de pé; mas há também a questão de que a moeda, justamente por girar, movimenta-se sobre a mesa.

Para Smith e os grandes economistas que o acompanharam, a sociedade não é concebida como uma realização estática da humanidade que continua se reproduzindo, intocada e imutável, de uma geração para a seguinte. Ao contrário, a sociedade é vista como um organismo que tem sua própria história de vida. Sem dúvida, na íntegra, o *The Wealth of Nations* é um grande tratado de História que explica como “o sistema de perfeita liberdade”¹⁸ (também chamado “sistema de liberdade natural”) — modo pelo qual Smith se referiu ao capitalismo comercial — tomou forma e como ele funcionava.

Mas enquanto acompanhamos o desemaranhar de Smith das leis do mercado, não podemos fugir deste maior e mais fascinante problema. As leis do mercado em si são parte integrante de leis maiores que causam a prosperidade ou a queda da sociedade. O mecanismo pelo qual o indivíduo desatento é mantido em contato com todos os demais irá afetar o mecanismo pelo qual a própria sociedade se modifica ao longo dos anos.

Então, vamos começar com uma olhada no mecanismo do mercado. Não é nada do tipo que excita a imaginação ou acelera o ritmo cardíaco. No entanto, em toda a sua aridez, tem um imediatismo que pode nos levar a considerá-lo com respeito. As leis do mercado não apenas são essenciais para que se entenda o mundo de Adam Smith, como também fundamentam o mundo muito diferente de Karl Marx e o mundo mais diferente ainda no qual vivemos hoje em dia. Desde que todos estamos, conscientes disso ou não, sob a soberania dessas leis, compete a nós examiná-las com o maior cuidado.

As leis do mercado de Adam Smith são basicamente simples. Elas nos dizem que a influência de certo tipo de costume em determinada estrutura social pode trazer resultados perfeitamente definidos e previsíveis. Especificamente, nos mostram que a direção do interesse próprio individual em um ambiente de indivíduos similarmente motivados pode resultar em competição; além disso,

demonstram como a competição irá influir no aprovisionamento das mercadorias que a sociedade quer, nas quantidades que a sociedade exige e nos preços que a sociedade está apta a pagar. Vamos ver como isso acontece.

Acontece, em primeiro lugar, porque o interesse próprio age como um poder orientador para dirigir os homens a qualquer trabalho que a sociedade esteja disposta a recompensar. “Não é da benevolência do açougueiro, do vendeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar”, diz Smith, “mas do respeito que eles têm pelo próprio interesse. Dirigimo-nos não à humanidade deles, mas ao seu amor-próprio e jamais lhes falamos das nossas necessidades, mas sim das vantagens deles.”¹⁹

Mas o interesse próprio é apenas metade do quadro. Ele leva os homens à ação. Alguma coisa mais tem que limitar o impulso da fome de lucros individuais para livrar a sociedade de preços exorbitantes: uma comunidade movida apenas pelo interesse próprio seria uma comunidade de especuladores desumanos. Esse regulador é a competição, o conflito dos auto-interessados no mercado. Cada homem, além de fazer o máximo por si mesmo sem pensar nas conseqüências sociais, confronta-se com um rebanho de indivíduos motivados da mesma maneira, que estão empenhados exatamente em conseguir a mesma coisa. Portanto, cada qual se preocupa só em tirar vantagem de seu colega de cobiça. Um homem que venha a perder o interesse próprio logo descobrirá que seus competidores ocuparam o lugar dele no comércio; caso ele suba demais os preços de sua mercadoria ou se recuse a pagar aos seus empregados o mesmo que os demais pagam, não demorará em ver-se sem compradores, no primeiro caso, e sem trabalhadores, no segundo. Assim, como no livro *The Theory of Moral Sentiments* (A Teoria dos Sentimentos Morais), os motivos próprios dos homens transmutam-se por interação para render o mais inesperado dos resultados: harmonia social.

Considere, por exemplo, o problema dos preços altos. Suponha que temos cem fabricantes de luvas. O próprio interesse fará com que cada um deles queira elevar o preço acima do custo de produção e assim obter um lucro extra. Mas não podem. Se um deles subir o preço, os competidores podem manter seus preços e excluí-lo do mercado vendendo mais barato. Apenas se todos os fabricantes de luvas combinarem e concordarem em manter uma frente unida poderão elevar excessivamente os preços. E neste caso a combinada coalizão poderá ser rompida por um fabricante empreendedor de

outro campo — digamos, um fabricante de sapatos — que decida empregar seu capital na fabricação de luvas, cujo mercado poderá ganhar se vender a preço um pouco mais baixo.

Mas as leis do mercado fazem mais do que impor preços competitivos aos produtos. Podem também fazer com que os produtores dêem atenção às exigências da sociedade em relação às *quantidades* de mercadorias procuradas. Suponhamos que os consumidores decidam querer mais luvas do que queriam e menos sapatos. Em consequência, o estoque de luvas do mercado ficará desfalcado, enquanto que as vendas de calçados diminuirão muito. Como resultado, os preços das luvas tenderão a subir, uma vez que os consumidores querem comprar em ritmo maior do que são produzidas, e os preços dos sapatos irão cair, fazendo baixar os lucros na sua fabricação. Mais uma vez o interesse próprio irá interferir para equilibrar a balança. Os operários da indústria de calçados serão dispensados à medida que as fábricas diminuam a produção; irão trabalhar na indústria de luvas, cujos negócios estão indo de vento em popa. O resultado é evidente: a produção de luvas subirá e a de calçados cairá.

E é isto exatamente que a sociedade quer em primeiro lugar. Quanto mais luvas surgirem no mercado para atender à demanda, mais os preços das luvas baixarão. Quanto menos calçados forem produzidos, o excesso logo irá desaparecer e os preços voltarão ao normal. Por meio do mecanismo do mercado, a sociedade terá mudado a alocação de seus elementos de produção a fim de atender às novas exigências. No entanto, não foi emitida qualquer ordem, nenhuma autoridade planejadora estabeleceu qualquer esquema de produção. O interesse próprio e a competição, agindo um contra a outra, realizaram a transição.

E uma proeza final. Assim como o mercado regula tanto os preços quanto a quantidade de *mercadorias*, de acordo com o arbítrio da demanda, também regula os *rendimentos* de cada um que coopera para a produção das mercadorias. Se os lucros em uma modalidade de negócios são excessivamente altos, acontecerá a transferência de outros negociantes para essa modalidade, até que a competição elimine os excessos. Caso os salários estejam fora de linha em uma espécie de trabalho, haverá uma corrida de homens para a ocupação favorecida, até que não se pague mais em trabalhos semelhantes, que exijam o mesmo grau de habilidade e treino. Inversamente, se os lucros ou os salários são muito baixos em uma área de comércio, haverá um êxodo de capital e trabalho, até que a oferta se ajuste melhor à procura.

Tudo isto parece mais do que elementar. Mas considere o que Adam Smith fez com seu impulso de interesse próprio e seu regulador de competição. Primeiro, explicou como os preços são impedidos de subir arbitrariamente para muito além do custo de produção de uma mercadoria. Segundo, explicou como a sociedade pode induzir seus produtores de mercadorias a provê-la do que ela deseja. Terceiro, demonstrou por que os preços altos são um veneno que contém o próprio antídoto, uma vez que induzem ao crescimento da produção. E, afinal, estimou uma similaridade básica de rendimento a cada nível da grande camada produtora da nação. Em uma palavra, descobriu no mecanismo do mercado um sistema auto-regulador que gera um aprovisionamento organizado para a sociedade.

Note, “auto-regulador”. A conseqüência notável é que o mercado é seu próprio guardião. Se a produção, se o preço ou se algum tipo de remuneração sai de seus níveis socialmente organizados, forças entram em ação para trazê-los de volta ao seu lugar. Daí deriva um curioso paradoxo: o mercado, que é o auge da liberdade econômica individual, é também o mais severo capataz de tudo. Pode-se apelar para as regras de planejamento ou conseguir a dispensa de um ministro, mas não existe apelo, não existe dispensa contra e para as pressões do mecanismo do mercado. Portanto, a liberdade econômica é muito mais ilusória do que pode parecer. Pode-se tudo quando se agrada ao mercado. Mas quando se faz algo que o mercado desaprova, o preço da liberdade individual é a ruína econômica.

O mundo funciona, realmente, deste jeito? Funcionou no tempo de Adam Smith, num grau bastante real. Mesmo naquela época, é claro, havia fatores que agiam como freios nas operações livres no sistema de mercado. Havia combinações de fabricantes que elevavam os preços artificialmente e associações de artesãos que resistiam às pressões da competição quando esta agia para baixar os salários. E havia também inquietantes sinais a serem vistos. A fábrica dos irmãos Lombe era mais do que uma maravilha de maquinaria e mais do que uma fonte de deslumbramento para o nosso viajante: ela pressagiava o início da indústria em larga escala e a emergência de patrões que seriam poderosos atores individuais no mercado. As crianças que trabalhavam nos teares de algodão com certeza não eram consideradas como tendo o mesmo poder que os patrões, que lhes dava o que comer, onde dormir e as explorava. Mas com todos seus sinistros presságios, no século dezoito a Inglaterra se parecia, embora não de maneira completa, com o modelo

que Smith imaginou. O comércio *era* competitivo, a maioria das fábricas *eram* pequenas, os preços *podiam* subir ou descer conforme a demanda aumentasse ou diminuísse e as modificações nos preços *podiam* provocar mudanças na produção e no campo de trabalho. O mundo de Adam Smith foi denominado mundo de competição atomista: um mundo no qual nenhum agente do mecanismo produtivo, quer do lado do trabalho ou de capital, era poderoso o bastante para interferir ou resistir às pressões da competição. Era um mundo no qual cada agente via-se forçado a correr atrás de seu interesse próprio dentro de uma vasta liberdade social para tudo.

E hoje? O mecanismo competitivo do mercado ainda opera?

Não é possível dar uma resposta simples a esta pergunta. A natureza do mercado mudou muito desde o século dezoito. Não vivemos mais em um mundo de competição atomista no qual homem nenhum podia se atrever a nadar contra a correnteza. Hoje em dia o mecanismo do mercado se caracteriza pelo enorme tamanho dos seus participantes: empresas gigantescas e sindicatos de trabalhadores também gigantesco evidentemente não funcionam como se fossem proprietários e trabalhadores individuais. O gigantismo lhes permite resistir às pressões da competição, ignorar os sinais emitidos pelos preços e considerar que seu interesse próprio pode estar num tempo prolongado de venda e não no compra-e-venda diário, imediato.

Além disso, o aumento da interferência governamental alterou a finalidade do mecanismo do mercado. Como um lorde medieval, o governo não reconhece o mercado como seu senhor; na maioria das vezes ele *condiciona* o mercado, em vez de aderir a ele. É evidente que todos esses fatores enfraqueceram a primária função orientadora do mercado. Mais tarde iremos nos preocupar com o que outros economistas disseram a respeito deste problema. Mas, para a nova qualidade da sociedade industrial do século vinte, os importantes princípios do interesse próprio e da competição, quer atenuados ou impositivos, ainda constituem as regras básicas de comportamento às quais nenhum participante econômico pode se atrever a desobedecer inteiramente. Não estamos vivendo no mundo atomista de Adam Smith, mas as leis do mercado ainda podem ser percebidas se olharmos logo abaixo da superfície.

As leis do mercado são apenas a descrição do comportamento que dá à sociedade a sua natureza coesiva. Algo mais lhe dá vida. Noventa anos depois do *The Wealth of Nations*, Karl Marx iria descobrir as “leis do movimento”, que descrevem como o capitalismo

processou-se de maneira lenta, relutante, mas inelutavelmente, rumo ao seu destino. Mas *The Wealth of Nations* já tinha suas próprias leis de movimento. No entanto, discordando bastante do prognóstico marxista, o mundo de Adam Smith dirigiu-se ao Valhalla⁷ vagarosamente, muito hesitante e de modo mais ou menos inevitável.

O Valhalla teria sido o último destino que a maioria dos observadores preveria. Sir John Byng,²⁰ viajando pelo norte do país em 1792, olhou pela janela da carruagem e escreveu: “Ora essa! Ali, agora, há um grande e fulgurante moinho... todo o Vale está alterado... Sir Richard Arkwright pode ter introduzido Muita Riqueza em sua Família e em seu País, mas como Turista eu execro seus Esquemas que, tendo invadido todos os Vales Pastoris, destruíram o curso e a Beleza da Natureza”. “Oh! Que covil de cães é Manchester!”, observou sir John ao chegar lá.

Na verdade, muito da Inglaterra era um covil de cães. Os três séculos de tumultos que haviam trazido a terra, o trabalho e o capital à vida pareciam ter sido apenas um preâmbulo de convulsões maiores, pois os recentemente liberados agentes de produção começaram a combinar-se em nova e assustadora forma: a fábrica. E com a fábrica vieram novos problemas. Vinte anos antes da viagem de sir John, Richard Arkwright, que reunira um pequeno capital vendendo cabelos de mulher para fazer perucas, inventou (ou roubou) o tear mecânico. Mas depois de construir a máquina verificou que não era assim tão fácil fazê-la funcionar. A mão-de-obra local não conseguia acompanhar a “rapidez regular” do processo — o trabalho assalariado ainda era geralmente olhado com desprezo e alguns capitalistas encontraram suas recém-construídas fábricas arrasadas e incendiadas por puro ódio cego. Arkwright viu-se forçado a voltar-se para as crianças — “seus pequenos dedos eram rápidos”. Além disso, como não eram usadas nas atividades independentes de agricultura e artesanato, as crianças adaptavam-se mais depressa à disciplina do trabalho fabril. O gesto foi apresentado como muito filantrópico — dar emprego a crianças não ajudaria a melhorar as condições de vida dos “pobres inúteis”?

Se algum problema atormentava a mente dos poderes públicos, ao lado do misto de admiração e horror que sentiam pela fábrica, era o onipresente problema da pobreza inútil. Em 1720, a Inglaterra estava repleta de um milhão e meio de pobres — um número as-

7 Na mitologia escandinava, o vasto e esplêndido palácio dos mortos em Asgard, onde os guerreiros tombados em batalha eram recebidos por Odin, no Dia do Juízo. (N. do E.)

sustador se levarmos em conta que a população total era de apenas doze ou treze milhões.²¹ Portanto, o ar estava repleto de esquemas para dispor deles. Na maioria esquemas desesperados, uma vez que a queixa mais comum era a incurável preguiça dos miseráveis, que se misturava com a consternação diante do modo pelo qual as classes baixas imitavam seus superiores. Os trabalhadores andavam bebendo chá! O povo comum parecia preferir comer pão branco, de trigo, em lugar de seu tradicional pão de centeio ou cevada! No que iria dar isto?, perguntavam-se os pensadores da época; a carência dos pobres ("que é prudente aliviar, mas loucura eliminar",²² como o escandaloso Mandeville declarou em 1723) não era essencial para o bem-estar do Estado? O que aconteceria com a Sociedade, caso se permitisse que as indispensáveis gradações da sociedade desaparecessem?

O termo consternação ainda é o que melhor descreve a atitude que prevalecia naquela época em relação ao grande, temível problema das "baixas camadas", mas com certeza não é o que descreve a filosofia de Adam Smith. "Nenhuma sociedade pode ser seguramente florescente e feliz se a maior parte de seus membros for composta de pobres e miseráveis",²³ escreveu ele. E não apenas foi temerário a ponto de fazer tal constatação, como também se dispôs a demonstrar que essa sociedade estava se aperfeiçoando cada vez mais; que estava avançando, vacilante, para uma finalidade positiva. E não avançava porque alguém assim o quisesse, porque o Parlamento o determinara por lei ou porque a Inglaterra houvesse vencido uma batalha. Movia-se, avançava, porque existia uma dinâmica sob a superfície das coisas que acionava o conjunto social como uma poderosa máquina.

Um fato evidente chocou Adam Smith quando ele observou o panorama inglês. Era o tremendo ganho em produtividade que provinha da divisão e da especialização do trabalho. No começo de *The Wealth of Nations*, Smith comenta sobre uma fábrica de alfinetes:²⁴ "Um homem estica o arame, outro o endireita, um terceiro corta-o, um quarto o aponta, um quinto o achata na extremidade em que ficará a cabeça; para fazer a cabeça são necessárias duas ou três operações diferentes; fabricá-lo é uma tarefa peculiar; branqueá-lo é outra; é uma verdadeira arte, também, espetá-los no papel... Vi pequenas fábricas dessas onde trabalhavam apenas dez homens, alguns deles realizando duas ou três operações diferentes. Mas se bem que fossem muito pobres, e em consequência indiferentemente acomodados entre o maquinário, podiam, quando se

esforçavam, fabricar cerca de cinco quilos de alfinetes em um dia. Em um quilo de alfinetes há uns oito mil alfinetes de tamanho médio. Essas dez pessoas, portanto, poderiam ao todo produzir cerca de oitenta mil alfinetes em um dia... Mas se trabalhassem separadas e independentemente, com certeza cada qual não produziria vinte, talvez nenhum alfinete por dia...”

É desnecessário dizer como os métodos de produção de hoje são infinitamente mais complexos do que os do século dezoito. Se Smith, com todas as suas rejeições, ficou impressionado com uma pequena fábrica com dez operários a ponto de escrever a respeito dela, imagine o que pensaria de uma fábrica com dez mil operários! Mas o grande valor da divisão de trabalho não é sua complexidade — sem dúvida ela simplifica muitas tarefas. Sua vantagem reside na capacidade de incrementar o que Smith chama de “aquela opulência universal que se estende até as camadas mais inferiores do povo”. Essa opulência universal do século dezoito revela-se como uma existência horrível ao nosso moderno ponto de vista. Mas se olharmos o fato por sua perspectiva histórica, se compararmos a quantidade dos trabalhadores do século dezoito com os de um ou dois séculos antes, ficará claro que, fosse como fosse, tratava-se de um considerável avanço. Smith expõe vividamente esse ponto:

Observe a acomodação do mais comum dos artífices ou de um trabalhador diarista num país civilizado, em desenvolvimento, e irá perceber que o número de pessoas de cujas indústrias uma parte, embora pequena, foi empregada tendo também acomodação, excede todos os cálculos. O casaco de lã, por exemplo, que agasalha o trabalhador diarista, por mais áspero e rude que pareça, é produzido pelo trabalho unido de uma grande multidão de operários. O pastor, o escolhedor de lã, o penteador ou cardador de lã, o tintureiro, o escriturário, o fiandeiro, o tecelão, o pisoeiro, o camareiro e muitos outros contribuíram com suas artes para completar esta produção feiosa. Quantos mercadores e carregadores, além disso, devem ter sido empregados... quanto comércio e navegação... quantos construtores de navios, marinheiros, fabricantes de velas, fabricantes de cordas...

Quando examinamos, da mesma maneira, todas as diferentes partes de suas roupas e os móveis de sua casa, a grosseira camisa de linho que ele usa diretamente

sobre a pele, os sapatos que lhe protegem os pés, a cama em que ele dorme... a grelha na qual prepara sua comida, o carvão que ele usa para isso, arrancado das entranhas da terra e levado até ele através de um imenso mar e de um demorado carregamento por terra, todos os demais utensílios da sua cozinha, todos os objetos de sua mesa, as facas e os garfos, os pratos de barro ou de estanho nos quais serve e corta seus alimentos, as mãos diferentes que preparam seu pão e sua cerveja, o vidro na janela que deixa entrar o calor, a luz, e mantém o vento e a chuva do lado de fora, com todo o conhecimento e a arte necessários para produzir esta bonita e feliz invenção...; se examinarmos, eu disse, todas estas coisas... iremos compreender que sem a assistência e cooperação dos muitos milhares, nem sequer uma pessoa verdadeiramente de meios simples de um país civilizado poderia ter o que precisa, mesmo de acordo com o que falsamente imaginamos que seja a maneira fácil e simples em que eles vivem acomodados. Sem dúvida, comparado com o luxo extravagante dos importantes, este modo de viver irá parecer extremamente simples e fácil; e ainda pode ser verdade, talvez, que a acomodação de um príncipe europeu nem sempre excede em muito a de um industrial e frugal camponês, assim como a acomodação deste excede a de um rei africano, senhor absoluto das vidas e liberdades de dez mil selvagens nus.²⁵

O que é isso que leva a sociedade a esta maravilhosa multiplicação de bens e de riquezas? Em parte é o mecanismo do mercado, pois o mercado utiliza os poderes criativos do homem na medida em que o encoraja, até mesmo o força, a inventar, inovar, expandir, assumir riscos. Porém, há outras pressões fundamentais por trás da incansável atividade do mercado. De fato, Smith vê duas leis de comportamento profundamente implantadas que impelem o sistema de mercado em uma espiral ascendente de produtividade.

A primeira delas é a Lei da Acumulação.²⁶

Devemos nos lembrar de que Adam Smith viveu em uma época em que a ascensão industrial capitalista podia realizar e realizou uma fortuna com seus investimentos. Richard Arkwright,²⁷ aprendiz de barbeiro quando jovem, morreu em 1792 deixando uma propriedade rural de 500 000 libras. Samuel Walker,²⁸ que começou

como ferreiro em uma velha loja de pregos em Rotherham, deixou nesse local uma siderúrgica de 200 000 libras. Josiah Wedgood, que mancava em sua olaria com uma perna de pau e reclamando, “Isto não foi feito por Jos Wedgwood”,²⁹ sempre que via um trabalho malfeito, deixou uma propriedade de 240 000 libras e muita terra. A Revolução Industrial em seus primeiros estágios produziu um grande número de ricos entre os que eram rápidos o bastante, espertos o bastante, trabalhadores o bastante para seguir adiante com a correnteza.

E o objetivo da grande maioria dos capitalistas emergentes era primeiro, último e sempre *acumular* os ganhos. No começo do século dezenove, em Manchester, foram arrecadadas 2 500 libras para a construção de escolas dominicais. O maior grupo de patrões do distrito, os fiandeiros de algodão, contribuíram com 90 libras para essa causa benemérita. A jovem aristocracia industrial tinha coisas melhores a fazer com seu dinheiro do que contribuir para caridades improdutivas — ela precisava acumular e Adam Smith aprovava isto de todo o coração. Quem não acumulava deixava-o desgostoso, assim como quem abusava de seu capital — “como aquele que perverte os rendimentos de algum piedoso estabelecimento usando-os para finalidades profanas, pagando os salários da ociosidade com os fundos proporcionados pela frugalidade de seus antepassados que eram consagrados à manutenção da indústria”.³⁰

Mas Adam Smith não aprovava a acumulação em função da própria acumulação. Ele era, afinal de contas, um filósofo e tinha o desdém dos filósofos pela futilidade dos ricos. Mais do que isso, Smith via no acúmulo de capital um vasto benefício para a sociedade. Pois o capital — se empregado em maquinaria — proporcionava exatamente aquela maravilhosa divisão de trabalho que multiplica a energia produtiva do homem. No entanto, o acúmulo tornou-se outra espada de dois gumes de Smith: a avareza do lucro particular de novo redundando no bem-estar da comunidade. Smith não está preocupado com o problema que os economistas do século vinte terão de enfrentar: as acumulações particulares irão se transformar em mais empregos? Para ele, o mundo é capaz de melhoria indefinida e o tamanho do mercado é limitado apenas por sua extensão geográfica. Acumule e o mundo será beneficiado, diz Smith. E, com certeza, na concupiscente atmosfera daquele tempo não havia qualquer evidência de relutância em acumular por parte daqueles que estavam em situação de fazê-lo.

Mas — e aqui residia a dificuldade —, o acúmulo logo levaria

a uma situação em que seria impossível continuar acumulando. Isto porque a acumulação quer dizer mais maquinaria, e mais maquinaria quer dizer mais necessidade de trabalhadores. Isto, por sua vez, cedo ou tarde levaria a salários cada vez mais altos, até que os lucros — a fonte da acumulação — se diluíssem. Como esta barreira é ultrapassada?

É ultrapassada pela segunda grande lei do sistema: a Lei da População.

Para Adam Smith, os trabalhadores, como qualquer outra mercadoria, podem ser produzidos de acordo com a demanda. Se os salários são altos, o número de trabalhadores se multiplica; se os salários caem, o volume da classe trabalhadora diminui. Smith coloca o fato de modo áspero: "... a demanda por homens, como por qualquer outra mercadoria, regula necessariamente a produção de homens".³¹

Esta é uma concepção ingênua e isso salta à vista. Nos tempos de Smith, a mortalidade infantil nas classes baixas era impressionantemente elevada. "É bastante comum", escreve Smith, "nas Terras Altas da Escócia, a mãe que põe vinte filhos no mundo ter apenas dois vivos".³² Em muitas localidades da Inglaterra, metade das crianças morre antes de chegar aos quatro anos e em quase toda parte metade das crianças vive apenas até os nove ou dez anos. Má nutrição, más condições de vida, o frio e as doenças cobram alto tributo entre os pobres. Então, embora os salários altos afetem a taxa de natalidade apenas ligeiramente, pode-se esperar que tenham uma influência considerável no número de crianças que chegam à idade de trabalhar.

Se o primeiro efeito da acumulação for aumentar os salários das classes trabalhadoras, com certeza isto irá resultar no aumento do número de trabalhadores. E aí o mecanismo do mercado entra em funcionamento. Como preços mais altos no mercado irão levar a uma maior produção de luvas, e o maior número de luvas irá forçar o preço delas para baixo, salários mais altos irão proporcionar maior número de trabalhadores, e o aumento deles irá provocar uma pressão reversa no nível de seus salários. A população, como a produção de luvas, é uma doença autocurativa — no que se refere a salários.

E isto significa que o acúmulo está a salvo de riscos. A subida dos salários que ele causa, e que ameaça tornar prejudicial um maior acúmulo, é temperada pelo aumento da população. O acúmulo leva à sua própria decomposição e depois é salvo na hora H. O obstáculo de salários altos é anulado pelo crescimento da população,

que foi facilitado pela subida dos salários. Há algo fascinante nesse processo automático de agravamento e de cura, de estímulo e resposta, no qual o verdadeiro fator que parece levar o sistema até o ponto de destruição proporciona também, manhosamente, as condições necessárias para a sua saúde.

E, agora, observe que Smith construiu uma cadeia gigantesca e sem fim para a sociedade. Como uma regular e inevitavelmente série de proposições matemáticas encadeadas, a sociedade iniciou uma marcha ascendente. De um ponto de partida, o mecanismo investigador do mercado primeiro equaliza os retornos ao trabalho, e o capital, em todos os seus diferentes usos, provê que as mercadorias procuradas sejam produzidas nas quantidades certas e a seguir assegura que os preços das mercadorias estejam sempre competindo para baixo com seus custos de produção. No entanto, mais do que isso, a sociedade é dinâmica. O acúmulo de riqueza começará desde o ponto de partida e este acúmulo irá resultar num aumento de facilidades para a produção e em maior divisão de trabalho. Até aqui, tudo bem. Mas o acúmulo irá também elevar os salários à medida que os capitalistas demandem mais trabalhadores para trabalhar em novas fábricas. Com a subida dos salários, maiores acumulações passam a deixar de ser lucrativos. O sistema ameaça desabar. Contudo, os trabalhadores terão usado seus melhores salários para proteger os filhos das doenças mortais. Daí, aumentará a oferta de trabalhadores. Com o inchaço da população, a competição entre os trabalhadores irá pressionar os salários para baixo outra vez. Assim, o acúmulo poderá prosseguir e começará uma outra volta na espiral ascendente da sociedade.

Não é o ciclo de negócios que Smith descreve, mas sim um processo a longo prazo, uma evolução secular. E, com certeza, também maravilhoso. Desde que o mecanismo do mercado não seja alterado, tudo é inexoravelmente determinado pelo anel anterior dessa verdadeira corrente. Em seu interior, forma-se como que um vasto conjunto de motores alternados com a sociedade: apenas os gostos do público — para orientar os produtores — e os recursos físicos da nação ficam fora da cadeia de causa e efeito.

E observe, além disso, que o previsto é uma melhoria constante nos negócios. De fato, o aumento da população trabalhadora sempre irá forçar a descida dos salários na direção do nível da subsistência. Mas *na direção de* não é o mesmo que *para*; quanto mais o processo de acumulação continua — e isto se dá num longo período, no ponto de vista de Smith —, existe uma oportunidade virtualmente

eterna para a sociedade aumentar suas posses. Smith não afirma que esse seria o melhor de todos os mundos; ele leu *Candide*, de Voltaire, e nada tinha a ver com o dr. Pangloss. Mas não existe motivo para que o mundo não possa *movimentar-se* na direção do crescimento e do progresso. Sem dúvida, se deixássemos o mecanismo do mercado funcionar por si e permitíssemos que as grandes leis do trabalho social atuassem, aconteceria inevitavelmente o progresso.

À longuíssimo prazo, bem além da linha do horizonte, seria possível discernir o destino final da sociedade. Depois de uma longa e gradual ascensão o nível “natural” dos salários, caíria voltando ao nível de subsistência, uma vez que a sociedade teria ficado sem recursos e não poderia prosseguir no processo de acumulação. O senhor de terras desapareceria, pois a população seria consideravelmente grande e pressionaria para ocupar as terras, que embora oferta-divina existiam em quantidade limitada. O capitalista, no entanto, sofreria um destino difícil; uma vez que as riquezas se teriam multiplicado além de todos os cálculos, o capitalista receberia um pagamento pela administração, mas teria baixíssimo lucro além disso: seria um rijo trabalhador, bem remunerado, mas com certeza não seria uma pessoa riquíssima. Haveria um estranha de mistura de riqueza e pobreza.

No entanto, o caminho para o eventual oásis da sociedade era longo e havia muito que fazer entre o mundo de Adam Smith e esse ponto ideal, para valer uma perda de muito tempo com seus detalhes. *The Wealth of Nations* é um programa de ação, não uma cópia da Utopia.

O livro toma forma lentamente. Foram necessários quase oito anos para que ele fosse citado no Parlamento, e o primeiro a fazê-lo foi Charles James Fox, o mais poderoso membro dos Comuns (que mais tarde admitiu que *nunca o lera*). Foi só em 1800 que o livro obteve reconhecimento total. Nesse ínterim, havia chegado à nona edição inglesa e já conquistara a Europa e a América. Seus admiradores tinham surgido de um ponto inesperado. Eram da florescente classe capitalista — a classe que Smith descompusera por sua “atitude gananciosa”³³ e de cujos membros ele dissera que “não são, nem são obrigados a ser, os orientadores da humanidade”. Tudo isto foi ignorado em favor do importante ponto que Smith salientou em seu estudo: *deixe o mercado em paz*.

O que Smith queria dizer era uma coisa; o que seus admiradores o fizeram parecer dizer era outra. Smith, como já dissemos,

não era partidário de classe alguma. Era um escravo de seu sistema. Toda a sua filosofia econômica provinha de sua inquestionável fé na habilidade do mercado em dirigir o sistema para o ponto mais alto de retorno. O mercado — essa maravilhosa máquina social — tomaria conta das necessidades da sociedade *desde que fosse deixado em paz consigo mesmo*, e as leis da evolução se encarregariam de levar a sociedade até a prometida recompensa. Smith não era contra o trabalho e nem contra o capital; se tomava algum partido era a favor do consumidor. “O consumo é a única finalidade e o único propósito de toda produção”,³⁴ escreveu ele, e passou à crítica severa dos sistemas que colocam o interesse do produtor acima do interesse do público consumidor.

Mas no panegírico de Smith de um mercado livre e descompromissado, os industriais em ascensão encontraram a justificativa teórica de que precisavam para bloquear as primeiras tentativas do governo de remediar as condições escandalosas da época. Era inquestionável que a teoria de Smith abrigava a doutrina do *laissez-faire*. Para Adam Smith, com certeza, quanto menos o governo interferisse, melhor: os governos são perdulários, irresponsáveis e improdutivos. No entanto, Adam Smith não se opunha necessariamente — como seus admiradores póstumos fazem parecer — a toda ação do governo que tenha como finalidade a promoção do bem-estar geral. Ele previne, por exemplo, contra o neutralizante efeito da produção em massa — “a compreensão da maior parte dos homens é necessariamente formada em seu trabalho. O homem cuja vida é usada em umas poucas e simples operações... em geral torna-se tão estúpido e ignorante quanto é possível um ser humano se tornar” — e profetiza o declínio das virtudes briosas do trabalhador, “a menos que o governo tome algumas medidas para preveni-lo”.³⁵ Do mesmo modo, ele é a favor da educação pública para elevar o cidadão acima do nível de irracionais engrenagens de uma imensa máquina.

Na verdade, Smith é contra a interferência do governo no mecanismo do mercado. É contra as restrições às importações e os subsídios às exportações, é contra as leis do governo que protegem a indústria da competição e é contra os gastos do governo com empreendimentos improdutivos. Deve-se notar que todas estas atividades do governo vão contra o bom funcionamento do sistema de mercado. Smith jamais avaliou o problema que uma grande agonia intelectual iria causar para as futuras gerações, quer o governo enfraquecesse, quer fortalecesse esse sistema quando fosse

tratar da legislação do bem-estar social. À parte pouca coisa, virtualmente não havia legislação do bem-estar social no tempo de Smith — o governo era um impassível aliado das classes governantes e a grande contenda dentro dele era qual deveria ser beneficiada, se a classe proprietária rural ou a classe industrial. Simplesmente, não entraria na cabeça de nenhuma pessoa respeitável a questão de qual das classes trabalhadoras deveria ter voz ativa na orientação dos negócios econômicos.

O grande inimigo do sistema de Adam Smith não é exatamente o governo *per se*, mas o monopólio sob qualquer forma. “As pessoas do mesmo ramo de negócios raramente se encontram”, diz Adam Smith, “mas quando o fazem sua conversa acaba em uma conspiração contra o povo ou de alguma maneira para aumentar os preços”.³⁶ E o problema com essas determinações não é tanto que sejam moralmente condenáveis por si só — elas são, acima de tudo, apenas a inevitável consequência do interesse próprio do homem —, mas por impedirem que o funcionamento do mercado flua normalmente. E é claro que Smith tem razão. Se o funcionamento do mercado é destinado a produzir a maior quantidade de mercadorias aos preços mais baixos possível, qualquer coisa que interferir com o mercado abaixará necessariamente o bem-estar social. Se, como no tempo de Smith, nenhum mestre chapeleiro pode, em qualquer lugar da Inglaterra, empregar mais de dois aprendizes ou se nenhum mestre couteleiro de Sheffield pode ter mais de um aprendiz, o sistema de mercado possivelmente não pode render seus benefícios totais. Se, como no tempo de Smith, os pobres são confinados às suas paróquias locais e proibidos de procurar trabalho onde poderiam encontrá-lo, o mercado não pode atrair trabalho para onde ele é necessário. Se, como no tempo de Smith, são entregues monopólios de comércio estrangeiro a grandes empresas, o povo não pode receber os benefícios completos de uma produção estrangeira mais barata.

Portanto, diz Smith, todos esses obstáculos têm que desaparecer. O mercado precisa ser deixado livre para encontrar seus níveis naturais de preços, de salários, de lucros e de produção; seja o que for que interfira com o mercado, irá fazê-lo à custa da verdadeira riqueza da nação. Mas como qualquer ato do governo — até mesmo as leis que requerem a caiação das fábricas ou que proíbem o acorrentamento de crianças às máquinas —, pode ser interpretado como um impedimento à livre ação do mercado, *The Wealth of Nations* foi largamente citado para se opor a essa primeira

legislação humanitária. Assim, por estranha injustiça, o homem que advertia que os gananciosos industriais do século dezoito, “em geral, tinham interesse em decepcionar e mesmo em oprimir o povo” passou a ser olhado como santo patrono justamente desses industriais. Ainda hoje, em contundente contraste com sua verdadeira filosofia, Smith é geralmente encarado como um economista *conservador*, quando na verdade ele era mais confessadamente hostil aos *motivos* dos negociantes do que é a maior parte dos economistas liberais contemporâneos.

Em certo sentido, o maravilhoso mundo de Adam Smith é testemunho da crença do século dezoito no inevitável triunfo do racionalismo e da ordem sobre a arbitrariedade e o caos. Não tente fazer o bem, diz Smith. Deixe o bem emergir como um resultado do egoísmo. Impressionante como o filósofo podia depositar tanta fé em um vasto mecanismo e transformar instintos egocêntricos em virtudes sociais! Não há nenhuma insensibilidade na dedicada confiança de Smith na conseqüência de sua crença filosófica. Ele afirma que os juízes deveriam ser pagos pelos litigantes e não pelo governo, porque desta maneira o interesse próprio deles os levaria a resolver os casos pendentes. Ele vê pouco futuro para as organizações de negócios que emergiram havia pouco tempo, as chamadas sociedades anônimas (companhias por ações), uma vez que parece altamente improvável que tais corporações impessoais consigam reunir o necessário interesse próprio para levar avante tão complexos e desgastantes empreendimentos. Até mesmo os mais humanitários dos movimentos, tal como a abolição da escravatura, eram defendidos em seus próprios termos; é melhor abolir a escravatura, disse Adam Smith, pois, provavelmente, no fim sairá mais barato.

A totalidade do complexo mundo irracional é reduzida a uma espécie de esquema racional em que as partículas humanas são satisfatoriamente magnetizadas numa simples polaridade na direção do lucro e para longe do prejuízo. O grande sistema funciona, não porque o homem o dirige, mas porque o interesse próprio e a competição de mercadorias colocam as coisas nos devidos lugares; o máximo que o homem pode fazer é usar seu magnetismo social natural para remover barreiras que se interponham entre o livre funcionamento desta física-social e deter seus mal dirigidos esforços para escapar de sua escravidão.

E, no entanto, com todo seu sabor de século dezoito, sua crença na racionalidade, na lei natural e na cadeia mecanizada de ação e reação humanas, o mundo de Adam Smith não carece de seus

altos valores. Não esqueça de que o grande beneficiário é o consumidor — não o produtor. Pela primeira vez na filosofia da vida de todos os dias, o consumidor é rei.

De tudo isso, o que sobreviveu?

Não o grande esquema de evolução. Podemos vê-lo profundamente alterado pelos economistas que se seguiram. Mas não devemos nos permitir olhar o mundo de Adam Smith como meramente uma primitiva tentativa de chegar a formulações que estavam além de seu alcance. Smith era o economista do capitalismo pré-industrial; ele não viveu para ver o sistema de mercado ameaçado por enormes empresas ou suas leis de acumulação e as populações abaladas por desenvolvimentos sociológicos, cinquenta anos depois. Enquanto Smith estava vivo e escrevia, o fenômeno que viria a ser denominado “ciclo comercial” ainda não era reconhecível. O mundo a respeito do qual ele escreveu existia naquele momento e a sistematização que Adam Smith fez desse mundo oferece uma brilhante análise de sua propensão para expandir-se.

Contudo, alguma coisa deve ter escapado da concepção de Smith. Apesar de ter vislumbrado uma evolução para a sociedade, Smith não percebeu os primeiros indícios de uma nova e destruidoramente poderosa força no feio sistema fabril, na recém-tentada forma de organização de negócios incorporados ou na frágil tentativa dos artífices assalariados de formar organizações protetoras. Num certo sentido, seu sistema pressupôs que a Inglaterra do século dezoito iria permanecer imutável para sempre; que iria crescer apenas em quantidade: mais gente, mais mercadorias, mais riqueza; que sua qualidade permaneceria imutável e que a sua dinâmica era a de uma comunidade estática: crescia, mas nunca amadurecia.

Porém, se bem que o sistema de evolução tenha sido amplamente emendado, o vasto panorama do mercado permanece como uma realização maior. Para sermos exatos, Smith não “descobriu” o mercado; outros o precederam no demonstrar como a interação do interesse próprio e da competição ocasionou o aprovisionamento da sociedade. Contudo, Smith foi o primeiro a formular o esquema todo de maneira ampla e sistemática. Foi ele o homem que fez a Inglaterra, e em seguida todo o mundo ocidental, compreender como o mercado mantinha a sociedade coesa, e o primeiro a construir um edifício de ordem social sobre o entendimento que ele concluía. Os economistas que se seguiram iriam enfeitar a descrição do mercado feita por Smith e questionar os sérios defeitos que mais tarde

apareceram nele. Mas nenhum iria superar a riqueza e a vida com que ele impregnou esse aspecto do mundo.

Só pode haver admiração pelo alcance e o conhecimento enciclopédico de Smith. Esse livro enorme, abrangente, consistente, cáustico e profundo só poderia ter sido escrito no século dezoito. Sem dúvida, *The Wealth of Nations* e *The Theory of Moral Sentiments*, juntamente com seus poucos outros ensaios, revelam que Smith era muito mais do que um economista. Era um filósofo-psicólogo-historiador-sociólogo que concebeu uma visão que incluía motivos humanos, “estágios” históricos e mecanismos econômicos, enfim tudo que expressava o plano do Grande Arquiteto da Natureza (como Smith o chamava). Deste ponto de vista, o *The Wealth of Nations* é mais do que uma obra-prima sobre economia política. É parte de uma enorme concepção da própria aventura humana.

Além do mais, o *Wealth* nos surpreende constantemente com suas agudas observações. Smith antecipou Veblen cento e cinquenta anos ao escrever: “Entre grande parte das pessoas de posses, o maior prazer dos ricos consiste na exibição de riqueza, que aos olhos deles não é completa a não ser quando demonstram possuir sinais decisivos de opulência que mais ninguém tem a não ser eles próprios”.³⁷ Era um estadista adiante do seu tempo quando escreveu: “Se cada uma das províncias do Império Britânico não é capaz de contribuir para o apoio do império todo, certamente está na hora de a Grã-Bretanha livrar-se das despesas que significam defender essas províncias em tempo de guerra, de apoiar cada parte de seus organismos civil ou militar em tempo de paz e dedicar-se a acomodar sua visão e finalidade futuras à real mediocridade de suas circunstâncias”.³⁸

Talvez nenhum outro economista teria conseguido abranger essa época tão completamente quanto Adam Smith. Com certeza nenhum teria sido tão sereno, tão despido de contumácia, tão penetrantemente crítico sem ter rancor e tão otimista sem ser utópico. Sem dúvida, ele partilhava as opiniões de sua época; na verdade, ajudou a forjá-las. Era um tempo de humanismo e de razão; mas enquanto ambos podiam ser pervertidos pelos propósitos mais violentos e cruéis, Smith jamais foi chauvinista, apologista e nunca fez concessões. “Qual é o propósito”, escreveu ele no *The Theory of Moral Sentiments*, “de todas essas armadilhas e afobações deste mundo? Qual é a finalidade da avareza e da ambição, dessa busca febril da riqueza, do poder e da primazia?”³⁹ *The Wealth of Nations*

dá a resposta: todo o alvoroço e luta pela riqueza e pela glória tem sua justificação derradeira na prosperidade do homem comum.

No final de sua vida, Smith foi homenageado com honras e respeito. Burke viajou para Edimburgo a fim de visitá-lo; havia sido eleito Lorde Reitor da sua velha universidade de Glasgow; viu o *Wealth* traduzido para o dinamarquês, francês, alemão, italiano, espanhol. Apenas Oxford o ignorava: jamais dignou-se a oferecer-lhe um título honorífico. Uma vez Pitt, o jovem, na época primeiro-ministro, reuniu-se com Addington, Wilberforce e Grenville; Adam Smith foi convidado a comparecer. Quando o velho filósofo entrou na sala, todos levantaram-se. “Fiquem sentados, cavalheiros”, disse ele. “Não”, respondeu Pitt, “só nos sentaremos depois do senhor, pois somos todos seus discípulos.”⁴⁰

Smith morreu em 1790; estava com sessenta e sete anos. Curiosamente, seu falecimento foi relativamente pouco noticiado; talvez as pessoas estivessem ocupadas demais preocupando-se com a Revolução Francesa e as repercussões que ela provocava na nação inglesa. Ele foi enterrado no adro da igreja de Canongate, sob despretensiosa lápide que apenas registrava que Adam Smith, autor de *The Wealth of Nations*, ali jazia. Seria difícil conceber um monumento mais durável.

IV

OS SOMBRIOS PRESSENTIMENTOS DO PÁROCO MALTHUS E DAVID RICARDO

Além do onipresente problema da pobreza, uma questão perturbadora atormentou a Inglaterra durante a maior parte do século dezoito: a questão era saber quantos ingleses havia no país. O aspecto que tornava a situação preocupante residia no fato de que os inimigos naturais da Inglaterra, ou seja, os habitantes do continente, aumentavam com o que deve ter parecido, aos olhos dos britânicos, uma verdadeira onda de gente, enquanto a Inglaterra, com seus poucos recursos, estava convencida de que sua população declinava.

Não que a Inglaterra tivesse certeza de exatamente quantos britânicos havia em seu solo; de um modo hipocondríaco, ela preferia se preocupar com um vazio factual. O primeiro recenseamento verdadeiro só seria feito em 1801, e quando isso aconteceu foi proclamado como um fato “totalmente subversivo para o que restava da liberdade inglesa”. Portanto, até então o conhecimento dos britânicos a respeito da situação de seus recursos humanos dependia dos esforços de estatísticos amadores tais como o dr. Price, um ministro não-conformista, o sr. Houghton, um boticário e comerciante de chá e café, e o sr. Gregory King, fazedor de mapas por profissão.

Com levantamentos feitos com base em registros de batismos e em lançamentos de pagamentos anuais dos dízimos ao Vaticano, King, em 1696, verificou o número de almas existentes na Inglaterra e em Gales, que era algo ao redor de cinco milhões e meio — o que parece ter sido uma estimativa extraordinariamente acurada.¹ Mas King estava preocupado não apenas com o estado contemporâneo dos negócios. Olhando para o futuro, escreveu: “Com toda a

probabilidade, a próxima duplicação da população da Inglaterra deverá acontecer nos próximos seiscentos anos ou ali pelo ano 2300 de Nosso Senhor... A duplicação a seguir desta acontecerá, com toda a probabilidade, em menos do que mil e duzentos ou mil e trezentos anos, quer dizer, lá pelos anos 3500 ou 3600 de Nosso Senhor. Nessa ocasião o reinado deverá ter 22 milhões de almas... caso”, acrescentou o fazedor de mapas circunspectamente, “o mundo dure tanto tempo”.²

Mas na época de Adam Smith a projeção que King fizera de um lento crescimento da população havia assumido outro aspecto. Comparando os registros de pagamentos dos dízimos do século dezoito com os do século anterior, o dr. Richard Price verificou, sem qualquer sombra de dúvida, que a população da Inglaterra *declinara* em cerca de 30% desde a Restauração⁸. A validade deste cômputo era obviamente suspeita, e outros pesquisadores discutiram com intenso ardor suas conclusões; no entanto, o que o dr. Price encarava como verdade foi largamente aceito como fato embora, com as exigências políticas da época, fosse considerado muito desagradável. “O declínio da população”, lamentou William Paley, o teólogo-reformista, “é o maior mal que pode atingir o Estado, e qualquer projeto que tenha por objetivo detê-lo... deve ser considerado como tendo preferência sobre qualquer outro propósito político”.³ Paley não estava sozinho nessa opinião; o jovem Pitt, o primeiro-ministro, chegou até a introduzir um projeto de assistência à pobreza com o propósito específico de incentivar o crescimento da população. O projeto era pagar generosas pensões às crianças, uma vez que se tornara realmente claro para Pitt que, tendo filhos, um homem “enriquecia” o país, mesmo que sua descendência viesse a ser miserável.⁴

Ao nosso moderno modo de ver, o que de fato preocupava no problema da população não era se a Inglaterra estava ou não em perigo de enfraquecer como nação. Em retrospecto, o interessante é verificar a harmonia que existia entre a visão do problema populacional e a filosofia que depositava fé na lei natural, na razão e no progresso. A população encontrava-se em declínio? Então, devia ser encorajada a aumentar, como seria “natural” sob os benignos auspícios das leis que Adam Smith havia demonstrado que dirigiam os princípios da livre economia de mercado. A população aumen-

8 *Denominação do período da História inglesa que marca o retorno da Inglaterra ao regime monárquico (após a ditadura republicana de Cromwell) e o restabelecimento da autoridade real de Carlos II, a partir de 1660. (N. do E.)*

tava? Muito bom, desde que todos concordassem que o crescimento populacional era uma fonte da riqueza nacional. Não importava a ordem dos fatores, desde que o resultado fosse favorável a um prognóstico otimista para a sociedade; ou, para dizer de outra maneira, nada havia no problema da população, como ele era entendido, que abalasse a fé que o homem depositava no futuro.

Talvez ninguém tenha recapitulado tão completamente as provas e argumentos desta perspectiva tão ingênua quanto William Godwin. Godwin, ministro e panfletário, observava o mundo sem coração diante de si e recuava, desalentado. Mas olhava para o futuro e o que via era bom. Em 1793 publicou *Political Justice*, um livro que censurava o presente, mas oferecia a promessa de um distante futuro no qual “não haverá guerra, crimes, administração de justiça, como é chamada, e não haverá governo. Além disso, não haverá doenças, angústia, melancolia, nem ressentimento”.⁵ Que visão maravilhosa! Era, sem dúvida, altamente subversiva, pois a utopia de Godwin alardeava completa igualdade e, portanto, o completo comunismo anárquico: até mesmo o contrato de bens do casamento seria abolido. Mas em vista do alto preço do livro (era vendido por três guinéus), o Conselho Privado decidiu não processar o autor e tornou-se a última moda discutir as audaciosas idéias do sr. Godwin nos salões aristocráticos.

Uma das casas nas quais esse debate teve lugar foi Albury House, não muito longe de Guildford, onde então residia um interessante velho cavalheiro que foi descrito pelo *Gentleman's Magazine*, por ocasião de seu falecimento em 1800, como “um caráter excêntrico no mais estrito sentido do termo”. Esse excêntrico era Daniel Malthus, amigo de David Hume e apaixonado admirador de Rousseau, com quem dera passeios de explorações botânicas, de quem recebera um herbário e uma coleção de livros em um dos freqüentes impulsos de autodespojamento do filósofo francês. Como tantos dos ociosos, porém indagadores, cavalheiros daquela época, Daniel Malthus não gostava de nada mais a não ser um estimulante diálogo intelectual e na maioria das vezes procurava como oponente seu talentoso filho, o reverendo Thomas Robert Malthus.

De maneira mais do que natural, o paraíso de Godwin foi colocado em consideração, e, como teria sido de esperar por parte de um bem-disposto esquisitão, Malthus, o velho, sentiu-se atraído de modo muito simpático pela supremamente racional utopia. Mas o jovem Malthus não era tão otimista quanto o pai. Na verdade, à medida que a discussão prosseguia, ele começou a vislumbrar

uma intransponível barreira entre a sociedade humana como existia e a adorável terra imaginária de paz e fartura completas. Para convencer o pai, escreveu suas objeções, explicando-as, e Daniel Malthus ficou tão impressionado com as idéias do filho a ponto de sugerir que a tese fosse publicada e apresentada ao público.

Em consequência, no ano de 1798, um tratado anônimo de cinquenta mil palavras surgiu em cena. Intitulava-se *An Essay on the Principle of Population as It Affects the Future Improvement of Society* (Ensaio sobre o Princípio da População e como Ele Afeta o Futuro Desenvolvimento da Sociedade), e com seu aparecimento pereceram num piscar de olhos todas as românticas esperanças de um universo harmonioso. Em poucas páginas o jovem Malthus puxou o tapete debaixo dos pés dos complacentes pensadores da época e ofereceu-lhes, no lugar do progresso, uma perspectiva descarnada, triste e desalentadora.

O que o ensaio dizia a respeito da população era que havia uma tendência na natureza da população de ultrapassar todos os meios possíveis de subsistência. Ao ascender para um nível cada vez mais elevado, a sociedade era apanhada em uma armadilha sem escapatória, por causa da qual a urgência reprodutiva humana iria inevitavelmente empurrar a humanidade para a perigosa beirada do precipício da existência. Em vez de ser dirigido para a Utopia, o rebanho humano seria condenado para sempre a ser agitado pelas constantes batalhas travadas entre bocas famintas que se multiplicavam e o eternamente insuficiente estoque de mantimentos da Natureza, por mais que o armário dela estivesse abastecido.

Não é de admirar que depois de ter lido Malthus, Carlile passasse a chamar a economia de “ciência sinistra” e que o pobre Godwin se queixasse de que Malthus tinha transformado amigos do progresso em reacionários às centenas.

Numa desconcertante manifestação intelectual, Malthus apagou todas as esperanças de uma época orientada para a auto-satisfação e com uma confortável visão de progresso. Mas, como se não bastasse, ao mesmo tempo uma espécie diferente de pensador estava preparando o *coup de grâce* para uma outra das embaladoras suposições dos fins do século dezoito e inícios do dezenove. David Ricardo, um espantosamente bem-sucedido corretor de valores, elaborou uma teoria de economia que, se bem que menos espetacular do que a arrepiante aniquilação da humanidade de Malthus, seria

ao seu modo tranqüilo também devastadora para as perspectivas de desenvolvimento apresentadas por Adam Smith.

O que Ricardo previu foi o fim da teoria a respeito de uma sociedade na qual todos se movimentavam juntos numa escada rolante ascendente de progresso. Ao contrário de Smith, Ricardo viu a escada produzindo diferentes efeitos nas diferentes classes: algumas chegando triunfalmente ao topo, enquanto outras subiam apenas alguns degraus, depois eram chutadas de volta ao fundo. Pior ainda: aqueles que mantinham a escada rolando não eram os que subiam por ela, e aqueles que recebiam todos os benefícios da subida nada faziam para merecê-lo. E para levar a metáfora um degrau acima, se você observasse cuidadosamente os que estão ascendendo ao topo, veria que nem tudo está bem com eles; há uma batalha furiosa para garantir um lugar seguro na escada.

Para Adam Smith, a sociedade era um grande família; para Ricardo, era apenas um campo internamente dividido e não é de admirar que ele a tenha visualizado assim. Nos quarenta anos depois do *Wealth of Nations* a Inglaterra se dividira em duas facções hostis: os industriais em ascensão, ocupados com suas fábricas, lutando por representação parlamentar e prestígio social, e os grandes proprietários de terras, uma rica, poderosa e entrincheirada aristocracia que olhava com ressentimento a invasão dos atrevidos *nouveaux riches*.

Não era o fato dos capitalistas estarem ganhando dinheiro que enraivecia os proprietários de terras. Era o fato prejudicial de eles continuarem insistindo que o preço dos alimentos era muito alto. O que acontecera no curto espaço de tempo desde Adam Smith foi que a Inglaterra, durante muito tempo uma nação exportadora de grãos, estava se vendo obrigada a comprar comida para seguir adiante. Apesar dos resmungos do dr. Price, que via a população inglesa minguando rapidamente, o crescimento da população tinha causado a demanda de grãos para atender às necessidades e havia *quadruplicado* o preço de um alqueire de trigo. E os preços sobem, assim como os lucros agrícolas; em uma fazenda do leste de Lothian, Escócia, lucros e renda são em média 56% do capital investido; em uma outra fazenda de trezentos acres — uma verdadeiramente típica propriedade de porte médio —, os lucros são 88 libras em 1790, 121 libras em 1803 e 160 libras dez anos depois.⁶ No campo, quase todos os depoimentos concordam em que a renda no mínimo dobrou em relação aos vinte, vinte e cinco anos precedentes.

Quando os grãos escassearam, comerciantes empreendedores começaram a comprar trigo e milho no exterior e a trazê-los para

dentro do país. Naturalmente, os proprietários de terras olharam essa prática com desagrado. A agricultura não era apenas um meio de vida para a aristocracia, era também um negócio — um grande negócio. Em Reevesby, uma fazenda em Lincolnshire, em 1799, por exemplo, sir Joseph Banks precisava de duas salas como escritório, separava-as por uma parede à prova de fogo, uma porta de ferro e tinha orgulho do fato de necessitar de cento e cinquenta e seis gavetas para guardar a documentação referente à fazenda.⁷ Embora alguns donos de terras vivessem em suas propriedades e as amavam, embora vissem seus arrendatários todos os dias e entrassem para sociedades a fim de discutir a rotatividade das colheitas e as virtudes de fertilizantes competidores, eles não perdiam de vista o fato de que seu ganho dependeria do preço a que vendessem a colheita.

Assim, a vinda de grãos mais baratos de além-mar dificilmente era encarada com tolerância. Mas, felizmente para o proprietário de terras, os meios para combater esse preocupante desenvolvimento encontravam-se bem à mão. Dominando o Parlamento, os aristocratas da terra simplesmente legislaram em causa própria um contrato de proteção com cláusulas rígidas. Passaram a Lei dos Cereais, que impunha impostos variáveis sobre a importação desses grãos; quanto mais caía o preço do produto estrangeiro, mais alto se tornava o imposto. Além disso, foi estabelecido um teto para manter o trigo de preço baixo permanentemente fora do mercado inglês.

Mas em 1813 a situação escapou do controle. Más colheitas e a guerra com Napoleão conspiraram para provocar verdadeiros preços de fome.⁸ O trigo era vendido a 117 xelins o quarto — aproximadamente 14 xelins o *bushel* ⁹. Portanto, um *bushel* de trigo era vendido por um preço igual a *duas vezes o salário de uma semana* de um trabalhador (para ter uma idéia do que isso significa, compare com o preço mais elevado alcançado pelo trigo americano antes dos anos 70: 3,50 dólares por *bushel* em 1920, quando então os salários semanais ficavam ao redor de 26,00 dólares).

Sem qualquer dúvida, o preço do grão era fantástico e o que fazer a respeito tornou-se a preocupação mais importante daquele momento em todo o país. O Parlamento estudou o problema cuidadosamente e veio com a solução segundo a qual o imposto sobre grãos estrangeiros deveria ser ainda mais elevado! O raciocínio era que essa subida de preços a curto prazo agiria como estímulo para maior produção de trigo inglês a longo prazo.

9 Medida de cereais, etc., correspondente a 36,37 litros. (N. do E.)

Este foi um golpe muito duro para os industriais. Ao contrário dos proprietários de terras, os capitalistas queriam grãos baratos, pois o preço da comida determinava em boa parte o que eles tinham de pagar aos seus operários. Não era por motivos humanitários que os industriais lutavam por conseguir alimento mais barato. Um grande banqueiro de Londres, Alexander Baring, declarou no Parlamento que “o trabalhador não tem interesse nesta questão; quer o preço seja de 84 xelins ou de 105 xelins o quarto, ele terá pão seco tanto num caso quanto no outro”.⁹ Com isto Baring queria dizer que no que se referia ao preço do pão, os operários iriam receber dinheiro o bastante para comprar seu pão e nada mais. No entanto, do ponto de vista dos que colocam folhas de pagamento e exploração depois dos lucros, faz uma enorme diferença se os grãos forem baratos ou caros e se os salários forem baixos ou altos.

Os interesses dos negociantes organizaram-se; o Parlamento viu-se submergido por um número de petições que jamais tinha recebido até então. Em vista do desequilíbrio nos campos, tornou-se obviamente contra-indicado forçar novas elevações pela Lei dos Cereais sem algum debate a respeito. Novos comitês foram organizados na Câmara dos Comuns e na dos Lordes e a questão foi temporariamente adiada. Felizmente, o ano seguinte viu a derrota de Napoleão e os preços dos grãos deslocaram-se para níveis mais normais. Mas isso foi um sinal para o poder político da classe proprietária de terras de que trinta anos iriam se passar até que a Lei dos Cereais fosse por fim extirpada dos livros e grãos baratos pudessem entrar livremente na Grã-Bretanha.

Não é difícil compreender por que David Ricardo, escrevendo durante este nublado período de crise, viu a economia sob uma luz diferente e muito mais pessimista do que Adam Smith, que olhara o mundo e o enxergara como um grande concerto; Ricardo via um amargo conflito. Para o autor de *The Wealth of Nations*, havia bons motivos para acreditar que todos podiam partilhar os benefícios de uma providência benigna; para o inquisitivo corretor de valores que escrevia a respeito meio século mais tarde, não apenas havia um claro antagonismo na sociedade que batalhava entre si, como também parecia evidente que a parte merecedora da vitória no conflito — os diligentes industriais — estava destinada a perder. Ricardo acreditava que a única classe que podia possivelmente beneficiar-se com o progresso da sociedade era a dos donos de terras — a menos que seu controle sobre os preços fosse quebrado.

“O interesse dos proprietários de terras sempre é oposto ao

interesse de todas as demais classes da comunidade”,¹⁰ escreveu ele em 1815, e com esta inequívoca sentença uma guerra não declarada tornou-se reconhecida como a crucial contenda política de um sistema de mercado crescente. E com a declaração aberta das hostilidades, pereceu a última e tênue esperança de que, apesar de tudo, este mundo viesse a se tornar o melhor possível. Parecia que se a sociedade não se afogasse no pântano malthusiano, iria reduzir-se a pedaços na traiçoeira escada rolante de David Ricardo.

Precisamos olhar mais de perto as profundamente perturbadoras idéias do sombrio pároco e do cético corretor de valores. Mas, primeiro, vamos observar os homens em si.

Seria difícil imaginar duas pessoas mais díspares, quer nas origens, quer nas carreiras, quanto Robert Malthus e David Ricardo. Malthus, como já sabemos, era filho de um excêntrico membro da classe média superior inglesa; Ricardo era filho de um judeu comerciante-banqueiro que havia imigrado da Holanda. Malthus fora ternamente educado em uma universidade, sob a orientação de um pai com mente filosófica (um de seus tutores foi preso por expressar o desejo de que os revolucionários franceses invadissem e conquistassem a Inglaterra); Ricardo começou a trabalhar com o pai quando tinha catorze anos. Malthus passou a vida entre pesquisas acadêmicas, foi o primeiro economista profissional e ensinava no colégio fundado em Haileybury pela *East India Company* para treinar seus jovens administradores; Ricardo já negociava por conta própria na idade de vinte e dois anos. Malthus nunca foi abastado; quando estava com vinte e seis anos, Ricardo — que começara com um capital de oitocentas libras — era financeiramente independente e em 1814, com quarenta e dois anos, aposentou-se senhor de uma fortuna que foi estimada entre 500 000 e 1 600 000 libras.

No entanto, era muito estranho que Malthus, o acadêmico, fosse o interessado nos fatos do mundo real, e Ricardo, o homem de negócios, fosse o teórico; o homem de negócios importava-se apenas com “leis” invisíveis e o professor se preocupava querendo que essas leis combinassem com o mundo que tinha diante dos olhos. E para uma contradição final, foi Malthus, com seus modestos ganhos, que defendeu a riqueza dos proprietários de terras e Ricardo, homem rico e depois um proprietário de terras também, que lutou contra seus interesses.

Diferentes como eram na vivência, estudo e carreira, também discordavam totalmente em concepção de idéias. Quanto ao pobre

Malthus, nas palavras do biógrafo James Bonar, “Ele foi o homem mais injuriado de sua época. Nem mesmo Bonaparte foi um inimigo tão grande da própria espécie. Malthus era um homem que defendia a varíola, a escravidão e o infanticídio — um homem que censurava a sopa-dos-pobres, os casamentos precoces e as concessões de paróquias —, um homem que ‘teve a imprudência de se casar depois de pregar contra os males da família’”. “Desde o começo”, conta Bonar, “Malthus não foi ignorado. Por trinta anos choveram refutações”.¹²

Era evidente que injúrias teriam que atingir um homem que exigia “restrição moral” ao mundo. No entanto, Malthus não era um puritano (pelos padrões de seu tempo) nem, com certeza, um monstro. É verdade que ele estimulou a abolição de concessões aos pobres e até mesmo fez oposição à construção de projetos de casas para as classe trabalhadoras. Mas tudo isto foi feito, no fundo, por sincero interesse pelas classes pobres — e sem dúvida sua franqueza deve ter contrastado com a atitude discreta de alguns teóricos sociais da época que sugeriam com cautelosa suavidade que os pobres deviam ser deixados em paz para morrer sossegadamente nas ruas.

No entanto, a posição de Malthus não era tão insensível, mas sim uma posição extremamente *lógica*. Uma vez que, de acordo com a teoria dele, o problema básico do mundo era haver gente demais, qualquer coisa que tendesse a proporcionar “ligação prematura” apenas agravava a situação de miséria humana.¹³ Um homem para o qual “não há lugar no poderoso banquete da Natureza” pode ser mantido vivo por caridade; mas no momento em que ele se reproduz, essa caridade torna-se simplesmente crueldade disfarçada.¹⁴

Contudo, a lógica nem sempre atrai simpatias e quem alardeia um fim sombrio para a sociedade não pode esperar a estima popular. Nenhuma doutrina foi tão vilipendiada: Godwin declarou que “o claro propósito do escrito do sr. Malthus foi provar quão pernicioso era o erro dele, que visava minha considerável e essencial melhoria da sociedade humana.”¹⁵ Não é de surpreender que Malthus fosse olhado como estando fora dos limites das pessoas de pensamento decente.

Ricardo, por outro lado, era um homem para quem a Fortuna sorriu logo de começo. Judeu por nascimento, ele rompeu com a família e tornou-se Unitário¹⁰ para casar-se com uma linda moça quaker por quem se apaixonara; mas numa época em que a tolerância dificilmente era a regra — seu pai comerciara numa parte

10 Membro do Unitarismo, doutrina política e religiosa fundada por Michel Servet, Fausto e Lelio Socin, dissidentes da Reforma. (N. do T.)

da Bolsa conhecida como Passeio dos Judeus —, Ricardo conseguiu alcançar tanto um *status* social quanto um amplo respeito pessoal. Mais tarde em sua vida, quando fazia parte da Câmara dos Comuns, foi solicitado para falar pelos dois lados da Câmara. “Eu não tenho esperança”, ele declarou, “de dominar o grande susto pelo qual fui assaltado no momento em que ouvi o som da minha própria voz.”¹⁶ Essa voz foi descrita por uma testemunha como “áspera e estridente”, por outra como “doce e agradável”, embora “soasse extremamente alto”; mas quando ele falava, a Câmara ouvia.¹⁷ Com suas ágeis e brilhantes exposições, que ignoravam a agitação dos acontecimentos e se concentravam na estrutura básica da sociedade “como se ele tivesse vindo de outro planeta”, Ricardo tornou-se conhecido como o homem que educava os Comuns. Seu radicalismo — ele era um vigoroso defensor da liberdade de palavra e de assembleias, assim como vigoroso inimigo da corrupção parlamentar e da perseguição aos católicos — não abalou a veneração que lhe dedicavam.

É duvidoso o quanto seus admiradores entendiam do que liam, pois não existe economista mais difícil de compreender do que Ricardo. No entanto, apesar de seu texto ser complexo e complicado, seu significado é claro: os interesses dos capitalistas e dos proprietários de terra eram irrevogavelmente opostos e os interesses dos proprietários de terra eram inimigos da comunidade. Daí, quer o entendessem quer não, os industriais fizeram dele o seu campeão: a economia política tornou-se tão popular entre eles que as damas que tinham governantes perguntavam se elas podiam ensinar esses princípios às crianças.

Mas, enquanto Ricardo, o economista, caminhava como um deus (apesar de ser a mais modesta e retraída pessoa do mundo), Malthus foi relegado a um nível inferior. Seu ensaio sobre a população era lido, admirado e cada vez mais reprovado — a própria veemência dessa reprovação era um inquietante testemunho da força existente em sua tese. E enquanto as idéias de Ricardo eram avidamente discutidas, as contribuições de Malthus para a economia — ao lado de seu ensaio sobre o povo — eram largamente olhadas com uma espécie de benevolente tolerância ou ignoradas. Malthus tinha noção de que nem tudo ia bem no mundo, mas era simplesmente incapaz de apresentar seus argumentos de um modo claro e lógico: era herético o bastante para sugerir que as crises econômicas — “excessos gerais”, como as chamava — podiam abalar a sociedade, idéia esta que Ricardo não teve dificuldade em provar que era absurda. Que coisa mais exasperante para o leitor moderno!

Intuitivo e inclinado aos fatos, Malthus tinha faro para a encrenca, mas suas confusas exposições não tinham a menor chance diante do incisivo brilhantismo do corretor de valores que via o mundo apenas através de um enorme e abstrato mecanismo.

Portanto, eles discutiam a respeito de tudo. Quando Malthus publicou seu *Principles of Political Economy*, em 1820, Ricardo deu-se ao trabalho de escrever cerca de 220 páginas repletas de anotações que apontavam as falhas dos argumentos do reverendo, e Malthus evidentemente saíra de seu caminho nesse livro a fim de expor as falácias que, tinha certeza, eram inerentes aos pontos de vista de Ricardo.

Diferentes em tudo, no entanto os dois eram os mais unidos amigos. Conheceram-se em 1809, depois de Ricardo publicar uma série de magistrais cartas no *Morning Chronicle* sobre a questão do preço do ouro e da prata em lingotes, quando demolira um certo sr. Bosanquet, que fora temerário o bastante para se opor aos pontos de vista dele. Primeiro James Mill e depois Malthus procuraram o autor das cartas; uma profunda amizade estabeleceu-se entre os três e durou pela vida toda. Um rio de correspondência corria constantemente entre os três, que, além disso, se visitavam sempre. “Eles caçavam juntos em busca da Verdade”, escreveu a escritora Maria Edgeworth em seu encantador diário, “e regozijavam-se ao encontrá-la, não importando qual deles a visse primeiro.”¹⁸

Nem tudo eram apenas discussões sérias: eles eram seres humanos. Malthus, talvez por respeito às próprias teorias ou por qualquer outra razão, casou-se tarde, mas gostava muito de reuniões sociais. Depois de sua morte, alguém que o conheceu comentou a respeito de sua vida no *East India College*: “Os gestos suaves, a expressa homenagem a ocasionais insurreições dos jovens; o arqueiro das moças; a intrigante polidez do professor persa... e as cortesias um tanto antiquadas nas festas das noites de verão foram-se para sempre, agora”.¹⁹

Os panfletários o comparavam a Satã, porém Malthus era um homem alto, bonito e muito gentil; seus alunos o chamavam “Pop”, pelas costas. Tinha um defeito esquisito: de seu trisavô, herdara uma imperfeição no palato e falava de maneira difícil de entender; o *l* era a letra que lhe causava maior dificuldade ao falar, e havia uma anedota divertida a respeito dele que o colocava dizendo na concha acústica de uma famosa dama surda: “*Would not you like to have a look at the lakes of Killarney?*” (A senhora não gostaria de ir admirar os lagos de Killarney?).²⁰ Este defeito

e a indissolúvel associação de seu nome com a superpopulação fizeram um conhecido dele escrever:

O filósofo Malthus esteve aqui na semana passada. Fiz uma agradável festa para ele com gente solteira... é um homem de boa natureza e, se não houver sinais de fecundidade se aproximando, é civilizado com todas as damas... Malthus é um verdadeiro filósofo moral e eu até aceitaria falar de maneira inarticulada se pudesse pensar e agir tão sabiamente quanto ele.

Ricardo também gostava de divertir-se; seus cafés da manhã eram famosos e ele parecia ter um fraco por enigmas. Em seu livro *Life and Letters*, miss Edgeworth diz num dos verbetes:

vaidoso — Sr. Smith, sr. Ricardo, Fanny, Harriet e Maria, *divertido*. Idem, idem, cabelo *penteado*. Sr. Ricardo, sozinho, empertigado, um *vaidoso*, muito engraçado.

Ele era extraordinariamente dotado como negociante. “O talento para obter riqueza,” escreveu seu irmão, “não é muito levado em conta, porém talvez não haja nada em que o sr. R. tenha empenhado seus poderes mais do que o fez nos negócios. Seu conhecimento completo de toda a intrincada estrutura dos negócios, sua surpreendente rapidez com algarismos e cálculos, sua capacidade de entendimento sem qualquer esforço aparente, as imensas transações de que se ocupava, sua tranqüilidade e frieza de julgamento capacitavam-no a deixar para trás todos os seus colegas da Bolsa de Valores”.²² Sir John Bowring mais tarde declarou que o sucesso de Ricardo baseava-se na observação de que as pessoas em geral exageravam a importância dos acontecimentos. “Se, por acaso, desenvolvendo o seu trabalho na Bolsa, houvesse chance de uma pequena alta, ele comprava, porque tinha certeza que uma alta irracional iria habilitá-lo a realizar lucros; quando as ações caíam, ele vendia, com a convicção de que o alarme e o pânico iriam produzir um declínio não justificado pelas circunstâncias”.²³

Era uma curiosa combinação sobe-e-desce: o teórico corretor de valores *versus* o prático religioso — situação esta mais curiosa ainda, uma vez que o teórico se sentia perfeitamente em casa no mundo do dinheiro, enquanto o homem dos fatos e algarismos se sentia desorientado e perdido por completo nesse mesmo mundo.

Durante as Guerras Napoleônicas, Ricardo fazia parte de um sindicato que comprou ações governamentais do Tesouro e depois

ofereceu-as em venda pública. Ricardo muitas vezes fez favores a Malthus debitando pequenos blocos de ações no nome dele, proporcionando assim modestos lucros ao clérigo. Desta maneira, na véspera de Waterloo, quando Malthus viu a si mesmo como um pequeno especulador da Bolsa, a tensão foi demais para seus nervos. Escreveu um bilhete para Ricardo exigindo “a menos que fosse errado ou inconveniente... aproveite a primeira oportunidade para me dispensar do pequeno lucro que você teve a gentileza de destinar a mim, vendendo minhas cotas.”²⁴ Assim Ricardo fez, mas, com a rija segurança do especulador profissional, comprou de maneira a içar-se ao máximo na posição de um especulador. Wellington venceu; Ricardo teve um espetacular sucesso financeiro e o pobre Malthus só pôde aceitar a derrota. Ricardo, por sua vez, escreveu ao reverendo com a maior tranquilidade: “Esta foi a maior das vantagens que jamais esperei ou desejei alcançar com uma alta. Tive um lucro considerável com seu empréstimo... Agora, voltemos ao nosso velho tema”,²⁵ e tornou à discussão dos teóricos significados da elevação do preço de ações.

O debate sem fim dos dois prosseguiu, por cartas e visitas, até 1823. Em sua última carta para Malthus, Ricardo escreveu: “E agora, meu querido Malthus, para mim chega. Como outros disputantes, depois de muita discussão, cada um de nós mantém as próprias opiniões. No entanto, essas discussões jamais alteraram nossa amizade; eu não gostaria mais de você, caso concordasse com minhas opiniões”.²⁶ Ele morreu nesse ano, subitamente, com cinquenta e um anos; Malthus viveu até 1834. Sua opinião sobre David Ricardo: “Não amei ninguém tanto assim, a não ser minha família”.²⁷

Apesar de Malthus e Ricardo discordarem em quase tudo, concordavam no que Malthus tinha dito sobre população. Em seu apreciado *Essay*, em 1798, Malthus parece não apenas elucidar a questão de uma vez por todas, como também lança uma boa quantidade de luz sobre a terrível e persistente pobreza que assombrava o cenário social inglês. Outros tinham percebido vagamente que de algum modo população e pobreza se relacionavam, e uma narrativa popular apócrifa da época falava em uma ilha na costa do Chile na qual Juan Fernandez deixara duas cabras para o caso de um dia precisar de carne lá; ao voltar à ilha, ele descobriu que as cabras se haviam multiplicado além do limite, por isso introduziu na ilha um casal de cães, que também se reproduziu e reduziu as cabras. “Assim”, escreveu o autor, o reverendo Joseph Townshend,

“foi instaurado um novo tipo de equilíbrio. A mais fraca das duas espécies seria a primeira a pagar tributo à natureza; a mais ativa e vigorosa teria a vida preservada”. E acrescentou: “É a quantidade de alimento que regula o número na espécie humana”.²⁸

Mas, ao mesmo tempo que este paradigma reconhece o equilíbrio que precisa existir na natureza, ele falha por não mostrar as devastadoras conclusões finais implícitas no problema. Essa demonstração ficou por conta de Malthus.

Ele começou sob o fascínio das transparentes possibilidades numéricas contidas na idéia da *duplicação*. Sua apreciação dos desconcertantes poderes multiplicativos da reprodução havia sido amplamente apoiada por outros estudiosos que se seguiram. Um biólogo havia calculado que um casal de animais, cada casal produzindo dez casais anualmente, ao fim de vinte anos seria responsável por 700 000 000 000 000 000 000 de filhotes; Havelock Ellis menciona um organismo minúsculo que, se sua divisão não for impedida, irá produzir uma quantidade de descendentes tão grande a ponto de formar uma massa um milhão de vezes maior que a do Sol — em um mês.

Mas estes exemplos do poder prolífico da natureza pouco significam para os nossos propósitos. A questão vital é: quão grande é o poder reprodutivo normal de um ser humano? Malthus partiu do princípio que o animal humano tende a duplicar seu número em vinte e cinco anos. À luz de sua época este é um princípio relativamente modesto. Ele precisaria em média de uma família de seis pessoas, duas das quais presumivelmente morreriam antes de chegar à idade de casar. Com relação à América, Malthus observou que lá a população havia, de fato, dobrado a cada vinte e cinco anos, nos cento e cinquenta anos anteriores, e que em algumas áreas não urbanizadas, nas quais a vida era mais livre e mais saudável, havia dobrado a cada quinze anos!

Mas contra a tendência multiplicativa da raça humana — e é inconseqüente para o argumento se a tendência é dobrar a cada vinte e cinco ou a cada cinquenta anos —, Malthus opôs o inexorável fato de que a terra, ao contrário das pessoas, não se multiplica. A terra pode ser cultivada laboriosamente, mas seu progresso é limitado, lento e hesitante; ao contrário da população, a terra não *procria*. Portanto, enquanto o número de bocas aumenta geometricamente, a quantidade de terra cultivável aumenta apenas aritmeticamente.

E o resultado, claro, é inevitável assim como uma proposição lógica: cedo ou tarde, a população irá ultrapassar quantidade de

alimentos necessários para mantê-la. “Tomando-se a população do mundo a qualquer número, mil milhões, por exemplo”, escreveu Malthus em seu *Essay*, “...a espécie humana irá aumentar à razão de 1, 2, 4, 8, 16, 32, 64, 128, 256, 512 e assim por diante, enquanto os meios de subsistência crescerão à razão de 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e assim por diante. Em duzentos e vinte e cinco anos a população seria 512 para 10 de subsistência; em trezentos anos seria de 4 096 para 13, e em dois mil anos a diferença seria incalculável”.²⁹

Uma visão tão terrível do futuro desencorajaria qualquer homem: “Esta visão”, escreveu Malthus, “tem uma coloração melancólica”.³⁰ O perturbado reverendo foi levado à conclusão de que a incorrigível e irreconciliável divergência entre bocas e alimento podia ter apenas um resultado: uma grande porção da humanidade estaria condenada para sempre a uma ou outra espécie de miséria. De algum modo, o enorme e sempre potencialmente alargável abismo poderia ser fechado: afinal de contas, não pode haver aumento de população sem comida. Além disso, havia entre os primitivos alguns costumes como o infanticídio; havia as guerras, as doenças e, acima de tudo, a pobreza.

E se ainda não fosse o bastante: “A fome parece ser o último, o mais horrível recurso da natureza. O poder da população é tão superior ao poder da terra em prover subsistência... que a morte prematura, com uma aparência ou outra, tem que visitar a raça humana. Os vícios da humanidade são ativos e habilidosos agentes de despovoamento... Mas caso eles falhem na sua missão de extermínio, doenças endêmicas, epidêmicas, pestes e pragas surgirão em terríveis sucessões ceifando milhares e dezenas de milhares de vidas”.³¹

Não é de admirar que o pobre Godwin se queixasse de que Malthus transformara amigos do progresso em reacionários. Essa é a verdadeira doutrina do desespero. Nada, *nada* pode livrar a humanidade da constante ameaça de ser esmagada pelo próprio peso, a não ser a frágil possibilidade da “restrição moral”. E até que ponto a restrição moral é capaz de conter a enorme paixão do sexo?

Malthus tinha razão?

Recentemente, nos inícios dos anos 70, uma olhada geral no crescimento mundial da população parecia confirmar a exatidão de suas expectativas, pelo menos nas regiões menos desenvolvidas do planeta. Naqueles anos os demógrafos mencionaram uma possível população mundial de 20 bilhões de pessoas — *cinco vezes* a po-

pulação de 1970 — se o *ritmo de crescimento* populacional se mantivesse desenfreado por outros cinquenta anos.

Hoje em dia o pêndulo deslocou-se para o outro lado. De fato, pensar no problema populacional sempre faz oscilar o pêndulo entre os pólos de opinião: é notável como o próprio Malthus mostrou-se muito mais animado em uma segunda edição de seu famoso ensaio, publicada cinco anos depois da primeira, na qual colocava suas esperanças na crença de que as classes trabalhadoras aprenderiam a exercer voluntariamente a “restrição”, adiando a idade de casamento.

O cauteloso otimismo de hoje baseia-se em boa parte nos recursos tecnológicos, especialmente na chamada Revolução Verde, que aumentou de maneira surpreendente os campos cultivados em países como a Índia. Na atualidade, a Índia produz alimento em quantidade bastante para ser uma exportadora modesta. Portanto, embora a cada ano os agrônomos prendam a respiração até que as colheitas tenham sido feitas, o terrível fantasma da fome global criado pela aritmética de Malthus baseada sobre a oferta e a demanda já não é olhado como um prognóstico realista. Horrorizados telespectadores que nos anos 80 viram seres humanos que eram pouco mais do que esqueletos, na Etiópia e no cinturão subsaariano, não estavam testemunhando que as previsões de Malthus se haviam realizado, mas sim as conseqüências de condições localizadas, tais como secas e redes inadequadas de transporte.

Apesar de tudo, ainda é mais necessário manter o espectro malthusiano à distância do que aumentar a produção de comida. Mesmo que a fome mundial não mais pareça iminente, os peritos avisam que as pressões populacionais ainda são imensas. Estimativas realizadas nas Nações Unidas, baseadas em taxas de nascimentos e óbitos, projetam para daqui a cinquenta anos uma Índia tão populosa quanto a China de hoje, uma Bangladesh três vezes mais populosa do que hoje e uma Quênia cinco vezes! Estes números podem talvez não implicar fome, mas sugerem tremendos problemas sociais, como a multiplicação de camponeses forçados a sair do campo e ir para as cidades. Num simpósio Nobel sobre problemas populacionais, em 1981, demógrafos falaram sobre a ameaçadora emergência de umas quinze megacidades, no mundo subdesenvolvido, com mais de 20 milhões de habitantes cada uma. “Espalhando-se com um crescimento escabroso, essas criações de coelhos humanos com certeza significam o supremo desafio político para este mundo”, comentou um observador. “Como essas massas urbanas

poderão evitar o apodrecimento causado pela apatia ou ser mantidas longe das tentações da anarquia e da desordem?”³²

Talvez, não devamos esquecer do mais importante: que Malthus tinha razão ao clamar que o crescimento populacional, procedendo exponencialmente, possui a *capacidade* inerente de provocar ocasionais aumentos na atividade agrícola. No entanto, neste caso impõe-se a necessidade de controlar tanto o lado da demanda quanto o lado da oferta da equação. É preciso tanto o controle sobre a produção de crianças quanto sobre a produção de alimentos.

É possível o controle populacional do mundo inteiro? A resposta parece ser um surpreendente sim. É surpreendente porque os demógrafos duvidam que as nações mais afligidas pela “doença” populacional possam ultrapassar as barreiras da ignorância camponesa, da organizada oposição religiosa e da apatia política. Atualmente prevalece uma observação mais corajosa. Durante os últimos anos países tão diferentes entre si como o México e a China mudaram da indiferença ou da hostilidade aberta para uma entusiástica adesão ao controle de natalidade. Até mesmo a Índia, depois de muito tempo de desespero para os demógrafos, fez um determinado — sem dúvida às vezes até mesmo impiedoso — esforço para introduzir o planejamento familiar em seu território.

E o esforço começou a dar resultados.³³ Nos anos de 70 a 75, apesar de prevalecer o desânimo, a taxa de crescimento populacional diminuiu seu ritmo *pela primeira vez na História*. Mas, de qualquer maneira, o crescimento populacional ainda não parou — peritos das Nações Unidas prevêem que a população mundial, hoje em dia de aproximadamente 5 bilhões, poderá crescer até cerca de 10 bilhões antes que seu nível comece a baixar. Mas, afinal de contas, a taxa de crescimento *está* diminuindo seu ritmo e seu nível poderá manter-se dentro de mais duas gerações. Este fato era inimaginável há apenas dez anos.

O problema é que a vitória não será eqüitativa. Na Europa ocidental, por exemplo, tivemos virtualmente ZPG “Zero Population Growth” — Crescimento Populacional Zero —, a não ser devido à imigração. Nos Estados Unidos calcula-se a existência de cerca de 270 milhões de americanos no ano 2000, um número que significará crescimento, mas que não ameaçará seriamente nossa qualidade de vida.

Porém, nas regiões mais pobres do mundo, onde o alimento é escasso, o prognóstico não é tão animador. As taxas de natalidade estão baixando lentamente por lá também, porém num ritmo muito mais lento do que no ocidente, e partindo de um ponto mais elevado.

O fantasma malthusiano continuará rondando a África subsaariana durante bastante tempo, ainda.

Curiosamente, o próprio Malthus não dirigiu suas previsões para as regiões do mundo onde o problema é tão sério hoje em dia. Ele se preocupava com a Inglaterra e o mundo ocidental, não com os continentes do leste e do sul. E nisto, felizmente, Malthus estava enganado por completo. Em 1860, na Grã-Bretanha, cerca de 60% de todos os casais tinham famílias de quatro ou mais membros. Por volta de 1925 apenas um casal em cinco tinha família desse tamanho. Ao contrário, o número de famílias com apenas um ou dois filhos aumentou, no mesmo espaço de tempo, de 10% do total para mais do que a metade.

O que salvou o Ocidente da multiplicação populacional prevista por Malthus? Sem dúvida o controle de natalidade desempenhou papel central nisso. Originalmente esse controle foi denominado neo-malthusianismo, nome este que teria feito Malthus estremecer, pois desaprovava a prática que ele indica. Hoje, o controle de nascimento parece ter sido praticado pelas classes altas ao longo da História, o que é uma das razões pelas quais os ricos têm riquezas e os pobres têm filhos. Como a Inglaterra e o Ocidente gozaram de uma melhoria gradual, o pobre não apenas começou a comer e a vestir-se melhor, como também aprendeu a limitar sua prole, como faziam as classes mais ricas.

A imensa urbanização do ocidente é igualmente importante na refutação da previsão de Malthus. Se nas fazendas é mais fácil criar filhos, nas cidades eles significam problemas. Assim, as considerações econômicas juntaram-se ao crescente conhecimento a respeito das práticas para o controle da natalidade, a fim de impedir que acontecesse a explosão populacional que ameaçava o mundo.

Portanto, o pior das previsões não se tornou realidade para a Inglaterra e a terrível lógica dos cálculos de Malthus foi confinada às regiões da Terra onde a riqueza e o progresso se atrasaram. Claro, no tempo de Malthus nada disso era sequer obscuramente visível. Em 1801, apesar de profundas desconfianças e dos rumores de que aquilo era o prelúdio de uma ditadura militar, o primeiro recenseamento foi feito na Grã-Bretanha. John Rickman, funcionário público e estatístico, calculou que a população inglesa havia crescido 25% em três décadas. Embora esse número estivesse longe do dobro, ninguém duvidou de que se não fosse pelas doenças e pobreza das massas, a população teria aumentado como uma avalanche. Ninguém vislumbrou a futura diminuição da taxa de na-

talidade; mais parecia que a Grã-Bretanha estava destinada a ver a pobreza agindo como diminuidor do índice de procriação de uma humanidade que lutava desesperadamente por um insuficiente suprimento de comida. A pobreza já não mais parecia acidental, nem um ato de Deus nem o resultado da indiferença humana. Era como se uma maligna providência houvesse condenado a raça humana à dor eterna, como se todos os esforços da humanidade para se sustentar se transformassem em uma farsa devido ao pão-durismo da natureza.

Era de fato desanimador. Paley, que defendia uma população maior “de preferência a qualquer outro objetivo político”, agora tornara-se um adepto da bandeira de Malthus;³⁴ Pitt, que quisera seu país enriquecido por mais crianças, agora retirava seu projeto de assistência aos pobres em deferência às opiniões do pároco. Coleridge aderiu à triste perspectiva. “Finalmente, vejam esta poderosa nação”, escreveu ele, “seus governantes e sábios ouvindo... Paley e... Malthus! É lamentável, lamentável”.³⁵

Quem quer que já não estivesse bastante deprimido por Malthus tinha apenas que voltar-se para David Ricardo.

À primeira vista, o dele não era um mundo particularmente aterrador — pelo menos, não depois do mundo malthusiano. O universo de David Ricardo, exposto em seu livro *Principles of Political Economy*, em 1817, é árido, parco e condensado; nada tem a ver com a vida, com o detalhe animado de Adam Smith. Nada há nele a não ser princípio, abstrato princípio, exposto por um intelecto que está focalizado em algo muito mais permanente do que o fluxo cambiante da vida diária. É como o mundo básico, nu, sem adornos e arquitetural de Euclides, mas, ao contrário de um conjunto de puras proposições geométricas, este sistema apresenta implicações humanas: é um sistema *trágico*.

Para compreender esta tragédia, teremos que dedicar um momento para a introdução das principais características desse drama. Não são, como dissemos, *pessoas*: são protótipos. Nem esses protótipos são vivos, no sentido comum da palavra: eles seguem as “leis do comportamento”. Aqui não há nada da agitação existente no mundo de Adam Smith; em vez disso, assistimos a um show de fantoches em que o mundo real foi despojado de tudo, menos das motivações econômicas.

O que vamos encontrar nele? Primeiro, há os trabalhadores, indiferenciadas unidades da energia econômica, cujo único aspecto humano é um vício que é eufemisticamente denominado “as delícias

da sociedade matrimonial”. A incurável tendência para essas delícias causa uma elevação de salários que se une prontamente a um aumento da população. Os trabalhadores conseguem sua côdea de pão, conforme colocou Alexander Baring, sem a qual não podem se perpetuar. Mas ao longo do tempo, pela própria fraqueza, eles estão se condenando a uma vida à margem da subsistência. Do mesmo modo que Malthus, Ricardo viu apenas a “auto-restrição” como solução para o problema das classes trabalhadoras, e, embora desejasse o bem dos trabalhadores, não punha muita fé nos seus poderes de autocontrole.

A seguir, deparamos com os capitalistas. Não são os negociantes coniventes de Adam Smith. São um grupo cinzento e uniforme, cujo único propósito no mundo é acumular — quer dizer, guardar seus lucros e reinvesti-los para contratar mais homens que trabalhem para eles; e o fazem com invariável segurança. Mas não é fácil fazer parte do grupo de capitalistas. Para começar, ao competir entre si eles rapidamente eliminam todo o lucro indevido que aumenta o poder de uma alma felizarda que inventou um novo processo ou descobriu um excelente canal de comércio. Depois, o lucro deles depende muito dos salários que têm de pagar, e, como iremos ver, isto os coloca em consideráveis dificuldades.

No mais, a não ser pela falta de detalhes realísticos, não se trata de um mundo muito diferente do mundo de Adam Smith. É quando Ricardo chega aos senhores da terra que as coisas se tornam diferentes.

Ricardo viu os proprietários de terras como únicos beneficiários na organização da sociedade. O trabalhador trabalhava e recebia um salário; o capitalista regia o espetáculo e ganhava os lucros. Mas o proprietário de terras beneficiava-se dos poderes do solo e seu ganho — renda — não era mantido firme pela competição, nem pelo poder aquisitivo da população. De fato, ele ganhava às custas de todos os demais.

Teremos que parar por um momento a fim de compreender como Ricardo chegou a esta conclusão, pois sua desoladora observação a respeito da sociedade baseia-se na definição da renda dos proprietários de terra. Renda, para Ricardo, não era apenas o preço que se pagava pelo uso do solo, assim como o juro é o preço do capital, e o salário o preço do trabalho. A renda era um tipo especial de retorno que tinha sua origem no demonstrável fato de que nem todas as terras eram igualmente produtivas.

Suponha, diz Ricardo, que existam dois proprietários de terras vizinhas. Nos campos de um dos proprietários, o solo é fértil e,

com o trabalho de cem homens e certa quantidade de equipamentos, ele consegue colher mil e quinhentos *bushels* de grãos. Nos campos do outro proprietário, o solo é menos fecundo; os mesmos homens e equipamentos colherão apenas mil *bushels*. Este é simplesmente um fato natural, mas tem uma conseqüência econômica: o grão será mais barato, por *bushel*, para o primeiro proprietário felizardo. Obviamente, uma vez que ambos os proprietários têm de pagar os mesmos ordenados e gastar o mesmo capital, haverá uma vantagem no custo para o homem que colhe quinhentos *bushels* a mais do que seu competidor.

É devido a esta *diferença* de custos que a renda surge, segundo Ricardo. Ora, se a demanda é alta o bastante para permitir o cultivo do solo da fazenda menos produtiva, certamente será uma operação ainda muito mais lucrativa plantar grãos na fazenda mais produtiva. Sem dúvida, quanto maior a diferença entre as duas fazendas, maior será a renda diferencial. Se, por exemplo, é claramente lucrativo plantar cereais ao custo de 2 dólares o *bushel* em uma terra muito ruim, certamente o feliz proprietário cujo solo produz grãos ao custo de apenas 50 *cents* o *bushel* irá ter um grande lucro. Pois *ambas* as fazendas irão vender seu grão no mercado ao mesmo preço — digamos 2,10 dólares — e o proprietário do solo melhor irá ter a possibilidade de embolsar a diferença de 1,50 dólar dos seus respectivos custos de produção.

Tudo isto parece bastante inócuo. Mas quando incluímos estes fatos no mundo visualizado por Ricardo, suas portentosas conseqüências ficam bem claras.

Para Ricardo, o mundo econômico tinha constante tendência a se expandir. Como os capitalistas acumulavam, construíam novas lojas e fábricas, isto melhorava os salários, mas apenas temporariamente, pois melhor pagamento logo tentava as incorrigíveis classes trabalhadoras a entregar-se às traiçoeiras delícias da sociedade doméstica e assim eliminar as vantagens enchendo o mercado com muitos trabalhadores. É aqui que o mundo de Ricardo distancia-se bruscamente das esperançosas perspectivas de Adam Smith. Com a expansão populacional, diz Ricardo, *torna-se necessário empurrar a margem de cultivo mais para fora*. Mais bocas exigem mais grãos e mais grãos exigem mais campos. E naturalmente os novos campos cultivados poderão não ser tão produtivos quanto os que já estão em uso, porque só um agricultor louco não utilizaria primeiro o melhor solo que possui.

Assim, como o crescimento da população obriga a se colocarem mais e mais terras em uso, o custo do grão produzido volta a subir.

Do mesmo modo, deve subir o preço do grão e, é claro, o rendimento dos proprietários de terra bem situados. E não são apenas os rendimentos que se elevam: os salários também. Portanto, o grão torna-se mais caro de se produzir e o trabalhador tem que receber mais, apenas o bastante para permitir-lhe a compra do pão de cada dia e se manter vivo.

Agora, veja a tragédia. O capitalista — o homem responsável em primeiro lugar pelo progresso da sociedade — está diante de uma encruzilhada. Primeiro, os salários que tem de pagar são mais altos, uma vez que o pão ficou mais caro. Segundo, os proprietários de terra estão numa situação muito melhor, uma vez que as rendas das boas terras sobem, na medida em que as terras menos férteis vão sendo utilizadas. E como a participação do proprietário de terras no produto da sociedade aumenta, existe apenas uma classe que pode ser empurrada de lado para lhe permitir este aumento — a dos capitalistas.

Que conclusão diferente da enorme alegoria de progresso de Adam Smith! No mundo de Smith, todos vão obtendo gradualmente melhores condições de vida à medida que a divisão de trabalho aumenta e torna a comunidade mais rica. Agora podemos ver que essa conclusão reside na falha de Smith por não perceber que a terra é para o progresso como o gargalo para uma garrafa. Na visão de Smith não existia falta de solo fértil, e portanto não havia a razão para que a renda crescesse com o aumento da população.

Como contraste, no mundo de Ricardo, *apenas* o proprietário da terra tem condições de ganhar. O trabalhador está condenado aos limites da subsistência para sempre, pois ele passa a ter maior número de filhos assim que o salário aumenta e deste modo gasta a maior parte do que recebe. O capitalista que trabalha, acumula e investe descobre que fez todo esse esforço por nada: seu gasto com salários é mais alto e seu lucro menor. Enquanto o proprietário das terras, que não fez nada, mas recebe a renda... continua sentado vendo-a aumentar.

Não admira que Ricardo lutasse contra a Lei dos Cereais e mostrasse as vantagens do livre comércio que traria grãos mais baratos para a Grã-Bretanha. Não é de admirar que o proprietário de terras lutasse com unhas e dentes durante trinta anos para manter os cereais baratos fora do país. E assim foi natural que a jovem classe industrial visse na exposição de Ricardo a teoria que se ajustava às suas necessidades. Eram eles os responsáveis pelos salários baixos? Não, uma vez que era somente a cegueira dos trabalhadores que os levava a se multiplicarem. Eram eles os responsáveis pelo progresso da sociedade? Sim. E o que os levava a

gastar suas energias, a juntar seus lucros e a destiná-los a futuras aventuras de produção? O que eles conseguiam com todo esse sofrimento era a discutível satisfação de ver as rendas e os ordenados subirem, enquanto seus próprios lucros encolhiam. Eram eles que acionavam a máquina econômica, e os donos das terras, que ficavam sentados em paz e sossego, eram os que saíam ganhando, os que tinham todo prazer e recompensa. Sem dúvida, qualquer capitalista sensível acabaria se perguntando se aquele esforço todo valeria a pena.

Então, quem surge inesperadamente e diz que Ricardo não está sendo justo com os proprietários de terras? O pároco Malthus! Lembremo-nos de que Malthus não era bem um perito no problema da população. Ele era, em primeiro lugar e principalmente, economista, e havia, aliás, proposto a teoria “ricardiana” da renda antes que ela fosse retomada e aperfeiçoada pelo próprio Ricardo. Porém, Malthus, ao estudar essa teoria, não tirou as mesmas conclusões que o amigo. “Rendas”, disse Malthus em seu *Principles of Political Economy*, que foi publicado três anos depois do livro de Ricardo, “são a recompensa da coragem atuante e da sabedoria, assim como da força e da esperteza. Todos os dias são compradas terras com os proventos e o talento da indústria.” “Por sinal”, acrescentou Malthus em uma nota de pé de página, “o próprio sr. Ricardo é proprietário de terras e um bom exemplo do que eu quero dizer.”³⁶

Não era uma réplica muito convincente. Ricardo não pintara os donos de terras como figuras maquiavélicas. Tinha absoluta consciência de que eles constantemente melhoravam a produtividade de suas fazendas, embora observasse que assim fazendo eles assumiam as funções de capitalistas. Mas com irrefutável lógica, demonstrou que eles, como *donos* da terra, mesmo que negligenciassem seus campos, continuariam ganhando com o alto preço dos cereais. Sem que qualquer pessoa o determinasse, as forças do crescimento econômico simplesmente canalizavam uma corrente de lucros para os bolsos da classe que era dona da terra.

Não podemos nos deter aqui para traçar todas as permutações desse debate. O importante é que as medonhas *implicações* de renda visualizadas por Ricardo jamais se verificaram. Os industriais, afinal, romperam o poder dos proprietários das terras e acabaram por assegurar a importação de alimento barato. As colinas, que estavam sendo agourentamente invadidas pelo trigo no tempo de Ricardo, em poucas décadas voltaram a ter pasto. Da mesma importância é o fato de que a população nunca cresceu tão depressa

a ponto de devastar os recursos do país. Pois a teoria ricardiana diz que a renda se origina das diferenças entre as melhores e as piores terras; é mais do que evidente que se o problema da população estiver sob controle esta diferença não irá desenvolver-se a um tal ponto em que a retribuição na forma de renda assuma proporções socialmente alarmantes. Mas considere por um momento a situação como se a Grã-Bretanha de hoje fosse forçada a alimentar uma população de, digamos, cem milhões de pessoas apenas com o produto de colheitas internas. E suponha que a velha Lei dos Cereais não tivesse sido revogada. Há alguma dúvida sobre se o quadro de Ricardo, que apresentava a classe proprietária de terras dominando a sociedade, viria a ser uma realidade? O problema da renda da terra tornou-se quase uma controvérsia acadêmica no mundo ocidental moderno. Mas isso não porque a análise de Ricardo fosse imperfeita; realçamos o dilema ricardiano apenas porque o ritmo da vida industrial nos resgatou da complicada situação malthusiana; o industrialismo não apenas colocou um freio nos nascimentos, como também aumentou enormemente nossa habilidade em obter alimento das terras à nossa disposição.

Entretanto, Malthus ainda descobriu mais um motivo para preocupação. Ele estava aflito com a possibilidade do que denominou “pletora” geral — uma onda de excesso de mercadorias sem compradores.

Esta idéia não é totalmente estranha para nós, mas parece bobagem indigna de crédito, segundo Ricardo. A Inglaterra teve problemas comerciais, sim, mas todos pareceram provocados por uma ou outra causa específica — quebra de um banco, surto de especulações sem garantia ou uma guerra. Mais importante, para a mente matemática de Ricardo, o conceito de que uma “pletora” geral pode ser demonstrada como *logicamente impossível*. Portanto, jamais poderia acontecer.

A demonstração de Ricardo foi descoberta por um jovem francês chamado Jean-Baptiste Say. Say tinha duas proposições simples. Primeiro, acreditava que a *demanda* por mercadorias era infinita. A necessidade de comida pode ser limitada pela capacidade do estômago do homem, como disse Adam Smith, mas sua fome por roupas, móveis, luxos e enfeites parece infundável, além de qualquer cálculo. Não só a demanda era infinitamente ampla, disse Say, como também a *capacidade* para comprar era garantida. Cada mercadoria produzida custava alguma coisa — e cada custo significava o ganho de algum homem. Quer esse custo fosse de salário, renda ou lucro, seu preço de venda era acrescido como rendimento

de *alguém*. Ora, como então poderia ocorrer uma pletora geral? A *demand*a por mercadorias existia e o *imposto* para comprá-las também. Apenas um ou outro desajuste passageiro poderia impedir o mercado de encontrar os compradores necessários para esvaziar as prateleiras dos depósitos de mercadorias.

Embora Ricardo tenha aceitado isto como válido, Malthus não aceitou. Não era um argumento fácil de abalar, pois *parecia* perfeitamente lógico. No entanto, colocando rendimentos no lugar de mercadorias, Malthus observou o que havia por trás do processo e saiu-se com uma idéia muito estranha. Não seria possível, disse ele, que a poupança tornasse a demanda de mercadorias menor do que a oferta?

Mais uma vez, para o mundo moderno, isto parece uma linha de investigação muito fértil embora preocupante. Mas Ricardo declarou que aquilo não tinha sentido, em absoluto. “O sr. Malthus parece esquecer-se que poupar é gastar, e que gastar não é apenas aquilo que ele considera como tal”, escreve Ricardo em uma nota de desaprovação.³⁷ O que Ricardo queria dizer é que era inconcebível para ele que um homem se incomodasse em acumular seus lucros a não ser para vir a empregá-los em mais trabalho e equipamentos, a fim de obter maiores lucros.

Isto deixou Malthus perplexo. Como Ricardo, ele acreditava que economizar significava gastar — com propósitos industriais, é claro. No entanto, parecia haver *algo mais* nessa argumentação — se, pelo menos, pudesse perceber o que era! Jamais pôde. Por exemplo, para provar que acumular não era *tão inteiramente* essencial para o pensamento de Ricardo, escreveu:

Por maior que seja a fortuna feita por um comerciante, durante a aquisição dessa fortuna houve pelo menos um único ano em que ele em vez de aumentar diminuiu seu lucro adquirindo objetos de luxo, prazer e liberalidade.³⁸

Em resposta, Ricardo redigiu este comentário esmagador:

De fato, mas o irmão comerciante que evite um gasto em objetos de luxo, de prazer e de liberalidade, irá ficar rico mais depressa, obtendo os mesmos lucros.³⁹

Pobre Malthus! Ele jamais conseguiu dar um bom troco a isto. Seus argumentos *eram* confusos, como aliás ele talvez soubesse. Uma vez, escreveu: “Tenho uma tão elevada opinião sobre os talentos do sr. Ricardo como economista político e convicção tão firme de sua perfeita sinceridade e amor à verdade, que francamente

admito que muitas vezes me senti abalado por sua autoridade, ao mesmo tempo que permanecia duvidando de seu raciocínio”.⁴⁰ Infelizmente para as gerações seguintes, Malthus jamais conseguiu fazer com que seus raciocínios fossem coerentes ou inteiramente compreensíveis. Ele identificara um espantoso fenômeno que um dia iria chamar a total atenção de todos os economistas — o problema do *boom*, ou seja da fase de prosperidade, e da depressão —, enquanto Ricardo se dedicava de maneira absoluta ao problema completamente diferente da distribuição. Para Malthus, a questão era a do imensamente importante Quanto Foi Produzido? Para Ricardo, era a explosiva questão do Quem Ganha o Quê? Não é de admirar que eles nunca se entendessem: falavam de coisas diferentes.

Qual foi a contribuição deles quando a discussão terminou?

O presente de Ricardo para o mundo era simples. Ali estava um mundo despido até sua essência e aberto para que todos o examinassem: o mecanismo do relógio encontrava-se exposto. Em sua verdadeira irreabilidade residia sua força, pois não apenas a estrutura nua e extremamente simplificada de um mundo revelava as leis do lucro como também elucidava questões vitais, como as do comércio exterior, dinheiro, tributação e economia política. Ao construir um mundo modelo, Ricardo ofereceu uma poderosa ferramenta para abstração aos economistas — uma ferramenta que é essencial se a distração da vida diária precisa ser penetrada e seu mecanismo interno compreendido. Para ter certeza, como alguns observadores comentaram em sua época, a ferramenta da abstração pode também ser usada para ignorar fatos inconvenientes — um uso que se tornou conhecido como Vício Ricardiano. Apesar de tudo, é ao dom de simplificação de Ricardo que devemos o fato de a economia ser considerada ciência. Talvez devamos também seu posterior registro *como* ciência à sua inclinação para a supersimplificação.

Malthus jamais teve tanto sucesso ao construir um mundo abstrato e sua contribuição acadêmica a longo prazo é menor. Mas ele destacou o estorrecedor problema da população e só por esse motivo seu nome ainda está vivo. E ele percebeu, apesar de não conseguir expor, o problema da depressão geral que iria preocupar os economistas um século depois da publicação de seu livro.

Contudo, num retrospecto, talvez a maior contribuição de ambos se encontre fora de suas realizações técnicas. Mesmo sem percebê-lo inteiramente, Malthus e Ricardo fizeram uma coisa espantosa. Modificaram o ponto de vista de sua época levando-o do oti-

mesmo para o pessimismo. Não era mais possível continuar vendo o universo da humanidade como uma arena na qual as forças naturais da sociedade iriam inevitavelmente conduzir a uma vida melhor para todos. Ao contrário, essas forças naturais que antes pareciam teologicamente destinadas a trazer paz e harmonia ao mundo, haviam assumido uma aparência maldosa e ameaçadora. Se a humanidade não viesse a gemer sob o flagelo de bocas famintas, parece que viria a sofrer sob o flagelo de mercadorias sem compradores. E em qualquer dos casos, o resultado de uma longa guerra pelo progresso seria um lúgubre país no qual o trabalhador mal subsistiria, no qual o capitalista veria seus esforços baldados e no qual o dono da terra continuaria tirando proveito de sua imerecida e constantemente crescente vantagem.

Não era tarefa fácil para dois homens convencer o mundo que estava vivendo em um paraíso de tolos. Mas a exposição deles era tão convincente que os homens decidiram encontrar uma saída para a sociedade, não por meio da estrutura de suas leis supostamente naturais, mas apesar delas. Malthus e Ricardo demonstraram que, deixada por si só, a sociedade iria caminhar para um fim que parecia ao mesmo tempo injusto e miserável. Não é de admirar que reformadores dissessem que, se fosse o caso, iríamos empregar nossos esforços em lutar contra essas tendências “naturais” da sociedade. Se a correnteza tenta nos jogar sobre rochedos, nadaremos contra a correnteza; e assim os Socialistas Utópicos perderam a confortável confiança na essencial certeza do mundo como ele era.

Num certo sentido, Malthus e Ricardo eram os últimos de uma geração que apoiava a fé na razão, na ordem e no progresso. Não eram apologistas nem defensores de uma ordem que desaprovavam. Na verdade, eram imparciais; permaneciam longe e acima do fluxo social e observavam a direção de sua correnteza com visão impessoal. E se o que viram era desagradável... a culpa não era deles.

Mais ainda, ambos eram os mais escrupulosos e honestos dos homens que capturavam suas idéias e as acompanhavam, não importa para onde os levassem. Talvez devamos citar a nota de rodapé na qual Malthus observa que Ricardo, o inimigo dos proprietários de terra, é também um proprietário de terra:

É bastante singular que o sr. Ricardo, um considerável recebedor de rendas, tenha diminuído tanto sua importância nacional; enquanto eu, que jamais as recebi e pretendo nunca recebê-las, provavelmente seria acusado

de subestimar sua importância. Nossas diferentes situação e opinião podem servir pelo menos para demonstrar, ainda que pareça muito difícil perceber tal coisa, nossa mútua sinceridade e oferecer a inabalável certeza de que deixamos de lado qualquer insensível desvio de situação e de interesses, por mais enviesadas que nossas mentes possam parecer em relação às doutrinas que tenhamos estabelecido.⁴¹

Depois de ambos terem partido, sir James Mackintosh, o filósofo escocês, rendeu-lhes um maravilhoso tributo. “Eu conheci”, declarou ele, “Adam Smith pouco, Ricardo bem e Malthus intimamente. Significaria alguma coisa para a ciência dizer que eles são os três maiores mestres e os três melhores homens que conheci?”⁴²

V

AS VISÕES DOS SOCIALISTAS UTÓPICOS

Não é difícil compreender por que Malthus e Ricardo conceberam o mundo em termos sombrios. A Inglaterra de 1820 era um lugar sombrio para viver; havia se erguido triunfante de longa luta com o Continente, mas em seguida parecia empenhada em uma luta pior ainda em casa. Era evidente para qualquer um que se desse ao trabalho de olhar que o desabrochante sistema fabril estava produzindo uma dívida social de assustadoras proporções e que o dia do acerto de contas não poderia ser adiado para sempre.

Sem dúvida, uma narrativa das condições que prevaleciam naqueles primeiros tempos de trabalho em fábricas é tão horrenda que faria os cabelos de um leitor moderno se arrepiarem. Em 1828, *The Lion*, uma revista radical para a época, publicou a incrível história de Robert Blincoe, uma das oito paupérrimas crianças que haviam sido enviadas para uma fábrica em Lowdham. Os meninos e as meninas — tinham todos cerca de dez anos — eram chicoteados dia e noite, não apenas pela menor falta, mas também para desestimular seu comportamento preguiçoso. E comparadas com as de uma fábrica em Litton, para onde Blincoe foi transferido a seguir, as condições de Lowdham eram quase humanas. Em Litton, as crianças disputavam com os porcos a lavagem que era jogada na lama para os bichos comerem; eram chutadas, socadas e abusadas sexualmente; o patrão delas, um tal de Ellice Needham, tinha o horrível hábito de beliscar as orelhas dos pequenos até que suas unhas se encontrassem através da carne. O capataz da fábrica era ainda pior. Pendurava Blincoe pelos pulsos por cima de uma máquina até que seus joelhos se dobrassem e então colocava pesos sobre seus ombros. A criança e seus pequenos companheiros de

trabalho, viviam quase nus durante o gélido inverno e (aparentemente apenas por pura e gratuita brincadeira sádica) os dentes deles eram limados!

Sem dúvida essa brutalidade revoltante era mais exceção do que regra, e acreditamos que um pouco do zelo reformador coloriu mais a história. Porém, com amplo desconto para exageros, de qualquer maneira este fato é ilustrativo do clima social em que as práticas das mais impressionantes desumanidades eram aceitas como dentro de uma ordem natural dos acontecimentos e, o mais importante de tudo, não era da conta de ninguém. Dezesseis horas de trabalho por dia era coisa comum, com os operários começando a trabalhar nas fábricas às oito horas da manhã e só voltando para casa às dez da noite. E como que para coroar tanta indignidade, muitos dos capatazes não permitiam que os trabalhadores entrassem na fábrica com relógios, e o único relógio existente no local, que regia tudo, tinha a estranha tendência a andar mais depressa durante os períodos de parada do trabalho para alimentação. Os industriais mais ricos e mais previdentes poderiam até deplorar tais excessos, mas os dirigentes de suas fábricas ou competidores que estavam precisando de dinheiro olhavam-nos com indiferença.

E as horríveis condições de trabalho não eram as únicas causas de inquietação. Maquinaria era então o que estava mais em voga e maquinaria significava a substituição de mãos trabalhadoras por aço que não reclamava. No início de 1779,¹ uma turba de oitocentos trabalhadores invadiu uma fábrica e incendiou-a num gesto de indignada revolta contra sua fria e implacável eficiência; em 1811,² esse tipo de protestos contra a tecnologia varreu a Inglaterra. Fábricas destruídas espalhavam-se pelo campo e a cada uma o comentário era “Ned Ludd passou por aqui”. O boato era que um Rei Ludd ou um General Ludd estava dirigindo as atividades da turba. Não era verdade, claro. Os Luddites, como eles eram chamados, inflamavam-se pelo puro e espontâneo ódio às fábricas, que viam como prisões, e ao trabalho assalariado, que desprezavam.

Mas os distúrbios acabaram por despertar uma real apreensão no país. Ricardo, quase que sozinho entre as pessoas respeitáveis, admitiu que talvez a maquinaria nem sempre operava em benefício do trabalhador e por causa dessa opinião começou a ser olhado como se sua costumeira perspicácia houvesse falhado. Para a maior parte dos observadores, as conclusões eram menos profundas: as classes baixas estavam escapando do controle e era preciso agir severamente para acabar com a situação. E, para as classes altas,

aqueles acontecimentos pareciam indicar que um violento e terrificante Armagedon se aproximava. Southey, o poeta, escreveu: “Neste momento nada a não ser o Exército nos protege da mais assustadora de todas as calamidades, uma insurreição dos pobres contra os ricos, e mal me atrevo a perguntar a mim mesmo por quanto tempo ainda o Exército vai conseguir agüentar”. E Walter Scott lamentou: “... o país está minado sob nossos pés”.

Não é de admirar que Malthus e Ricardo tenham sido os profetas do desalento e da discórdia.

Mas, por fim, um foco de luz brilhou, como um farol na tempestade, naquele negro e perturbado período. Nas tristes montanhas da Escócia, a um dia de carruagem de Glasgow, numa região tão primitiva que os vigias de barreiras a princípio recusavam moedas de ouro (nunca as tinham visto até então), erguia-se uma lúgubre fábrica de tijolos, com sete pavimentos, em uma pequena comunidade chamada Nova Lanark. Pelas íngremes estradas de Glasgow passavam um ininterrupto cortejo de visitantes — vinte mil assinaram o livro de visitantes de Nova Lanark entre 1815 e 1825 — e as multidões de viajantes incluíam dignitários tais como o grão-duque Nicolau, que mais tarde viria a ser o czar Nicolau I da Rússia, os príncipes John e Maximilian da Áustria e mais uma infinidade de delegações paroquiais, escritores, reformistas, damas sentimentais e céticos negociantes.

O que eles iam ver era a prova viva de que a esqualidez e depravação da vida industrial não era o único e inevitável esquema social. Ali em Nova Lanark havia duas perfeitas fileiras de casas de trabalhadores com *dois* quartos em todas elas; havia ruas com o lixo cuidadosamente empilhado, à espera de remoção, em vez de estar espalhado em asquerosa imundície. E, nas fábricas, uma cena ainda mais incrível apresentava-se aos olhos dos visitantes. Sobre cada empregado pendia um pequeno cubo de madeira, cada qual pintado de uma cor diferente: preto, azul, amarelo e branco. Da mais clara para a mais escura, as cores indicavam diferentes graus de procedimento: branco era excelente; amarelo, bom; azul, indiferente; preto, mau. Com um olhar, o capataz podia julgar o desempenho de sua força de trabalho: a maior parte dos cubos era branca e amarela.

Outra surpresa se impunha: não havia crianças na fábrica — pelo menos, nenhuma com menos de dez ou onze anos —, e as que lá se encontravam trabalhavam duro apenas dez horas e quinze minutos por dia. Além disso, nunca eram castigadas; na verdade,

ninguém era castigado e, a não ser poucos adultos incorrigíveis que tinham sido despedidos por embriaguez crônica ou algum outro vício, a disciplina parecia basear-se na bondade e não no medo. A porta da sala do capataz da fábrica permanecia aberta e quem quer que fosse podia (e o fazia) apresentar suas objeções a qualquer regra ou regulamento. Todos podiam consultar o livro que continha o relatório detalhado do próprio comportamento, que servia para que cada qual recebesse seu cubo, e quem se julgasse injustamente tratado podia reclamar.

O mais notável de tudo eram as crianças pequenas. Em vez de viverem correndo e fazendo diabruras pelas ruas, os visitantes as encontravam na escola enorme, estudando ou brincando. Os menorzinhos aprendiam os nomes de pedras e árvores que havia no imenso pátio; os maiores aprendiam gramática em um friso no qual o General Substantivo lutava com o Coronel Adjetivo e com o Cabo Advérbio. Nem tudo era trabalho, por mais agradável que o trabalho parecesse. Regularmente, as crianças se reuniam para cantar e dançar sob a orientação de jovens damas que tinham sido instruídas para que nenhuma pergunta de uma criança ficasse sem a devida resposta, para saberem que nenhuma criança é má sem motivo, que nunca se deve infligir castigos e que as crianças aprendem mais depressa com o poder do exemplo do que com a repreensão.

Devia ser um maravilhoso e, sem dúvida, inspirador espetáculo. E para os cavalheiros com mente de negociantes, que não se deixavam enternecer como as sentimentais damas pelo quadro de crianças felizes, havia o fato irrefutável de que Nova Lanark era lucrativa, maravilhosamente lucrativa. Tratava-se de uma empresa dirigida não apenas por uma pessoa santa, mas principalmente por uma pessoa muito prática.

Não era um santo prático o responsável por Nova Lanark, mas sim o mais improvável dos santos práticos. Como muitos dos reformistas do início do século dezenove, que relembramos como Socialistas Utópicos, Robert Owen,³ o “benevolente sr. Owen de Nova Lanark”, era uma estranha mistura de praticidade e ingenuidade, de realização e fracasso, de senso comum e insensatez. Ali estava um homem que advogava o abandono do arado em favor da pá; um homem que se esforçara para chegar a ser um grande capitalista e de grande capitalista passara a ardoroso adversário da propriedade privada; um homem que advogara a benevolência porque ela rendia dividendos e que, então, insistia na abolição do dinheiro.

É difícil acreditar que um homem possa dar tantos saltos na vida. Tudo começa como um capítulo extraído direto de Horatio Alger. Nascido de pais pobres em Gales, no ano de 1771, Robert Owen saiu da escola com nove anos para se tornar aprendiz de um negociante de linho que tinha o incrível sobrenome McGuffog. Ele deveria ser negociante de linho a vida inteira e ver o nome da loja mudar de McGuffog para Owen, mas, no estilo verdadeiramente negociante-herói, preferiu ir embora para Manchester; lá, com dezoito anos e a força de 100 libras emprestadas por seu irmão, estabeleceu-se como pequeno capitalista industrial de maquinaria têxtil. No entanto, o melhor ainda estava por vir. Certa manhã, um sr. Drinkwater, dono de um grande estabelecimento de fiação, viu-se sem capataz-gerente e publicou um anúncio no jornal local para candidatos a empregos. Owen não tinha experiência com fiação, mas conseguiu o trabalho de um modo que forneceria assunto sem fim para escritores sobre as virtudes da Coragem e da Sorte. “Coloquei meu chapéu”, escreveu Owen, mais de meio século depois, “e fui direto para o escritório do sr. Drinkwater. ‘Quantos anos você tem?’, ‘Vinte em maio próximo’, foi a minha resposta; ‘Quantas vezes você se embebeda por semana?’... ‘Nenhuma’, garanti eu, vermelho diante dessa pergunta inesperada, ‘nunca bebi na minha vida.’ ‘Quanto você quer ganhar?’; ‘Trezentas libras por ano’, foi a minha resposta. ‘O quê?’, indagou o sr. Drinkwater com certa surpresa, repetindo minhas palavras, ‘Trezentas por ano! Esta manhã atendi não sei quantos querendo este emprego e creio que nem mesmo as pretensões deles reunidas chegam à soma que você está pedindo; ‘Não posso me guiar pelo que os outros querem’, respondi, ‘e não posso aceitar menos’.”⁴

Era um tipo de atitude característica de Owen e deu certo. Aos vinte anos ele se tornou o garoto maravilha do mundo têxtil — um jovem empreendedor com um nariz reto em rosto longo e com enormes, francos, olhos que demonstravam sua candura. Em seis meses o sr. Drinkwater ofereceu-lhe sociedade em um quarto da empresa. Mas este era apenas o prelúdio de uma carreira fabulosa. Depois de poucos anos Owen ouviu falar a respeito de um conjunto de fábricas que estava a venda na esquelética cidadezinha de Nova Lanark — coincidentemente elas pertenciam a um homem por cuja filha ele se apaixonara. Tanto conseguir as fábricas quanto a mão da filha parecia-lhe uma proeza impossível: o sr. Dale, dono da fábrica, era um fervido presbiteriano que jamais aprovaria as idéias radicais de livre-pensador de Owen e, além disso, havia o

problema de como arranjar o capital para comprar as fábricas. Desassombrado, Owen apresentou-se diante do sr. Dale como se havia apresentado diante do sr. Drinkwater e o impossível aconteceu. Pegou dinheiro emprestado, comprou as fábricas e conseguiu a mão da filha na barganha.

As coisas podiam muito bem ter ficado por aqui. Em um ano Owen tornou Nova Lanark uma comunidade diferente; em cinco anos ela estava irreconhecível; em dez anos ficara famosa no mundo inteiro. Teria sido uma realização mais do que suficiente para muitos homens, pois além de obter na Europa inteira a reputação de ser providente, sagaz e benevolente, Robert Owen fez uma fortuna de pelo menos 60 000 libras.

Mas as coisas ainda não ficaram por aqui. Apesar de sua meteórica subida, Owen via a si mesmo mais como um homem de idéias do que um mero homem de ação; Nova Lanark nunca fora para ele um mero exercício de filantropia. De fato era, mais do que isso, uma oportunidade para testar as teorias que elaborara sobre o avanço da humanidade como um conjunto. Isso porque Owen estava convencido de que a humanidade não era melhor do que seu ambiente e que se esse ambiente fosse mudado seria possível conseguir um verdadeiro paraíso na Terra. Em Nova Lanark, ele poderia testar suas idéias como num laboratório e, uma vez que as coisas aconteceram como se tivessem sido feitas sob medida, não parecia haver motivo para não mostrar o resultado ao mundo.

E logo teve essa chance. As Guerras Napoleônicas aquietaram-se e em suas águas vieram as encrências. Uma sucessão do que Malthus havia denominado “pletora geral” varreu o país; de 1816 a 1820, com exceção de um único ano, os negócios foram mal. A miséria ameaçava explodir: tumultos “pão e sangue” emergiam e uma espécie de histeria apoderou-se do país. Os duques de York, de Kent e mais um grupo de notáveis formaram um comitê para verificar quais as causas de tantos revezes e simplesmente, como era de esperar, solicitaram que o sr. Owen, o filantropo, apresentasse seus pontos de vista.

O comitê não estava realmente preparado para o que aconteceu. Sem dúvida, seus membros esperavam um verdadeiro sermão sobre reforma fabril, pois o sr. Owen era bem conhecido pelas inovações feitas, como a jornada de trabalho mais curta e a abolição do trabalho infantil. Em vez disso, os notáveis viram-se lendo um esquema de um plano de reorganização social em larga escala.

Owen sugeria que a solução para o problema da pobreza re-

sidia, simplesmente, em tornar o pobre produtivo. Com esta finalidade, ele advogava a formação de Aldeias de Cooperação nas quais oitocentas a mil e duzentas almas trabalhariam juntas em uma fazenda e numa fábrica, a fim de formar uma unidade de sustento. As famílias residiriam em casas agrupadas em paralelogramos — esta palavra atraiu imediatamente a atenção pública —, cada família em um apartamento particular, mas compartilhando salas de estar, salas de jantar e cozinhas comuns. As crianças acima de três anos seriam cuidadas separadamente, de modo a ter um tipo de educação que melhoraria seu caráter para a vida futura. Ao redor das escolas haveria jardins que seriam cuidados pelas crianças mais velhas e ao redor deles haveria plantações das quais elas participariam — desnecessário frisar que com a ajuda de pás e sem o uso de arados. Distante, longe das áreas de moradia, ficaria a unidade fabril; na verdade, tratava-se de uma cidade-jardim planejada, um kibutz, uma comuna.

O comitê de notáveis ficou profundamente confuso. Era muito difícil considerar a adoção de comunidades sociais planejadas em uma época de descuido *laissez-faire*. O sr. Owen recebeu os agradecimentos e suas idéias foram ignoradas com o maior cuidado. Mas Owen não se limitou a apenas propor. Insistiu na revisão da aplicabilidade de seu plano e submergiu o Parlamento em um mar de demonstrações ao expor seus pontos de vista. Mais uma vez sua determinação venceu a época. Em 1819 um comitê especial (que incluía David Ricardo) reuniu-se com o propósito de tentar levantar as necessárias 96 000 libras para estabelecer uma completa e funcional Aldeia de Cooperação experimental.

Ricardo mostrava-se descrente, se bem que quisesse avaliar o plano, mas o país não era absolutamente descrente: apenas achava a idéia uma abominação.⁵ Um editorialista escreveu: “Robert Owen, Cavaleiro, um benevolente fiandeiro de algodão... considera que todos os seres humanos são como plantas que estiveram fora da terra por alguns milhares de anos e precisam ser readaptadas. Para isso, ele se determina a plantá-los em quadrados, segundo uma nova moda”.⁶

William Cobbett,⁷ então exilado na América por suas idéias extremamente radicais, foi ainda mais depreciativo: “Esse cavaleiro”, escreveu, “propõe estabelecer *comunidades* de pobres!... Paz maravilhosa, felicidade e benefício nacional devem ser o resultado. Só não consigo ver exatamente como aqueles serezinhos de olhos pretos, narizes sanguíneos, e encenqueiros irão ser *acomodados*. O esquema do sr. Owen tem, de qualquer modo, a recomendação

de ser uma perfeita novidade, pois acredito que nenhum ser humano até agora tinha ouvido falar em uma *comunidade de pobres*... *Adieu*, sr. Owen de Lanark”.

Na verdade, Owen não imaginara uma comunidade de pobres. Ao contrário, ele acreditava que os pobres podiam tornar-se produtores de riqueza se tivessem chance de trabalhar e que seus hábitos sociais deploráveis podiam se transformar com facilidade em hábitos virtuosos sob a influência de um ambiente decente. E não eram apenas os pobres que precisavam ser elevados. As Aldeias de Cooperação seriam tão manifestamente superiores ao tumulto da vida industrial que outras comunidades iriam segui-las de maneira natural.

Mas estava mais do que claro que era apenas Owen que tinha essa visão. As pessoas de mentes sérias viam no esquema dele uma perturbadora ameaça para a ordem estabelecida das coisas, e as pessoas de mentes radicais viam naquilo tudo apenas uma farsa. O dinheiro necessário para a aldeia-piloto jamais foi conseguido, mas a essa altura nada poderia deter o indomável filantropo. Ele fora um humanista; agora tornara-se um humanitário profissional. Ele fizera fortuna; agora iria dedicá-la à realização de suas idéias. Vendeu as propriedades que tinha em Nova Lanark e, em 1824, se dispôs a construir sua própria comunidade do futuro. Com razão escolheu a América para construí-la, pois haveria local melhor para erigir uma utopia do que entre um povo que conhecia a liberdade política havia cinquenta anos?

Para a construção, comprou de uma seita religiosa de alemães, conhecida como Rappites, um pedaço de terra de trinta mil acres às margens do rio Wabash, no condado de Posey, Indiana. Em Quatro de Julho de 1826, ele dedicou sua comunidade à Declaração da Independência Intelectual — independência da Propriedade Privada, da Religião Irracional e do Casamento —, depois deixou-a prosseguir por si mesma com o adorável nome de Nova Harmonia.

Não podia acontecer e não aconteceu. Owen visualizara uma utopia florescendo vigorosa no mundo e não estava preparado para mantê-la separada do ambiente imperfeito da antiga sociedade. Não houvera planejamento: choveram oitocentos colonos sobre ela, na maior confusão, durante algumas semanas. Não havia a menor precaução contra fraudes. Owen foi enganado por um sócio que juntou o insulto à injúria instalando uma destilaria de uísque num terreno do qual se apoderara indevidamente. E uma vez que Owen não se encontrava presente, surgiram comunidades rivais: Maclu-

ria, organizada por um tal de William McClure, e outras criadas por dissidentes. A força dos hábitos aquisitivos era grande demais para permitir a união de idéias; hoje em dia, examinando-se a situação conclui-se que até é de admirar que a comunidade tenha conseguido existir o tempo que existiu.

No ano de 1828 ficou, afinal, evidente que o empreendimento era um fracasso. Owen vendeu a terra (ele perdera quatro quintos de sua fortuna nessa aventura), foi falar sobre seu esquema com o presidente Jackson e, em seguida, com Santa Ana, no México. Nenhum desses dois cavalheiros tentou sequer demonstrar um bem-educado interesse.

Owen, então, voltou para a Inglaterra. Ele ainda era o benevolente (se bem que um tanto ressabiado) sr. Owen e sua carreira estava por ter um inesperado abalo em seu final. Por mais que a maioria das opiniões houvesse zombado de suas Aldeias de Cooperação, os ensinamentos dele haviam penetrado fundo em uma parte do país: nas classes trabalhadoras. Era a época das primeiras associações comerciais e os líderes dos fiandeiros, dos oleiros e dos construtores haviam começado a olhar Owen como um homem que podia falar por seus interesses — é claro, como líder deles. Ao contrário de seus pares, eles haviam levado os ensinamentos a sério — enquanto as Aldeias de Cooperação eram assunto para debates de comitês de notáveis, verdadeiras sociedades cooperativas de trabalhadores, baseadas nas idéias dele, brotavam pelo país, mesmo que em pequena escala: cooperativas produtoras, cooperativas consumidoras, e houve até mesmo algumas malfadadas tentativas para seguir as idéias do sr. Owen ao pé da letra e de levá-las adiante com dinheiro.

Sem exceção, as cooperativas produtoras falharam e as trocas sem dinheiro terminaram em ausência de dinheiro, mas igualmente em bancarrota final. Contudo, um aspecto do movimento cooperativista criou raízes. Vinte e oito dedicados homens que chamavam a si mesmos de os Pioneiros de Rochdale começaram o movimento de cooperativas de *consumidores*. Para Owen, aquilo era apenas um interesse passageiro, mas com o tempo foi crescendo até se tornar uma das grandes fontes de força do Partido Trabalhista da Grã-Bretanha. Curiosamente, justamente o movimento ao qual ele dedicou menos atenção foi o que iria sobreviver aos projetos para os quais Owen dedicara todo seu amor e suas forças.

Ele não tinha tempo para cooperativas por um bom motivo; por ocasião de sua volta da América ele concebera uma imensa

cruzada moral e mergulhara nela com sua típica dedicação vigorosa. O ex-menino pobre, o ex-capitalista, o ex-arquiteto social agora se rodeava dos líderes do movimento das classes trabalhadoras. Deu ao seu projeto um nome adequadamente impressionante: Grande União Moral Nacional das Classes Produtoras e Úteis. Não demorou muito o nome foi encurtado para Grande Consolidação Nacional da União Comercial, e, como ainda era longo demais, acabaram por referir-se ao projeto apenas como Grande Nacional. Sob sua bandeira os líderes da união comercial reagruparam-se e em 1833 o movimento da classe trabalhadora inglesa foi oficialmente lançado.

Era uma união de âmbito nacional — a precursora das uniões industriais e comerciais dos nossos dias. Seus associados contavam-se ao redor de quinhentos mil — um número gigantesco para a época — e abrangiam virtualmente todas as uniões importantes da Inglaterra inteira. Mas, ao contrário de uma união moderna, suas finalidades não eram limitadas a horas de trabalho, a salários ou a revisão de prerrogativas. O Grande Nacional pretendia ser um instrumento não apenas de melhoria social, mas também de profundas mudanças sociais. Assim, ao mesmo tempo que pedia melhores salários e melhores condições de trabalho, o programa expunha um impreciso conjunto de Aldeias de Cooperação, abolição do dinheiro e um sem-número de outras idéias retiradas do *pot-pourri* dos escritos de Owen.

Owen aturdiu o país com sua causa final. Foi um fracasso. A Inglaterra não estava mais preparada para uma união comercial do que a América para ser um paraíso. As uniões locais não conseguiam controlar seus associados e brigas locais enfraqueciam o corpo nacional. Owen e seus lugar-tenentes caíram; eles o acusaram de ateísmo e ele os acusou de fomentar o ódio na classe. O governo interveio e, com violência e sede de vingança, fez o que pôde para sufocar o movimento crescente. As classes patronais perceberam na Grande Nacional o dobre dos sinos para a propriedade privada e exigiram acusação com base na lei anti-sindical. Nenhum movimento nascente poderia resistir a tal carnificina. Em dois anos a grande união estava morta e Owen, então com sessenta e quatro anos, representou seu último papel histórico.

Continuou a ser por mais vinte anos o grande velho homem do trabalho, expondo suas idéias cooperativistas, suas preferências pelas pás, seu ingênuo desprezo pelo dinheiro. Em 1839 teve uma audiência com a Rainha Vitória, apesar dos protestos de um grupo das melhores pessoas, conhecido como Sociedade para Repressão Pacífica da Infi-

delidade. Mas ele estava liquidado. No último ano de sua vida encontrou refúgio no espiritualismo, em infindáveis tentativas — sempre as mesmas — e em sua maravilhosa *Autobiography*. E morreu em 1858, com oitenta e sete anos e ainda esperançoso.

Que história tão romântica e fantástica! Olhando-a agora, percebe-se que é mais a história de Owen do que suas idéias que nos interessa. Ele jamais foi um pensador verdadeiramente original e com certeza nem mesmo flexível. “Robert Owen não é um homem capaz de pensar de modo diferente de um livro depois de tê-lo lido”, foi o devastador modo pelo qual um escritor moderno o caracterizou, e Macaulay, que fugia ao ouvir-lhe a voz, classificou-o de “um chato sempre gentil”.⁸

Ele não era, por mais que forcemos a imaginação, um economista. No entanto, era muito mais do que isso; era um inovador da economia que deu nova forma aos fatos crus com que os economistas teriam que lidar. Como todos os Socialistas Utópicos, Owen queria o mundo modificado; mas enquanto os demais escreviam a respeito, de maneira eficiente ou não, ele punha-se em ação e tentava modificá-lo.

E, pensando bem, talvez ele tenha deixado uma grande idéia atrás de si. Isto é encantadoramente ilustrado nesta anedota narrada na autobiografia de seu filho, Robert Dale Owen:

“Quando uma criança chora por raiva, minha querida Caroline”, dizia seu pai (Robert Owen), “deixe-a fechada em seu quarto e só lhe permita sair de lá quando ela parar de chorar.” “Mas, meu querido, ela é capaz de chorar uma hora.” “Então, deixe-a chorar.” “Isso pode prejudicar seus pulmõezinhos e talvez causar-lhe convulsões.” “Acho que não. De qualquer maneira, ela vai ficar mais prejudicada se crescer como um jovem indisciplinado. O homem é o resultado das circunstâncias.”⁹

“O homem é o resultado das circunstâncias.” E quem faz as circunstâncias a não ser o próprio homem? O mundo não é inevitável e definitivamente bom ou mau, mas sim a extensão de como o fazemos. Com este pensamento, Owen deixou atrás de si uma filosofia de esperança mais poderosa do que suas ingênuas noções sobre pás, arados, dinheiro e Aldeias de Cooperação.

Robert Owen é, com certeza, o mais romântico desse grupo de protesto do século dezenove que batalhavam contra o capitalismo cru, porém não é o mais peculiar. Por simples perversidade de caráter, as honras têm que ser feitas ao conde Henri de Rouvroy

de Saint-Simon,¹⁰ e, quanto a indiscutíveis excentricidades de idéias, não há competidor para Charles Fourier.

Saint-Simon, como seu sonoro nome sugere, era um aristocrata; sua família garantia descender de Carlos Magno. Nascido em 1760, ele foi educado de maneira a ter conhecimento da nobreza de seus ancestrais e da importância de manter o brilho desse nome; a cada manhã, quando jovem, era acordado por seu valete, que exclamava:

— De pé, *Monsieur le Comte*, vossa senhoria tem grandes coisas a fazer hoje!¹¹

Ter consciência de que se foi o escolhido como expoente histórico deve provocar efeitos muito estranhos em um homem. No caso de Saint-Simon, serviu como desculpa para uma extravagante auto-indulgência. Ainda menino, ele confundia dedicação a um princípio com simples teimosia; conta-se que quando a passagem de uma carruagem ameaçava interferir em alguma de suas brincadeiras infantis, ele ia para o meio do caminho e recusava-se obstinadamente a sair da frente — e quem se atreveria a jogar um jovem conde na valeta à beira da estrada? Mais tarde, essa mesma teimosia levou-o a recusar-se a fazer a Primeira Comunhão sob as ordens do pai — este, porém, talvez mais acostumado com as intransigências do filho e, com certeza, menos paciente com elas, não hesitou em mandar trancafiá-lo.

Sua auto-indulgência poderia tê-lo direcionado para o mais auto-indulgente de todos os grupos políticos: a corte de Luís XVI. Mas ele foi redimido pelo amor que dedicava à idéia menos aristocrática do mundo: democracia. Em 1778 o jovem conde foi para a América e destacou-se na Guerra Revolucionária. Lutou em cinco campanhas, recebeu a Ordem de Cincinato e, o mais importante de tudo, tornou-se um apaixonado discípulo das novas idéias de liberdade e igualdade.

Mas isto ainda não constituía o Grande Feito. A Guerra Revolucionária levou-o para Louisiana; daí ele foi para o México, a fim de ajudar o Vice-Rei a construir um canal que precederia o do Panamá. Isto deveria ter feito a fama do nome dele, mas a idéia não vingou — é claro, havia milhares de idéias, porém nenhum plano — e o jovem nobre revolucionário voltou para a França.

Chegou bem a tempo para a Revolução nesse país e dedicou-se a ela com fervor. A população urbana de Falvy, em Peronne, convidou-o para prefeito, mas ele recusou, dizendo que a eleição de um membro da antiga nobreza seria um mau precedente; então, quando eles o escolheram para a Assembléia Nacional, ele propôs

a abolição dos títulos e renunciou aos seus a fim de se tornar um simples *Citoyen Bonhomme*. As predileções democráticas que tinha não eram pose; Saint-Simon sentia genuína afeição por seu companheiro. Antes da Revolução, certo dia, ele ia de carruagem para Versailles, no maior grande estilo, quando deparou com a carroça de um fazendeiro atolada na lama da estrada. Saint-Simon desceu de sua carruagem, apoiou o ombro finamente vestido na roda e, depois de ajudar a desatolar a carroça, achou a conversa do fazendeiro tão interessante que dispensou sua carruagem e foi na carroça do novo amigo para Orléans.

A Revolução mexeu com ele de um modo estranho. Por um lado, Saint-Simon especulou habilidosamente com terras da Igreja e obteve uma modesta fortuna pessoal; por outro, afanou-se trabalhando num gigantesco esquema educacional que, como o colocava em contato com estrangeiros, fez com que caísse em desgraça sendo colocado sob custódia protetora. Mas ele fugiu e, então, em um gesto ao mesmo tempo romântico e realmente nobre, entregou-se de novo quando soube que o proprietário do hotel no qual se encontrava sob custódia fora injustamente acusado de ter colaborado com sua fuga.

Desta vez ele foi para a cadeia. Mas ali, em sua cela, teve a revelação que de certa maneira estivera esperando a vida inteira. A revelação surgiu, como as visitas, em um sonho; Saint-Simon assim a descreveu:

“Durante o mais cruel período da Revolução e durante a noite de meu aprisionamento em Luxemburgo, Carlos Magno apareceu para mim e disse: ‘Desde que o mundo começou nenhuma família teve a honra de produzir, ao mesmo tempo, um herói e filósofo de primeira categoria. Esta honra foi reservada para a minha Casa. Meu filho, o seu sucesso como filósofo será igual ao meu como soldado e estadista.’”¹²

Saint-Simon não precisou de mais nada. Conseguiu ser solto da prisão e o dinheiro que acumulara passou a ser gasto em uma fantástica busca do conhecimento. Este homem empenhava-se em aprender tudo que houvesse para ser aprendido — cientistas, economistas, filósofos, políticos, todos os sábios da França foram convidados para ir à sua casa, receberam financiamento para seus trabalhos e perguntavam-se sem cessar se Saint-Simon poderia abranger toda a intelectualidade do mundo, como parecia pretender. Era um esforço bizarro. A certa altura, tendo chegado à conclusão de que ainda lhe faltava experiência pessoal familiar para complementação de seus estudos sociais, ele se casou — um contrato de

três anos. Um ano foi o bastante: sua esposa falava demais e os convidados dela comiam demais, então Saint-Simon decidiu que o casamento como instituição educacional tinha suas limitações. Em troca, quis obter a mão da mulher mais brilhante da Europa, Madame de Staël; ela era a única mulher, declarou ele, que poderia compreender seus planos. Encontraram-se, porém foi um anticlímax: ela achou-o cheio de *esprit*, mas dificilmente o maior filósofo do mundo. Nessas circunstâncias, o entusiasmo dele também esfriou.

Mas a busca de uma sabedoria enciclopédica, se bem que estimulante, revelou-se financeiramente desastrosa. Seus gastos haviam sido exagerados a ponto de se tornar uma irresponsabilidade e seu casamento fora inesperadamente caro. Viu-se reduzido primeiro a uma situação modesta e, depois, a uma verdadeira pobreza; foi forçado a arranjar um emprego como amanuense e, assim, tornou-se dependente da bondade de um antigo criado para ter cama e mesa. Enquanto isso, escrevia furiosamente um interminável caudal de pensamentos, observações, exortações e estudos da sociedade. Enviou seus trabalhos para os patrões líderes da época com este bilhete patético:

Monsieur

Seja meu salvador, estou morrendo de fome... Há quinze dias eu passo a pão e água... vendi tudo, menos minhas roupas, a fim de pagar as despesas de impressão do meu trabalho. Foram a paixão pelo conhecimento, pelo bem-estar do povo e o desejo de encontrar meios pacíficos de acabar com a crise que assola a sociedade européia inteira que me trouxeram a este estado de desgraça...¹³

Ninguém fez qualquer subscrição. Em 1823, desesperado, se bem que então sua família lhe desse uma pequena pensão, ele deu um tiro em si mesmo. Mas jamais pôde obter qualquer coisa que quisesse da vida. Conseguiu apenas perder um olho. Viveu mais dois anos doente, pobre, dedicado e orgulhoso. Quando o fim chegou, reuniu os poucos discípulos ao seu redor e disse-lhes:

— Lembrem-se que para fazer grandes coisas é preciso não ser apaixonado!¹⁴

Mas o que ele teria feito que justificasse este fim de opereta?

Uma coisa estranha: Saint-Simon havia fundado uma religião industrial. Não o fez por meio de seus livros, que eram bastante

volumosos mas não foram lidos; também não foi por meio de aulas, conferências e nem por ter feito “grandes coisas”. De algum jeito, como homem em si, havia inspirado uma seita, havia reunido um pequeno bando de seguidores e dado à sociedade a imagem diferente do que ele poderia ter sido.

Era uma religião estranha, meio mística e desorganizada, mas admirável, pois fora constituída sobre um inacabado edifício de idéias ao qual faltava um lado. Edifício este, aliás, que nada tinha a ver com religião, embora depois da sua morte tenha sido fundada a Igreja Saint-Simoneana, com seis igrejas departamentais na França, com ramificações na Alemanha e na Inglaterra. Talvez seja mais adequado compará-la a uma irmandade; seus discípulos vestiam-se em tons de azul e tratavam-se entre si como “pais e filhos”. E, como um bonito símbolo daquilo pelo qual seu fundador havia lutado, usavam um colete especial que não podia ser vestido nem despido sem ajuda, o que simbolizava e enfatizava a dependência de cada homem de seus irmãos. Mas a igreja logo degenerou para pouco mais que um culto, pois os últimos saint-simoneanos elaboraram seu próprio código de moralidade que, de algumas maneiras, era pouco mais do que uma imoralidade respeitavelmente codificada.

O evangelho que Saint-Simon pregou dificilmente seria chocante aos olhos modernos. Ele proclamava que “o homem precisa trabalhar” se quiser partilhar dos frutos da sociedade. Mas comparada com as conclusões que se originam desta premissa, a sociedade de paralelogramos de Robert Owen era clara por si mesma.

“Suponhamos”, escreveu Saint-Simon, “que a França perca de repente seus cinquenta químicos dirigentes, seus cinquenta fisiologistas dirigentes... matemáticos... mecânicos”, e ele foi citando assim por diante até serem mencionados três mil sábios, artistas e artesãos (Saint-Simon não é conhecido por ter um estilo parcimonioso).¹⁵ Qual seria o resultado? Seria uma catástrofe que roubaria a própria alma da França.

Mas agora suponhamos, diz Saint-Simon, que em vez de perder esses poucos indivíduos, a França fosse privada, de repente, da primeira camada de seu todo social: suponhamos que desaparecesse *Monsieur* irmão do rei, o duque de Berry, algumas duquesas, os oficiais da Coroa, os ministros do Estado, seus juizes e dez mil dos mais ricos proprietários de terra — trinta mil pessoas ao todo. Qual o resultado? Muito lamentável, diz Saint-Simon, porque são todas boas pessoas, no entanto seria uma perda puramente sentimental; o Estado difícil-

mente iria sofrer muito, porque um grande número de pessoas pode exercer as funções desses adoráveis ornamentos.

Portanto, a moral está bem clara. São os trabalhadores — *les industriels* — de todos os níveis e hierarquias, que merecem o mais alto respeito da sociedade, e os ociosos merecem o mínimo. Mas o que vemos? Por estranho desvio da Justiça, acontece justamente o oposto: os que nem merecem o mínimo respeito é que recebem o máximo.

Saint-Simon propõe que a pirâmide seja reconstruída do modo certo. A sociedade é organizada como uma fábrica gigantesca e ela deveria desenvolver o princípio fábril até sua conclusão lógica. O governo deve ser econômico, não político; deve ajeitar as coisas e não dirigir os homens. As recompensas devem ser proporcionais à contribuição social de cada um; devem ser acrescidas para os membros ativos da máquina e não para os preguiçosos que só ficam olhando. Não é uma revolução que Saint-Simon prega, nem o socialismo da maneira que entendemos esta palavra. Ele é uma espécie de peã¹¹ do processo industrial e um protesto ao fato de que numa sociedade de trabalho duro os ociosos fiquem com a maior e desproporcional parte da riqueza.

Nem uma palavra sobre o que deve ser feito; os últimos saint-simonianos deram um passo a mais do que seu fundador e exigiram o fim da propriedade privada, mas mesmo isso eles fizeram com um pequeno e vago programa de reforma social. Tratava-se de uma religião do trabalho à qual faltava um catecismo adequado; ela denunciava graves injustiças na distribuição da riqueza da sociedade, mas oferecia um guia frustrantemente pequeno para os que queriam pôr as coisas no lugar.

Talvez seja justamente essa falta de um programa que ajuda a explicar o sucesso alcançado por um homem que era o oposto de Saint-Simon. Enquanto o ex-nobre foi inspirado pela paixão por uma grande idéia, Charles Fourier¹⁶ inspirou-se em uma paixão por insignificâncias. Como Saint-Simon, Fourier achava que o mundo encontrava-se desesperadamente desorganizado, mas a cura que propôs foi explícita até no menor detalhe.

Saint-Simon tinha sido um aventureiro em vida; Fourier era um aventureiro em imaginação. Sua biografia é cheia de brancos: nascido em 1772, filho de um comerciante de Besançon, passou a vida como caixeiro-viajante sem sucesso. De certa maneira, ele nada

11 Peã: Hino em honra de Apolo, na Grécia antiga; canto de guerra, de vitória. NT.

fez, nem mesmo se casou. Eram duas as suas paixões: flores e gatos. É apenas no fim da vida que ele se torna interessante por passar os últimos anos pontualmente sentado em seu pequeno quarto, às mesmas horas, esperando a visita de algum grande capitalista que se mostrasse disposto a financiar seu esquema a fim de espalhá-lo pelo mundo. Depois de tudo, este pequeno comerciante escreveu: “Eu, apenas eu, contrariei vinte séculos de imbecilidade política e será a mim, apenas a mim, que as gerações presente e futura irão olhar como a origem de sua imensa felicidade”. Com tal responsabilidade pesando sobre os ombros ele jamais poderia deixar de estar a postos quando o esperado salvador capitalista chegasse com suas bolsas de dinheiro em cortejo. Mas nenhum chegou.

Fourier, para sermos bem-educados, era um excêntrico; se formos francos, provavelmente ele estava com um parafuso frouxo, maluco. Seu mundo era um delírio: a Terra, acreditava ele, começara a existir havia oitenta mil anos; quarenta mil de vibrações ascendentes e o mesmo número de vibrações descendentes. No meio (não dê atenção à aritmética) havia oito mil anos de *Apogée du Bonheur*. Vivíamos no quinto de oito estágios de progresso, havendo aberto caminho através de Confusões, Selvagerias, Patriarcados e Barbarismos. Adiante encontrava-se o Garanteísmo (nada mau como *insight*) e depois vem a ascendente colina da Harmonia. Depois de alcançarmos a bem-aventurança máxima, a gangorra descera e faremos o caminho de volta, através de todos os estágios, até o começo.

Mas se abrissemos um caminho profundo, consistente, até a Harmonia, as coisas poderiam, de fato, começar a pipocar: uma Coroa do Norte envolveria o Pólo, espalhando um delicado orvalho; o mar se transformaria em limonada; seis novas luas substituiriam o velho e solitário satélite e surgiriam novas espécies que combiniariam melhor com a Harmonia: um antileão, o mais dócil e serviçal dos animais; uma antibaleia, que poderia ser atrelada a navios; um antiurso; um antiinseto e um anti-rato. Poderíamos viver até chegar aos cento e quarenta e quatro anos, dos quais cento e vinte seriam empregados na irrestrita busca do amor sexual.

Tudo isso e mais a descrição de primeira mão que foi feita dos habitantes de outros planetas conferem aos escritos de Fourier o aspecto de terem sido feitos por um louco. Talvez ele o fosse. Mas quando desviou os olhos desta visão estrelada e voltou-os para esta Terra, viu-a imersa no caos e na infelicidade; viu, também, um modo de reorganizar a sociedade.

Sua prescrição era muito exata. A sociedade poderia ser or-

ganizada em falanges — em francês, *phalanstères* —, que consistiriam uma espécie de arranjo de Grande Hotel, não muito diferente das Aldeias de Cooperação de Owen. O hotel era cuidadosamente descrito: deveria ter um enorme edifício central (seus vários aposentos e dimensões estavam todos já determinados) e ao redor dele haveria campos e estabelecimentos industriais. Cada pessoa poderia morar nesse hotel no nível ao alcance de seu bolso: primeira, segunda ou terceira classe, com a privacidade desejada (incluindo até refeições servidas nos quartos) e contato com os demais o suficiente para a transmissão de certo grau de cultura. A eficiência seria garantida por meio de centralização; Fourier, o velho solteirão, pinta um quadro tão triunfal da cozinha central que chega a dar água na boca.

Todos teriam que trabalhar, é claro, porém poucas horas por dia. Mas ninguém tentaria escapar do trabalho, porque cada qual estaria fazendo o que mais gostava. O problema do trabalho sujo era resolvido perguntando-se quem *gostaria* de fazê-lo. As crianças, é claro. Então, haveria as Pequenas Hordas, que iriam alegremente trabalhar nos matadouros ou consertar ruas, levando uma vida divertida. E, para a minoria das crianças que não gostasse de trabalho sujo, haveria os Pequenos Bandos, que cuidariam das flores e ensinariam os pais a falar direito. Entre os trabalhadores haveria amigáveis competições para verificar quem trabalhava melhor: disputas entre plantadores de peras e plantadores de espinafre e, afinal (uma vez que o princípio das falanges houvesse se espalhado pelo globo e as 2 985 984 falanges necessárias já estivessem estabelecidas), a grande batalha entre os *chefs de cuisine* especialistas em omeletes e os engarrafadores de champanhe.

E todo o conjunto de negócios seria rendoso ao extremo; os ganhos estariam à altura de 30%. Mas iria tratar-se de um ganho comunal: os lucros seriam divididos cinco doze avos para o trabalho, quatro doze avos para o capital, três doze avos para o “talento”, e todos poderiam aspirar a ser proprietário ou ser apenas um companheiro trabalhador.

Por mais esquisito e fantástico que pareça, a idéia Fourierista teve aceitação até mesmo nos Estados Unidos, essa verdadeira fortaleza de praticidade e de bom senso. Em determinada época existiram mais de quarenta falanges neste país e se agruparmos as comunidades Owenianas e os movimentos religiosos de vários tipos, contaremos pelo menos cento e setenta e oito grupos Utópicos com cerca de mil e quinhentos a novecentos membros cada.

Sua variedade era imensa: alguns eram piedosos, outros im-

pios; alguns castos, outros licenciosos; alguns capitalistas, outros anárquicos. Existiu a Falange Trumbull, em Ohio, e a *Modern Times* (Tempos Modernos), em Long Island; houve a Oneida, a *Brook Farm* (Estância Brook), a *Nova Icaria* (Novo Icaro) e uma falange altamente notável — a *North American Phalanx* (Falange Norte-americana), em Nova Jersey — que se manteve de 1843 a 1855 e continuou, meio como hotel meio como uma comunidade, até o final da década de 1930. Como toda pessoa inverossímil, o crítico Alexander Woolcott nasceu lá.

Nenhuma das sonhadas comunidades lançou raízes. Os mundos de sonhos sempre passam pela grande dificuldade de amortecer os atritos com a realidade e de todas as reformas da sociedade projetadas pelos Utópicos nenhuma ficou tão longe da praticidade quanto a *phalanstère*. E mais, nenhuma é tão enganosa. Se pudéssemos viver em uma *phalanstère*, quem não gostaria? Fourier demonstrava com devastadora fidelidade a miserável infelicidade do mundo em que ele vivia, mas sua prescrição era composta de ingredientes paradisíacos demais para os males mortais que ele pretendia curar.

Esses Utópicos parecem ridículos? De fato, eles eram todos uns sonhadores, mas, como disse Anatole France, se não fossem os sonhadores os homens ainda estariam vivendo nas cavernas. Não existe ninguém que não tenha pelo menos um leve toque de loucura: até mesmo Saint-Simon especulou solenemente sobre a possibilidade dos castores, sendo os animais de maior inteligência, um dia virem a substituir os seres humanos. Mas não se tornaram dignos de nota por serem excêntricos ou por causa da riqueza e das cores atraentes de suas fantasias. Chamaram nossa atenção porque eram corajosos e para apreciar a coragem deles precisamos avaliar e compreender o clima intelectual que os rodeava.

Eles viveram em um mundo que não apenas era duro e cruel, como também racionalizava sua crueldade sob o disfarce de lei da economia. Necker, o francês que foi financista e estadista, disse, na virada do século: “Se fosse possível descobrir algum tipo de alimento menos agradável do que o pão, mas que tivesse o dobro de seu poder alimentício, o povo seria reduzido a comer uma vez a cada dois dias.” Por mais cruel que esta consideração possa parecer, trata-se de um raciocínio repleto de lógica. O mundo é que era cruel, não as pessoas que nele viviam. Esse mundo era regido por leis de economia e as leis de economia nada tem a ver com o que uma pessoa pode ou deve valer; simplesmente as leis estavam ali e zangar-se por causa de qualquer injustiça que decorresse de

uma infeliz conseqüência de sua atividade seria tão tolo como reclamar do fluxo e refluxo das marés.

As leis eram poucas, mas definitivas. Vimos como Adam Smith, Malthus e Ricardo elaboraram as leis da distribuição econômica. Essas leis pareciam explicar não apenas como a produção da sociedade tendia a ser distribuída, mas também como ela *devia* ser distribuída. As leis demonstravam que os lucros eram movimentados e controlados pela concorrência, que os salários estavam sempre sob pressão do aumento da população e que as rendas aumentavam para os proprietários de terra na medida em que a sociedade se desenvolvia. E era isso. Uma pessoa não precisava necessariamente *gostar* do resultado, porém tornava-se mais do que evidente que esse resultado era conseqüência da dinâmica da sociedade: não existia qualquer má vontade *pessoal* envolvida e nenhuma manipulação pessoal. As leis da economia eram como as leis de gravitação e pareceria falta de senso comum desafiar tanto umas quanto as outras. Assim, uma cartilha dos princípios elementares da economia dizia: “Há cem anos apenas os sábios podiam compreendê-las [as leis econômicas]. Hoje elas são corriqueiras até para crianças e a única real dificuldade é sua tão grande simplicidade”.

Não é de admirar que os Utópicos chegassem a tais extremos. As leis não pareciam invioláveis — no entanto, era intolerável o estado da sociedade pela qual elas eram as responsáveis. Então, os Utópicos pegaram a coragem com ambas as mãos e disseram que, de fato, o sistema tinha que mudar. Se isso é capitalismo — com um aceno para Robert Blincoe acorrentado à uma máquina —, é melhor termos outra coisa, seja ela Aldeias de Cooperação, códigos morais ou a deliciosa atmosfera de hotel de uma *phalanstère*. Os Utópicos — e os há em número bem maior do que os que são mencionados neste capítulo — eram reformadores mais pelo coração do que pela cabeça.

Este é um dos motivos pelos quais os designamos como Socialistas *Utópicos*. A “utopia” não é meramente um caso de fins idealísticos; é também uma chave para os meios. Muito diferentes dos Comunistas, eram reformadores que esperavam persuadir os membros das classes *altas* de que uma mudança social poderia ser em última análise benéfica para elas. Os Comunistas falavam com as massas e incentivavam a violência, se necessário, para alcançar seus fins; os Socialistas apelavam à sua própria espécie — ao intelectual, ao *petit bourgeois*, ao cidadão livre-pensador da classe média ou ao aristocrata emancipado — que aderisse aos esquemas

deles. Até mesmo Robert Owen esperava que seus irmãos donos de fábricas vissem a luz.

Mas, secundariamente, note que eles eram *Socialistas Utópicos*. Isso significa que eram reformadores *econômicos*. Os construtores utópicos existem desde Platão, mas foi só depois da Revolução Francesa que começaram a reagir à economia como injustiça política. E uma vez que era o nascente capitalismo que provocava a câmara de horrores contra a qual eles se revoltavam, nada mais natural do que voltassem as costas para a propriedade privada e às lutas pela riqueza privada. Poucos deles pensavam em reforma *dentro* do sistema: lembre-se de que essa era a época da verdadeira primeira atenuação da legislação fabril e que essas rancorosas reformas eram conseguidas com muito sofrimento, assim como largamente apreciadas como abertura. Os Utópicos queriam algo melhor do que a reforma — queriam uma nova sociedade na qual o Ama o Teu Próximo podia de algum jeito assumir prioridade sobre o fato de cada qual preocupar-se em abrir seu caminho de qualquer modo. Na propriedade comum, no calor da propriedade comum, seria encontrada a pedra de toque do progresso humano.

Havia homens de muita e verdadeira boa vontade. No entanto, apesar das boas intenções e teorias sérias, faltava aos Utópicos a imagem de respeitabilidade; eles precisavam do *imprimatur* de alguém que estivesse com eles de coração, mas cuja cabeça se achasse bem firme sobre os ombros. E encontraram essa liderança na pessoa menos provável — no homem mais recentemente convertido ao socialismo, no homem que era por consenso geral apontado como o maior economista da época: John Stuart Mill.¹⁷

Todos os homens citados neste capítulo têm qualquer coisa de inacreditável em suas características, mas talvez J. S. Mill seja o mais notável de todos. Era filho de James Mill, historiador, filósofo, panfletário, amigo íntimo de Ricardo e de Jeremy Bentham, um dos intelectos dirigentes do começo do século dezenove. James Mill tinha idéias definidas a respeito de quase tudo e principalmente sobre educação. Seu filho, John Stuart Mill, foi o extraordinário resultado.

John Stuart Mill nasceu em 1806. Em 1809 (não em 1819) começou a aprender grego. Com sete anos já havia lido a maioria dos diálogos de Platão. No ano seguinte iniciou o estudo de latim e enquanto isso digeriu Heródoto, Xenofonte, Diógenes, Laerte e parte de Luciano. Entre oito e doze anos terminou Virgílio, Horácio, Lívio, Salústio, Ovídio, Terêncio, Lucrécio, Aristóteles, Sófocles e

Aristóфанes; ensinou geometria, álgebra e cálculo diferenc da Inglaterra, não pelos da Índia. No caso do Congo Belga ou das Índias Holandesas, “grande parte” pode ser substituído por “totalmente.”

Alguns aspectos desse imperialismo antigo permanecem, apesar de ^{su}as manifestações externas terem mudado. A Segunda Guerra Mundial trouxe um fim geral às relações do colonialismo dentro das quais a antiga hegemonia econômica exercia seu equilíbrio. Onde havia apenas colônias inativas antes da guerra, emergiram nações independentes depois dela; e apesar de muitas destas a e, pelos nossos padrões, assustadora educação. Não havia férias “para que o hábito do trabalho não fosse quebrado e adquirido o gosto da indolência”, nada de amigos de infância, nada a não ser um real reconhecimento de que sua educação e seu ambiente eram diferentes do normal de maneira muito significativa.¹⁹ O milagre não foi que a seguir Mill produzisse grandes trabalhos, mas que conseguisse evitar a completa destruição da própria personalidade. Ele teve uma espécie de colapso nervoso quando estava com vinte e poucos anos; o delicado e seco mundo de trabalho e de esforço intelectual em que ele se criara de repente tornou-se estéril e insatisfatório; enquanto outros jovens estavam descobrindo que podia haver beleza na atividade intelectual, o pobre Mill descobria que podia haver beleza na beleza. Foi invadido pela melancolia e então leu Goethe, depois Wordsworth, a seguir Saint-Simon — todos autores que falavam ao seu coração com a mesma seriedade com que o pai dele falara ao seu cérebro. Foi então que encontrou Harriet Taylor.

Mas existia, sorte ingrata, um sr. Taylor. Ele foi ignorado; Harriet Taylor e Mill se apaixonaram e por vinte anos se corresponderam, viajaram e até mesmo viveram juntos — tudo (se é de acreditar na correspondência deles) na mais perfeita inocência. Então, a barreira que era o sr. Taylor foi removida pela morte e eles se casaram, afinal.

Foi um supercasamento. Harriet Taylor (e mais tarde a filha dela, Helen) completaram o despertar emocional de Mill, que se iniciara tão tarde; juntas, as duas mulheres abriram os olhos dele para os direitos femininos e, ainda mais importante, para os direitos da humanidade. Depois do falecimento de Harriet, quando Mill estava refletindo sobre a história de sua vida, reviu as influências convergentes das mulheres sobre ele e escreveu: “Agora ou no futuro, quem quer que pense em mim e no trabalho que fiz não deve jamais esquecer que foi produto não apenas de um intelecto e de uma consciência, mas sim de três”.²⁰

Mill, como vimos, aprendeu tudo sobre economia política quando tinha treze anos. Foi somente trinta anos depois que ele escreveu seu maior livro, os dois grandes e maciços volumes de *Principles of Political Economy*. Era como se ele tivesse acumulado trinta anos de conhecimento com esse propósito.

O livro é um completo exame do assunto: faz o levantamento de rendas, salários, preços, taxas e refaz os caminhos que foram antes mapeados por Smith, Malthus e Ricardo. Porém, é bem mais do que um simples levantamento de dados sobre doutrinas que haviam recebido o carimbo de dogmas virtuais. Ele seguiu adiante para fazer sua própria descoberta, uma descoberta que acreditava ser da maior importância. Como tantos de seus grandes *insights*, a descoberta foi muito simples. Consistiu em determinar que o verdadeiro âmbito da lei econômica era a produção e não a distribuição.

O que Mill queria dizer ficou bem claro: as leis econômicas da produção competiam à natureza. Não há nada de arbitrário sobre se um trabalho é mais produtivo para aquele ou este uso, nem se há alguma coisa volúvel ou opcional num fenômeno, tal como a diminuição da força de produtividade da terra. Escassez e teimosia da natureza são coisas reais e as regras econômicas de comportamento que nos dizem como levar ao máximo os frutos do nosso trabalho são tão impessoais e tão absolutas quanto as leis de expansão dos gases ou da interação de substâncias químicas.

Mas — e este talvez seja o maior *mas* da economia — as leis de economia nada têm a ver com distribuição. Sempre que tenhamos produzido a maior quantidade que pudermos de riqueza, podemos fazer o que quisermos com ela. “Uma vez as coisas estando ali”, diz Mill, “a humanidade, individual ou coletivamente, pode fazer com elas o que bem quiser. Pode colocá-las à disposição de quem quer que seja e sob quaisquer termos... Mesmo que um homem tenha produzido com seu trabalho individual, sem a ajuda de ninguém, não pode ficar com tudo que produziu, a menos que receba a permissão da sociedade. Não apenas a sociedade pode tirar tudo dele, como quaisquer indivíduos podem e irão tirar tudo dele, se a sociedade... não... der emprego e pagamento para todos a fim de evitar ser perturbada em [suas] posses. A distribuição da riqueza, no entanto, reside nas leis e costumes da sociedade. As regras pelas quais isso é determinado são aquelas que as opiniões e conceitos do segmento dirigente fazem e são diferentes em cada época, em cada país e podem ser ainda mais diferentes se a humanidade assim o quiser...”²¹

Houve uma quebra de união entre os seguidores de Ricardo, que havia tornado suas conclusões inflexíveis demais criando assim como que uma camisa-de-força para a sociedade. O que Mill dizia era transparentemente óbvio — como ele mesmo declarou uma vez. Não se preocupe se a ação “natural” da sociedade for baixar os salários, equilibrar os lucros, elevar as rendas ou qualquer outra coisa. Se a sociedade não gostar dos resultados “naturais” de suas atividades, tem apenas que mudá-las. A sociedade pode taxar e subsidiar, pode expropriar e redistribuir. Pode dar toda sua riqueza a um rei ou pode dirigir uma gigantesca tutela de caridade; pode dar a devida atenção aos incentivos ou pode — por sua própria conta e risco — ignorá-los. Mas seja o que for que ela faça, não existe uma distribuição “correta” — pelo menos, nenhuma que a economia tenha declarado conhecer. Não existe apelo para “leis” que justifiquem como a sociedade partilha seus frutos: há apenas homens dividindo sua riqueza como acham melhor.

A descoberta de Mill não era assim tão monumental quanto ele pensava. Como os economistas conservadores rapidamente observaram, quando os homens interferem no processo de distribuição não podem deixar de interferir também no processo de produção: uma taxa de 100% sobre os lucros, por exemplo, certamente produziria um impacto tremendo sobre o quanto existia, assim como sobre quem o recebesse. E, como Marx iria demonstrar sob uma outra perspectiva, não se pode separar distribuição e produção assim tão facilmente como Mill imaginava, porque as diferentes sociedades ajustam seus modos de pagamento como partes integrantes de seus modos de produção: as sociedades feudais, por exemplo, não tinham “salários”, assim como as sociedades capitalistas não têm obrigações feudais.

Assim, de ambos, Direita e Esquerda, veio a apreciação de que havia *limites* na liberdade com a qual as sociedades podem reestruturar sua distribuição — limites esses muito mais estreitos do que Mill sugeriu. No entanto, seria um erro subestimar o valor do *insight*, da intuição, de Mill, assim como seria um erro exagerá-lo. A existência de limites significava que havia possibilidades de manobrar, que o capitalismo não se encontrava além de reforma. Sem dúvida, os capitalismo do *New Deal*¹² e do bem-estar da Escandi-

12 *New Deal* — Ação política de Franklin D. Roosevelt, na década de 1930 de intervenção estatal na economia para tirá-la da depressão. N. do T.

návia são as expressões diretas da visão que Mill tinha de uma sociedade que poderia tentar remediar seu funcionamento “natural” impondo seus valores morais. Quem pode dizer que isto não provocaria uma importante mudança social, mesmo que fosse uma mudança limitada?

Com certeza, naquele tempo as conclusões de Mill foram como um sopro de ar fresco. Numa época em que presunção e os chavões, as frases feitas estavam na ordem do dia, Mill falou com voz que apresentava extraordinária clareza moral. Em seu *Principles*, por exemplo, depois de fazer a grande divisão entre Produção e Distribuição, ele passou a examinar os esquemas contemporâneos de “comunismo” propostos por vários reformadores Utópicos — não, permita-me acrescentar depressa, o comunismo de Marx, ao qual Mill era completamente alheio.

Mill considerou as várias objeções que poderia opor a esses esquemas “comunistas” e viu certo mérito em alguns deles. Depois, resumiu sua opinião neste inquietante parágrafo:

Se... a escolha tiver que ser feita entre o Comunismo com todas as suas possibilidades e o presente estado da sociedade, com todo seu sofrimento e injustiças; se a instituição da propriedade privada necessariamente acarreta consigo, como uma conseqüência, que o produto do trabalho pode ser distribuído do modo que vemos agora, quase que em uma razão inversa ao trabalho — as maiores porções para aqueles cujo trabalho é quase que apenas nominal e assim por diante, numa escala decrescente, a remuneração diminuindo à medida que o trabalho se torna mais árduo e mais desagradável até que o mais exaustivo e sacrificado trabalho físico não garanta nem mesmo o necessário para viver; se isto ou o Comunismo forem as alternativas, todas as dificuldades, grandes ou pequenas, do Comunismo devem ser como poeira na balança.²²

Mas Mill veio a acrescentar que esta não era exatamente uma escolha. Ele acreditava que o princípio da propriedade privada ainda não havia passado por uma avaliação justa. As leis e instituições da Europa ainda refletiam o violento passado feudal, não o espírito de reforma que Mill acreditava alcançável pela aplicação dos verdadeiros princípios a respeito dos quais escrevia.

No entanto, no fim ele parou de repente de advogar a mudança

de fato revolucionária por dois motivos. Primeiro, viu na rude e cruel luta diária uma necessária válvula de escape para as energias da sociedade.

“Confesso”, escreveu ele, “que não me sinto encantado por um ideal de vida defendido pelos que acham que o normal para os seres humanos é lutar sem descanso para sobreviver; não acho que o atropelar, esmagar, acotovelar e pisar uns nos calcanhares dos outros, que são a forma do atual tipo de vida social, sejam o melhor destino para a humanidade ou sejam qualquer outra coisa a não ser desagradáveis sintomas de uma das fases do progresso industrial.”²³

Mas o desgosto pela ganância não o tornou cego a ponto de torná-lo inútil: “Que as energias da humanidade podem ser canalizadas para a finalidade de lutar por riquezas, como antes eram usadas para lutar nas guerras até que as melhores mentes se disponham a educar as outras para melhores coisas, sem dúvida é muito melhor do que se permanecerem estagnadas, acabando por se embotar. Quando as mentes são rudes, requerem estímulos rudes e deixam-se levar por eles.”²⁴

Depois, há uma segunda restrição, talvez mais válida ainda. Ao pesar os prós e os contras da imaginada sociedade de comunismo, Mill viu uma dificuldade que expressou nestas palavras:

A questão é se haveria alguma proteção para a individualidade de caráter; se a opinião pública não seria um jugo tirânico; se a dependência de todos por todos, se a vigilância de todos por todos não iriam reduzir todos a uma insípida uniformidade de pensamentos, sentimentos e ações Nenhuma sociedade na qual a excentricidade é motivo de punição pode formar um estado coeso.²⁵

Este é o Mill “político” falando, o que mais tarde viria a ser o autor do tratado *On Liberty*, que é talvez seu maior trabalho. Mas aqui estamos interessados no Mill economista. Seu *Principles* é muito mais do que uma exploração das possibilidades de uma reforma social. É também um modelo social em larga escala que projetou uma trajetória para o sistema capitalista, como também fizeram os modelos de Smith e de Ricardo, antes do seu. Porém, o modelo de Mill tem um destino diferente de qualquer um dos feitos antes. Como já vimos, Mill acreditava, acima de tudo, na possibilidade de *mudança* do comportamento social. No entanto, ele não se deixou levar pelo imenso mecanismo que foi o desalento de Ricardo — o reflexo populacional que viciava todas as chances

de melhoria substancial das classes trabalhadoras. Em vez disso, Mill achou que as classes trabalhadoras podiam ser educadas a fim de compreender o perigo malthusiano e que assim poderiam passar a controlar voluntariamente o número de nascimentos.

Removida a pressão populacional sobre os salários, o modelo de Mill assumiu um aspecto diferente dos esquemas de Ricardo e de Smith. Como antes, as tendências do processo de acumulação causariam a elevação dos salários, mas desta vez não haveria hordas de crianças para diminuir a pressão dos saal, extirpar a indigência, abolir a pobreza, dar empregos remuneradores a quem os quisesse, permitir o livre desenvolvimento dos poderes humanos, purificar governos e *levar a civilização a alturas ainda mais nobres*.²⁵ Seria — não há outra definição — a panacéia final.

É uma tese elusiva quando tentamos avaliá-la. Claro que é ingênua e a equação da renda como pecado só poderia ter ocorrido a alguém tão messiânico quanto o próprio George. De forma similar, pôr a culpa das depressões industriais na eigno, no qual a humanidade voltaria suas energias para temas sérios como justiça e liberdade, não apenas para o crescimento econômico. Com esta incipiente sociedade estacionária grandes mudanças seriam possíveis. O Estado poderia impedir os proprietários de terra de se apoderar de benefícios imerecidos, assim como poderia taxar impostos para heranças. Associações de trabalhadores poderiam substituir a organização de empresas nas quais os homens eram subordinados aos patrões. As cooperativas de trabalhadores poderiam triunfar, simplesmente por suas vantagens competitivas. O Capitalismo desapareceria gradualmente, na medida em que os antigos patrões, vendessem suas empresas aos seus trabalhadores e se aposentassem recebendo anuidades.

Isto tudo é apenas um sonho utópico? Olhando para trás, para a enorme expansão econômica que seguiu-se à última edição dos *Principles*, podemos apenas sorrir quando compreendemos que Mill acreditava que a Inglaterra (e, por extensão, o mundo capitalista) encontrava-se na “palma da mão” de um estado estacionário. E então, olhando por cima dos problemas que a expansão capitalista enfrentaria ainda por uma ou duas gerações e refletindo mais uma vez sobre o grau em que algumas nações capitalistas, como a Suécia ou a Áustria, tiveram que se esforçar para adaptar e mudar suas instituições na direção do socialismo, não podemos descartar sua visão como um mero pensamento vitoriano ansioso. Talvez justamente por *ser* vitoriano, Mill é posto de lado de maneira tão fácil,

uma vez que suas palavras calmas e razoáveis, restritas até mesmo no próprio poder de eloquência, não soam nos tons que costumam atrair a atenção dos ouvidos modernos. No entanto, Mill tem um caminho de retorno — um modo de entrar pela porta de trás, uma vez que lhe barraram a entrada pela porta da frente.

Vamos, então, dedicar-lhe um adeus respeitoso. Ele viveu até 1873, um venerado, quase cultuado homem, suas tendências sossegadamente socialistas perdoadas em troca de sua visão de esperança e da remoção do manto negro estendido pelo desespero maltusiano e ricardiano. Afinal de contas, o que ele advogava não era assim tão socialista: taxaço de lucros, impostos sobre heranças e a formação de cooperativas de trabalhadores. Ele não se mostrava muito otimista em relação às possibilidades dos sindicatos de trabalhadores e isto combinava-se muito bem com suas opiniões respeitáveis. No íntimo, seguia a doutrina inglesa por excelência: gradualista, otimista, realista e despida de implicações radicais.

O *Principles of Political Economy* foi um enorme sucesso. Foram feitas sete edições de dois caros volumes durante a vida dele e, característica bem de Mill, ele imprimiu por conta própria uma edição mais barata, destinada a chegar às mãos das classes trabalhadoras. Foram vendidas cinco edições baratas antes de sua morte. Mill tornou-se o Grande Economista de seu tempo; era considerado sucessor e herdeiro por direito de Ricardo e comparado, de maneira nada desfavorável, ao próprio Adam Smith.

Economia à parte, o homem em si era muito respeitado. Além de *On Liberty*, Mill escreveu *Logic*, *Considerations on Representative Government* e *Utilitarianism*, todos eles clássicos em seus campos. E, mais do que simplesmente brilhante, ele chegou a beirar a santidade. Quando Herbert Spencer, seu grande rival na área da filosofia, viu-se tão emaranhado em circunstâncias que o impediam de completar suas projetadas séries sobre a evolução social, foi Mill quem se ofereceu para financiar o projeto. “Rogo-lhe que não considere esta proposta à luz de um favor pessoal”, escreveu ele para o rival, “se bem que, mesmo que assim fosse, eu espero que poderia ter a esperança de me permitir fazê-la. Mas não se trata absolutamente disso: é uma simples proposta de cooperação com um importante propósito público, para o qual o senhor entrará com trabalho e eu entrarei com dinheiro”.²⁶

Jamais houve outro gesto tão típico. Mill importava-se apenas com duas coisas: sua esposa, por quem concebia uma devoção que os amigos consideravam beirar a cegueira, e a busca do conheci-

mento, da qual ninguém conseguia desviá-lo. Quando ele foi eleito para o Parlamento, sua defesa dos direitos humanos fez subir a temperatura ambiente; depois disso, foi derrotado, mas não se importou. Assim ele via o mundo, assim escrevia, falava e a única pessoa que lhe importava se o aprovava ou não era sua amada Harriet.

Depois que ela morreu, foi sua filha, Helen, que se tornou igualmente indispensável. Como agradecimento, Mill escreveu em sua *Autobiography*: “Com certeza, ninguém até agora foi tão afortunado quanto eu; depois de uma perda como a minha, tirei um outro grande prêmio na loteria da vida”.²⁷ Aposentou-se a fim de passar os últimos dias de vida com Helen, em Avignon, perto do túmulo de Harriet; era então um sábio e também um grande homem.

Uma última coincidência. Sua obra-prima sobre economia, com a mensagem de progresso, de oportunidade para pacíficas mudanças e melhoras, foi publicada em 1848. Talvez não tenha sido um livro que marcou época, mas com certeza houve outro que marcou época. Por uma curiosa brincadeira do destino um outro pequeno livro — mais exatamente um panfleto — foi publicado no mesmo ano. Intitulava-se *The Communist Manifesto*, e em suas poucas páginas ele desdizia, com amargas palavras, todo o calmo e esperançoso arrazoado com o qual J. S. Mill presenteara o mundo.

VI

O SISTEMA INEXORÁVEL DE KARL MARX

O *Manifesto* iniciava-se com palavras sinistras: “Um espectro está assombrando a Europa — o espectro do Comunismo. Todas as forças da velha Europa fizeram uma santa aliança para exorcizar esse espectro: o papa e o czar, Metternich e Guizot, os franceses radicais e os espiões da polícia alemã.”¹

Com certeza, o espectro existia: 1848 foi um ano de terror para a velha ordem do Continente.² Pairava um fervor revolucionário no ar e um ruído surdo de pés no chão. Por um momento — um breve momento — pareceu que a velha ordem seria desfeita. Na França, o laborioso regime de Luís Felipe, o imponente rei classe média, lutou contra a crise, depois entrou em colapso; ele abdicou e foi abrigar-se na segurança de uma vila no Surrey, enquanto os trabalhadores de Paris erguiam-se em uma selvagem e descoordenada rebelião, hasteando uma bandeira vermelha no *Hôtel de Ville*. Na Bélgica, um assustado monarca ofereceu apresentar sua renúncia. Em Berlim, ergueram-se barricadas e zuniram balas; na Itália, multidões entraram em tumultos; em Praga e em Viena, levantes populares imitaram Paris, assumindo o controle das cidades.

“Os Comunistas desdenham ocultar seus pontos de vista e finalidades”, clamava o *Manifesto*. “Declaram abertamente que suas metas só podem ser alcançadas por um forçado rompimento de todas as relações sociais existentes. Que as classes dirigentes tremam diante da revolução Comunista. Os proletários nada têm a perder, a não ser seus grilhões. E eles têm um mundo a ganhar.”³

As classes dirigentes tremeram e viram a ameaça comunista

por todo canto. E seus temores não eram infundados. Nas fundições francesas os trabalhadores cantavam canções radicais acompanhando-as com o som dos martelos batendo nas bigornas e o poeta romântico alemão, Heinrich Heine, que estava em viagem visitando as fábricas, reportou que “as verdadeiras pessoas de nosso gentil modo de viver não podem fazer idéia do estigma demoníaco que há nessas canções.”⁴

Mas a despeito das retumbantes palavras do *Manifesto*, o diabólico panfleto não era um chamado para a revolução do comunismo; era um grito nascido apenas da frustração e do desespero. Toda Europa estava nas garras de uma reação comparada com a qual a situação na Inglaterra era positivamente idílica. O governo francês havia sido caracterizado por John Stuart Mill como “completamente sem espírito de progresso e ... forjado quase que exclusivamente pelos mais mesquinhos e egoístas impulsos do ser humano” e os franceses não tinham o monopólio dessas duvidosas qualidades para a pretensa fama. Quanto a Alemanha, bem, ali estava a quarta década do século dezenove e a Prússia ainda não tinha Parlamento, não tinha liberdade de palavra, nem direito a assembléias, nem liberdade de imprensa ou direito a julgamento por júri; não tinha tolerância por idéia alguma que se desviasse, fosse por um fio de cabelo, da antiquada noção do direito divino dos reis. A Itália era uma mixórdia de principados anacrônicos. A Rússia sob Nicolau I (apesar do czar ter ido conhecer a Nova Lanark de Robert Owen) era caracterizada pelo historiador de Tocqueville como “a pedra fundamental do despotismo na Europa”.

Se o desespero tivesse sido canalizado e orientado, o panfleto diabólico teria se transformado em um incentivo realmente revolucionário. Mas, na verdade, as sublevações eram espontâneas, indisciplinadas e sem finalidade; obtinham uma vitória inicial e então, enquanto os revoltosos pensavam no que deveriam fazer a seguir, a velha ordem invencível recolocava tudo nos devidos lugares. O fervor revolucionário amornou e onde isso não aconteceu ele foi impiedosamente esmagado. Ao preço de dez mil baixas, as turbas de Paris foram subjugadas pela Guarda Nacional, Luís Napoleão assumiu o comando da nação e não demorou a trocar a Segunda República pelo Segundo Império. Na Bélgica, o país decidiu que era melhor pedir ao rei que ficasse, afinal de contas; ele agradeceu o tributo abolindo o direito de assembléias. As multidões vienenses e húngaras foram atacadas a disparos de canhões em suas praças fortes e na Alemanha uma assembléia constitucional, que havia

debatido bravamente a questão da república, desmantelou-se em facções antagônicas e então, ignominiosamente, ofereceram o país a Frederico Guilherme IV da Prússia. Ainda mais ignominiosamente, esse monarca declarou que não aceitava uma coroa oferecida pelas mãos ignóbeis de plebeus.

A revolução estava terminada. Havia sido feroz, sangrenta, mas inconclusa. Tinham surgido alguns rostos novos na Europa, mas a política continuava a mesma.

No entanto, para um pequeno grupo de líderes da classe trabalhadora que havia acabado de formar a Liga Comunista, não havia motivo para desespero profundo. De fato, a revolução na qual tinham depositado grandes esperanças havia fracassado e os movimentos radicais que tinham surgido pela Europa estavam sendo mais violentamente reprimidos do que antes. Mesmo assim, tudo isso podia ser olhado com certa equanimidade. Pois, de acordo com o modo de eles entenderem a História, os levantes de 1848 eram apenas um ensaio geral, em pequena escala, de um gigantesco movimento marcado para o futuro e não podia haver sombra de dúvida sobre o sucesso que esse espantoso espetáculo iria ter.

A Liga acabara de publicar a declaração de seus objetivos e a denominara *O Manifesto Comunista*. Com todos seus lemas e divisas, com suas frases mordazes, o *Manifesto* não fora escrito apenas para exaltar os sentimentos revolucionários ou acrescentar mais uma voz de protesto ao clamor de vozes que preenchia o ar. O *Manifesto* tinha algo mais como finalidade: uma filosofia da História na qual a revolução Comunista era não apenas desejável, como também *inevitável* de maneira indiscutível. Ao contrário dos Utópicos, que também queriam reorganizar a sociedade aproximando-a de suas aspirações, os Comunistas não apelavam para a simpatia dos homens ou para a sua inclinação de construir castelos no ar. Mais do que isso, ofereciam à humanidade a chance de atrelar seu destino a uma estrela e ficar olhando a estrela movimentar-se inexoravelmente no zodíaco histórico. Não mais havia uma contestação na qual um lado ou outro lutava para vencer por razões morais ou sentimentais, nem por achar que a ordem constituída era ultrajante. Em vez disso, havia uma fria análise sobre qual o lado que *devia* vencer e desde que esse lado fosse o do proletariado, seus líderes tinham apenas que esperar. No fim, não poderiam perder.

O *Manifesto* era um programa escrito para o futuro. Mas uma coisa iria surpreender seus autores. Eles estavam preparados para

esperar — mas não durante *setenta* anos. Viviam vigiando a Europa à espera do menor sinal da incubação de revolta. Mas não olharam sequer uma vez, nem mesmo de relance, na direção da Rússia.

O *Manifesto*, como todo mundo sabe, era fruto da imaginação desse irado gênio Karl Marx. Mais exatamente, era resultado da colaboração entre ele e seu notável companheiro, compatriota, sustentáculo e colega, Friedrich Engels.⁵

Os dois eram homens interessantes e, sem dúvida alguma, enormemente importantes. O problema é que já não mais eram homens apenas; o ser humano Marx fora obscurecido pela Figura Marx, e Engels ficara oculto atrás da sombra de Marx. Caso tivéssemos que julgar sob a luz da devoção de conceitos religiosos, diríamos que Marx poderia ser considerado um líder religioso do mesmo nível de Cristo ou Maomé, e Engels como uma espécie de São Paulo ou São João. No Instituto Marx-Engels, em Moscou, eruditos debruçam-se sobre seus trabalhos com a mesma idolatria que ridicularizam nos museus anti-religiosos que há por lá; mas enquanto Marx e Engels eram canonizados na Rússia, eram crucificados na maior parte do mundo.

Eles não merecem nenhum dos dois tratamentos, pois não são santos nem demônios. Da mesma maneira, o trabalho deles não é a Santa Escritura nem um anátema. Seu trabalho pertence à grande linha de pontos de vista econômicos que foram sucessivamente esclarecendo, iluminando, interpretando o mundo para nós e, como outros grandes trabalhos que estão nas prateleiras, ele também tem falhas. O mundo preocupou-se com o Marx Revolucionário. Mas se Marx não tivesse existido apareceriam outros socialistas e outros profetas da nova sociedade. O real e definitivo impacto de Marx e Engels não é a atividade revolucionária deles, que não deu frutos inquietantes durante a vida dos dois. Foi com o Marx Político Econômico que o capitalismo começou a sentir-se pressionado. A marca final que ele imprimiu na História foi sua previsão de que o capitalismo iria desmoronar inevitavelmente. E, distraído da própria fraqueza, o comunismo construiu seu edifício sobre essa previsão.

Mas vamos ver os homens.

Eles eram muito opostos na aparência. Marx *parecia* um revolucionário. Seus filhos o chamavam de “Mouro”, pois sua pele era escura, os olhos fundos e brilhantes. Era atarracado, de porte

reforçado e uma formidável barba tornava-lhe a expressão ameaçadora. Não se tratava de um homem ordeiro; sua casa era uma empoeirada mistura de papéis empilhados descuidadamente no meio dos quais o próprio Marx, vestido sem o menor zelo, abria caminho em uma densa nuvem de fumaça de tabaco. Engels, por sua vez, passaria por um membro de sua desprezada *bourgeoisie*; alto, bonito e até elegante, tinha a figura de um homem que gostava de esgrima, de cavalgar numa caçada e que atravessara a nado o rio Weser quatro vezes sem intervalos para descanso.

E eles não diferiam apenas na aparência; suas personalidades também eram pólos opostos. Engels era alegre, observador e agraciado com inteligência fácil e rápida; diziam que ele gaguejava em vinte idiomas. Gostava dos prazeres burgueses da vida, inclusive tinha excelente paladar por bons vinhos, e é divertido notar que apesar de ele procurar seus amores no proletariado, passava muito de seu tempo romanticamente (e sem o menor sucesso) tentando provar que sua amante pertencente à classe trabalhadora, Mary Burns (e, depois da morte dela, sua irmã Lizzie), era descendente do poeta escocês.

Marx era muito mais ponderado. Era o sábio alemão por excelência, lento, metucioso, esforçadíssimo e até perfeccionista de um modo que chegava a ser mórbido. Engels podia rascunhar um tratado em pouco tempo; Marx estava sempre se atormentando mortalmente com algum trabalho. Engels tinha apenas alguma dificuldade com o árabe, com suas quatro mil raízes verbais; Marx, depois de vinte anos de prática, ainda falava um inglês hediondamente teutônico. Quando lemos o que escreveu sobre o grande “choque” que os eventos lhe haviam causado, parece que o estamos ouvindo. Mas com toda sua lentidão, Marx é o maior cérebro dos dois; onde Engels entrava com a liberalidade e a energia, Marx proporcionava a profundidade.

Eles se encontraram pela segunda vez em 1844, em Paris, e começaram a colaborar dessa data em diante. Simplesmente, Engels foi visitar Marx; tinham tanto a dizer um ao outro que a conversa prolongou-se por dez dias. Daí por diante tornou-se raro acontecer que o trabalho de um que não fosse editado, reescrito ou pelo menos debatido com o outro e a correspondência deles preencheu volumes.

Os caminhos que levaram cada qual a esse encontro em Paris eram claramente divergentes. Engels era filho de um pai beato, calvinista, industrial da Renânia. Quando Friedrich era jovem demonstrou um incompreensível pendor para a poesia e o pai despachou-o para Bremen, a fim de morar com um clérigo e aprender

o comércio da exportação; de acordo com Caspar Engels, religião e ganhar dinheiro eram excelentes remédios para almas românticas. Sem dúvida, Engels aplicou-se em negociar, mas tudo que via e aprendia era colorido por uma personalidade rebelde, uma personalidade otimista e alegre que se mostrava incompatível com os rígidos padrões do pai. Ele freqüentou as docas durante o aprendizado de negociante e seus olhos observadores não notaram apenas as acomodações da primeira classe “em mogno ornamentado com ouro”, mas também a terceira classe, na qual as pessoas eram “comprimidas como as pedras que pavimentam as ruas”.⁶ Foi por essa época que ele começou a se dedicar a leituras radicais e com vinte e dois anos já se convertera aos ideais do “comunismo” — uma palavra que então ainda não tinha um significado definido, a não ser na medida que rejeitava a idéia da propriedade privada como um meio de organizar o esforço econômico da sociedade.

Então, ele foi para Manchester com o encargo de assumir a empresa têxtil que o pai tinha lá. Manchester, como os navios de Bremen, foi vista por Engels apenas como uma fachada. Tinha ruas apazíveis, ladeadas por lojas, e os subúrbios rodeavam o centro da cidade com agradáveis vilas. Mas também existia uma outra Manchester. Encontrava-se escondida atrás da primeira e dispunha-se de maneira que os donos das fábricas nunca tivessem que vê-la quando a caminho de seus escritórios. Abrigava uma atrofiada população que vivia em eterno estado de imundície e desespero, mergulhada no gin e no evangelismo, dopando a si e a suas crianças com láudano para agüentar uma vida que se apresentava brutal e sem esperança. Engels tinha percebido por alto condições semelhantes nas cidades fabris de sua Renânia natal e desta vez explorou Manchester até o último casebre e cada um dos verdadeiros buracos de ratos que serviam de moradia. Publicou o que viu no mais terrível libelo que já se ergueu até agora contra as favelas do mundo industrial: *The Condition of the Working Class in England in 1844*. Certa vez ele falou sobre a miséria da cidade com um cavalheiro seu amigo e comentou que jamais tinha visto uma “cidade tão mal construída”. Seu companheiro ouviu-o em silêncio, depois disse: “E, no entanto, ganha-se uma fábula de dinheiro aqui; tenha um bom dia, sir”.⁷

Nessa ocasião ele estava escrevendo tratados para demonstrar que os grandes economistas ingleses tinham sido apenas apologistas da ordem existente, e uma de suas contribuições causou impressão

especial em um jovem chamado Karl Marx, que editava uma revista filosófica radical em Paris.

Ao contrário de Engels, Marx vinha de uma família de base liberal, se bem que brandamente radical. Nascera no ano de 1818 em Trier, Alemanha, como segundo filho de uma próspera família judia que pouco depois adotou o cristianismo porque Heinrich Marx, advogado, assim sofreria menos restrições na profissão. Heinrich Marx era um homem respeitado; na verdade, foi até designado para o *Jus-tizrat*, um título honorário para juristas eminentes, mas nos seus tempos de jovem participou de um banquete num clube ilegal no qual se haviam erguido brindes à república alemã e alimentara seu jovem filho com uma dieta composta de Voltaire, Locke e Diderot.

Heinrich Marx esperava que o filho estudasse Direito. Mas nas Universidades de Bonn e Berlim, o jovem Marx descobriu-se empenhado no grande debate filosófico da época. O filósofo Hegel havia proposto um esquema revolucionário e as universidades conservadoras alemãs encontraram-se diante de um enorme vazio. Mudança, segundo Hegel, era a regra da vida. Cada idéia, cada força ocasionava infalivelmente uma oposição e ambas mergulhavam em uma “unidade” que por sua vez produzia a própria contradição. E a História, dizia Hegel, nada mais era do que a expressão desse fluxo de idéias, de forças conflitantes e resolutivas. Mudança — mudança dialética — era imanente aos interesses humanos. Com uma exceção: quando surgiu o Estado prussiano, as regras não mais se aplicaram; o governo prussiano, disse Hegel, era como “um verdadeiro deus terreno.”⁸

Tratava-se de poderoso estímulo para um estudante. Marx juntou-se a um grupo de intelectuais, conhecido como Jovens Hegelianos, que debatia questões audaciosas como ateísmo e puro comunismo teórico nos termos da dialética hegeliana, então decidiu tornar-se filósofo também. E o teria feito se não fosse pela ação daquele Estado semelhante a um deus. O professor preferido de Marx, Bruno Bauer, que se empenhara em arranjar-lhe um lugar em Bonn, havia sido despedido por ter idéias pró-constitucionais e anti-religiosas (umas evidentemente piores do que as outras), e a carreira acadêmica tornou-se uma impossibilidade para o jovem dr. Marx.

Assim, ele voltou-se para o jornalismo. O *Rheinische Zeitung*, um pequeno jornal da classe média liberal com o qual ele colaborava freqüentemente, convidou-o para ser o editor. Marx aceitou; sua carreira jornalística durou exatamente cinco meses. Nessa época, ele era um radical, mas seu radicalismo mostrava-se mais filosófico

do que político. Quando Friedrich Engels foi respeitosamente visitá-lo, Marx quase desaprovou aquele estouvado rapaz transbordante de idéias comunistas, e, quando o próprio Marx foi acusado de ser comunista, sua resposta foi equívoca: “Não conheço o comunismo”, disse ele, “mas uma filosofia que tem em si a finalidade de defender os oprimidos não pode ser condenada tão futilmente.”

Contudo, apesar do desmentido que ele fez, seus editoriais eram demais para as autoridades. Ele escreveu uma amarga denúncia da lei que proibia os camponeses de exercer seus imemoriais direitos de catar lenha nas florestas; por isso foi censurado. Escreveu editoriais deplorando a situação reinante; por isso foi advertido. E quando foi mais longe ao dizer coisas desabonadoras sobre o czar da Rússia, o *Rheinische Zeitung* foi impedido de circular.

Marx foi para Paris e assumiu a direção de outra revista radical que teria vida tão curta quanto o jornal. Mas os seus interesses a essa altura haviam-se voltado para a política e a economia. O indisfarçado interesse próprio do governo prussiano, a implacável resistência da *bourgeoisie* alemã em relação a tudo que pudesse aliviar as condições das classes trabalhadoras alemãs, as quase caricatas atitudes de reação que caracterizavam as classes ricas e dominantes da Europa — tudo isto juntou-se em sua mente para formar parte de uma nova filosofia da História. E quando Engels foi visitá-lo e os dois deram início à profunda amizade que os ligou, essa filosofia começou a adquirir seus contornos.

A filosofia é muitas vezes denominada materialismo dialético; *dialético* porque incorpora a idéia de Hegel de mudança inerente, e *materialismo* porque se baseia não no mundo das idéias, mas sim no terreno do ambiente físico e social.

“A concepção materialista da História”, escreveu Engels, muitos anos depois, em seu famoso tratado intitulado “Anti-Dühring” (era dirigido contra um professor alemão chamado Eugen Dühring), “origina-se do princípio que a produção, e com a produção a troca de seus produtos, é a base de toda ordem social; que em cada sociedade que apareceu na História a distribuição dos produtos, e com ela a divisão da sociedade em classes ou estados, é determinada pelo que é produzido, como é produzido e como o produto é trocado. De acordo com esta concepção, as causas finais das mudanças sociais e das revoluções políticas devem ser vistas, não na mente dos homens nem em seu crescente impulso em direção da eterna verdade e da justiça, mas sim nas mudanças das maneiras de produção e

de troca; devem ser vistas não por meio da *filosofia*, mas sim da *economia* da época concernente”.⁹

O raciocínio é poderoso. Toda sociedade, diz Marx, é construída sobre uma base econômica — a dura realidade dos seres humanos que precisam organizar suas atividades a fim de vestir-se, alimentar-se e morar. Esta organização pode diferir enormemente de sociedade para sociedade e de época para época. Pode ser pastoral, ser construída ao redor de caça, agrupada em unidades artesanais ou estruturada num complexo conjunto industrial. Mas seja qual for a forma com que os homens decidam resolver seu problema econômico básico, a sociedade irá requerer uma “superestrutura” completa de atividade não econômica e de pensamento — o conjunto terá que ser amarrado por leis, supervisionado por um governo, inspirado por religião e filosofia.

Mas a superestrutura de pensamento não pode ser selecionada ao acaso. Ela terá que espelhar a fundação sobre a qual se apóia. Nenhuma comunidade caçadora poderá desenvolver ou usar a estrutura legal de uma sociedade industrial e, do mesmo modo, nenhuma comunidade industrial poderá utilizar a concepção de lei, ordem e governo de uma aldeia primitiva. Note que a doutrina do materialismo não exclui a função catalisadora e a criatividade de idéias. Ela apenas exige que os pensamentos e idéias sejam *produto* do meio ambiente, mesmo que tenham a finalidade de mudar esse ambiente.

O materialismo em si iria reduzir as idéias a meros e passivos complementos da atividade econômica. Esta nunca foi a afirmação de Marx. A nova teoria era tão *dialética* quanto materialista: visava mudança, constante e inerente mudança; e nesse infundável fluxo de idéias emanadas em um período iria ajudar a formar outro. “Os homens fazem sua própria História”, escreveu Marx, comentando o *coup d'état* de Luís Napoleão em 1852, “mas não a fazem só como ela lhes agradaria; não a fazem sob circunstâncias escolhidas por si mesmas, mas sob circunstâncias diretamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado”.¹⁰

Mas o aspecto dialético — mutável — desta teoria sobre a História não depende simplesmente da interação de idéias e estruturas sociais. Havia um outro e muito mais poderoso agente em ação. O mundo econômico em si estava mudando; os próprios alicerces sobre os quais a estrutura de idéias tinha sido construída estavam em movimento.

Por exemplo, os mercados isolados da Idade Média começaram a desaparecer sob o ímpeto da exploração e da unificação política

e um novo mundo comercial nasceu. As antigas máquinas manuais tinham sido substituídas pelas máquinas a vapor sob o ímpeto da invenção e uma nova forma de organização social chamada fábrica surgiu. Em ambos os casos a estrutura determinante da vida econômica mudou sua própria forma e quando o fez forçou a comunidade na qual se achava embutida a uma nova adaptação social. “Os moinhos de vento nos dão uma sociedade com o senhor feudal”, escreveu Marx, “a máquina a vapor, uma sociedade com o capitalista industrial”.¹¹

No momento em que essa mudança aconteceu, trouxe com ela todo um conjunto de conseqüências. O mercado e a fábrica eram incompatíveis com o modo feudal de vida — apesar de terem nascido nele. Exigiam um novo contexto cultural e social que os acompanhasse. E eles ajudaram neste difícil processo de nascimento criando sua própria nova classe social: o mercado alimentou uma nova classe comercial e a fábrica proporcionou o nascimento de um proletariado industrial.

Mas o processo de mudança social não era simplesmente uma questão de novas invenções pressionando velhas instituições: era a questão de novas classes deslocando as velhas. A sociedade, disse Marx, é organizada em estruturas de classes, em agregações de indivíduos que se ligam por algum relacionamento comum — favorável ou não — com a forma existente de produção. E a mudança econômica é uma ameaça a isso tudo. Na medida em que as forças organizacionais e técnicas de produção mudam — como as fábricas destruindo a indústria artesanal, por exemplo —, as relações sociais de produção também mudam; as que estão no topo podem de repente ser lançadas ao chão, enquanto as que estão no chão podem ser elevadas às alturas. Vimos justamente uma dessas comoções da posição relativa das classes sociais na época de Ricardo, na Inglaterra, quando os capitalistas, dirigindo a onda da Revolução Industrial, ameaçavam usurpar as prerrogativas garantidas pelo tempo à nobreza rural.

Daí por diante o conflito se desenvolve. As classes cuja posição está ameaçada lutam com as classes cuja posição está melhorando; os senhores feudais lutam com os comerciantes emergentes e o mestre de guilda se opõe ao nascente capitalista.

Mas o processo histórico não dá a mínima importância a aprovações ou reprovações. Gradualmente vão mudando as condições e de maneira lenta, porém inexorável, as classes sociais vão se reorganizando. Entre tumultos e angústia é alterada a divisão da riqueza. E a História é a testemunha da luta incessante entre as

classes que é causada pela partilha da riqueza social. Desde que ocorrem mudanças das técnicas da sociedade, nenhuma divisão da riqueza existente é imune ao ataque.

O que esta teoria augurou para a sociedade da época de Marx e Engels? Ela apontava para a revolução — uma inevitável revolução. O capitalismo, de acordo com esta análise, deve também conter “forças” e “relações” de produção — um fundamento tecnológico e organizacional, uma arquitetura de leis, de direitos políticos e de ideologia. E se sua base técnica estiver em desenvolvimento, sua superestrutura será submetida a uma tensão crescente.

Foi isto, exatamente, que Marx viu em 1848. A base econômica do capitalismo — sua âncora na realidade — era a produção industrial. Sua superestrutura era o sistema da propriedade privada sob o qual uma porção da produção da sociedade ia para aqueles que possuíam o seu grande aparelho técnico. O conflito residia no fato de que a base e a superestrutura eram incompatíveis.

Por quê? Porque a base da produção industrial — a atual fabricação de produtos — era um processo cada vez mais organizado, integrado e *interdependente*, enquanto a superestrutura da propriedade privada era o mais *individualista* dos sistemas sociais. Portanto, a superestrutura e a base se chocavam: as fábricas precisavam de planejamento social, o que a propriedade privada abominava; o *capitalismo* tornara-se tão complexo que necessitava de direção, mas os *capitalistas* insistiam em conservar uma liberdade destruidora.

O resultado tinha duas faces. A primeira, o capitalismo cedo ou tarde acabaria por destruir a si mesmo. A natureza não planejada da produção iria conduzir a uma constante desorganização da atividade econômica, a crises e quedas bruscas de preços, ao caos social da depressão. O sistema, simplesmente, era complexo demais; desencaixava-se de maneira constante, perdia o ritmo, produzia determinada mercadoria em excesso e outra de menos.

A segunda, o capitalismo deveria produzir seu sucessor sem o saber. Dentro de suas grandes fábricas ele precisaria não apenas criar a base técnica para o socialismo — produção racionalmente planejada —, mas teria, além disso, que criar uma *classe* bem treinada e disciplinada que viria a ser o agente do socialismo, o amargurado proletariado. Por sua própria essência dinâmica, o capitalismo iria produzir a própria queda e, no processo, alimentaria o inimigo.

Tratava-se de uma importante e profunda visão da História, não apenas pelo que ela pressagiava para o futuro, como também pelo conjunto de novas perspectivas que se abriam sobre o passado.

Iremos nos tornar familiarizados com a “interpretação econômica” da História e podemos aceitar com equanimidade uma reavaliação do passado com respeito às lutas, isto é, à nascente classe comercial e ao mundo aristocrático das terras e sua linhagem do século dezessete. Mas para Marx e Engels isto não era um mero exercício de reinterpretação histórica. A dialética levava ao futuro, e esse futuro, como foi revelado no *Manifesto Comunista*, indicava a revolução como o destino em direção do qual o capitalismo se movia. Em termos sombrios o *Manifesto* proclamava: “O desenvolvimento da indústria moderna ... destrói sob seus pés a própria base sobre a qual a burguesia produz e se apropria dos produtos. Portanto, o que a burguesia está produzindo é, acima de tudo, seus próprios coveiros. Sua queda e a vitória do proletariado são igualmente inevitáveis”.¹²

O *Manifesto*, com sua estrondosa e inexorável interpretação da História, não foi escrito em Paris. A carreira de Marx havia sido muito breve nessa cidade. Ele editava uma cáustica, radical revista; de novo ferira a sensibilidade do governo prussiano e, por ordem dele, fora expulso da capital francesa.

A essa altura ele estava casado — casara-se em 1843 com Jenny von Westphalen, que era sua vizinha quando criança. Jenny era filha de um aristocrata prussiano e Conselheiro Privado, mas o barão de Westphalen era, não obstante, humanista e pensador liberal. Conversara com o jovem Marx sobre Homero e Shakespeare, contara-lhe as idéias de Saint-Simon, apesar de o bispo local ter declarado que eram heresias. Quanto a Jenny, era a beleza da cidade. Linda e com inúmeros admiradores, ela poderia ter encontrado um marido mais “de acordo” do que o jovem moreno, vizinho da casa ao lado. Mas ela o amava e ambas as famílias concederam sua aprovação. Para os Marx tal casamento era um triunfo social considerável e para o barão era, quem sabe, uma feliz reafirmação de suas idéias humanistas. Fica-se pensando se ele teria dado seu consentimento se pudesse prever o que iria acontecer com sua filha. Jenny iria ser obrigada a partilhar uma cela na cadeia com uma prostituta e teria de implorar esmola a um vizinho a fim de comprar o caixão mortuário para enterrar um de seus filhos. Em lugar de ter o conforto agradável e o prestígio social de uma mansão, ela iria passar todos os anos de sua vida dentro de dois minúsculos cômodos em um bairro miserável de Londres, partilhando com o marido o peso da maledicência de um mundo hostil.

No entanto, foi uma união profundamente devotada. Na lida

com estranhos, Marx era brusco, ciumento, desconfiado e colérico; mas era também pai dedicado e marido amoroso. Certa ocasião, quando sua mulher estava doente, Marx teve um caso com Lenchen,¹³ uma das criadas da família Westphalen que ficara com eles todo aquele tempo sem receber ordenado. No entanto, nem mesmo essa infidelidade — da qual nasceu um filho não reconhecido — abalou a profunda paixão que os unia. Mais tarde, muito mais tarde, quando Jenny estava morrendo e Marx se encontrava doente, esta emocionante cena foi testemunhada pela filha deles:

Nossa adorada mãe ficava no quarto grande da frente e o Mouro no quartinho contíguo ... Nunca vou esquecer a manhã em que ele se sentiu forte o bastante para ir ao quarto de mamãe. Quando estavam juntos, os dois tornavam-se jovens outra vez — ela, uma garota e ele, um adorável rapaz, ambos no umbral da vida e não um velho oprimido pela doença e uma velha moribunda, ambos parte um do outro pela vida inteira.¹⁴

Os Marx mudaram-se para Londres em 1849. Uma expulsão de Paris, quatro anos antes, os levara para Bruxelas, onde ficaram (e onde foi composto o *Manifesto*) até os tumultos revolucionários de 1848. Então, quando o rei belga sentiu-se fortemente agarrado ao seu vacilante trono, cercou os líderes radicais na capital e Marx passou rapidamente para a Alemanha.

Foram os mesmos acontecimentos de novo. Marx assumiu o cargo de diretor de um jornal e foi apenas uma questão de tempo até que o governo decidiu fechá-lo. Ele imprimiu a última edição em vermelho — e foi buscar refúgio na Inglaterra.

Encontrava-se, na ocasião, em desesperadas condições financeiras. Engels estava em Manchester, levando sua estranha vida dupla (era uma respeitável figura da Bolsa de Valores de Manchester) e supria Marx por meio de um ininterrupto fluxo de cheques e empréstimos. Se Marx fosse uma pessoa financeiramente organizada, sua família teria levado uma vida decente. Porém, Marx jamais foi capaz de equilibrar seu orçamento. Assim, as crianças tinham aulas de música e a família ficava sem aquecimento na casa. A vida dele era uma luta constante contra a bancarrota e a preocupação com dinheiro tornara-se uma presença pesada e constante.

Eles eram cinco ao todo, incluindo Lenchen. Marx não tinha emprego — a não ser sua eterna tarefa no Museu Britânico, das dez da manhã às sete da noite. Tentou ganhar algum dinheiro

escrevendo artigos sobre a situação política para o *Tribune* de Nova York cujo editor, Charles A. Dana, era fourierista e nada tinha contra em dar umas cutucadas de vez em quando na política europeia. Isso ajudou por algum tempo, embora fosse Engels quem garantia Marx, escrevendo vários dos artigos em seu lugar, enquanto ele fazia por cartas exigências como a seguinte: “Você podia colorir um pouco mais os artigos sobre guerras”.¹⁵ Quando os artigos pararam, ele tentou conseguir emprego como amanuense no escritório de uma companhia ferroviária, mas foi recusado por causa de sua letra horrível. Daí por diante, passou a penhorar o que restava em seu nome: toda a prata da família, uma vez que os objetos de valor já tinham sido vendidos havia muito tempo. Às vezes sua família passava por necessidades tão grandes que Marx era obrigado a ficar em casa porque seu único casaco e até o par de sapatos encontravam-se no penhor; em outras ocasiões faltava-lhe dinheiro até mesmo para comprar selos para postar seus artigos no correio, a fim de enviá-los para o editor. E para completar o quadro de dificuldades, ele sofria dos mais dolorosos furúnculos. Uma noite, ao chegar em casa depois de escrever miseravelmente o dia inteiro no Museu, ele comentou: “Espero que a burguesia, viva o tempo que viver, tenha motivos para lembrar dos meus furúnculos.”¹⁶

Ele acabara de escrever o terrível capítulo do *Das Kapital* em que descreve a Jornada de Trabalho.

Apenas Engels lhe dava apoio. Marx escrevia constantemente ao amigo a respeito de economia, política, matemática, táticas militares, enfim, sobre tudo que existe sob o sol, mas especialmente sobre a própria situação. Um excerto típico diz:

Minha mulher está doente. A pequena Jenny está doente. Lenchen tem uma espécie de febre nervosa e não posso chamar um médico porque não tenho dinheiro para pagar. Há uns oito ou dez dias estamos vivendo todos apenas de pão e batata e não há dúvida de que daqui a pouco nem isso teremos... Não escrevi nada para Dana porque não tenho um tostão sequer para ler os jornais Como vou sair desta situação infernal? Finalmente, e isto é o mais horrível, mas não há outro jeito se não quisermos morrer de fome, nos últimos 8-10 dias, pedi emprestado a alguns sujeitos alemães alguns xelins e pence...¹⁷

Somente os últimos anos foram um pouco mais fáceis. Um velho amigo deixou uma pequena herança e ele pôde então viver

com algum conforto, até mesmo fazer uma pequena viagem para melhorar a saúde. Engels também, afinal, recebeu uma herança e abandonou os negócios; em 1869 ele foi ao escritório pela última vez, depois foi para o campo, ao encontro da filha de Marx, “girando sua bengala no ar e cantando, com o rosto radiante”.

Em 1881 Jenny morreu; ela enterrara dois de seus cinco filhos, inclusive o único menino; estava velha e cansada. Marx encontrava-se doente demais para ir ao funeral; depois de observá-lo, Engels disse: “O Mouro também está morto”.

Não foi bem assim; Marx ainda viveu por mais dois anos; desaprovou os maridos que suas duas filhas escolheram; ficou desgostoso com as brigas no movimento das classes trabalhadoras e libertou-se delas com uma declaração que jamais deixou de atormentar os seguidores fiéis (“Não sou marxista”, disse ele, um dia);¹⁹ então, quietamente, adormeceu para sempre numa noite de março.

O que ele fez durante aqueles longos anos de privações?

Para começar, produziu o movimento internacional das classes trabalhadoras. Quando jovem, Marx escreveu: “Os filósofos, até agora, apenas interpretaram o mundo de várias maneiras; trata-se agora de mudá-lo”.²⁰ Marx e Engels deram dignidade ao proletariado em sua interpretação da História; em seguida passaram a orientar e dirigir o proletariado para poder exercer sua influência máxima na História.

Não se tratou de uma tentativa coroada de muito sucesso. Coincidentemente com a publicação do *Manifesto*, havia sido formada a Liga Comunista, no entanto nunca houve muito mais do que uma organização no papel; o *Manifesto*, que era a plataforma deles, ainda não havia sido posto à venda para o povo e, com o esvaziamento da revolução de 1848, a Liga também morreu.

Ela teve continuidade em 1864, com a mais ambiciosa das organizações, a *International Workingmen's Association* (Associação Internacional dos Trabalhadores). A International reuniu sete milhões de membros e era real o bastante para ter o controle de uma onda de greves que varreram o continente e lhe valeram uma reputação bastante assustadora. Mas também isso estava destinado a ter uma história breve. A International não consistia em um consciente e disciplinado exército de comunistas, mas sim em um mosaico de owenistas, proudhonistas, fourieristas, de indiferentes socialistas, enfurecidos nacionalistas e sindicalistas que ignoravam qualquer tipo de teoria revolucionária. Com considerável habilidade, Marx manteve sua gente unida por cinco anos, e então a Interna-

tional se desmembrou; alguns seguiram Bakunin, um homem gigantesco com verdadeiro passado revolucionário na Sibéria e no exílio (contam que sua oratória era tão empolgante que aqueles que o escutavam cortariam as próprias gargantas se ele mandasse), enquanto outros voltaram a atenção de novo para os problemas nacionais. A última reunião da International deu-se em Nova York, em 1874. Foi um fracasso lúgubre.

Contudo, muito mais importante do que a criação da Primeira Internacional foi o tom peculiar que Marx conferiu às ações da classe trabalhadora. Ele era o homem mais intolerante, mais briguento do mundo e desde o começo demonstrou-se incapaz de pensar que alguém que não seguisse sua linha de raciocínio poderia estar certo. Como economista, seu discurso era preciso, como filósofo-historiador era eloqüente, como revolucionário era agressivo. Inclina-se para o anti-semitismo.²¹ Chamava seus oponentes de “estúpidos”, “velhacos”, e até mesmo de “percevejos”. No começo de sua carreira, quando ainda se encontrava em Bruxelas, Marx foi visitado por um alfaiate alemão chamado Weitling. Weitling era um comprovado filho do movimento operário; tinha cicatrizes nas pernas deixadas pelos grilhões de ferro dos cárceres prussianos e uma longa história de valorosos e dedicados esforços pelo bem dos trabalhadores alemães. Ele procurara Marx para lhe falar de coisas como justiça, fraternidade e solidariedade; em vez disso descobriu-se exposto a um implacável interrogatório sobre os “princípios científicos” do socialismo. O pobre Weitling ficou confuso e suas respostas foram insatisfatórias. Marx, que se mantivera sentado como chefe de banca examinadora, ergueu-se e começou a andar raivosamente pela sala. “A ignorância não ajudou ninguém até agora”, gritou.²²

A audiência foi encerrada.

Willich foi outro que acabou excomungado. Ex-capitão prussiano, ele lutara na revolução alemã e mais tarde tornou-se um importante general da União durante a Guerra Civil Americana. Mas havia-se apegado à idéia “não marxista” de que a “pura vontade” podia ser o motivo-força da revolução, em lugar das “condições atuais”; segundo esta noção — que Lênin um dia iria provar que não é assim tão inverossímil, afinal de contas —, ele também estava fora do movimento.

E a lista poderia estender-se infundavelmente. Talvez não tenha havido um incidente mais provocante, mais profético de um movimento do que aquele que um dia iria degenerar em uma interna caça às bruxas para “desviacionistas” e “contra-revolucionários” do

que a contenda entre Marx e Pierre Proudhon. Proudhon era filho de um tanoeiro francês, um brilhante socialista autodidata que balançou a intelectualidade francesa com um livro intitulado *What Is Property?* ("O Que É Propriedade?"). Proudhon mesmo respondia: "Propriedade é Roubo", e clamava pelo fim das grandes riquezas privadas, embora não de todas as propriedades privadas. Marx e ele encontraram-se, conversaram, corresponderam-se e, então, Marx pediu-lhe que juntasse sua força às dele e às de Engels. A resposta de Proudhon é tão profundamente emocionante e tão premonitória, que merece ter um trecho citado:

Se você quiser, vamos rever juntos as leis da sociedade, a maneira pela qual chegou-se a essas leis, o processo pelo qual possamos ter êxito em descobri-las; mas, pelo amor de Deus, depois de termos destruído todos os dogmatismos *a priori*, não nos deixemos, por nossa vez, cair na tentação de doutrinar o povo ... Eu aplaudo, do fundo do coração, sua atitude de tomar conhecimento de todos os tipos de opinião; vamos nos empenhar em uma boa e leal polêmica, vamos dar ao mundo o exemplo de uma informada e cautelosa tolerância, mas não vamos — simplesmente porque somos as cabeças do movimento — nos transformar nos líderes de uma nova intolerância, não vamos assumir a pose de apóstolos de uma nova religião, mesmo que seja a religião da lógica, a religião da razão. Vamos nos unir e encorajar todas as dissensões, vamos banir toda a exclusividade, todo o misticismo, nunca vamos olhar uma questão como exaurida e, depois que tivermos lançado mão do último argumento, vamos começar de novo, se necessário — com eloquência e ironia. Nestas condições, eu entrarei de bom grado na sua associação. De outra maneira, não!²³

A resposta de Marx foi esta: Proudhon tinha escrito um livro intitulado *The Philosophy of Poverty* (A Filosofia da Miséria) e Marx aniquilou-o com uma réplica que denominou *The Poverty of Philosophy* (A Miséria da Filosofia).

A marca da intolerância jamais desapareceria. A Primeira Internacional seria seguida pela suave e bem-intencionada Segunda — que incluía socialistas do calibre de Bernard Shaw, Ramsay MacDonald e Pilsudski (assim como Lênin e Mussolini!) — e, depois, pela infame Terceira, organizada sob a égide de Moscou. Então, o

impacto desses grandes movimentos talvez tenha sido menor do que a persistência dessa estreita, furiosa e absoluta inabilidade em abrigar dissidências que o comunismo herdou de seu único e grande fundador.

Se em seus longos anos de exílio Marx não produzisse nada mais do que um movimento revolucionário operário, hoje em dia ele não teria tanta importância aos olhos do mundo. Marx foi apenas um em dúzias de revolucionários e não foi sequer o que obteve maior sucesso entre eles; foi, apenas, um dos muito profetas do socialismo e, na verdade, escreveu quase nada sobre como a nova sociedade deveria ser. Sua contribuição final está em toda parte: em sua teoria dialética e materialista teoria da História e, mais importante ainda, em sua análise pessimista da perspectiva da economia capitalista.

“A história do capitalismo”, lemos no Programa do Comunista Internacional adotado em 1929 — uma espécie de nova apresentação contemporânea de *O Manifesto Comunista* — “confirmou completamente a teoria Marxista das leis de desenvolvimento da sociedade capitalista e de suas contradições, levando à destruição todo o sistema capitalista.”²⁴

Quais eram essas leis? Qual era o prognóstico de Marx para o sistema que ele conhecia?

A resposta se encontra na enorme obra *Das Kapital* (O Capital). Com a angustiante meticulosidade de Marx, é surpreendente que este trabalho tenha sido concluído — mas, num certo sentido, nunca o foi. Esteve em processamento durante oito anos; em 1851 era para estar pronto “em cinco semanas”; em 1859, “em seis semanas”; em 1865 ficou “pronto” — um imenso monte de folhas manuscritas virtualmente ilegíveis que exigiram dois anos para serem editadas no Volume I. Quando Marx morreu, em 1883, restavam três volumes: Engels publicou o Volume II em 1885 e o terceiro em 1894. O último (quarto) volume só foi publicado em 1910.

São duas mil e quinhentas páginas para serem lidas por alguém corajoso a ponto de fazer esse grande esforço. E que páginas! Algumas tratam de mínimos detalhes técnicos que são trabalhados até à matemática exaustão; outras deslizam com paixão e ira. Trata-se de um economista que leu *todos* os economistas, de um alemão pedante que tem paixão em colocar os pingos nos is e cortar os tês, de um crítico emocional que pode escrever que o capital é um “vampiro sedento do sangue vivo do trabalho”²⁵ e que nos conta

que o capital surgiu no mundo “transpirando sangue e lama da cabeça aos pés e por todos os poros”.²⁶

E, no entanto, não devemos concluir que se trata simplesmente de um texto irascível que investe contra os pecados dos perversos barões do dinheiro. Ele é pontilhado de observações que revelam o total envolvimento do homem com seu adversário teórico, porém o grande mérito do livro, de forma bastante curiosa, é seu absoluto distanciamento de toda e qualquer consideração moral. O livro descreve com fúria, mas também analisa com fria lógica. O que Marx determinou como sua finalidade foi descobrir as intrínsecas tendências do sistema capitalista, suas leis internas de movimento e, assim fazendo, ele esquivou-se do fácil, porém menos convincente, método de se alongar sobre suas evidentes imperfeições. Em vez disso, erigiu o mais rigoroso, o mais puro capitalismo imaginável e dentro deste rarefeito e abstrato sistema, com um capitalismo imaginário no qual todos os defeitos óbvios da vida real tinham sido removidos, ele iniciou sua luta. Pois, se pudesse provar que o melhor possível de todos os capitalismo também estava fadado ao desastre, com certeza seria fácil demonstrar que o capitalismo real seguiria o mesmo caminho, só que mais depressa.

Assim, ele produziu o cenário. Entramos num mundo de capitalismo perfeito: nada de monopólios, sindicatos, nem de vantagens especiais para ninguém. É um mundo no qual toda mercadoria é vendida exatamente ao seu devido preço. E este devido preço é o seu *valor* — uma palavra manhosa. O valor de uma mercadoria, diz Marx (essencialmente, seguindo Ricardo), é a quantidade de trabalho que encerra em si. Se fazer um chapéu requer duas vezes mais trabalho do que fazer um sapato, o chapéu deverá ser vendido por duas vezes o preço do sapato. O trabalho considerado, é claro, não necessariamente é o trabalho manual direto; pode ser o trabalho geral que se encerra em outras muitas mercadorias ou pode ser o trabalho cristalizado na produção de uma máquina, e que a mesma agora transfere lentamente, aos produtos que ajuda a produzir. Mas independente da forma, tudo pode ser reduzido a trabalho e todas as mercadorias, neste sistema perfeito, terão seu preço de acordo com a quantidade de trabalho, direto ou indireto, que contêm.

Neste mundo residem os dois grandes protagonistas do drama capitalista: trabalhador e capitalista — a esta altura o proprietário de terras foi relegado a uma posição bem inferior na sociedade. Já não se trata mais dos mesmos protagonistas que encontramos antes em esquemas econômicos similares. O trabalhador já não é o escravo

da própria urgência reprodutora. É um agente livre para barganhar que entra no mercado, a fim de dispor de uma mercadoria que possui — força de trabalho — e, se houver uma subida de salário, não será tolo a ponto de anular a melhoria de ganho tendo mais filhos.

O capitalista o enfrenta na arena. Sua cobiça e afã por riqueza são causticamente descritos nos capítulos que permitem ao mundo abstrato uma olhada no ano de 1860, na Inglaterra. Mas não importa se o capitalista não é ávido por dinheiro apenas por meros motivos de ganância; ele é um proprietário-empREENDEDOR engajado em uma corrida sem fim contra seus companheiros empreendedores; ele *tem* de lutar pelo acúmulo de riqueza, pois no ambiente competitivo em que opera, quem não acumula é esmagado por quem o faz.

O cenário está pronto e os personagens assumem seus lugares. Mas aí surge a primeira dificuldade. Como, indaga Marx, o lucro pode existir em uma situação como essa? Se todos vendem as mercadorias por seu exato valor, quem fica com o imerecido ganho? Ninguém se atreve a aumentar seu preço acima do preço de concorrência e, mesmo que um vendedor consiga enganar um comprador, esse comprador terá menos para gastar em outro ponto da economia — portanto, o lucro de um homem significará o prejuízo de outro. Como pode haver ganho *no sistema inteiro* se tudo for vendido por seu honesto valor?

Parece um paradoxo. Os lucros são fáceis de explicar se assumirmos que existem monopólios que não são obrigados a obedecer às influências de níveis de competição ou se admitirmos que os capitalistas podem pagar o trabalho menos do que ele vale. Para Marx não é isto — mas sim o capitalismo ideal que irá cavar sua própria cova.

Ele encontra a resposta para este dilema em uma mercadoria que é diferente de todas as outras. Essa mercadoria é a força de trabalho. O trabalhador, como o capitalista, vende sua mercadoria exatamente pelo que ela vale — pelo seu valor. E seu valor, como o valor de tudo mais que é vendido, é a quantidade de trabalho que se encontra embutido no produto — neste caso, a quantidade de trabalho que é despendida para “fazer” a força de trabalho. Em outras palavras, as energias que um trabalhador tem condições de vender são equivalentes à quantidade de trabalho socialmente necessário para manter esse trabalhador vivo. Smith e Ricardo teriam concordado inteiramente: o valor de um operário é o dinheiro de que ele precisa para existir. É o seu salário de subsistência.

Até aqui, tudo bem. Mas então vem a explicação do lucro. O trabalhador que consegue um emprego deve pedir apenas o salário

que lhe é devido. Como já vimos, esse salário irá depender da quantidade de tempo de trabalho que é necessário para manter um homem vivo. Se são necessárias seis horas do trabalho da sociedade para manter vivo um trabalhador, então (se o preço do trabalho for fixado em um dólar por hora) ele “vale” seis dólares por dia. Não mais do que isso.

Mas o trabalhador que arranja um emprego não é contratado para trabalhar apenas seis horas por dia. Isto daria apenas para sustentar a si próprio. Na verdade, ele concorda em trabalhar oito horas completas, ou no tempo de Marx dez a onze horas por dia. Portanto, ele irá produzir durante dez a onze horas completas por dia e será pago apenas por seis horas. O salário irá cobrir sua subsistência, que é o seu “valor” real, mas em troca ele estará passando para o capitalista o valor que gera em um dia inteiro de trabalho. É assim que o lucro entra no sistema.

Marx denominou *mais valia* a esta fração de trabalho não pago. As palavras não implicam indignação moral. O trabalhador é considerado apenas pelo “valor” de sua força de trabalho. Esse valor ele o recebe totalmente. No entanto, o capitalista recebe o valor de um dia de trabalho completo e isso é bem mais do que as horas que ele paga ao trabalhador. Daí, quando o capitalista vende seus produtos, pode cobrar por eles o *verdadeiro* valor e assim mesmo obter lucro. Isso porque existe mais tempo de trabalho embutido em seus produtos do que o tempo de trabalho que ele é forçado a pagar ao trabalhador como salário.

Como pode acontecer este estado de coisas? Acontece porque o capitalista monopoliza um objeto — ou seja, apenas ele tem acesso aos meios de produção. De acordo com as condições legais da propriedade privada, o capitalista é “dono” dos empregos na medida em que possui máquinas e equipamentos sem os quais homens e mulheres não podem trabalhar. Se alguém não quer trabalhar o número de horas que um capitalista exige, ele ou ela não conseguem emprego. Como qualquer outro neste sistema, o trabalhador não tem direito ou poder para exigir mais do que vale sua mercadoria. O sistema é perfeitamente “eqüitativo” e, assim mesmo, todos os trabalhadores acabam sendo enganados, pois são forçados a trabalhar mais tempo do que é necessário para sua subsistência.

Isto parece estranho? Lembre-se de que Marx está descrevendo uma época na qual o dia de trabalho era longo — às vezes insuportavelmente longo — e os salários eram, de modo geral, um pouco mais do necessário para manter corpo e alma juntos. A idéia

da *mais valia* pode ser difícil de aceitar em um mundo no qual o trabalho escravo é quase que absolutamente coisa do passado, mas não era algo meramente teórico no tempo em que Marx estava escrevendo. Um exemplo deverá bastar: em 1862, numa fábrica em Manchester, o tempo médio de trabalho semanal pelo período de um mês e meio era de 84 horas! Nos 18 meses anteriores havia sido de 78 horas e meia.

Mas isto tudo é apenas o palco do drama. Temos os protagonistas, temos os motivos e temos a chave do mistério do enredo para a descoberta da *mais valia*. Então, vamos colocar o quadro em movimento.

Todos os capitalistas têm lucro. Mas também todos competem. Portanto, procuram acumular, expandir as escalas de produção às custas de seus competidores. Mas não é assim tão fácil se expandir. Requer mais trabalhadores e, para consegui-los, os capitalistas têm de lutar entre si pela força de trabalho. Os salários tendem a subir. Em conseqüência, a *mais valia* tende a diminuir. Parece que, se os capitalistas de Marx decidirem lutar contra o dilema enfrentado pelos capitalistas de Adam Smith e de David Ricardo, seus lucros serão devorados pela subida dos salários.

Para Smith e Ricardo a solução desse dilema residia na propensão da força trabalhadora de ter mais filhos a cada aumento de salário. Mas Marx, como Mill, descarta esta possibilidade. Marx não discute a respeito dela, simplesmente estigmatiza a doutrina malthusiana como “um libelo contra a raça humana”; afinal de contas, o proletariado, que virá a ser a classe dirigente do futuro, não pode ser tão míope a ponto de dissipar seus ganhos na satisfação de incontrolados apetites físicos. Mas ele também vai em auxílio de seus capitalistas. Diz que eles poderão deter a ameaça da subida de salários introduzindo *maquinário poupador de trabalho* em suas empresas. Isto colocaria parte da força de trabalho de novo na rua e, então, como um Exército Reserva Industrial, esta solução desempenharia o mesmo papel que o crescimento populacional de Smith e Ricardo: obrigaria os salários a descer para o seu “valor” anterior — ou seja, outra vez para o nível de subsistência.

Aqui é que começa o efeito crucial. Pareceria que o capitalista havia salvo a pátria, pois impedira a subida dos salários criando desemprego por meio de utilização de máquinas. Mas não é assim tão fácil. Pelo próprio processo pelo qual o capitalista espera livrar-se de um tentáculo do problema fica à mercê de outro.

Ao substituir os homens por máquinas, ele simultaneamente

substitui meios lucrativos de produção por meios não lucrativos. Lembra-se que no modelo de Marx de um mundo capitalista ideal ninguém tem lucro apenas com a troca vantajosa de mercadorias. Qualquer que seja o valor de uma máquina para um capitalista, ele pagará por ela o seu exato valor. Se uma máquina produzir dez mil dólares de mercadoria em seu tempo de vida produtiva, nosso capitalista com certeza terá desembolsado esses dez mil dólares quando a adquiriu. Ele só tem lucro em cima do trabalho vivo, apenas através das horas de trabalho não pagas de tempo de trabalho excedente. Portanto, quando ele reduz o número ou proporção de trabalhadores, estará matando a galinha dos ovos de ouro.

No entanto, pobre infeliz, ele assim o faz. E não existe nada de mefistofélico em sua ação. Simplesmente, ele está obedecendo ao seu impulso de acumular e de tentar manter-se à frente dos competidores. Quando os salários sobem, ele *tem* de introduzir máquinas economizadoras de tempo-trabalho para cortar os custos e recuperar os lucros — se não conseguir, seu vizinho conseguirá. Mas se ele tem de substituir trabalhadores por máquinas, é obrigado também a reduzir a base de onde extrai seus lucros. É uma espécie de drama grego no qual os homens são obrigados a lutar contra o destino e no qual todos colaboram sem querer com a própria destruição.

Os dados estão lançados. À medida que os lucros encolhem, cada capitalista irá redobrar os esforços para instalar novas máquinas economizadoras de trabalho e redutoras de custos em sua fábrica. Ele está apenas dando um passo à frente na marcha que pensa estar desenvolvendo em direção ao lucro. No entanto, uma vez que todos estão fazendo exatamente a mesma coisa, a relação entre trabalho vivo (portanto da *mais valia*) e a produção total sofre novo encolhimento. A taxa de lucro cai mais e mais. A ruína está logo adiante. Os lucros são reduzidos a ponto de a produção já quase não valer a pena. O consumo se reduz quando as máquinas desempregam trabalhadores e o número de empregados não consegue acertar o passo com a produção. Seguem-se as falências. Sobrevém uma confusão e as mercadorias inundam o mercado; no processo, as empresas menores quebram. A crise capitalista sobrevém.

Uma crise não quer dizer o fim do jogo. Justamente ao contrário. Como os trabalhadores estão sem emprego, são forçados a aceitar salários aviltados. Como há máquinas em quantidade, os capitalistas podem comprá-las por preços abaixo de seu valor. Depois de algum tempo reaparece a *mais valia*. A marcha para a frente recomeça. Assim, cada crise serve para renovar a capacidade

de expansão do sistema. A crise — queda brusca nos negócios ou recessão, na terminologia moderna — ainda é o modo pelo qual o sistema *funciona*, não o modo pelo qual ele falha.

Mas esse funcionamento sem dúvida é bastante peculiar. Cada renovação leva ao mesmo fim: competição por trabalhadores; subida de salários; força de trabalho substituída por máquina; base menor para a *mais valia*; competição mais acirrada; outra crise — *pior do que a precedente*. Durante cada período de crise as empresas maiores absorvem as menores e, quando um monstro industrial eventualmente cai, o estrago é muito maior do que o causado pela quebra de uma empresa pequena.

Finalmente, o drama termina. O quadro pintado por Marx tem a mesma eloquência de uma descrição da danação eterna: “Com a redução constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens deste processo de transformação, aumenta a massa da miséria, da opressão, da escravidão, da degradação, da exploração; mas, com ela aumenta também a revolta da classe trabalhadora, uma classe que vai sempre crescendo em número, em disciplina, em união, organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. ... A centralização dos meios de produção e de socialização do trabalho afinal chegam ao ponto em que se tornam incompatíveis com seu revestimento capitalista. Esse revestimento racha, rompe-se. Dobram os sinos pela propriedade privada capitalista. O expropriadores são expropriados”.²⁷

E o drama termina na seqüência que Marx visualizou na dialética. O sistema — o sistema *puro* — se destrói no momento em que destrói a fonte de sua própria energia, a *mais valia*. A destruição é apressada pela instabilidade constante que se origina da natureza da economia essencialmente não planificada. Embora existam forças em ação que funcionam para prolongar seu fim, a luta final é inexoravelmente fatal.

Como isto contrasta violentamente com as visões anteriores! Para Adam Smith, o capitalista escalador subia sempre, pelo menos até onde seus olhos pudessem enxergar com certa facilidade. Para Ricardo, essa movimentação para cima seria impedida pela pressão de grande número de bocas em terras insuficientemente produtivas, o que acarretaria um empate no progresso e um aumento na fortuna dos proprietários de terras. Para Mill, a visão tornou-se menos desagradável pela descoberta de que a sociedade poderia distribuir seus produtos da melhor maneira, sem ligar para o que as “leis

econômicas” pareciam ditar. Mas para Marx, mesmo esta possibilidade era insustentável. A visão materialista da História lhe dizia que o Estado era unicamente o órgão dirigente político dos dirigentes econômicos. A idéia de que ele poderia agir como uma espécie de juiz, uma terceira força equilibrando as reivindicações de seus membros conflitantes, deve ter-lhe parecido um mero “wishful thinking”¹³. Não. Não havia escapatória da profunda lógica, do desenvolvimento dialético, do sistema que iria não apenas destruir a si mesmo como também, ao fazê-lo, daria origem ao seu sucessor.

Quanto a como esse sucessor iria parecer, Marx pouco tinha a dizer. Seria “sem classes”, é claro — com o que Marx queria dizer que as bases para uma divisão econômica da sociedade baseada na propriedade seria removida uma vez que a sociedade possuiria todos os meios de produção de bens. Como a sociedade iria “possuir” suas fábricas; o que se entendia por “sociedade”; se haveria, ou poderia haver agudo antagonismo entre administradores e administrados, entre líderes e liderados — Marx não se manifestou a respeito de nada disto. Durante o período de transição para o “socialismo” poderia haver uma “ditadura do proletariado”; depois disto, seria o “puro” comunismo.

É preciso ter claro que Marx não foi o arquiteto do atual socialismo. Esta gigantesca tarefa caberia a Lênin. *Das Kapital* é o Livro do Dia do Juízo Final do capitalismo e nos escritos de Marx pouco ou quase nada permite antever algo além do Dia do Juízo, para que se pudesse ver como poderia ser o futuro.

O que podemos fazer com esse tema apocalíptico?

Há um caminho fácil para considerar o conjunto em si. Lembre-se de que o sistema é construído sobre o valor — valor-trabalho — e que a chave para a extinção reside naquele fenômeno especial chamado *mais valia*. No entanto, o mundo real consiste não de “valores”, mas sim de preços reais, tangíveis. Marx quis mostrar que o mundo de dólares e centésimos espelha, de maneira mais ou menos aproximada, o mundo abstrato criado por ele. Mas ao fazer a transição do mundo-valor para o mundo-preço, ele pousou no mais terrível emaranhado das matemáticas. Na verdade, Marx cometeu um erro.

Não se trata de um erro irreparável — e aventurando-se em um talvez pior emaranhado da matemática pode-se fazer com que as equações marxistas dêem “certo”. Mas os críticos que apontaram o erro dificilmente estariam interessados em fazer o esquema dar

13 Desejo piedoso.

certo e seu julgamento de que Marx estava “errado” foi definitivo. Quando, por fim, as equações foram retificadas, ninguém prestou muita atenção. No que se refere à falta de pureza matemática, há muitos outros problemas no modelo marxista. Podemos, realmente, usar o conceito de *mais valia* em um mundo de monopólios ou num cenário de tecnologia científica? Marx realmente livrou-se das dificuldades usando o “trabalho” como medida-padrão de valor?

Indagações como estas continuam a preocupar o mundo dos estudiosos do marxismo e muitos economistas não-marxistas foram tentados a colocar o esquema todo de lado como desajeitado e inflexível. Mas agir deste modo é fechar os olhos a duas extraordinárias propriedades da análise de Marx.

Primeira, trava-se mais do que simplesmente outro “modelo” econômico. Marx literalmente inventou uma nova tarefa para a pesquisa social — *a crítica da economia em si mesma*. Uma boa parte de *O Capital* é dedicada a demonstrar que os primeiros economistas não conseguiram compreender o real desafio do estudo que empreenderam. Veja, por exemplo, o problema do valor apresentado por Smith e Ricardo. Ambos tentaram, com diferentes graus de sucesso, demonstrar como os preços refletiam — ou deixavam de refletir — as quantidades de tempo de trabalho-tempo embutidas nas diferentes mercadorias.

Mas essa não era a indagação realmente intrigante, demonstrou Marx. A pergunta principal era de que jeito se podia falar de “trabalho” como um denominador comum de valor quando os trabalhos dos homens e das mulheres eram tão diferentes? Ricardo falou das horas de trabalho necessárias para pescar um salmão e matar um cervo como bases para estabelecer seu coeficiente de troca — isto é, seu preço. Mas nenhum cervo jamais foi morto com uma vara de pesca, nem um salmão foi apanhado na floresta por um caçador. Como seria possível, então, usar “trabalho” como um denominador comum para determinar seu coeficiente de troca?

A resposta, disse Marx, é que a sociedade capitalista cria um tipo especial de trabalho — trabalho abstrato, trabalho que se descola dos seus atributos concretos próprios de um mundo pré-capitalista; trabalho que pode ser comprado e vendido como trigo ou carvão. Assim, o real significado de uma “teoria do valor-trabalho” não é a determinação de preços, como Smith e Ricardo pensavam, *mas sim a identificação de uma espécie de sistema social no qual a força de trabalho se torna uma mercadoria*. Esta sociedade é o capitalismo, onde forças históricas (como o movimento dos fecha-

mentos de terras - “enclosures”) criaram uma classe de trabalhadores, sem propriedades, que não tinham alternativa senão vender sua força de trabalho — sua simples capacidade de trabalhar — como mercadoria.

Deste modo Marx inventou uma espécie de “análise social” que coloca a economia sob uma luz inteiramente nova. E além desta contribuição notável, o modelo de capitalismo de Marx, apesar de sua deselegância, parece adquirir vida, desdobrar-se de uma maneira extraordinária. Dadas suas suposições básicas — a *mise-en-scène* de seus personagens, seus motivos e seu ambiente —, a situação *mudou* e mudou de um modo que era previsível. Estivemos vendo essas mudanças: como os lucros caem, como os capitalistas encaram as novas máquinas, como cada fase de prosperidade termina em crise, como pequenas empresas são absorvidas pelas grandes empresas em cada *débâcle*. Marx chamava essas tendências de “leis do movimento” do sistema capitalista — o caminho que o capitalismo iria percorrer no futuro. E o fato mais espantoso é que muitas de suas previsões se realizaram.

Os lucros *tendem* a cair na economia capitalista. Não era uma previsão original de Marx, nem a queda dos lucros ocorre apenas pelos motivos que ele apresentou. Mas, como Adam Smith, Ricardo ou mesmo Mill apontaram — e qualquer homem de negócios poderia admitir —, as pressões da competição e a subida de salários sem dúvida diminuiriam os lucros. Invencíveis monopólios à parte (e esses são poucos), os lucros são ao mesmo tempo o ponto alto e o calcanhar-de-aquiles do capitalismo, pois negócio algum pode manter *permanentemente* seus preços muito acima dos custos. Só há um modo de perpetuar o lucro: uma empresa — ou uma economia em seu conjunto — tem que crescer.

Mas a necessidade de crescimento implica a segunda previsão do modelo marxista: a incessante procura de novas técnicas. Não é por acaso que o capitalismo industrial data da Revolução Industrial, pois, como Marx deixou claro, o progresso tecnológico não é simplesmente um acompanhante do capitalismo, mas um ingrediente vital dele. Os negócios *precisam* inovar, inventar e experimentar se quiserem sobreviver; os negócios que param, satisfeitos com suas conquistas passadas, não servem para este mundo empreendedor. A propósito, exemplo bem típico, uma grande empresa química recentemente anunciou que 60% de sua receita provém de produtos que eram desconhecidos havia dez anos; e embora se trate

de uma indústria excepcionalmente inventiva, a relação entre criatividade industrial e lucro geralmente dá certo.

O modelo mostrava três outras tendências do capitalismo que também vieram a acontecer. Não precisamos apresentar documentação para demonstrar a existência de crises nos negócios durante os últimos cem anos ou a emergência de gigantescas empresas. Mas devemos nos lembrar de uma das mais audaciosas previsões de Marx. Uma propensão para crises — o que podemos chamar de *ciclos econômicos* — não foi reconhecida como uma feição inerente do capitalismo por qualquer outro economista da época de Marx, se bem que futuros acontecimentos justificaram sua previsão de ciclos de elevações súbitas e quedas desastrosas. E no mundo dos negócios, quando *O Capital* apareceu, grandes empresas eram mais exceção do que regra e as pequenas empresas é que dominavam. Declarar que grandes empresas iriam dominar o cenário dos negócios era uma previsão surpreendente em 1867, como o seria hoje a afirmação de que daqui a cinquenta anos a América virá a ser uma terra na qual os pequenos proprietários terão substituído as gigantescas corporações.

Por último, Marx acreditou que os pequenos artesãos independentes ou trabalhadores autônomos não conseguiriam resistir às pressões da produção em massa e que até mesmo uma grande fração da força trabalhadora teria de vender sua força de trabalho no mercado — quer dizer, teria de se tornar “proletária”. Isto se tornou verdade? Bem, nos primeiros vinte e cinco anos do século dezenove cerca de três quartos dos americanos trabalhavam por conta própria, em fazendas ou lojas pequenas. Hoje em dia apenas cerca de 10% da força de trabalho é independente. Não podemos pensar em um funcionário de escritório, num motorista de ônibus ou num caixa de banco como proletários, mas nos termos de Marx todos eles são trabalhadores que oferecem sua força de trabalho para os capitalistas, menos os fazendeiros ou os sapateiros, que têm seus próprios meios de produção.

Apesar de tudo, o modelo demonstrou uma extraordinária capacidade de previsão. E note mais uma coisa: todas essas mudanças, vastas e portentosas como eram, não poderiam ter sido percebidas simplesmente com um exame do mundo da maneira que ele se apresentava aos olhos de Marx. Pois eram mudanças históricas, lentas em seu desenvolvimento e estendidas através do tempo como o real, porém imperceptível, crescimento de uma árvore. Apenas reduzindo o sistema econômico a um microcosmo e depois obser-

vando esse microcosmo em sua expansão de vida acelerada é que seria possível perceber esse turbilhão no futuro.

É claro que a previsão não poderia ser exata. Marx achou que os lucros não apenas caíam no interior do ciclo econômico, como de fato caem, mas também que iriam desenvolver uma longa, secular tendência para baixo; isto parece ainda não ter acontecido. Mas, apesar de todas as suas deficiências — e longe de ser infalível, como pudemos ver —, o modelo marxista de como o capitalismo funciona tem sido extraordinariamente profético.

No entanto, tudo isto que Marx previu até aqui foi, afinal de contas, relativamente inócuo. Permanece a previsão final do modelo, pois como o leitor deve lembrar, no final o “capitalismo puro” de Marx *se destruiria*.

Antes de mais nada devemos dizer que esta previsão também não pode ser simplesmente colocada de lado. Na Rússia e no leste da Europa o capitalismo foi substituído pelo socialismo; na Alemanha e na Itália ele derivou em fascismo. E enquanto guerras, poderes políticos brutais, exigências do destino e determinados esforços revolucionários contribuíram todos com seu quinhão, a amarga verdade é que essas mudanças ocorreram em boa parte pelo motivo que Marx previu: a falência do capitalismo.

Por que ele quebrou? De um lado porque desenvolveu a instabilidade que Marx disse que desenvolveria. A seguir, a piora da crise econômica, combinada com uma onda de guerras, destruiu a confiança das classes baixa e média no sistema. Mas esta não é a resposta inteira. O capitalismo europeu falhou não só por motivos econômicos, mas também *sociais* — e Marx previu isto também!

Marx reconheceu que as dificuldades econômicas do sistema não eram insuperáveis. Apesar de a legislação antimonopólio e as políticas anticíclicas serem desconhecidas na sua época, tais atividades não eram inconcebíveis: não havia nada de inevitável no sentido *físico* pela visão de Marx. A previsão marxista do declínio era baseada em uma concepção de capitalismo segundo a qual era *politicamente* impossível para um governo corrigir os erros do sistema; ideológica e até mesmo emocionalmente impossível. A correção das imperfeições do capitalismo iria requerer que o governo elevasse os interesses de apenas uma classe — e isto seria assumir que os homens podiam livrar-se dos grilhões de seus próprios e imediatos interesses econômicos. A análise de Marx tornava isto duvidoso.

Foram justamente esta falta de flexibilidade social e este apego a interesses imediatos que enfraqueceram o capitalismo europeu

— pelo menos até depois da Segunda Guerra Mundial. Para quem leu os trabalhos de Marx, é assustador olhar para trás, para a sombria determinação com que tantas nações seguiram firmemente o rumo que ele insistiu que levaria para o desastre. Era como se os governos estivessem querendo, de maneira inconsciente, vingar-se das profecias de Marx fazendo exatamente o que ele disse que iriam fazer. Quando na Rússia dos czares todos os sindicatos democráticos foram abolidos de modo brutal, quando na Inglaterra e na Alemanha os monopólios e cartéis foram encorajados oficialmente, a dialética marxista parecia como previamente embalada. Ao observar tudo ao longo do século dezenove e início do século vinte, quando se abriu o inesperado abismo entre ricos e pobres, quando se testemunhou a total indiferença dos ricos, tem-se a incômoda sensação de que os estereótipos que Marx incluiu em seu drama histórico existem de fato na vida real.

As coisas aconteceram de modo diferente na América, durante esses anos. Nós também tivemos nossa quota de reacionários e de revolucionários. A história econômica dos Estados Unidos contém mais do que bastante exploração e feiúra. Mas aqui o capitalismo desenvolveu-se em uma terra intocada pela mão mortal das linhagens aristocráticas e pelas atitudes das classes antigas. De certa maneira isto resultou em um clima social mais áspero na América do que na Europa, porque aqui mergulhamos no credo do “individualismo bruto” por meio do qual o indivíduo foi inapelavelmente envolvido pelo ambiente do industrialismo maciço, enquanto na Europa a tradicional *noblesse oblige* existiu ombro a ombro com as indisfarçáveis divisões de classes. No entanto, no ambiente americano surgiu um certo pragmatismo no manejo do poder, tanto privado quanto público, e uma aprovação geral aos ideais da democracia que orientaram o conjunto político e lhe permitiram passar a salvo entre os escolhos que fizeram naufragar tantas grandes nações.

É nessa capacidade para mudanças que reside a resposta à análise marxista. Sem dúvida, quanto mais examinarmos a história do capitalismo, principalmente nas décadas recentes, mais aprenderemos a respeitar a agudez dos pensamentos de Marx e a reconhecer suas limitações. Os *problemas* que ele diagnosticou como inerentes ao capitalismo ainda se encontram muito presentes entre nós, incluindo, acima de tudo, a tendência para a instabilidade econômica e para a concentração da riqueza e do poder. Já em outras nações estes problemas similares foram manejados de diversas maneiras impressionantes. A Noruega, por exemplo, que

com certeza é uma nação capitalista para os critérios de Marx (o que significa que a produção é amplamente privada e o mecanismo do mercado presumivelmente cria a *mais valia*), superou as “leis do movimento” do capitalismo por meio de um extraordinário programa de redistribuição de renda que faz dela uma das nações mais igualitárias do mundo. O Japão, com certeza capitalista na estrutura e na perspectiva, garante emprego por toda a vida para todos os trabalhadores em suas grandes corporações, depois de um período experimental. A França tem um elaborado (se bem que não de fato eficiente) sistema de planejamento nacional. A Inglaterra, o verdadeiro exemplo de um brutal e explorador capitalismo para Marx e Engels, dedicou-se no pós-guerra ao estabelecimento de planos de saúde nacional e uma seguridade social do tipo “berço-sepultura”. A Suécia, aliás tão dura e repressiva quanto a Inglaterra na época em que Marx escreveu, hoje em dia é talvez a nação mais democrática do mundo, tanto em relação ao seu programa político quanto ao econômico.

Desta maneira torna-se claro que o capitalismo é uma estrutura econômica capaz de considerável adaptação. O que não significa que o capitalismo tenha resolvido todos os seus problemas. Mas, observados os exemplos acima (aos quais podem-se acrescentar a Nova Zelândia e a Áustria), já não é possível ver por muito mais tempo no cenário clássico marxista a “inevitável” linha de evolução da sociedade capitalista. Isto para não dizer, é claro, que cada nação capitalista irá adaptar-se e se desenvolver, como fizeram os países escandinavos. No caso dos Estados Unidos, por exemplo, a flexibilidade e o pragmatismo que fizeram o capitalismo ter muito mais sucesso lá do que nos demais lugares em fins do século dezanove e início do vinte, parece ter oferecido, nos anos mais recentes, o caminho para um menor grau de sensibilidade social do que se vê em outras nações. Mas o verdadeiro fato é que os Estados Unidos antes estavam na vanguarda e que as nações que hoje estão à frente antes estavam na retaguarda, o que é evidência bastante de que o futuro não está predestinado. Para grande parte do mundo comunista (até sua destruição), o “capitalismo” significa uma nação construída de acordo com o estereótipo do capitalismo inglês da década de 1850, com seus fabricantes de mentalidade estreita e seus governos reacionários. Mas os sucessos (e os fracassos) do século vinte demonstram-nos que o capitalismo ainda é o regime mais capaz de proporcionar uma sociedade decente do que qualquer socialismo que tenha surgido até hoje.

De qualquer maneira, despida das cores carregadas de uma inevitável destruição, a análise marxista não pode ser ignorada. Ela continua sendo o mais sério, o mais penetrante estudo que já foi feito do sistema capitalista. Não se trata de um estudo conduzido ao longo de linhas morais com cabeças abanando e línguas caca-rejando contra as iniquidades do benefício do lucro — isto é atitude do marxista revolucionário, não do marxista economista. Apesar de toda a sua paixão, é uma avaliação desapaixonada, e justamente por este motivo suas sombrias conclusões permanecem válidas.

Finalmente, devemos lembrar que Marx não foi apenas um grande economista. Engels, em seu discurso junto ao túmulo do amigo, disse que “assim como Darwin descobriu a lei da evolução da natureza orgânica, Marx descobriu a lei da evolução da História humana”.²⁸ Na verdade, fazer esta afirmação é um certo exagero, mas Engels não estava errado quando enfatizou a extraordinária importância da visão que Marx teve do processo histórico como uma arena na qual as classes sociais lutam pela supremacia. Marx nos ensina não apenas a olhar para, mas também a olhar *através* da História, como Freud nos ensina a olhar através da fachada da personalidade para os processos psíquicos que existem em nosso íntimo ou como Platão nos ensina a olhar através da tela de idéias não examinadas para as veladas questões da filosofia.

É por isto que o nome de Marx, como os de Freud e Platão, permanece atual. Com certeza, Marx não é infalível, apesar de toda a adoração idólatra que lhe tem sido dedicada. É mais correto pensar nele como um *inevitável*, um grande explorador cujas pegadas foram indelevelmente impressas no continente do pensamento social que ele descobriu. Todos que quiserem explorar melhor esse continente, quer concordem quer não com as conclusões de Marx, têm de respeitar a pessoa que o apresentou primeiro à humanidade.

VII

O MUNDO VITORIANO E OS SUBTERRÂNEOS DA ECONOMIA

Karl Marx pronunciou sua sentença de destruição do capitalismo no manifesto de 1848; o sistema foi diagnosticado como vítima de uma doença incurável e, apesar de nenhum prazo ter sido dado, presumia-se que estivesse bastante próximo do momento final, a ponto dos seus sucessores — os comunistas — aguardarem avidamente o último suspiro, que sinalizaria sua conquista do poder. Mesmo antes do aparecimento de *O Capital*, em 1867, a vigilância do moribundo já começara, e a cada ataque de febre especulativa ou a cada sinal de depressão industrial, os esperançosos chegavam mais perto do leito de morte e diziam uns aos outros que o momento da Revolução Final logo chegaria.

Mas o sistema não morreu. Verdade, muitas das leis marxistas de movimento foram comprovadas ao longo da marcha dos acontecimentos: grandes negócios ficavam maiores ainda e sucessivas depressões e desemprego eram pragas sociais. Mas junto com estas confirmações do prognóstico de destruição, outro altamente importante e portentosamente enunciado sintoma marxista chamava a atenção por sua ausência: a “miséria crescente” do proletariado não acontecia.

Sempre houve um longo debate entre os marxistas quanto ao que Marx queria dizer com esta frase. Se queria dizer apenas que mais e mais pessoas da classe trabalhadora experimentariam a “miséria” de se tornarem proletários — trabalhando por salários —, ele estava certo, como comprovamos. Mas se queria dizer que a miséria material deles ficaria pior, então estava errado.

Realmente, uma Comissão Real reunida para examinar o co-

lapso de 1886 expressou particular satisfação com a condição das classes trabalhadoras. E isto não era apenas o canto complacente dos apologistas da classe. As condições *estavam* melhores — perceptível e significativamente melhores. Observando novamente a situação da década de 1880, sir Robert Giffen¹ escreveu: “O que temos de considerar é que há cinquenta anos metade, ou um pouco mais do que a metade do que são agora, dos trabalhadores de salário medio tinha por vezes de lidar com uma flutuação do preço do pão que implicava passar fome. A fome periódica era, de fato, a condição comum das massas de trabalhadores em todo o reino, há cinquenta anos atrás”. Mas na ocasião em que Giffen escreveu, apesar de os preços terem subido, os salários subiam mais depressa. *Pela primeira vez*, o trabalhador inglês ganhava o bastante para manter corpo e alma reunidos — um comentário triste sobre o passado, mas um augúrio esperançoso para o futuro.

E não só os salários tinham subido, como a fonte da *mais valia* havia diminuído: o número de horas de trabalho era menor. Na Jarrows Shipyards e na New Castle Chemical Works, por exemplo, a semana de trabalho caíra de sessenta e uma para cinquenta e quatro horas; até mesmo na extenuante indústria têxtil, a semana fora reduzida para apenas cinquenta e sete horas.² Os donos das indústrias têxteis reclamavam que os salários que pagavam tinham subido mais de 20 por cento. Mas embora o progresso fosse caro, o mesmo pagava dividendos gigantescos. À medida que as condições melhoravam, as reclamações de 1848 iam diminuindo. “Você não consegue levá-los a discutir sobre política quando eles têm bons empregos”, testemunhou um dono de fábrica de Staffordshire sobre a atitude de sua força de trabalho.

Mesmo Marx e Engels tiveram de reconhecer essa tendência. “O proletariado inglês está se tornando mais e mais burguês”, lamentou Engels em uma carta para Marx, “de forma que o objetivo final desta nação mais burguesa que as outras parece ser destinada a ter ao lado de uma aristocracia burguesa um proletariado burguês.”³

Fica evidente que Marx foi prematuro em sua expectativa de destruição iminente. Para os fiéis, é claro, a desconcertante mudança dos eventos podia ser engolida com a reconfortante afirmação de que “inevitável” continuava significando inevitável, e que a questão de uma geração ou duas não importava muito na majestosa marcha da História. Mas para os observadores não-marxistas do cenário, o grande *boom* vitoriano significava algo mais. O mundo novamente parecia cheio de esperanças, de promessas, e as previ-

sões de um não-conformista como Karl Marx pareciam ser apenas os brados de um radical descontente. Assim, a bomba intelectual que Marx preparara explodiu em quase total silêncio; em vez de uma tempestade de injúrias, Marx encontrou a muito mais arrasadora ignomínia da indiferença.

Acontecera que a economia deixara de ser a proliferação de visões do mundo que, ora nas mãos de um filósofo, ora nas de um acionista do mercado de ações ou de um revolucionário, parecia iluminar toda a avenida pela qual a sociedade marchava. Em vez disso, tornou-se um ramo de conhecimento especial para professores, cujas investigações lançavam feixes precisos de luz, em vez dos fachos mais largos de holofotes dos economistas do passado.

Havia uma razão para isso: como vimos, a Inglaterra vitoriana pegara os ventos constantes do progresso e do otimismo do final do século dezenove. Melhorias estavam no ar e, portanto, era natural que parecesse negativo fazer perguntas perturbadoras sobre a natureza da viagem. Assim, o *boom* vitoriano fez decolar um grupo de esclarecedores, homens que examinariam minuciosamente o funcionamento do sistema, mas que não expressariam dúvidas quanto a seus méritos básicos, nem fariam prognósticos problemáticos quanto a seu eventual destino. Um novo estilo tomou conta do pensamento econômico. Suas contribuições foram importantes, mas não vitais. Isto porque no meio de homens como Alfred Marshall, Stanley Jevons, John Bates Clark e a proliferação de faculdades que os rodeavam, não havia mais lobos no mundo da economia e, portanto, não havia mais atividades de vida ou morte para elucidar as teorias econômicas. O mundo era povoado inteiramente por agradáveis, se bem que imaginárias, ovelhas.

As ovelhas jamais poderiam ser mais bem retratadas do que em um pequeno volume intitulado *Mathematical Psychics*, que apareceu em 1881, apenas dois anos antes da morte de Marx. Não foi escrito pelo maior dos acadêmicos, mas talvez pelo mais revelador deles — um estranho e tímido professor chamado Francis Ysidro Edgeworth, sobrinho de Maria Edgeworth, que no passado preparara charadas com Ricardo.

Edgeworth era sem dúvida um estudioso brilhante. Em seus exames finais de Oxford, quando lhe fizeram uma pergunta particularmente confusa, ele retorquiu aos examinadores: “Devo responder com brevidade ou longamente?”⁴, e então pôs-se a falar por meia hora, pontuando a resposta com incursões pelo grego e deixando os examinadores boquiabertos.

Mas Edgeworth não estava fascinado pela economia porque ela justificasse, explicasse ou condenasse o mundo ou, ainda, porque abrisse novas visões, fossem brilhantes ou sombrias, para o futuro. Esta alma ímpar ficou fascinada porque a economia lidava com *quantidades* e porque tudo que lidava com quantidades podia ser traduzido em *matemática*! O processo de tradução requeria o abandono do mundo cheio de tensões dos economistas do passado, mas oferecia em retorno um mundo de tamanha precisão e de tão adorável exatidão que a perda parecia amplamente compensada.

Para construir um tal espelho matemático da realidade, o mundo obviamente precisava ser simplificado. A simplificação de Edgeworth partia da seguinte premissa: *todo homem é uma máquina de prazer*. Jeremy Bentham dera origem a este conceito no começo do século dezenove com o enganoso título de *Felific Calculus*, uma visão filosófica da humanidade como calculadoras vivas de lucro-e-perdas, cada qual ocupada em organizar a própria vida de maneira a ampliar ao máximo o prazer de sua máquina de somar psicológica. A esta filosofia geral Edgeworth, então, acrescentou a precisão da matemática para produzir um tipo O Melhor Possível dos Mundos Panglossianos.

De todos os homens a adotar tal visão da sociedade, Edgeworth parecia a escolha menos provável. Ele mesmo era a máquina de prazer mais mal construída que se poderia imaginar. Neuroticamente tímido, tendia a afastar-se dos prazeres da companhia humana refugiando-se na privacidade de seu clube; infeliz com o peso das coisas materiais, gozou poucos dos prazeres que para a maioria das pessoas derivam das propriedades. Suas salas eram nuas, sua biblioteca era a biblioteca pública e seu estoque de riqueza material não incluía louça de porcelana, móveis ou nem sequer sinete. Talvez a maior fonte de prazer para ele fosse a construção de sua adorável Xanadu econômica imaginária.

Mas para além de seus motivos, a aceitação da máquina de prazer de Edgeworth produziu frutos intelectuais maravilhosos. Pois, se economia era definida como o estudo dos mecanismos de prazer humanos competindo por parcelas do estoque social de prazer, então poderia ser demonstrado — com toda a irrefutabilidade do cálculo diferencial — que, em um mundo de concorrência perfeita cada máquina de prazer conseguiria a maior quantia de prazer que poderia ser conferida pela sociedade.

Em outras palavras, se este não era ainda *exatamente* o melhor de todos os mundos possíveis, bem poderia chegar a ser. Infeliz-

mente, o mundo não era organizado como um jogo de concorrência perfeita; os homens tinham o lamentável hábito de se juntarem desprezando tolamente as benéficas conseqüências, de seguir teimosamente seu interesse próprio; os sindicatos, por exemplo, situavam-se em oposição direta ao princípio do cada um por si, e o inegável fato das desigualdades de riqueza e posição faziam com que a situação de início do jogo fosse algo muito diferente da absoluta neutralidade.

Mas não se preocupe, dizia Edgeworth. A natureza cuidou disso também. Enquanto associações ganhavam mais a curto prazo por meio de entendimentos, podia ser demonstrado que a longo prazo iriam perder — eram apenas uma imperfeição transitória no esquema ideal das coisas. E se nascimento numa boa família e grande riqueza pareciam a princípio influir nos resultados do jogo econômico, isto podia ser harmonizado também com a matemática psíquica. Pois, enquanto todos os indivíduos eram máquinas de prazer, alguns eram máquinas de prazer *melhores* do que outros. Os homens, por exemplo, eram mais bem equipados do que as mulheres para fazer suas contas bancárias crescerem e as delicadas sensibilidades da “aristocracia de habilidade e talento” respondiam mais depressa aos prazeres do bem viver do que as mais prosaicas máquinas de prazer das classes operárias. Assim, o cálculo da matemática humana ainda podia funcionar de forma vantajosa; na verdade, esse cálculo positivamente justificava as divisões de sexo e *status* que se viam no mundo.

Mas a matemática psíquica fez mais que racionalizar os postulados do conservadorismo. Edgeworth acreditava que sua visão algebrica da atividade humana poderia oferecer bons resultados no mundo de carne e osso. Suas análises envolviam equações como esta:

$$\frac{d_2y}{dx^2} = \left(\frac{d\pi}{dx} \right)^2 \left(\frac{d_2\pi}{dy_2} \right) - 2 \frac{d\pi}{dx} \cdot \frac{d\pi}{dy} \left(\frac{d_2\pi}{dxdy} \right) + \dots$$

“Considerações tão abstratas,” escreveu Edgeworth, “seriam, é claro, ridículas em pretender controlar a força do fluxo da política prática. Mas talvez não estejam fora de lugar quando remontamos aos pequenos riachos dos sentimentos e ao segredo desabrochar de motivos onde cada curso de ação deve se originar.”⁵

“Os pequenos riachos dos sentimentos”, imagine! O que Adam Smith teria pensado desta conversão de seus mercadores ousados, seus ávidos desbravadores e suas múltiplas classes trabalhadoras

em tantas categorias de estéreis procuradores de prazer? De fato, Henry Sidgwick, um contemporâneo de Edgeworth e discípulo de J. S. Mill, declarou zangadamente em um jantar que comia a comida servida não porque ele houvesse totalizado as satisfações a serem alcançadas ali, mas sim porque estava com fome. Mas não adiantava protestar: o esquema da matemática psíquica era tão belo, tão atraente, tão livre das incômodas intransigências humanas e tão feliz no escapar das considerações da luta humana e conflitos sociais, que seu sucesso foi imediato.

Edgeworth não foi o único a tentar esta desumanização da economia política. Ainda durante o tempo de vida de Marx, surgiu uma escola matemática inteira de economia. Na Alemanha, um economista chamado von Thünen apareceu com uma fórmula que, dizia ele, fornecia exatamente o preço justo do trabalho:

$$\sqrt{a.p}$$

Von Thünen⁶ gostava tanto dessa fórmula que ela foi gravada em seu túmulo; não sabemos o que os trabalhadores pensavam dela. Na França, um distinto economista chamado Léon Walras provou que era possível deduzir matematicamente o preço exato que iria equilibrar o mercado; é claro, para fazer isso, uma pessoa teria de ter a equação de cada produto do mercado e, além disso, precisaria de habilidade para resolver um problema em que o número de equações chegaria a centenas de milhares — na verdade, a milhões. Mas apesar das dificuldades, teoricamente o problema poderia ser resolvido. Na Universidade de Manchester, um professor chamado W. Stanley Jevons escreveu um tratado de economia política no qual a luta pela existência foi reduzida a “Cálculos de Prazer e Dor.” “Minha teoria de Economia ... é de uma qualidade puramente matemática”, escreveu Jevons, e não deu a menor atenção a qualquer aspecto da vida econômica que não pudesse ser reduzido à precisão de quebra-cabeça do seu esquema. Talvez seja ainda mais digno de nota o fato de que ele planejava escrever (apesar de não ter vivido o bastante para isso) um livro chamado *Principles of Economics*: é significativo que, então, a economia política passasse a ser chamada de economia e suas exposições se transformassem em livros texto.⁷

Isto não era completa tolice, apesar de a maior parte ser. A economia, afinal de contas, considera que a ação de agregações de pessoas e de agregações humanas, como agregações de átomos,

tende a se conformar com as regras estatísticas e com as leis da probabilidade. Assim, quando os estudiosos voltaram sua atenção para a idéia de *equilíbrio* — o estado para o qual o mercado tende como resultado de colisões aleatórias de indivíduos, todos procurando maximizar suas utilidades —, isto de fato elucidou algumas tendências do universo social. As equações de Léon Walras ainda são usadas para determinar os atributos de um sistema social em equilíbrio.

A questão é: um sistema “imóvel” retratava as realidades — as realidades fundamentais — do universo social? Os primeiros economistas, de Smith até Mill, e Marx, é claro, tinham em suas mentes a imagem obrigatória de uma sociedade que era por natureza *expansiva*. É verdade, sua expansão poderia encontrar barreiras, poderia ficar sem vapor ou poderia desenvolver depressões econômicas, mas a força central do mundo econômico era sempre inseparável da tendência para o crescimento.

Era este conceito básico que estava faltando na nova concentração sobre o equilíbrio como o aspecto mais interessante, mais revelador do sistema. Subitamente o capitalismo não era mais visto como um confiável veículo social, mas como um modo de organização capenga ou ainda afastado da História. A força que impulsionava o sistema — a propulsão que fascinara todos os seus investigadores anteriores — era agora posta de lado, ignorada, esquecida. Qualquer que fosse o aspecto de uma economia capitalista iluminado pela nova perspectiva, sua missão histórica não era atingida pela luz.

E assim, como contrapartida deste pálido mundo de equações, floresceu um submundo da economia. Sempre houve este submundo, um estranho limbo de loucos e hereges, cujas doutrinas falharam na tentativa de atingir a estatura de respeitabilidade. Um destes foi o irrepreensível Bernard Mandeville, que chocou o século dezoito com uma engenhosa demonstração de que virtude era vício e vício, virtude. Mandeville meramente apontava que o dissoluto negócio do pecaminoso rico dava trabalho ao pobre, enquanto a rígida retidão do virtuoso pão-duro não dava; daí, disse Mandeville, a imoralidade particular pode redundar em bens públicos, enquanto que a retidão particular pode ser onerosa para a sociedade. A sofisticada lição de sua *Fable of the Bees* era demais para que o século dezoito engolissem; o livro de Mandeville foi condenado como pernicioso ao grande público por um grande júri em Middlesex, no ano de 1723, e o próprio Mandeville foi criticado por Adam Smith e todos os demais.

Mas enquanto os excêntricos e os charlatões do passado ha-

viam sido largamente banidos pelas opiniões de pensadores rígidos como Smith e Ricardo, agora o submundo conseguia seus recrutas por uma razão diferente. Não havia mais espaço no mundo oficial da economia para aqueles que queriam abranger a completa gama do comportamento humano e havia pouca tolerância no enfadonho mundo da retidão vitoriana para aqueles cujos diagnósticos da sociedade davam margem a dúvidas morais ou pareciam indicar a necessidade de reformas radicais.

E, assim, o submundo adquiriu vida nova. Marx foi parar lá porque sua teoria era desagradável. Malthus foi parar lá porque sua idéia de “pletora geral” era um absurdo aritmético e porque suas dúvidas sobre os benefícios da poupança estavam em completo conflito com a admiração vitoriana pela parcimônia. Os utópicos foram parar lá porque o que diziam era completamente sem sentido e, de qualquer forma, não se tratava de “economia”, e, finalmente, qualquer um ia parar lá quando sua doutrina não se enquadrava no mundo elegante que os acadêmicos haviam erigido em suas salas de aula e que, acreditavam piamente, existia fora delas.

Era muito mais interessante, este submundo, do que os serenos planos mais altos. Nele abundavam personalidades maravilhosas e nele havia uma estranha e luxuriante mistura de idéias. Existia nesse mundo, por exemplo, um homem que foi quase esquecido na marcha das idéias sobre economia. Era Frédéric Bastiat,⁸ um francês excêntrico, que viveu de 1801 a 1850, e que neste curto espaço de tempo, e numa vida literária ainda mais curta (seis anos), trouxe para a economia a mais devastadora de todas as armas: o ridículo. Olhe para este mundo que é um hospício, diz Bastiat. Realizam esforços imensos para cavar um túnel sob uma montanha a fim de ligar dois países. E então, o que acontece? Tendo trabalhado de forma extenuante para facilitar o intercâmbio de produtos, eles colocam guardas de fronteira em ambos os lados, nas entradas da montanha, e tornam o mais difícil possível a circulação das mercadorias pelo túnel!

Bastiat tinha o dom de perceber absurdos; seu pequeno livro *Economic Sophisms* chega o mais perto do humor que a economia jamais chegou. Quando, por exemplo, a estrada de ferro Paris-Madri estava sendo debatida na Assembléia francesa, um M. Simiot argumentou que ela devia ter um trecho interrompido em Bordeaux, porque a interrupção na linha naquele ponto traria grande riqueza para cabineiros, carregadores, hoteleiros, barqueiros e outros; assim, enriquecendo Bordeaux, enriqueceria a França. Bastiat agarrou a idéia com avidez. Ótimo, disse ele, mas então não vamos nos

concentrar apenas em Bordeaux. “Se Bordeaux tem o direito de lucrar com uma interrupção ... então Angoulême, Poitiers, Tours, Orléans ... também devem exigir interrupções como sendo algo do interesse geral ... Desta forma, teremos uma estrada de ferro composta de sucessivas interrupções, que deve ser denominada *Estrada de Ferro Negativa*.⁹

Bastiat fez humor no mundo da economia, mas sua vida particular foi trágica. Nascido em Bayonne, ficou órfão ainda pequeno e, pior, contraiu tuberculose. Estudou numa universidade, a seguir tentou os negócios, mas não tinha cabeça para os detalhes do comércio. Voltou-se para a agricultura, mas se saiu mal nesse campo também; como o conde bem-intencionado de Tolstói, quanto mais interferia na administração das posses da família, piores elas ficavam. Ele sonhava com heroísmo, mas suas aventuras militares¹⁰ tiveram um quê de Dom Quixote: quando os Bourbons foram expulsos da França, em 1830, Bastiat juntou seiscentos homens jovens e liderou-os para invadir uma cidadela que apoiava o rei a todo custo. Pobre Bastiat — a fortaleza simplesmente arriou a bandeira do rei e convidou-os a todos para uma festa.

Parecia que ele estava destinado ao desapontamento. Mas sua forçada ociosidade dirigiu seus interesses para a economia, e ele começou a ler e a discutir os assuntos do dia. Um cavalheiro vizinho insistiu para que pusesse suas idéias no papel e Bastiat escreveu um artigo sobre comércio livre e o mandou para um jornal diário de Paris. Suas idéias eram originais e seu estilo maravilhosamente agudo. O artigo foi impresso e este suave estudioso da província ficou famoso da noite para o dia.

Frédéric Bastiat foi para Paris. “Ele não teve tempo para pedir a assistência de um alfaiate e chapeleiro de Paris,” escreve *Monsieur* de Molinari, “e com os cabelos compridos, o pequeno chapéu, a casaca longa e o guarda-chuva da família, poderia ser confundido com um honesto camponês que houvesse vindo à cidade pela primeira vez para ver a metrópole.”¹¹

Mas o estudioso do campo tinha uma pena que mordida. Todos os dias lia os jornais de Paris em que os deputados e ministros da França discutiam e defendiam suas políticas egoístas e de cego interesse próprio; então, respondia a eles com comentários que faziam Paris rolar de rir. Por exemplo, quando a Câmara dos Deputados, em 1840, legislou cobrando mais impostos de todos os produtos importados para beneficiar a indústria francesa, Bastiat produziu sua obra-prima de sátira econômica:

PETIÇÃO DOS FABRICANTES DE VELAS, CERA,
LÂMPADAS, LÂMPIÕES DE RUA, CAIXINHAS DE RAPÉ,
APAGADORES DE VELAS E DOS PRODUTORES DE ÓLEO,
SEBO, RESINA, ÁLCOOL, E TUDO QUE ESTEJA
CONECTADO À ILUMINAÇÃO

Aos Senhores Membros da Câmara dos Deputados

Senhores,

... Estamos sofrendo a intolerável concorrência de um rival estrangeiro colocado, ao que parece, em uma condição muito superior à nossa no que se refere à produção de luz, de forma que ele absolutamente *inundou* nosso *mercado nacional* com seus produtos a preços fabulosamente reduzidos... Este rival... não é outro senão o sol.

O que imploramos é que tenham a bondade de passar uma lei ordenando que sejam fechadas todas as janelas, clarabóias, venezianas internas e externas, cortinas, persianas; em resumo, todas as aberturas, buracos, frestas e fissuras.

... Se fecharmos tanto quanto for possível todo acesso da luz natural e criarmos, assim, uma demanda por luz artificial, quais de nossos fabricantes franceses não se beneficiarão disto?

... Se mais sebo for consumido, então terá que haver mais gado... se mais óleo for consumido, então teremos mais cultivo de papoulas, de azeitonas... nossas charnecas ficarão cheias de árvores resinosas.

Façam sua escolha, mas sejam lógicos; pois, enquanto excluirmos, como fazem, o ferro, o milho, os tecidos estrangeiros, à medida que seus preços se aproximam de zero, que inconsistência seria admitir a luz do sol, cujo preço já é zero durante o dia inteiro!¹²

Uma defesa mais dramática — e fantástica — do mercado livre nunca foi escrita. Mas não era apenas contra as tarifas de proteção do mercado que Bastiat protestou: este homem riu de todas as formas dúbias do pensamento econômico. Em 1848, quando os socialistas começaram a propor suas idéias para a salvação da sociedade com mais ênfase na paixão do que no aspecto prático,

Bastiat voltou contra eles as mesmas armas que usara contra o *ancien régime*. “Todo mundo quer viver às custas do Estado,” escreveu ele. “Eles esquecem que o Estado vive às custas de todo mundo.”¹³

Mas seu alvo especial, seu “sofisma” mais odiado, foi a racionalização da avidez privada sob a pretensa cobertura de uma tarifa protecionista erigida para o “bem nacional”. Como ele adorava demolir o pensamento ilusório que argumentava a favor de barreiras comerciais sob o disfarce de economia liberal. Quando o ministro francês propôs aumentar os impostos das roupas importadas para “proteger” os trabalhadores franceses, Bastiat replicou com este delicioso paradoxo:

“Passe uma lei com o seguinte efeito,” escreveu Bastiat ao ministro do Comércio: “De agora em diante ninguém poderá usar nenhuma tábua ou tronco que não tenha sido cortado e acabado por machados sem fio... Assim, onde agora usamos cem machadadas, passaremos a usar trezentas. O trabalho que agora é realizado em uma hora passará a requerer três. Que poderoso incentivo isto será para o trabalho!... Quem quer que deseje ter um teto, para cobri-lo deverá seguir esta regra, assim como atualmente quem deseja roupas para cobrir o lombo precisa seguir a regra que o senhor ditou.”¹⁴

Apesar de toda zombaria penetrante, suas críticas conseguiram pouco sucesso prático. Ele foi à Inglaterra conhecer os líderes do movimento do comércio livre de lá e retornou para organizar uma associação de livre comércio em Paris. Essa associação durou apenas dezoito meses — Bastiat nunca foi bom como organizador.

Mas 1848 estava próximo e Bastiat foi eleito para a Assembléia Nacional. Àquela altura o perigo lhe parecia o outro extremo — os homens prestariam atenção demais nas imperfeições do sistema e optariam cegamente pelo socialismo. Ele começou um livro intitulado *Economic Harmonies*, no qual pretendia mostrar que a desordem aparente do mundo era uma desordem apenas superficial; por baixo, o ímpeto de um milhar de agentes trabalhando em proveito próprio acabava transmutado pelo mercado em um bem social maior. Mas sua saúde encontrava-se então desastrosamente ruim. Mal conseguia respirar e seu rosto estava lívido pelos ataques da doença. Ele mudou-se para Pisa, onde leu nos jornais a notícia da própria morte, acompanhada pelas habituais expressões de tristeza: lamentamos a morte do “grande economista”, o “ilustre autor”. Ele escreveu a um amigo: “Graças a Deus não estou morto. Garanto que deixarei de respirar sem dor e quase com alegria se estiver certo de que irei deixar aos amigos que me amam não lamentações

pungentes, mas uma gentil, afetuosa e um tanto melancólica lembrança.”¹⁵ Bastiat lutou desesperadamente para acabar o livro antes de acabar ele mesmo. No entanto, era tarde demais. Em 1850, Bastiat morreu, sussurrando no fim algo que apenas o sacerdote que o ouvia achou que era “Verdade, verdade...”¹⁶

Ele é um personagem muito pequeno na constelação da economia. Era imensamente conservador, mas não influente, nem mesmo entre os conservadores. Sua função, parecia, era aguilhoar a ostentação de seu tempo; mas sob a zombaria e humor havia uma indagação mais perturbadora: o sistema faz sentido? Há paradoxos em que a prosperidade pública e a privada colidem? Podemos confiar no mecanismo automático de interesse privado quando o mesmo é pervertido a cada momento pelo mecanismo, que nada tem de automático, da estrutura política que erige?

Estas indagações nunca haviam sido olhadas de frente nos Campos Elísios. O mundo oficial da economia prestou pouca atenção nos paradoxos propostos por seu gracejador. Em vez disso prosseguia serenamente na direção do desenvolvimento das amenidades quantitativas de um mundo que perseguia o prazer, e as questões levantadas por Bastiat permaneceram sem resposta. Certamente a matemática psíquica dificilmente seria a ferramenta para resolver o dilema da Estrada de Ferro Negativa e do Machado Sem Fio; Stanley Jevons, que com Edgeworth era o grande incentivador da idéia de tornar a economia uma “ciência”, admitia: “Sobre política, confesso que estou no escuro.”¹⁷ Infelizmente, ele não estava sozinho.

E, assim, o submundo continuou a prosperar. Em 1879, ganhou um recruta americano, um homem barbudo, gentil e seguro, que disse que “Economia Política... como é ensinada atualmente é desanimadora e desesperadora. Mas isto porque ela foi degradada e obstruída; suas verdades deslocadas; suas harmonias ignoradas; a palavra que poderia pronunciar fica presa em sua garganta e seu protesto contra os enganos torna-se endosso da injustiça.”¹⁸ E isso não era tudo. Pois este herege sustentava não só que a economia falhara em encontrar a solução para o problema da pobreza, apesar de ela estar claramente diante de seus olhos, e que com seu remédio havia um mundo completamente novo pronto para ser descortinado: “As palavras não bastam para expressar os pensamentos! É a Era Dourada cantada pelos poetas e anunciada em metáforas pelos videntes!... É a culminação do Cristianismo — a cidade de Deus com seus muros de jade e seus portões de pérolas!”¹⁹

Este recém-chegado era Henry George²⁰. Não é de admirar que estivesse no submundo, pois sua carreira pregressa certamente parecia ter sido um desconhecido preparo para o pensamento sério aos olhos dos enclausurados mantenedores da verdadeira doutrina. Henry George fora de tudo na vida: aventureiro, garimpeiro de ouro, operário, marinheiro, compositor, jornalista, burocrata do governo e palestrante. Ele não chegou sequer a fazer o colegial; com treze anos deixou a escola para viajar como vigia do mastro frontal do navio *Hindoo*, de 586 toneladas, que seguia para a Austrália e Calcutá. Enquanto seus contemporâneos aprendiam latim, ele comprava um macaco de estimação, via um homem cair do cordame do navio e tornava-se um garoto magro, forte e independente, com intenso desejo de viajar. Ao regressar do Oriente, tentou conseguir emprego numa gráfica na cidade onde nascera, Filadélfia, e então, aos dezenove anos, partiu em outra viagem, desta vez para a Califórnia, pensando em descobrir ouro.

Antes de partir, ele avaliou a si mesmo numa carta frenológica:

Amabilidade	grande
Filogenia	moderada
Determinação	grande
Capacidade	grande
Concentração	pequena

e assim por diante, com uma avaliação de “completa” em Alimentação, “pequena” em Ambição, “completa” em Auto-estima e “pequena” em Alegria. Não era uma avaliação ruim em alguns aspectos — apesar de ser curioso ver Cautela com a avaliação de “completa”, pois quando George chegou a San Francisco, em 1858, saiu do navio, foi para terra apesar de ter sido contratado por um ano, e seguiu para Victoria atrás de ouro. Encontrou ouro — só que era o ouro dos tolos e ele concluiu que a vida no mar era, afinal de contas, a vida que de fato queria. Mas, em vez disso — sua capacidade de Concentração era mesmo pequena —, tornou-se tipógrafo em uma gráfica de San Francisco; depois, pesador num moinho de arroz; a seguir, segundo suas próprias palavras, “vagabundo”. Mais uma viagem em busca de ouro, novamente sem sucesso, e ele retornou a San Francisco empobrecido.

Conheceu Annie Fox e fugiu com ela. Annie era uma inocente garota de dezessete anos e ele, um atraente rapaz, com bigode à Bill Cody e barba pontuda. A apaixonada srta. Fox levou consigo um grande pacote na fuga para o casamento secreto; o jovem aven-

tureiro achou que poderia se tratar de jóias, mas no fim era apenas o *Household Book of Poetry* e alguns outros livros.

Seguiram-se anos da mais completa pobreza. Henry George era um impressor esporádico, o trabalho aparecia raramente e, no melhor dos casos, mal pago. Quando Annie teve o segundo filho, George escreveu: “Andando pela rua, decidi que iria conseguir dinheiro com o primeiro sujeito cuja aparência indicasse que o tivesse. Parei um homem — um estranho — e disse-lhe que queria cinco dólares. Ele me perguntou para que eu queria o dinheiro. Respondi que minha mulher estava em trabalho de parto e que eu não tinha sequer como lhe dar de comer. Ele me deu o dinheiro. Se não tivesse dado, acho que estava desesperado o bastante para acabar matando o homem”.²¹

Então — com a idade de vinte e seis anos — Henry George começou a escrever. Conseguiu um emprego na seção de composição do *San Francisco Times* e enviou um artigo para a sala de Noah Brooks, o editor. Brooks desconfiou que o rapaz tivesse copiado o texto, mas quando nada parecido apareceu em nenhum dos outros jornais, alguns dias mais tarde ele o imprimiu e desceu à seção de composição à procura de George. Encontrou um homem jovem e magro, mais baixo do que a média, que precisava subir em cima de algumas tábuas a fim de ficar na altura adequada para trabalhar em sua caixa de tipos. George tornou-se repórter.

Após alguns anos ele deixou o *Times* para entrar no *San Francisco Post*, um jornal que se empenhava em cruzadas. George começou a escrever a respeito de assuntos de interesses mais rotineiros: os cules chineses e seus contratos, as ferrovias que tomavam terras, e as maquinações dos trustes locais. Escreveu uma longa carta a J. S. Mill, na França, sobre a questão da imigração e foi agraciado com uma longa resposta afirmativa. E nos intervalos de seu recém-descoberto interesse por política, ainda encontrava tempo para aventurar-se na melhor tradição jornalística: quando o navio *Sunrise* chegou à cidade com uma história, logo abafada, sobre um capitão e um imediato que haviam maltratado a tripulação até o ponto de dois homens terem saltado no mar e morrido, George e o *Post* publicaram a história e levaram os oficiais à Justiça.

O jornal foi vendido e Henry George conseguiu um cargo por vias políticas — Inspetor de Medidores de Gás. Não porque desejasse uma vida folgada; ao contrário, ele começara a ler os grandes economistas e seu interesse central agora estava plenamente formado: ele já era uma espécie de autoridade local. Precisava de

tempo para estudar, escrever e fazer palestras para as classes trabalhadoras sobre as idéias do grande Mill.

Quando a Universidade da Califórnia criou a cátedra de economia política, ele foi considerado um forte candidato para o cargo. Mas, para se qualificar, George precisava realizar uma palestra para professores e alunos, na qual foi audacioso o bastante para revelar sentimentos tais como: “O nome da economia política tem sido constantemente invocado contra todo esforço da classe trabalhadora para melhorar seus ganhos” e, daí, para completar o choque, acrescentou: “Para o estudo da economia política, não se precisa de nenhum conhecimento especial, nenhuma grande biblioteca, nem custosos laboratórios. Nem mesmo se precisa de livros ou professores, desde que você consiga pensar por si mesmo”.²²

Isto foi o começo e o fim de sua carreira acadêmica. Um candidato mais adequado foi escolhido para a cátedra e George voltou aos panfletos e estudos. Então, de súbito, “durante o dia, numa rua da cidade, ocorreu-me um pensamento, uma visão, um chamado — dê o nome que quiser... Foi essa “coisa” que me impeliu a escrever *Progress and Poverty*, e que me sustentou quando tudo o mais falhou. E quando terminei a última página, no meio da noite, quando estava completamente sozinho, caí de joelhos e chorei como uma criança”.²³

Como era de esperar, trata-se de um livro escrito com o coração, um grito que mistura protesto e esperança. E, como também era de esperar, um livro que sofre por excesso de paixão e pouca circunspeção profissional. Mas que contrasta com os aborrecidos textos da época — não é de admirar que os guardiães da economia não pudessem levar a sério um argumento apresentado com um estilo como este:

Pegue agora... algum negociante cabeça-dura, que não tenha teorias, mas saiba como fazer dinheiro. Diga a ele: “aqui está uma pequena vila; em dez anos será uma grande cidade — em dez anos a ferrovia terá ocupado o lugar das diligências, a lâmpada elétrica o das velas; ela terá todo tipo de maquinário e melhorias que multiplicam enormemente a força produtiva do trabalho. Em dez anos, os juros serão mais altos?

Ele vai lhe dizer: “Não!”

“Os salários do trabalhador comum serão maiores...?”

Ele vai dizer: “Não, os salários dos trabalhadores comuns não serão maiores....”

“O que, então, será maior?”

“Renda, o valor da terra. Vá, consiga um pedaço de terra e mantenha-o em seu poder.”

E se, sob tais circunstâncias, você seguir este conselho, não precisa fazer mais nada. Pode sentar-se e fumar seu cachimbo; pode ficar pelos cantos como os *lazzaroni* de Nápoles ou os *leperos* do México; pode subir em um balão ou descer num buraco na terra; e, sem realizar qualquer trabalho, sem acrescentar um pinga de riqueza à comunidade, em dez anos você estará rico! Na nova cidade você terá uma luxuosa mansão, mas entre seus prédios públicos haverá um asilo para os pobres.²⁴

Não precisamos reler todo o argumento carregado de emoções; o ponto crucial está nesta passagem. Henry George sentia-se ultrajado pelo espetáculo de homens cujas rendas — às vezes lucros fabulosos — derivavam não dos serviços que prestavam à comunidade, mas meramente do fato de terem tido a sorte de conservar um terreno que tinha localização vantajosa.

Ricardo, é claro, vira tudo isto bem antes dele. Mas Ricardo dissera no máximo que a tendência de uma sociedade de enriquecer os proprietários de terras iria redundar na perdição do capitalista. Para Henry George, este era apenas o ponto de partida. A injustiça das rendas não apenas roubava o lucro honesto do capitalista, como também pesava nos ombros do trabalhador. Além disso, ele descobriu que, mais danosa ainda, esta era a causa dos “paroxismos” industriais, como os chamava, que de tempos em tempos sacudiam a sociedade até as raízes.

O argumento não estava bem delineado. Primariamente apoiava-se no fato de que desde que a renda era assumida *a priori* como uma espécie de extorsão social, representava naturalmente uma injusta distribuição de produto conferida aos donos de terras às custas de trabalhadores e de industriais. E quanto aos paroxismos — bem, George estava convencido de que a renda levava inevitavelmente à especulação selvagem com os preços da terra (como realmente aconteceu na Costa Oeste) e, de forma igualmente inevitável, a um eventual colapso que faria o resto da estrutura desabar em pedaços “Mouro”, pois sua pele era escura, os olhos fundos e brilhantes. Era atarracado, de porte reforçado e uma formidável barba tornava-lhe a expressão ameaçadora. Não se tratava de um homem

ordeiro; sua casa era uma empoeirada mistura de papéis empilhados descuidadamente no meio dos quais o próprio Marx, vestido sem o menor zelo, abria caminho em uma densa nuvem de fumaça de tabaco. Engels, por sua vez, passaria por um membro de sua desprezada bourgeoisie; alto, bonito e até elegante, tinha a figura de um hoal, extirpar a indigência, abolir a pobreza, dar empregos remunerados a quem os quisesse, permitir o livre desenvolvimento dos poderes humanos, purificar governos e levar a civilização a alturas ainda mais nobres".²⁵ Seria — não há outra definição — a panacéia final.

É uma tese elusiva quando tentamos avaliá-la. Claro que é ingênua e a equação da renda como pecado só poderia ter ocorrido a alguém tão messiânico quanto o próprio George. De forma similar, pôr a culpa das depressões industriais na especulação com a terra é exagerar um pequeno aspecto de uma economia em expansão bem fora de proporção com a realidade: as especulações com a terra podem ser problemáticas, mas várias depressões ocorreram em países onde o valor da terra era tudo, menos inflacionado.

Assim, não devemos nos demorar neste ponto. Mas quando chegamos ao corpo central da tese, temos que fazer uma pausa. Pois, enquanto o diagnóstico mecânico de George é superficial e defeituoso, sua crítica básica da sociedade é moral e não mecânica. Por que, pergunta Henry George, deve haver renda? Por que um homem deve se beneficiar do fato de ter uma propriedade, quando ele não presta serviços à comunidade em troca? Podemos justificar a recompensa de um industrial descrevendo os lucros obtidos como prêmios por sua visão e engenhosidade, mas onde está a visão de um homem cujo avô comprou um pasto em que, duas gerações depois, a comunidade julgou adequado construir um arranha-céu?

Esta pergunta é provocativa, mas não é tão fácil condenar a instituição da renda. Acontece que os proprietários não são os únicos beneficiários passivos do crescimento da sociedade. O possuidor de ações de uma companhia em expansão, o trabalhador cuja produtividade é aumentada pelo progresso técnico, o consumidor cujo ganho real cresce à medida que a nação prospera; todos estes também são beneficiários do avanço comunitário. Os ganhos não merecidos de um proprietário bem posicionado são aproveitados de diferentes modos por todos nós. O problema não é só o dos aluguéis de terra, mas de todo ganho não merecido; enquanto este é certamente um problema sério, não pode ser visto apenas como uma questão de propriedade da terra.

Desta maneira, o problema da renda da terra não é tão drás-

tico quanto foi visto por Henry George. Uma grande quantidade de renda vai para pequenos proprietários, fazendeiros, donos de casas, cidadãos modestos. E, mesmo no âmbito monopolista das receitas proporcionadas por renda — nas operações imobiliárias nas metrópoles —, uma mudança e um mercado fluido estão em operação. Os aluguéis não são congelados segundo arcaicos padrões feudais, mas sim passam constantemente de mão em mão à medida que a terra é comprada, vendida ou sofre melhorias. Basta lembrar que nos Estados Unidos o lucro com aluguéis caiu de 6% dos ganhos nacionais em 1929 para menos de 2% atualmente.

Não importa se a tese tinha sustentação lógica ou se sua condenação moral nela contida fosse plenamente justificada. O livro tocou numa corda tremendamente sensível. *Progress and Poverty* tornou-se um *best seller* e da noite para o dia Henry George foi catapultado para a proeminência nacional. “Considero *Progress and Poverty* como o livro deste meio século”²⁶ disse o crítico do *San Francisco Argonaut* e o *New York Tribune* disse que “não vi nada igual desde a publicação de *Wealth of Nations*, de Adam Smith”. Mesmo publicações como o *Examiner* e o *Chronicle*, que o chamaram de “o tratado mais pernicioso sobre economia política que jamais foi publicado”, apenas serviram para aumentar sua fama.

George foi para a Inglaterra; depois de fazer uma conferência, voltou como personagem internacional. Concorreu ao cargo de prefeito de Nova York e, na disputa de três, bateu Theodore Roosevelt, perdendo por margem mínima para o terceiro candidato.

Aquela altura, o imposto único tornou-se uma verdadeira religião para ele. Organizou Clubes de Terra e Trabalho, fez palestras, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, para audiências entusiasmadas. Um amigo perguntou-lhe: “Isto significa guerra? Você vê, a não ser com ações covardes, algum outro modo de tirar a terra de seus donos sem guerra?” “Não acho” respondeu George, “que um mosquete deva ser disparado. Mas se for necessário, que venha a guerra. Nunca houve causa mais santa. Não, nunca houve causa mais santa!”²⁷

“Ele é o mais gentil e agradável dos homens” comentou seu amigo, James Russel Taylor, “que se encolheria ao ouvir o disparo de uma arma, e agora mostra-se pronto para a guerra universal se sua teoria não for aceita. É a coragem... que faz de um só a maioria.”

Não é preciso dizer que a doutrina completa foi como um anátema para o mundo da opinião respeitável. Um sacerdote católico, que se associara a George em sua luta para ser prefeito, foi temporariamente excomungado; o papa em pessoa fez uma encíclica

lidando com a questão da terra e, quando George enviou-lhe uma resposta muito elaborada e impressa, ela foi ignorada. “Não vou insultar meus leitores discutindo um projeto tão infame”,²⁸ escreveu o general Francis A. Walker, um líder entre os economistas profissionais dos Estados Unidos. Mas enquanto o mundo oficial olhava seu livro com choque ou com surpresa e desgosto, o homem em si encontrou sua audiência. *Progress and Poverty* vendeu mais exemplares do que todos os textos econômicos anteriormente publicados no país; na Inglaterra, seu nome tornou-se conhecido. Não apenas isso, mas a incorporação de suas idéias — apesar de que em forma diluída — tornou-se parte da herança de homens como Woodrow Wilson, John Dewey, Louis Brandeis. Na verdade, ainda há seguidores devotos de Henry George em atividade atualmente.

Em 1897, velho, mal de saúde, mas ainda indomável, ele permitiu-se ser atraído a outra disputa para prefeito, sabendo muito bem que a tensão da campanha poderia ser demais para seu coração fraco. E, de fato, foi; chamado de “saqueador”, “assaltante dos direitos das outras pessoas”, “apóstolo da anarquia e da destruição”, Henry George morreu na véspera da eleição. Seu enterro foi acompanhado por milhares de pessoas. Era um homem religioso; vamos torcer para que sua alma tenha ido direto ao paraíso. Quanto à sua reputação — esta foi direto para o submundo da economia, com o nome dele, e até hoje está lá; um quase-Messias, semi-excêntrico e inquietante questionador da moralidade de nossas instituições econômicas.

No entanto, algo mais acontecia no submundo, algo mais importante do que as fulminações de Henry George contra a renda e sua extática visão de uma Cidade de Deus a ser construída sobre a fundação de um imposto único. Um novo e vigoroso espírito varria a Inglaterra e o continente, até mesmo os Estados Unidos; um espírito que se manifestou na proliferação de slogans como “A raça anglo-saxã está infalivelmente destinada a ser a força predominante na História e civilização do mundo”.²⁹ Este espírito não se achava confinado à Inglaterra: do outro lado do Canal, Victor Hugo declarou: “A França é necessária à humanidade”³⁰; na Rússia, o porta-voz do absolutismo, Konstantin Pobyedonostsev³¹, proclamou que a liberdade da Rússia de sob o jugo da decadência ocidental elevaria-a à liderança do leste. Na Alemanha, o Kaiser explicava como *der alte Gott* estava do lado deles e, no Novo Mundo, Theodore Roosevelt fazia de si mesmo o porta-voz americano de uma filosofia similar.

A era do imperialismo começara e os fazedores de mapas estavam ocupados mudando as cores que denotavam as possessões do continente negro. Entre 1870 e 1898 a Grã-Bretanha acrescentou 6,4 milhões de quilômetros quadrados e 88 milhões de pessoas ao seu império; a França ganhou aproximadamente a mesma área de território, com 40 milhões de pessoas; a Alemanha conquistou 1,6 milhão de quilômetros e 16 milhões de colonos; a Bélgica conseguiu 1,4 milhão de quilômetros e 30 milhões de pessoas; até mesmo Portugal juntou-se à corrida, com 1,2 milhões de quilômetros e 9 milhões de habitantes.

Na verdade, três gerações mudaram a face da Terra. Contudo, mais do que isso, tinham testemunhado uma igualmente notável mudança na atitude com que o Ocidente via este processo de transformação. Nos dias de Adam Smith, devemos lembrar, o filósofo escocês via com escárnio as tentativas dos mercadores de realizarem o papel de reis e pedia com urgência a independência das colônias americanas. O desprezo de Smith pelas colônias era amplamente apoiado: James Mill, o pai de John Stuart Mill, chamava as colônias de “um vasto sistema de alívio externo para as classes dominantes”³², e até mesmo Disraeli, em 1852, colocou-se nos registros como acreditando que “estas malditas colônias são uma carga pesada em nossos pescoços”.³³

Mas então tudo mudou. A Grã-Bretanha adquirira seu império, como era comum dizerem, sem pensar no que fazia. Mas este sem pensar no que fazia foi substituído por uma idéia fixa à medida que a paz do imperialismo avançou. Lorde Rosebery resumia o sentimento existente na época quando dizia que o Império Britânico era “a maior das agências seculares para o bem do mundo, até onde sabemos”. “Sim,” disse Mark Twain, assistindo à procissão de Jubileu para a rainha Vitória, que mostrava com orgulho e pompa as possessões inglesas, “os ingleses são mencionados nas Escrituras: ‘Abençoados os humildes, pois eles herdarão a terra’”.³⁴

Para muita gente, a corrida pelo império era plenamente justificada. Na Inglaterra, Kipling era seu poeta laureado, e o sentimento popular era o mesmo de uma música de salão:

Não queremos lutar, mas pelos céus se precisarmos,

Temos os barcos, temos os homens e temos também o dinheiro!

Outro e bem diferente aceno de aprovação veio daqueles que concordavam com sir Charles Crossthwaite³⁵ em que a verdadeira

questão entre a Grã-Bretanha e o Sião era “quem vai comerciar com eles, como ganhar o máximo deles e como encontrar novos mercados para nossos produtos e também alguma utilidade para estes artigos supérfluos de hoje em dia, os nossos rapazes”.

Então, além disso, o processo de construção do império trouxe prosperidade para os seus construtores. E a parte nada pequena do ganho da classe trabalhadora, que tanto alegrara o Comitê sobre a Depressão, foi resultado do trabalho suado no além-mar: as colônias constituíam o proletariado do proletariado. Não era de admirar que o imperialismo fosse uma política popular.

Enquanto tudo isto acontecia, a burocracia da economia ficou de lado, observando o processo do crescimento imperial com equanimidade e confinando seus palpites ao efeito que novas possessões poderiam ter no curso do comércio. Mais uma vez foram as críticas do submundo que focalizaram a atenção neste novo fenômeno da História. Pois, ao olharem para a guerra de âmbito mundial pelo domínio, viam algo muito diferente do simplesmente excitante embate político ou os inexplicáveis caprichos das personalidades no poder.

Viram uma direção completamente nova para o movimento do capitalismo; de fato, viram o imperialismo como sinal de uma mudança fundamental no próprio caráter do capitalismo. Ainda mais significativo, conseguiam enxergar no novo e agitado processo de expansão a tendência mais perigosa que o capitalismo já revelara — uma tendência que levava à guerra.

Foi um herético de comportamento pacato quem primeiro fez esta acusação, o produto, como ele descreveu a si mesmo, do “extrato médio da classe média de uma cidade de tamanho médio das Midlands”.³⁶ John A. Hobson era um homenzinho frágil, bastante preocupado com a saúde e atormentado por um problema de fala que o deixava muito nervoso quando fazia palestras. Nascido em 1858, ele preparou-se para uma carreira acadêmica em Oxford; pelo que sabemos de sua história e personalidade (o que não é muito, pois este homem tímido e retraído conseguiu evitar o *Who's Who*), foi destinado a ser uma personalidade anônima e enclausurada na vida de escola pública da Inglaterra.

Dois fatores intervieram. Ele leu os trabalhos de Ruskin, o crítico e ensaísta inglês que troçava dos cânones burgueses vitorianos de valor monetário e que trombeteou: “Riqueza é vida!” De Ruskin, Hobson adquiriu uma idéia da economia mais como humanismo do que uma ciência despersonalizada; e ele deixou o re-

finamento da doutrina ortodoxa para apregoar as virtudes de um mundo onde guildas de trabalho cooperativo dariam um valor mais alto à personalidade humana do que o mundo grosseiro de salários e lucros. Seu esquema, Hobson insistia, era “tão certo quanto uma proposição de Euclides”.

Como utópico, ele pode ter sido respeitável; os ingleses gostam de excêntricos. Foi como herético, como atropelador das virtudes da tradição, que ele se tornou um pária econômico. O acaso colocou-o na companhia de uma pessoa chamada A. F. Mummery, pensador independente, negociante de sucesso e intrépido escalador de montanhas (ele encontrou a morte em 1895 nas alturas do Nanga Parbat). “Meu relacionamento com ele, não preciso dizer,” escreve Hobson, “não repousa neste plano físico. Mas ele era um escalador mental também...”³⁷ Mummery teceu especulações sobre a causa das periódicas depressões no comércio que preocupavam o mundo dos negócios, pelo menos desde os primórdios do século dezoito, e teve uma idéia quanto a sua origem, que foi, como Hobson a colocava, considerada pelo mundo dos professores como “equivalente, em termos de racionalidade, a uma tentativa de provar que a Terra é plana”.³⁸ Tendo ouvido falar de Malthus, Mummery pensou que a causa das depressões estava no fato de existir excessiva *poupança*, na crônica incapacidade do sistema de negócios em distribuir poder de compra suficiente para permitir a aquisição de seus próprios produtos.

Hobson argumentou a princípio e então convenceu-se de que Mummery estava certo. Os dois escreveram *The Physiology of Industry*, declarando sua noção herética de que a poupança pode destruir a prosperidade. Isto era demais para o mundo oficial engolir. Afinal, todos os grandes economistas, de Adam Smith em diante, não tinham reafirmado o fato de que poupar era apenas uma das faces da moeda de ouro da acumulação? Cada ato de poupança não acrescentava automaticamente mais ao fundo de capital que era usado para colocar mais gente a trabalhar? Dizer que economizar podia resultar em desemprego não era apenas besteira do pior tipo, era positivamente algo oposto a uma das bases da estabilidade social — a parcimônia. O mundo econômico ficou chocado: as Palestras de Extensão da Universidade de Londres descobriram que podiam arranjar-se sem a presença do sr. Hobson; a Sociedade Organização de Caridade retirou um convite para uma palestra. O estudioso tornara-se um herege e os heréticos de então tornavam-se, necessariamente, párias.

Tudo isto parece consideravelmente afastado do problema do

imperialismo. Mas as idéias germinam de maneiras diabólicas. A exclusão de Hobson do mundo da respeitabilidade levou-o ao caminho do criticismo social e a crítica social de então voltava sua atenção ao grande problema político do dia: a África.

O pano de fundo do problema africano era complexo e emocional. Os colonos holandeses tinham instalado seus estados independentes no Transvaal em 1836, sólidas comunidades de fazendeiros “açoitadores de cafres, leitores da Bíblia”. Mas a terra que tinham escolhido, ampla, ensolarada e alegre como era, escondia mais riquezas do que aparentava. Em 1869 descobriram diamantes; em 1885, ouro. Em alguns anos a paz de uma colônia de carros de boi foi transformada na excitação frenética de uma comunidade de especuladores. Cecil Rhodes apareceu em cena com seus projetos de ferrovias e indústrias; em um momento de loucura ele autorizou um ataque no Transvaal e aí explodiu a relação havia muito tensa, tanto pelo lado dos ingleses quanto dos holandeses. A Guerra dos Boers começou.

Hobson já havia estado na África. Esta “mais tímida das criações de Deus”,³⁹ como ele descrevia a si mesmo, viajou até a Cidade do Cabo e Johannesburg, conversou com Kruger e Smuts; por fim, jantou com o próprio Rhodes na véspera do ataque ao Transvaal. Rhodes era uma personalidade complicada e intrigante. Dois anos antes de sua aventura africana, um jornalista escreveu como sendo dele estas palavras:

“Eu estava no East End de Londres, ontem, e fui a uma reunião de desempregados. Escutei as palestras loucas que eram apenas um grito de ‘pão’, ‘pão’, ‘pão’, e a caminho de casa ponderei sobre a cena.... Minha acalentada idéia é uma solução para os problemas sociais; i.e., para salvar os 40.000.000 habitantes do Reino Unido de uma sangrenta guerra civil, nós estadistas coloniais devemos adquirir novas terras para instalar a população excedente, para providenciar novos mercados de bens produzidos por eles nas fábricas e minas. O Império, como eu sempre disse, é uma questão de pão e manteiga.”⁴⁰

Não sabemos se ele expôs os mesmos sentimentos a Hobson; a probabilidade é que tenha exposto. Mas isto faria pouca diferença, pois o que Hobson viu na África encaixou-se da forma mais inesperada na heresia econômica pela qual ele e Mummery tinham sido condenados: a teoria do excesso de poupança.

Hobson voltou à Grã-Bretanha para escrever sobre a xenofobia e a guerra na África; então, em 1902 presenteou o mundo com um livro no qual suas observações sobre a África estavam mescladas de forma estranha às suas visões heréticas.

O livro chamava-se *Imperialism*; era um trabalho devastador. Nele encontrava-se a mais importante e diligente crítica contra o

sistema de lucros que jamais fora escrita. O pior que Marx dissera era que o sistema destruiria a si mesmo; o que Hobson sugeria era que o sistema poderia destruir o mundo. Ele via o processo do imperialismo como uma inexorável e incansável tendência do capitalismo de resgatar a si mesmo de um dilema auto-imposto, uma tendência que necessariamente envolvia conquista do comércio estrangeiro e que, portanto, envolvia de forma inevitável o risco constante de guerra. Nunca antes fora proposta uma acusação moral tão profunda do capitalismo.

Qual é a substância da acusação de Hobson?

Era um argumento quase marxista em sua impessoalidade e em seu desenvolvimento inexorável (apesar de Hobson não ter simpatia pelos marxistas e seus objetivos). Dizia que o capitalismo encarava uma dificuldade interna insolúvel e que era forçado a virar imperialismo, não por desejo de conquistar, mas para assegurar sua própria sobrevivência econômica.

Esta dificuldade interna do capitalismo era um aspecto do sistema que recebera surpreendentemente pouca atenção no passado — a desequilibrada distribuição de riqueza do capitalismo. O fato de que os mecanismos do sistema de lucros geralmente resultam numa distribuição assimétrica de riqueza havia muito era um tópico de interesse moral, mas suas conseqüências *econômicas* foram deixadas para Hobson apontar.

A conseqüência que ele via era muito surpreendente. A desigualdade de ganhos levava ao mais estranho dos dilemas — uma situação paradoxal na qual nem ricos nem pobres podem consumir suficientemente os produtos. Os pobres não podem consumir o bastante porque seus ganhos são pequenos demais, os ricos não podem consumir porque seus ganhos são grandes demais! Em outras palavras, disse Hobson, para equilibrar seu próprio mercado, uma economia precisa consumir tudo que produz: cada produto deve ter um comprador. Agora, se o pobre não tem dinheiro bastante para comprar nada além do mínimo essencial, quem é que vai comprar o resto? Obviamente, o rico. Mas enquanto o rico tem o dinheiro, não possui a capacidade física para *tanto* consumo: um homem com um ganho de um milhão de dólares deveria consumir produtos que valessem mil vezes mais que os comprados por um homem com apenas mil dólares para gastar.

E assim, como conseqüência de uma divisão não eqüitativa da riqueza, os ricos eram *forçados* a poupar. Eles deixavam de gastar não apenas porque muitos deles assim o desejassem, mas

porque não tinham outro jeito — seus ganhos eram simplesmente grandes demais para serem consumidos.

Foi esta poupança que levou a problemas. As poupanças automáticas da fração mais rica da sociedade tinham de ser investidas, se a economia não quisesse sofrer os desastrosos efeitos de uma insuficiência de poder de compra. Mas a questão era *como* empregar tais poupanças. A resposta clássica era investi-las em mais fábricas, em mais produção e assim ascender a um nível mais alto de produção e produtividade: Smith, Ricardo, Mill, todos os grandes economistas concordavam com esta solução para o problema. Mas Hobson viu uma dificuldade no caminho. Pois se a massa de pessoas já *tinha* problemas para comprar todos os produtos lançados no mercado porque seus ganhos eram pequenos demais, como, perguntava ele, poderia um capitalista sensato investir em equipamentos que iriam lançar ainda mais produtos em um mercado saturado? O que se ganharia investindo as poupanças em outra fábrica de sapatos, por exemplo, quando o mercado já estava atolado em mais sapatos do que os que poderiam ser absorvidos de imediato? O que fazer?

A resposta de Hobson foi diabolicamente engenhosa. As poupanças automáticas dos ricos podiam ser investidas de um modo que os faria lucrar sem o problemático incômodo de mais produtos no mercado local. Podiam ser investidas no exterior.

E esta é a gênese do imperialismo. É, escreveu Hobson, “a empreitada dos grandes controladores da indústria no sentido de alargar o canal para o fluxo de seus lucros procurando mercados estrangeiros e investimentos no estrangeiro que consumirão os produtos e capital que não podem ser absorvidos internamente”.⁴¹

O resultado é desastroso. Pois não é apenas uma nação que está mandando seus lucros para as colônias. Todas as nações estão no mesmo barco. Assim instala-se uma corrida para repartir o mundo, com cada nação tentando conseguir para seus investidores os mais ricos e mais lucrativos mercados que puderem. Assim, a África torna-se um imenso mercado (e uma fonte de matéria-prima barata) a ser dividida entre os capitalistas da Inglaterra, Alemanha, Itália e Bélgica; a Ásia torna-se um rico bolo a ser repartido entre os japoneses, russos e holandeses. A Índia torna-se o fundo de quintal da indústria inglesa e a China torna-se uma Índia para o Japão.

Deste modo, o imperialismo pavimenta a estrada para a guerra — não com estrondosas aventuras ou grandes tragédias, mas através de um processo sórdido no qual as nações capitalistas competem para o escoamento de sua riqueza ociosa. Difícilmente poderia ser imaginada uma causa mais inspirada para derramar sangue.

Não é preciso dizer que esta teoria de violência e luta encontra

pouco encorajamento no mundo oficial dos economistas. Dizia-se que Hobson fazia “economia desordenada, entre outras coisas” e como essas “outras coisas” dificilmente sugeriam um mundo organizado ao redor da busca do prazer, o mundo oficial repudiava a teoria do imperialismo como uma mostra do tipo de mau comportamento que se pode esperar de um homem cuja economia ultraja as doutrinas aceitas pelo bom senso, como a beneficência social da parcimônia.

Mas enquanto a doutrina era escrupulosamente evitada por aqueles que poderiam submetê-la a um escrutínio inteligente, mesmo que crítico, ela foi abraçada com ímpeto por outra seção do submundo: os marxistas. A idéia, afinal de contas, não era inteiramente original de Hobson; variações dela tinham sido formuladas por um economista alemão chamado Rodbertus e por Rosa Luxemburgo, uma feroz revolucionária alemã. Mas o tratamento de Hobson era mais amplo, profundo, e foi incorporada ao oficialismo da doutrina marxista por ninguém menos que seu líder teórico — um exilado chamado Vladimir Ilich Ulyanov, mais conhecido como Lênin.

A teoria emergiu de seu batismo um tanto alterada. Hobson ficara intrigado com a questão de por que as nações capitalistas buscavam com tanta avidez as colônias após décadas de maior ou menor indiferença para com elas. Sua teoria de imperialismo não era um dogma e ainda menos uma previsão de guerra inevitável. Na verdade, expressava a esperança de que imperialismos rivais pudessem conseguir alguma espécie de arranjo final dividindo o mundo e conseguissem conviver pacificamente lado a lado.

Mas nas roupagens marxistas a teoria assume tons mais ameaçadores e mais inexoráveis. O imperialismo não era apenas colocado como a peça mais alta do arco da economia marxista, como era também alargado e estendido além da moldura de Hobson até envolver toda a complexidade social do capitalismo dos últimos tempos. E que imagem assustadora emergiu!

O imperialismo, a fase mais alta do desenvolvimento capitalista, aumenta imensamente as forças produtivas da economia mundial, dá ao mundo inteiro a sua própria imagem e arrasta todas as colônias, todas as raças, todas as pessoas para o interior da esfera de exploração financeira do capitalismo. Ao mesmo tempo a forma monopolista do capital desenvolve cada vez mais os elementos da degeneração e degradação parasitária... o imperialismo empilha riquezas incalculáveis com os imensos superlucros que espreme dos milhões de operários e camponeses das colônias. Neste processo, o imperia-

lismo cria um tipo de Estado rentista, parasitário e decadente e extratos inteiros de acionistas parasitas que vivem de dividendos. A época do imperialismo, que completa o processo de criação dos pré-requisitos do socialismo (concentração dos meios de produção, socialização do trabalho numa escala gigantesca, força crescente das organizações de trabalhadores) ao mesmo tempo faz com que as contradições entre os “Grandes Poderes” fiquem mais agudas e provoca guerras que causam o desmoronamento da economia mundial. Assim, o imperialismo é o capitalismo se degenerando, morrendo. É o último estágio do desenvolvimento do capitalismo como um todo; é o prenúncio da revolução socialista mundial.⁴²

O escritor é Bukharin; a ocasião, a Terceira Internacional; a data, 1928. Escritor, ocasião e data não importam, pois a voz que ouvimos é a de Lênin. E o mais perturbador é que a concepção de Lênin de um capitalismo devastador e saqueador, internamente corrupto e externamente predatório, *ainda* é a explicação formal soviética do mundo em que vivemos.

Não há dúvidas sobre o fato do imperialismo. Ninguém que esteja familiarizado com a História do final do século dezenove e começo do século vinte deixará de notar os verdadeiros roubos, o aumento territorial e o colonialismo opressivo que ocorreram em meio aos intermináveis incidentes de inveja internacional, atritos e guerras. Se não está mais na moda dizer que a Primeira Guerra Mundial foi “puramente” um conflito imperialista, não há dúvida de que uma de suas causas foi a ocorrência dos países imperialistas pela dominação mundial. Mas conquistas e colônias são coisas tão velhas quanto o antigo Egito e, como as invasões soviéticas da Hungria, Tchecoslováquia e Afeganistão deixaram bem claro nos tempos modernos, vão continuar, quer o capitalismo exista ou não como uma desculpa. A indagação que a teoria *econômica* do imperialismo nos faz encarar é se as conquistas nos últimos cinquenta anos foram motivadas de forma diferente das conquistas que vieram antes ou das que se seguirão. É uma simples questão de compreender a sede de poder do estado dinástico. O imperialismo nos pede para considerar se as forças mais impessoais da economia de mercado podem levar ao mesmo resultado final.

Os apologistas do sistema colonial dizem que não. Em 1868, Bismark escreveu: “Todas as vantagens apregoadas pela mãe pátria são na maior parte ilusões. A Inglaterra está abandonando sua

política colonial; acha que é cara demais.”⁴³ E outros defensores do sistema repetiam sua declaração: diziam que as colônias “não se pagavam”; que a colonização não era algo que faziam com alegria, mas sim que os grandes poderes viam-se forçados a fazê-la em virtude de sua missão civilizadora no mundo; que as colônias ganhavam mais do que as metrópoles e assim por diante.

Mas eles simplesmente esqueciam-se de um ponto. Na verdade, algumas colônias não se pagaram — em 1865 um Comitê dos Comuns recomendou o abandono de todas as colônias britânicas, exceto na costa oeste da África, porque eram investimentos que davam prejuízos altíssimos. Mas se nem *todas* as colônias geravam lucros, *algumas* colônias davam lucros fabulosos: as plantações de chá no Ceilão, por exemplo, retornavam dividendos de 50% sobre o capital investido por um ano. E se bem que nem *toda* a indústria beneficiou-se dos mercados de além-mar, *algumas* indústrias importantes mal poderiam sobreviver sem eles: o caso clássico em questão é a dependência da indústria de algodão inglesa do mercado da Índia. E para a Inglaterra o investimento estrangeiro certamente gerou um escoamento lucrativo para as economias: entre 1870 e 1914, *metade* das poupanças inglesas foram investidas no exterior e o fluxo de dividendos e juros dos investimentos externos gerou dez por cento do produto interno bruto da Grã-Bretanha.⁴⁴

Para garantir, havia outros motivos misturados de maneira generosa com os pontos puramente econômicos e o efeito compensatório econômico não era tão simples como J. A. Hobson o descrevera. Mas no geral seria difícil encontrar uma explicação para a investida do poder europeu na África e Ásia que não contenha uma pitada de vantagem econômica. No caso da Holanda, por exemplo, as imensas monoculturas em Java e Sumatra ofereciam campo para um investimento lucrativo de grande importância para o capital holandês; no caso da Malásia, matéria-prima valiosa e barata deram a John Bull um lucrativo monopólio internacional; no caso do Oriente Médio, havia petróleo e o controle estratégico dos navios no Canal de Suez. “O que falta a nossa indústria ... o que nos falta cada vez mais, são mercados,” disse um ministro francês em 1885; e em 1926 o dr. Schacht, então presidente do Reichsbank alemão, declarou: “A luta por matéria-prima realiza o papel mais importante da política mundial e um papel ainda mais importante do que antes da guerra”. De país para país os motivos podem diferir, mas o denominador comum do ganho econômico pode ser encontrado em todos.

Isto quer dizer que o imperialismo é realmente inseparável do capitalismo? A resposta não é simples. Com certeza o capitalismo

foi um sistema expansivo desde o começo, um sistema cuja força motriz residia no esforço para acumular quantidades cada vez maiores de capital. Assim, desde o princípio, descobrimos que as empresas capitalistas voltaram-se para terras estrangeiras, tanto à procura de mercados quanto de matérias-primas baratas; e, igualmente importante, os governos de nações capitalistas em geral apoiaram e protegeram seus investidores particulares nesses investimentos no além-mar.

Este aspecto do cenário imperialista parece fora de questão. Mas olhamos este processo de expansão capitalista de um modo um tanto diferente dos modos de Hobson e Lênin. A força motriz não parece estar abrigada em uma pilha de excessivas poupanças domésticas, que precisa ser investida lá fora. Em vez disso, o mecanismo propulsor parece ser a extraordinária capacidade que o modo capitalista de produção tem de remover os outros modos e de estabelecer-se em situações não-capitalistas. Há algo quanto à orientação tecnológica, à eficiência, ao dinamismo puro dos meios capitalistas de produção que fazem a expansão do sistema ser “irresistível”.

Assim, tendemos atualmente a ver o processo do imperialismo como parte da *internacionalização do capital*, um processo que começou antes mesmo do capitalismo estar formado por completo e que ainda não se completou. Mas neste ponto é preciso que se faça uma distinção importante entre as internacionalizações das diferentes eras. O imperialismo do tipo que ajudou a causar a Primeira Guerra Mundial não foi apenas o transplante dos modos capitalistas de produção para a África, Ásia e América Latina. Foi a interferência política mais aberta, a exploração terrível, a força militar e o desinteresse geral pelos interesses das nações mais pobres. O mais chocante sobre os investimentos britânicos na Índia no final do século dezanove e começo do vinte, por exemplo, é que eles foram em grande parte baseados e comandados pelos interesses da Inglaterra, não pelos da Índia. No caso do Congo Belga ou das Índias Holandesas, “grande parte” pode ser substituído por “totalmente.”

Alguns aspectos desse imperialismo antigo permanecem, apesar de suas manifestações externas terem mudado. A Segunda Guerra Mundial trouxe um fim geral às relações do colonialismo dentro das quais a antiga hegemonia econômica exercia seu equilíbrio. Onde havia apenas colônias inativas antes da guerra, emergiram nações independentes depois dela; e apesar de muitas destas nações terem ficado (e ainda estarem) empobrecidas e fracas, seu *status* nacional tornou possível que as nações européias exercessem o mesmo domínio que era habitual na primeira metade do século.

As coisas foram um tanto diferentes no caso dos Estados Uni-

dos. Aqui, forças militares foram aplicadas contra nações subdesenvolvidas muitas vezes desde a guerra — contra Cuba, Vietnã e Nicarágua entre outras —, de forma que os Estados Unidos herdaram o nada invejável título de principal poder imperialista do mundo. Mas os motivos que impulsionaram nossas aventuras imperialistas não são os mesmos que enviaram os *Marines* para as repúblicas das bananas ou os barcos armados à China, no século dezenove. Não era propriedade americana o que estávamos protegendo, mas a ideologia americana. Como os ingleses no período da Revolução Francesa, nosso governo sentiu-se ameaçado por uma imensa força revolucionária — a força do comunismo mundial, cujos recrutas mais prováveis pareciam ser as frágeis e instáveis nações do Terceiro Mundo. Como resultado, reagimos a praticamente qualquer tendência socialista nessas nações como se fossem o portão de entrada de um regime comunista comandado do exterior e apoiamos cada governo reacionário nessas nações como parte da mesma luta contra o comunismo.

De que maneira esta política agressiva de orientação defensiva vai terminar, ainda iremos de ver. Talvez os Estados Unidos consigam manter um mundo seguro para o capitalismo, usando a força econômica ou militar contra qualquer governo socialista que apareça no mundo subdesenvolvido. Talvez tal política acabe culminando com nossa própria frustração e desmoralização. Seja qual for o resultado, no entanto, este aspecto do imperialismo tem mais relação com o problema de proteger um grande reino da influência externa — um problema tão velho quanto a China ou a Roma antigas — do que com o apoio direto a negócios, que era o motivo claro do avanço imperial do último século. É uma forma política, mais do que uma forma econômica indireta, de domínio estrangeiro.

Enquanto isso, há um segundo aspecto do rosto cambiante do imperialismo que é inconfundivelmente econômico. É a emergência espetacular da corporação multinacional como principal agência, pelo qual o capital move-se do país onde foi gerado para outros países.

As multinacionais são corporações gigantescas, tais como a IBM, a General Motors, a Unilever, a Royal Dutch Shell, cujas operações de manufatura ou processamento estão localizadas em muitos países. Uma multinacional irá perfurar no Oriente Médio ou na África atrás de petróleo, refinar na Europa ou América e vender no Japão; ou pode extrair minério na Austrália, processar no Japão e embarcar o produto final para os Estados Unidos.

As multinacionais provocaram duas mudanças na internacionalização geral do capital. Primeiro, mudaram seu fluxo geográfico. Nos dias do imperialismo clássico, como já vimos, o objetivo da

expansão capitalista era focalizado principalmente em ganhar acesso às matérias-primas ou aos mercados para produtos básicos, como os têxteis. As multinacionais voltaram-se destes produtos básicos para o tipo de bens de alta tecnologia nos quais são líderes mundiais, tais como computadores e produtos farmacêuticos. O resultado foi uma chocante mudança na alocação de capital no exterior. Em 1897 quase metade do capital americano investido no exterior estava aplicado em plantações, ferrovias ou mineração. Atualmente menos de um quinto de nossos investimentos estrangeiros estão nestas áreas. Em vez disso, o grosso do nosso capital no estrangeiro moveu-se para a manufatura; três quartos do fluxo dos investimentos internacionais vão para Europa, Canadá e outras terras capitalistas desenvolvidas. Assim, também, a grande preponderância dos investimentos internacionais da França, Alemanha ou do Japão procuram aplicação no mundo desenvolvido (incluindo os Estados Unidos) e não nas antigas áreas coloniais do mundo.

Uma segunda consequência econômica do surgimento das multinacionais foi sua incrível habilidade de combinar alta tecnologia com trabalho barato e sem treinamento. Os espantosamente complicados mecanismos que estão na base da vida econômica moderna, tais como peças de computador ou televisão, podem ser produzidos nas Hong-Kongs, Coreias do Sul e Tailândias do mundo, por meio do uso de máquinas científicas operadas por homens e mulheres que mal saíram das plantações. Do ponto de vista do imperialismo, a conclusão causa perplexidade. A habilidade de transplantar processos completos de produção em áreas do mundo que ontem ainda eram economias camponesas aconteceu em um nível sem precedentes de exportação das instituições sociais do capitalismo. Do mesmo modo como os fatores de produção em si emergiram de uma situação social pré-capitalista durante a grande revolução econômica que testemunhamos em nossos capítulos de abertura, assim em nosso tempo uma nova revolução econômica está levando a economia de mercado para regiões que antes eram apenas forças passivas, e não ativas, do mundo econômico. Neste ângulo de análise, o imperialismo moderno foi uma grande força para a vitalização do capitalismo no além-mar.

Ao mesmo tempo, o novo imperialismo intensificou muito a competição do sistema em suas terras natais. Isto não é apenas o resultado da interpenetração de seus mercados como discutimos acima, mas também porque os postos avançados de manufatura das multinacionais nas regiões subdesenvolvidas podem disparar fogo de barragem de artilharia de produtos de baixo preço de volta às nações de origem. Como nação nenhuma sabe melhor do que

os Estados Unidos, aparelhos de televisão feitos em Hong-Kong ou Taiwan, automóveis feitos na Coréia do Sul ou montados no México podem facilmente derrubar os mesmos produtos manufaturados na Califórnia ou no Meio-Oeste.

Ainda é cedo demais para prever as conseqüências desta internacionalização e intensificação da concorrência. O que parece, acima de qualquer dúvida, é que nos movemos na direção de uma economia global na qual novas empreitadas de âmbito mundial coexistem de forma instável com as antigas fronteiras e prerrogativas nacionais. É um final irônico para nossa consideração do problema do imperialismo que, o movimento cujas origens estavam ligadas à idéia de aliviar as pressões sobre o capital termine por torná-las ainda piores.

John Hobson morreu em 1940; no *Times* de Londres um obituário adequadamente circunspecto registrou tanto suas idéias prescientes quanto sua falta de reconhecimento público.

Pois ele permaneceu não reconhecido. O mais renomado economista do mundo vitoriano foi um economista totalmente diferente de Hobson: Alfred Marshall — considerado tão centralizador e “oficial” quanto Hobson era intuitivo, extremado e, por assim dizer, desautorizado. Ainda assim é adequado que concluamos esta jornada através das nebulosas regiões do submundo retornando à luz vitoriana. Os economistas que trabalharam sob esta luz podem não ter tido as perturbadoras visões reveladas às almas mais aventureiras, no entanto fizeram uma coisa que os heréticos não fizeram: ensinaram a economia “deles” ao seu mundo — e mesmo ao nosso mundo.”

O simples ato de olhar o retrato de Alfred Marshall já basta para ver o estereótipo do professor: bigode branco, cabelos brancos em desalinho, olhos amáveis e brilhantes — uma fachada eminentemente professoral. Na época de sua morte, em 1924, quando os maiores economistas da Inglaterra pagaram tributos à sua memória, um deles, o professor C. R. Fay, produziu este indelével retrato do professor vitoriano *chez lui*:

Pigou disse-me que devia ir vê-lo quanto a um tema de dissertação para uma Bolsa de Estudo. Assim, uma tarde, perto do pôr-do-sol, fui à Balliol Croft. “Entre, entre,” disse-me, vindo por uma passagem estreita, e eu subi as escadas com ele. “Você tem uma idéia do que fazer?”, perguntou-me. Eu respondi: “Não.” “Bem, então, escute”, disse ele, pegando um pequeno livro negro. Começou a ler uma lista de assuntos, tendo antes ordenado que eu erguesse a mão quando chegasse a algum do qual gos-

tassem. Nervoso, tentei ficar com o primeiro assunto, mas Marshall não prestou atenção e continuou. Mais ou menos na metade da segunda página ele chegou a “A Recente Crise Financeira Alemã”. Tendo passado um verão em Greifswald eu ergui a mão. “Isto não seria adequado para você”, disse ele. Fiquei imóvel por mais cinco minutos e, percebendo a palavra “Argentina”, emiti um barulho que o fez parar novamente. Meu único motivo era que dois tios meus tinham estado lá a negócios. “Você já esteve lá pessoalmente?”, perguntou-me. “Não”, respondi, e ele prosseguiu. Alguns momentos depois parou e indagou: “Você encontrou algum assunto do qual gostasse?” “Eu não sei...”, comecei. “Ninguém nunca sabe”, disse ele, “mas este é o meu método. Agora, o que gostaria de fazer?” Eu balbuciei: “Uma comparação entre o trabalho alemão e inglês”. Diante disso (pois já estava quase escuro), ele pegou uma pequena lanterna com botão elétrico e começou a procurar nas prateleiras, pegando livros em inglês e alemão — von Nostitz, Kuhlman, cerca de trinta ao todo. “Agora”, disse-me ele, “vou deixar que você cheire; quando terminar, chame no corredor e Sarah lhe trará o chá.”⁴⁵

Isso tudo estava muito distante da luta africana que perturbou Hobson ou a ostensiva especulação americana que formou o berço de meio ambiente para as idéias de Henry George. Marshall, como seu contemporâneo Edgeworth, era por excelência o produto de uma universidade. Apesar de ter viajado pela América e mesmo tendo atravessado a América até San Francisco, sua vida, seu ponto de vista — e inevitavelmente sua economia — refletiam a quietude e refinamento do cenário de Cambridge.

Mas exatamente o que ele ensinava? A palavra que sintetiza a preocupação básica de Marshall é o termo que já identificamos como a nova visão vitoriana da economia — o termo “equilíbrio.” Em contraste com Bastiat, que era atraído pelas irracionalidades dos sofismas econômicos, ou com Henry George, que via as injustiças da vida encobertas por sanções econômicas, Marshall estava primariamente interessado na natureza auto-ajustadora, autocorretiva do mundo econômico. Como seu mais brilhante pupilo J. M. Keynes escreveria mais tarde, ele criou “um completo sistema copernicano, no qual todos os elementos do universo econômico são mantidos em seus lugares por mútuos contraponto e interação.”⁴⁶

É claro, muito disso tudo havia sido dito antes. Adam Smith, Ricardo, Mill, todos tinham explicado o sistema de mercado como um mecanismo de retroalimentação de grande complexidade e eficiência. Ainda assim, entre a visão global e o trabalho minucioso de relevar os detalhes, havia muito território não explorado e exposições enevoadas: a teoria do equilíbrio de mercado que Marshall herdou era muito mais impositiva à distância que de perto. Havia pontos difíceis mesmo em assuntos básicos, como se os preços fossem mesmo um reflexo do custo de produção de uma mercadoria ou do grau final de satisfação proporcionado por aquela mercadoria — em outras palavras, os diamantes tinham preço alto porque eram difíceis de encontrar ou porque as pessoas gostavam de usá-los? Talvez tais questões não fizessem o coração de ninguém, a não ser o de um economista, bater mais rápido e enquanto permaneceram obscuras era difícil pensar com clareza sobre muitos problemas que a economia queria atacar.

Foi a estas questões nebulosas da teoria econômica que Marshall se aplicou. Em seu famoso *Principles of Economics*, ele combinou uma mente de precisão matemática com um estilo que era fácil, discursivo, pontuado de exemplos claros e maravilhosamente lúcido. Mesmo um negociante podia entender esse tipo de economia, pois todas as duras provas lógicas eram relegadas às notas de pé de página (em função do que Keynes disse, com irreverência, que qualquer economista conseguiria mais lendo as notas e esquecendo o texto do que ao contrário). De qualquer modo, o livro foi um tremendo sucesso; originalmente publicado em 1890, ainda é uma obra fundamental para o estudante que pretende ser um economista.

E qual foi a grande contribuição de Marshall aos emaranhados conceituais da economia? A principal contribuição — aquela à qual o próprio Marshall retornou tantas e tantas vezes — foi a insistência quanto à importância do *tempo* como o elemento fundamental na realização do processo de equilíbrio.

Pois o equilíbrio, Marshall dizia, muda seu significado básico de acordo com o fato de o processo de ajustamento da economia acontecer num período curto ou longo. Se for curto, compradores e vendedores encontram-se para pechinchar no mercado, mas basicamente o processo de barganha gira em torno de uma quantidade fixa de bens — os diamantes que os mercadores de diamantes traziam com eles em sua valise. A longo prazo, no entanto, a quantidade de diamantes não é fixada. Novas minas podem ser abertas se a demanda assim o pedir; velhas minas podem ser abandonadas se o suprimento for superabundante. Assim, a prazo curtíssimo era a utilidade psíquica dos diamantes — quer dizer, a demanda

por eles que exercia a influência mais imediata no seu preço de mercado; mas a longo prazo, à medida que o fluxo de produção era ajustado ao desejo dos consumidores, o custo de produção ganhava novamente mão forte. Nem custo nem utilidade, é claro, podem ser afastados da determinação do preço; oferta e demanda, nas palavras do próprio Marshall, eram como as “lâminas de uma tesoura,”⁴⁷ e era tão inútil perguntar se demanda ou oferta isoladamente regulavam preços quanto perguntar se era a lâmina de cima ou a de baixo da tesoura que cortava o papel. Mas enquanto as duas lâminas faziam o corte, uma delas, por assim dizer, era a parte ativa e a outra a passiva — a parte da utilidade-demanda sendo ativa quando o corte era realizado num pequeno espaço de tempo de um dado mercado; a parte do custo-oferta sendo ativa quando o corte estendia-se por um período mais longo, no qual as escalas e padrões de produção eram sujeitos a mudanças.

Isto era, como tudo no que Marshall tocara com sua mente analítica, uma percepção iluminadora. Contudo, mais do que brilho teórico emanava do *Principles*. Se Marshall era a inteligência mais refinada do mundo “oficial” da economia, também era a inteligência mais compadecida. Uma genuína preocupação pelos trabalhadores pobres, pelos “infelizes chorando”, que notou em suas passagens pelas favelas de Londres, pela economia como uma ferramenta de melhorias sociais — tudo isto estava fortemente articulado em seu livro. Economia como ele a concebia era “uma máquina para a descoberta da verdade”, mas a verdade particular na direção da qual ele dirigia a máquina era a causa — e cura — da pobreza.

Por que, então, ele não foi tão significativo na história do pensamento econômico quanto seu brilhantismo e equilíbrio pareciam capazes de garantir? A resposta, ironicamente, está no próprio elemento da análise de Marshall, que foi seu maior presente à análise econômica — o elemento do tempo. Pois tempo, para Marshall, era tempo abstrato; era o tempo no qual as curvas matemáticas separavam-se e experiências teóricas poderiam ser realizadas e repetidas, mas não era o tempo em que nada realmente verdadeiro *acontecía*. Quer dizer, não era o fluxo irreversível do tempo histórico — e, acima de tudo, não era o tempo histórico no qual Marshall vivia. Pense por um momento no que ele viu durante sua vida: uma violenta revolução anticapitalista na Rússia, uma guerra de alcance mundial, as primeiras manifestações anticolonialistas. Pense no que estava logo adiante: o declínio do capitalismo na maior parte da Europa, uma mudança mundial na concepção de governo, uma depressão que sacudiu o mundo nos Estados Unidos. Ainda assim a relevância da economia para todas estas mudanças, era

algo de que nem Alfred Marshall e menos ainda qualquer outro de seus colegas oficiais tinham muita compreensão, se é que tinham alguma. *Natura non facit saltum* — a natureza não dá saltos súbitos — foi o lema dos *Principles* na sua última edição, em 1920 assim como na primeira, em 1890. O fato de que a História pode realizar saltos repentinos, que o mundo da economia podia estar atado de forma inseparável do mundo da História, que o curto e longo prazos do livro implicavam uma concepção totalmente diferente de “tempo”, do implacável tique-taque do relógio social — tudo isto estava muito distante das noções de equilíbrio que Marshall tornou o centro de sua investigação econômica. Marshall não poderia ser repreendido por nada do que disse, pois ele era um homem de fé gentil e tinha convicções profundas. O problema é que nada do que disse foi muito longe.

E mesmo isto poderia ser perdoado pela percepção tardia se não fosse por um detalhe. Enquanto Marshall e seus colegas estavam refinando o delicado mecanismo de equilíbrio, alguns dissidentes não-ortodoxos insistiam que não era o equilíbrio, mas sim a mudança — mudança violenta — que caracterizava o mundo real e era o assunto da análise econômica. Guerra, revolução, depressão e tensão social foram para suas mentes os problemas básicos para a investigação econômica — não o equilíbrio e os belos processos de ajuste de uma estável sociedade de livro de estudos. Mas quando os heréticos e os amadores declararam isto aos acadêmicos vitorianos oficiais, eles se ressentiram de suas interrupções, seus avisos foram descartados, suas prescrições desprezadas.

A complacência do mundo oficial não era meramente um comentário desagradável sobre os tempos que corriam; era uma tragédia intelectual, antes de mais nada. Pois se os acadêmicos tivessem prestado atenção no submundo, se Alfred Marshall possuísse a visão perturbadora de um Hobson ou se Edgeworth tivesse o senso do erro social de Henry George, a grande catástrofe do século vinte poderia não ter explodido em um mundo totalmente despreparado para mudanças sociais radicais. Ela nos ensina, em retrospecto, que idéias, mesmo heréticas, não podem ser ignoradas, ainda menos por aqueles cujos interesses são simplesmente, no melhor sentido desta palavra tão desgastada, conservadores.

VIII

A SOCIEDADE SELVAGEM DE THORSTEIN VEBLEN

Cento e vinte e cinco anos passaram desde que *The Wealth of Nations* foi editado, em 1776, e nesse espaço de tempo parecia que os grandes economistas não deixaram sequer um aspecto do mundo sem ser examinado: sua magnificência ou miséria, sua ingenuidade ou seus tons às vezes sinistros, suas conquistas grandiosas de tecnologia ou suas deficiências em valores humanos. No entanto, este mundo de muitos lados, com suas dúzias de interpretações diferentes, tinha um fator em comum. Era europeu. Pois, apesar de todas as mudanças no aspecto social, ainda era o Velho Mundo, e como tal insistia em uma pequena quantia de formalismo.

Assim não foi sem significação que quando Dick Arkwright, o aprendiz de barbeiro, fez sua fortuna com teares, metamorfoseou-se em sir Richard; a ameaça ao reino tradicional da nobreza inglesa foi resolvida induzindo estes novos-ricos entrar na fraternidade do bom sangue e das boas maneiras. Os novos-ricos, é verdade, trouxeram com eles uma coleção de atitudes da classe média e até mesmo uma certa tensão de sentimentos anti-aristocráticos, mas também trouxeram o conhecimento de que havia um extrato social mais alto do que aquele que era possível conseguir apenas com dinheiro. Como incontáveis comédias de costumes testemunham, havia boa diferença entre o barão da cerveja, com todos seus milhões e o brasão comprado, e o empobrecido mas hereditário barão da casa ao lado. O bem-sucedido ganhador de dinheiro europeu podia ser tão rico quanto Crespo, mas o sabor de sua riqueza

era um tanto diminuído pelo reconhecimento de que este era apenas um — e de forma alguma o último — degrau da escada social.

Tudo isto era totalmente diferente na América. Não apenas este país fora fundado por homens profundamente opostos aos que tinham graduações de nome e nascimento, como também as conquistas individuais e o espírito de independência estavam gravados fundo no folclore nacional. Na América, um homem era tão bom se provasse sê-lo, e seu sucesso não precisava da validação de um genealogista. Assim, enquanto não havia muita diferença entre as sombrias e abafadas fábricas da Nova Inglaterra e as tristes, escuras, fábricas da velha Inglaterra, quando se observavam as maneiras e comportamento de seus donos, a semelhança diminuía. Enquanto o capitalista europeu ainda se encontrava sob a sombra de um passado feudal, o ganhador de dinheiro americano aquecia-se ao sol — não havia inibições na busca pelo poder, nem no exuberante aproveitar das riquezas. Na borbulhante última metade do século dezenove, o dinheiro era o diferencial para o reconhecimento social nos Estados Unidos e, uma vez tendo adquirido o passaporte de uma riqueza adequada, o milionário americano não precisava de nenhum outro visto para sua entrada nas classes mais altas.

Ali o jogo de ganhar dinheiro era mais duro e menos cavalheiresco do que a luta da concorrência do outro lado do oceano. As apostas eram mais altas e as chances de sucesso maiores. De acordo com isso, a espírito esportivo era um tanto menor.

Na década de 1860, por exemplo, Cornelius Vanderbilt, um fabuloso gênio da marinha mercante e do comércio, descobriu que seus próprios associados nos negócios estavam ameaçando seus interesses — uma ocorrência que não era muito incomum. Então, escreveu-lhes uma carta:

Senhores:

Decidiram arruinar-me. Não vou processá-los, pois a Justiça é muito demorada. Vou arruiná-los.

Sinceramente,
Cornelius Van Derbilt¹

E assim fez. “Por que iria me preocupar com as leis? Eu não tenho o poder?”,² perguntava o comodoro. Mais tarde J. Pierpont Morgan expressaria quase o mesmo sentimento, embora de um forma um tanto mais polida. Quando seu associado, o juiz Gary,

numa rara ocasião arriscou-se a adverti-lo sobre possíveis problemas legais, Morgan explodiu: “Bem, eu não quero um advogado para me dizer o que não posso fazer. Ele é pago para me dizer de que modo fazer o que preciso fazer”.

Não foi somente na negligência aos refinados processos da lei que os americanos sobrepujaram seus contemporâneos europeus; quando lutavam, eles substituíam o florete do cavalheiro pelos punhos do desordeiro. Um bom exemplo foi a briga pelo controle da estrada de ferro Albany-Susquehanna, uma ligação vital em um sistema que foi disputada por Jim Fisk e o aristocrático Morgan. Morgan mantinha em suas mãos um dos extremos da linha, e o outro terminal era a fortaleza de Fisk. A controvérsia foi resolvida com cada lado colocando uma locomotiva em seu extremo da linha e fazendo as duas máquinas, como se fossem brinquedos gigantes, correrem uma contra a outra. E mesmo depois disso o perdedor não cedeu: retirou-se o melhor que pôde, arrancando os trilhos e destruindo os dormentes da sua parte da estrada de ferro ao fazê-lo.

Neste *corpo-a-corpo* pela supremacia industrial, nenhuma tré-gua foi pedida ou concedida. Até mesmo a dinamite teve sua utilidade na disputa: chegou a ser empregada para eliminar um oponente do grupo Standard Oil que se mostrou teimoso demais, enquanto meios menos violentos, tais como o seqüestro, eram notáveis mais pela engenhosidade do que pela imoralidade. Em 1881, quando um grande temporal derrubou as linhas do telégrafo em Nova York, Jay Gould, o implacável mestre do mercado de dinheiro, foi forçado a mandar suas ordens para o agente através de um mensageiro. Seus inimigos perceberam a chance e agiram: seqüestraram o rapaz, trocaram-no por outro com mais ou menos o mesmo aspecto e por várias semanas Gold ficou abatido por ver que seus adversários, de algum modo, sabiam de seus movimentos antecipadamente.

Não é preciso dizer que os piratas que obrigavam um ao outro a saltar pela borda do navio dificilmente poderiam tratar o público com reverência. Enganar e sugar os investidores era considerado algo normal e o mercado de ações era visto como uma espécie de cassino particular para os ricos, no qual o público fazia as apostas e os titãs financeiros ajeitavam a roleta. Quanto ao que iria acontecer com o rumo das apostas nestas condições —, bem, isso era problema do público, uma atitude que poderia ser menos condenável se estes mesmos titãs não tivessem feito tudo ao seu alcance para convencer o público a investir suas economias em ações.

O público, é preciso lembrar, respondeu prontamente; quando

circulavam notícias de que Gould ou Rockefeller compravam ações de ferrovias, de cervejarias ou de fundições, o público corria na esperança de ganhar alguma coisa. O fato de que isso acontecia raramente acontecia nunca afetou sua fé sem limites, e esta fé tornou possível assombrosa manipulação financeira. Um exemplo de tirar o fôlego foi a compra da Anaconda Copper Company por Henry Rogers e William Rockefeller³ sem desembolsar um único dólar. E assim procederam do seguinte modo:

1. Rogers e Rockefeller deram um cheque de US\$ 39 milhões a Marcus Daly pelas propriedades da Anaconda, com a condição de que iria depositá-lo no National City Bank e que não mexeria no dinheiro por um período específico.

2. Criaram-se então uma organização que existia apenas no papel chamada Amalgamated Copper Company, com seus funcionários fingindo ser os proprietários, e fizeram a Amalgamated comprar a Anaconda — não com dinheiro, mas com US\$ 75 milhões em ações da Amalgamated, que foram convenientemente impressas para este propósito.

3. Rogers e Rockefeller tomaram emprestado do National City Bank US\$ 39 milhões para cobrir o cheque que tinham dado a Marcus Daly, e como garantia deste empréstimo usaram os US\$ 75 milhões em ações da Amalgamated.

4. Então venderam as ações da Amalgamated no mercado (tendo primeiro informado seus agentes sobre elas) por US\$ 75 milhões.

5. Com o ganho, pagaram o empréstimo de US\$ 39 milhões do National City Bank, e embolsaram US\$ 36 milhões como lucro na transação.

Claro que essa transação não foi honesta. A. B. Stickney⁴, presidente da ferrovia Chicago, St. Paul e Kansas, declarou que como cavaleiro iria apoiar seus irmãos presidentes de ferrovias em qualquer lugar, mas que jamais deixaria de descuidar de seu relógio na presença deles. Havia motivos para seu cinismo. Em uma reunião em que os cabeças das ferrovias decidiram por um escalonamento de preços comuns de carga, o que livraria as ferrovias de seu constante jogo suicida de baixar os preços umas em relação às outras, um dos presidentes saiu discretamente durante um intervalo para telegrafar a tabela de preços para seu escritório de forma que sua linha fosse a primeira a usá-la e assim prejudicaria as demais. Por acaso seu telegrama foi interceptado, e quando a

reunião começou eles foram confrontados com a prova positiva de que é impossível haver honra mesmo entre ladrões.

Foi uma era para a qual estamos acostumados a olhar com um rubor. Certamente foi grotesca em sua pompa (em algumas festas os cigarros eram enrolados em notas de cem dólares pela emoção de fumar a riqueza), e quase medieval em seu espírito guerreiro. Mas não vamos destruir o espírito dos tempos. Enquanto os lordes da riqueza cavalgavam de forma rude sobre o público, eles também o faziam uns sobre os outros, e seu comportamento ousado e sem princípios era menos maldade calculada ou o rompimento consciente dos ideais cristãos que uma energia não controlada que não conhecia barreiras de consciência ou boa utilidade. “Não devo nada ao público,”⁵ disse Morgan certa vez, e este era exatamente um credo de sua filosofia e não um desafio do mundo. Negócios, nesta era dos barões, era um negócio brutal, e o preço da moralidade era a derrota.

E o que os economistas fizeram disso tudo?

Não muito. Os profissionais americanos tinham seguido os passos de seus professores europeus, e forçaram o mundo americano em um molde que não fora feito para ele. O fantástico jogo monetário de cortar gargantas foi descrito como o processo de “parcimônia e acumulação”; a fraude era “empreendimento”; as douradas extravagâncias da era como “consumo”. Realmente, o mundo fora tão esfregado que ficara irreconhecível. Uma pessoa podia ler os textos importantes da época, tais como *Distribution of Wealth*, de John Bates Clark, e nunca saber que a América era uma terra de milionários; alguém poderia examinar *Economics*, de F. H. Taussig, e nunca achar uma fraude no mercado de ações. Se alguém lesse os artigos do professor Laughlin no *Atlantic Monthly*, aprenderia que “sacrifício, empenho e habilidade” eram responsáveis pelas grandes fortunas, e nunca saberia que cada homem tinha o direito “de aproveitar os produtos de seu empenho excluindo todos os demais” — e presumivelmente isto incluía o direito de comprar parlamentares assim como diamantes.

A economia oficial, em uma palavra, era apologética e sem percepção; voltava seus olhos dos excessos e exuberância que eram a essência da cena americana e pintavam no lugar um estereótipo de linhas formais e cores sem brilho. Enquanto não lhe faltasse honestidade, coragem ou competência intelectual, sofria do que Malthus uma vez chamara de “o viés insensível da situação e do interesse” Os economistas americanos estavam por demais presos

na corrente destes tempos entusiásticos para afastarem-se de seu assunto e olhá-lo fria e claramente a distância.

O que faltava era o olhar de um estranho — alguém como de Tocqueville ou Bryce, que pudesse ver a cena com a clareza e perspectiva de quem é estranho a ela. Na pessoa de Thorstein Bunde Veblen — um americano por nascimento mas cidadão de parte alguma por natureza —, tal olhar foi encontrado.

Um homem muito estranho, este Thorstein Veblen.⁶ Parecia um camponês, um fazendeiro norueguês. Uma fotografia mostra seu cabelo, fraco e plano, repartido no meio da cabeça dando-lhe aspecto de gnomo e caindo em um vô invertido sobre a testa curta e inclinada. Olhos de camponês, astutos e especulativos, observam por trás de um nariz largo. Um bigode maltratado esconde a boca, e uma barba curta e rala envolve o queixo. Ele está vestido com um paletó grosso e amassado, e há um grande alfinete preso em sua roupa: prendendo o relógio. A foto não mostra dois outros alfinetes presos nas calças para segurar as meias, e nos dá apenas uma sugestão de um corpo magro, e um andar de passos largos, de caçador, sem ruídos.

O estranho aspecto ocultava uma personalidade ainda mais estranha. Aqueles olhos penetrantes podiam deixar ver uma acuidade mental igualmente penetrante, e o exterior rústico poderia preparar o observador para uma certa qualidade rude de inquirição. Mas não havia sinal externo do ponto central da vida de Veblen: sua alienação da sociedade.

Alienação é geralmente um fenômeno dos doentes, e por nossos padrões Veblen poderia ter sido um neurótico. Pois tinha a qualidade de isolar-se de forma praticamente hermética. Passou pela vida como se tivesse vindo de outro mundo, e as coisas que pareciam tão naturais aos olhos de seus contemporâneos pareciam a ele pungentes, exóticas e curiosas como os rituais de uma sociedade selvagem é aos olhos de um antropólogo. Outros economistas — e isto inclui tanto Adam Smith quanto Karl Marx — não apenas estavam em sua sociedade, mas *vinham* dela; às vezes cheios de admiração pelo mundo ao seu redor e às vezes cheios de desespero e raiva pelo que viam. Mas não Thorstein Veblen. Ele manteve-se afastado da agitada, crescente e gregária comunidade na qual vivia: sem envolvimento, sem raízes, remoto, distante, desinteressado, um estranho.

Porque era um estranho, ele podia ser um não-conformista, mas não um radical. O mundo para Veblen era desconfortável e

proibido; ele adaptou-se a ele como um missionário o faz a uma terra de seres primitivos, recusando-se a tornar-se um nativo, preservando sua integridade ao custo de penosa solidão. Muitos o admiravam, e mesmo o amavam, mas ele não tinha amigos íntimos: não havia homem que tratasse pelo primeiro nome, e nem mulher que amasse completamente.

Como seria de esperar, era uma massa de excentricidades. Recusava-se a ter um telefone, mantinha seus livros empilhados junto de uma parede em seus pacotes originais, e não via sentido em arrumar a cama todo dia; as cobertas eram lançadas para fora da cama de manhã e puxadas de volta a noite. Preguiçoso, ele deixava os pratos acumularem até o armário ficar vazio e então lavava tudo usando uma mangueira. Taciturno, podia sentar-se por horas em silêncio quando as visitas estavam ansiosas por ouvir seus pronunciamentos. Zombando das convenções, dava a todos os seus alunos a mesma nota, sem se importar com seus trabalhos, mas quando um aluno precisava de uma nota mais alta para se qualificar para uma universidade, Veblen⁷ mudava alegremente um C para um A. Um *enfant terrible* com um machado lidando com as administrações universitárias, ele fazia (quando as autoridades o exigiam) a chamada com exagerado cuidado, colocando de lado com toda a atenção as fichas dos alunos que tinham faltado, e quando as ovelhas tinham sido separadas das cabras ele, como que por acidente, misturava as duas pilhas novamente. Curiosamente sádico, era capaz de piadas físicas sem sentido como tomar emprestado um saco de um fazendeiro que passava e devolvê-lo com um vespeiro dentro. Raramente caprichoso, ele uma vez disse a uma menininha que perguntou o que queriam dizer suas iniciais T. B. que significavam Teddy Bear; ela passou a chamá-lo assim, mas ninguém mais ousou fazer o mesmo. Enigmático, recusava-se a se comprometer com qualquer coisa; tipicamente, quando uma vez alguém pediu sua opinião sobre um certo texto sociológico publicado em um diário que Veblen editava, ele respondeu: “A média do número de palavras numa página é de 400. A média do professor é 375.” E talvez o mais estranho de tudo, este homem sardônico e nada cativante tinha a indefinível qualidade de ser atraente às mulheres. Estava sempre envolvido numa ligação ou outra, e nem sempre porque desejava. “O que você faz quando uma mulher se atira sobre você?” perguntou ele uma vez.

Uma surpreendente e complexa personalidade, presa em si mesma e com apenas um modo de expressão: ele escrevia em um

estranho inglês, em um estilo muito parecido com ele mesmo, intrincado e pontuado por informações e terminologia esotéricas, uma espécie de estilo cirúrgico que deixou o mundo cru e exposto mas sem uma gota de sangue, tão afiada era sua lâmina. Ele escreveu sobre filantropia e a chamava “ensaio de romance pragmático”; sobre religião, caracterizando-a como “uma fabricação de inponderáveis vendáveis na enésima dimensão.” Ele escreveu sobre as principais organizações eclesiásticas como “rede de lojas” e da igreja individual como “venda a varejo” — frases cruéis mas eloqüentes. Descreveu uma bengala como “um anúncio de que a mão do proprietário está ocupada com algo inútil⁸,” e ele notou que a bengala era também uma arma: “a manipulação de um meio tão tangível e primitivo de ofensa é muito reconfortante para qualquer um que tenha recebido o dom de pelo menos uma moderada parcela de ferocidade”. *Dom* da ferocidade! Que frase selvagem, e também curiosamente seca.

Mas o que isto tinha a ver com economia? Nada, no sentido convencional da palavra. Economia para Veblen não tinha relação com o jogo limpo preciso dos vitorianos no qual o mundo era justificado pelo cálculo diferencial, e tinha pouco parentesco com os esforços dos primeiros economistas para explicar como as coisas realmente aconteciam. Veblen queria saber outra coisa: por que as coisas eram como eram em primeiro lugar. Assim sua investigação começava não com a peça econômica, e sim com os atores; não com a trama, mas com o completo conjunto de costumes que resultavam neste tipo particular de peça chamada “sistema de negócios.” Numa palavra, ele pesquisou a natureza do homem econômico e seus ritos e rituais econômicos, e em sua quase antropológica visão era tão importante para ele notar que cavalheiros carregavam bengalas e iam à igreja enquanto proprietários recebiam algo que a sociedade chamava renda. Ele procurava penetrar na verdadeira natureza da sociedade em que vivia, e nesta busca através de um labirinto de decepções e convenções tinha de encontrar dicas e evidências onde quer que estas se revelassem: em roupas, modos, fala ou educação. Como o psicanalista, ele sempre costumava se concentrar no menor dos detalhes quando acreditava que fosse a projeção de alguma realidade importante mas enterrada, e, novamente como o psicanalista, procurava significados que eram costumeiramente estranhos e até repugnantes para o senso comum.

Seu exame da sociedade, como veremos, é impiedoso. Mas sua qualidade feroz vem não tanto de um desejo de desacreditar

quanto de uma frieza peculiar com a qual nossas mais queridas noções são tratadas. Era como se nada fosse familiar para Veblen, nada era tão habitual que não merecesse sua atenção, e portanto nada estava além de julgamento. Só uma mente singularmente liberta, poderia ver numa bengala tanto o anúncio de um ócio disfarçado quanto de uma arma bárbara.

O afastamento parece tê-lo acompanhado sempre. Veblen nasceu em 1857, um garoto de fazenda da fronteira, o quarto filho de uma família de imigrantes noruegueses. Seu pai, Thomas Veblen, era uma pessoa distante e desinteressada, de pensamento lento e independente; Veblen mais tarde o descreveu como a mente mais fina que jamais conhecera. Sua mãe, Kari, era quente, rápida e apaixonada; foi ela quem ensinou a Thorstein as tradições da Islândia e as sagas norueguesas que o fascinaram por toda a vida. Mas desde o começo ele foi uma criança estranha, preguiçosa, viciada em ler no sótão em vez de fazer suas tarefas, dado a inventar apelidos que pegavam, e precocemente brilhante. Um irmão mais novo declarou: “Segundo minhas memórias mais antigas, ele sabia tudo. Podia perguntar a ele qualquer coisa e ele me diria tudo sobre o assunto em detalhes. Descobri desde então que muito do que dizia ele inventava na hora, mas até suas mentiras eram boas.”⁹

Sua personalidade excêntrica devemos acrescentar uma educação que colocou uma cunha entre ele e o mundo como um lugar que deveria ser aceito como era. Ele teve uma infância de pioneiro; simples, austera, pobre. As roupas eram feitas em casa, a lã tecida não se sabe onde, os casacos feitos de couro de bezerro. Café e açúcar eram um luxo; assim como uma roupa tão simples como uma camiseta. Mas mais importante foi uma infância de estrangeiro — de um estrangeiro. Os noruegueses na América formavam suas próprias comunidades isoladas onde o norueguês era a língua comum e a Noruega a verdadeira pátria. Veblen teve de aprender inglês como uma língua estrangeira, não a aperfeiçoando até ir para a escola, e foi típico da comunidade patriarcal fechada que o primeiro indício que Veblen teve de que iria para a escola foi quando o chamaram no campo e ele encontrou suas malas já prontas à espera na carroça.

Ele tinha então dezessete anos, e a escola que a família escolheu foi a Carleton College Academy, um pequeno ponto de cultura e iluminismo da Costa Leste perto da cidade de Minnesota, onde a família Veblen vivia. Thorstein foi enviado com a intenção de transformá-lo em ministro luterano, e ele descobriu que Carleton era religiosa até a medula. Mas não havia hipótese de domar seu

intelecto ativo e iconoclasta ou de encaixá-lo numa atmosfera pia. Na declamação semanal, em vez de um discurso convencional sobre a necessidade de converter os pagãos, Veblen agitou a faculdade com “Um Apelo em Favor do Canibalismo” e “Uma Apologia de um Bêbado”. Quando lhe perguntaram se estava defendendo estas depravações, Veblen respondeu brandamente que estava apenas empenhado em observações científicas. A escola reconheceu seu gênio, mas tinha um certo medo dele. John Bates Clark, seu professor (que viria a ser um dos maiores economistas acadêmicos do país), gostava dele, mas achava que era “desajeitado”.

Este estranho e capaz desajeitado encontrou a mais estranha das oportunidades em Carleton. Um romance surgiu entre Veblen e a sobrinha do diretor da faculdade, Ellen Rolfe. Ela era uma intelectual e uma brilhante personalidade, e os dois atraíram um ao outro por gravitação natural. Veblen lia Spencer para Ellen, converteu-a ao agnosticismo, e persuadiu a si mesmo de que ela era descendente do primeiro herói viking, Gange Rolfe.

Eles se casaram em 1888, mas a relação seria cheia de altos e baixos. Este homem isolado que tinha pouco amor para dar parecia precisar dos cuidados de uma mulher, e com poucas exceções (uma beldade disse que ele era um “chimpanzé”), isto ele encontrou em abundância. Mas quem era a mulher em particular não parecia importar muito; Veblen não era fiel a Ellen e ela o deixou várias vezes, em algumas por causa das indiscrições dele, em outras por causa da crueldade com que ele a tratava, às vezes por causa da frustração de tentar ler uma mente inescrutável e bem defendida. Por muitos anos, no entanto, Veblen iria procurar uma *reaproximação*, indo à casa dela na floresta sem ser anunciado, com uma meia na mão e perguntando: “Esta peça lhe pertence, madame?”

Quando Veblen deixou Carleton, estava determinado a seguir uma carreira acadêmica. Ali começou, no entanto, a longa e infundável acumulação de frustrações que iriam marcar sua vida profissional. Ele certamente não era agressivo a respeito de seus interesses, e além disso uma espécie de sorte doentia parecia seguir seus passos: por exemplo, uma vez estava para pedir a um ex-aluno que investigasse para ele um emprego numa organização de bem-estar cívico em Nova York, e o aluno o fez — para ficar ele mesmo com o cargo. Mas isto foi muitos anos depois. Naquele momento Veblen obteve um posto na pequena Monona Academy, em Wisconsin, e então, quando Monona fechou as portas definitivamente depois de um ano, ele foi para John Hopkins, esperando conseguir uma bolsa para estudar filosofia. A

bolsa, apesar de recomendações floreadas, não lhe foi concedida. Veblen transferiu-se para Yale, e em 1884 graduou-se com um Ph.D. e um grande A, mas sem futuro ou perspectivas.

Ele voltou para casa, doente da malária que contraíra em Baltimore e precisando de uma dieta especial. Mas não era um inválido grato. Incomodou a família usando a charrete e o cavalo quando eram necessários, e disse a todos que eram tuberculosos e que nunca seriam bem-sucedidos porque não eram desonestos o bastante. E ele ficou por lá, vadiando. “Ele era sortudo o bastante,” escreveu um irmão, “para ter vindo de uma raça e de uma família que faziam da lealdade e solidariedade uma religião... Thorstein era o único vadio em uma comunidade altamente respeitável... Ele lia e vadiava, e no dia seguinte vadiava e lia.”¹⁰

Ele lia de tudo: tratados políticos, economia, sociologia, livros de hinos luteranos, tratados de antropologia. Mas o não fazer nada agravou seu isolamento da sociedade e o tornou mais amargo e ainda mais introvertido. Realizou pequenos trabalhos avulsos, algumas invenções inúteis, fazia comentários oblíquos sobre os acontecimentos pomposos do dia, mexeu com botânica, conversou com seu pai, escreveu alguns artigos, e procurou um emprego. Não achou nenhum. Ele não era formado em teologia e, portanto, não podia ser aceito em escolas religiosas; não tinha o polimento e o ar que poderia fazer com que fosse aceito em outras. Quando casou com Ellen, para a tristeza da família, isto foi em parte para conseguir um meio de sobrevivência; esperava-se que ele conseguisse garantir um emprego de economista na ferrovia Atchinson, Topeka & Santa Fe, da qual o tio dela era presidente.

Mas seu caprichoso azar interveio. A estrada de ferro envolveu-se em problemas financeiros e foi tomada por um comitê de banqueiros, e o cargo sumiu. Outro surgiu na Universidade de Iowa; com seu Ph.D., suas cartas de recomendação, as relações da esposa, a indicação parecia segura. Mas não deu certo — sua falta de impetuosidade e seu agnosticismo contando muito contra ele —, e então outro emprego na St. Olaf foi recusado. Foi como se os destinos conspirassem contra ele, forçando-o a permanecer em isolamento.

O isolamento durou sete anos, e nestes sete anos Veblen fez virtualmente nada exceto ler. Por fim, um conselho de família foi realizado. Afinal de contas, ele tinha apenas trinta e quatro anos e nunca tivera um emprego respeitável. Foi determinado que ele deveria retomar seus estudos de graduação e fazer outra tentativa de entrar no mundo acadêmico.

Ele escolheu Cornell e, em 1891 entrou no escritório de J. Laurence Laughlin para anunciar, “Eu sou Thorstein Veblen”. Laughlin, um pilar da economia conservadora, deve ter ficado chocado; aquele sujeito a sua frente usava um chapéu de *racoon* e calça de veludo. Mas algo nele impressionou o homem mais velho. Este foi ao reitor da universidade e garantiu uma concessão especial para que Veblen fosse aceito como membro, e no ano seguinte, quando a Universidade de Chicago abriu suas portas com Laughlin como chefe do departamento de economia, ele levou Veblen consigo com um salário de US\$ 520 por ano. Deve-se acrescentar que na ocasião da morte de Laughlin, considerou-se que sua principal contribuição para a economia fora o fato de ter garantido um emprego para Veblen em Chicago.¹¹

A Universidade de Chicago não foi apenas o primeiro emprego de Veblen — aos trinta e cinco anos —, mas era uma instituição que espelhava de forma peculiar a sociedade que ele iria dissecar. Rockefeller fundara a universidade, e uma música popular dos estudantes dizia:

John D. Rockefeller,
Wonderful man is he.
Gives all his spare change
To the U. of C.

(John D. Rockefeller,
É um homem maravilhoso.
Dá todos os seus trocados
Para a Universidade de Chicago.)

A universidade não estava, como poderia esperar, atada por uma política de incansável conservadorismo. Pelo contrário, era a encarnação, nos círculos educacionais, do construtor do império que lhe dera origem no mundo dos negócios. Seu reitor era William Rainey Harper, um ambicioso homem de apenas trinta e seis anos, que foi descrito com admiração por Walter Hines Page como um tipo de capitão de indústria. Era um reitor de universidade empreendedor, que não hesitou em roubar de outras escolas seus melhores homens oferecendo-lhes maiores salários, e como o grupo Standard Oil, que era seu pai, a U. of C. conseguiu, através do poder financeiro, reunir uma grande parte do capital intelectual da América. Tudo isto seria mais tarde descrito de forma cáustica pela pena de Veblen, mas ao mesmo tempo colocou-o no meio de

um grupo de intelectuais. Ali estava Albert Michelson, que iria determinar a velocidade da luz com uma precisão até então desconhecida; Jacques Loeb, o fisiologista; Lloyd Morgan, o sociólogo; havia uma grande biblioteca, e nova revista de economia para editar.

Veblen começou a ser notado. Seu imenso conhecimento lhe deu uma boa reputação. “Ali vai o dr. Veblen, que fala vinte e seis línguas,” disse um estudante. James Hayden Tufts, um professor conhecido, veio até ele numa sala de exames e contou depois, “Quando entrei na sala, o exame tinha começado e alguém que eu não conhecia estava fazendo perguntas. Considerei sua fala a mais lenta que jamais ouvira — foi difícil para mim ter na mente o começo da pergunta até ele chegar ao fim. Mas depois de algum tempo comecei a ver que ali estava uma mente sutil penetrando os tecidos fundamentais sem revelar suas próprias visões, exceto a determinação de chegar ao fundo das coisas.”¹²

Mas sua personalidade isolada era impenetrável. Ninguém sabia o que ele pensava sobre nada. Pessoas perguntavam a sua esposa se ele era mesmo um socialista; ela era obrigada a dizer que também não sabia. Ele nunca tirava a armadura; uma polida, controlada objetividade que removia do mundo seu conteúdo emocional e que mantinha a distância aqueles que gostariam de passar por seu escudo pessoal. “Diga-me, prof. Veblen,” perguntou-lhe uma vez um aluno, “o senhor leva alguma coisa a sério?” “Sim,” respondeu ele com um murmúrio conspirativo, “mas não conte a ninguém.”

À sala de aula — isto vem de sua vida mais à frente, mas serve para iluminar o homem — ele chegava com olheiras e perturbado por uma longa noite sobre os livros e, colocando um grande volume em alemão na mesa, começava a virar as páginas com dedos nervosos, amarelados por sua única vaidade — uma queda por cigarros caros. O reverendo Howard Woolston, que fora seu aluno, descreveu assim: “Em um baixo tom rascante, ele começou um recital sobre a economia de vilarejos dos primeiros alemães. Por fim chegou a uma injusta imposição falsamente legal dos nobres e sancionada pelo clero. Um sorriso sardônico curvou seus lábios; demônios azuis saltavam de seus olhos. Com mordente sarcasmo, ele dissecou a tortuosa pretensão de que o desejo dos aristocratas é a vontade de Deus. Ele mostrou implicações similares nas instituições modernas. Ele riu. Então, voltando para a história, continuou a exposição.”¹³

Mas nem todo mundo gostava de seus métodos de ensino. Seu sentimento franco sobre os alunos era que quanto menos fos-

sem, melhor, e ele não fazia tentativas de animar a discussão; na verdade, adorava fazer os alunos seguirem outro caminho. Certa vez perguntou a uma aluna religiosa qual era o valor da igreja dela em barriletes de cerveja; e a outro, que copiava com atenção tudo que ele dizia e que pediu para repetir uma frase, disse que achava que a frase não valia a pena ser repetida. Veblen murmurava, perambulava, fazia digressões. Suas classes diminuía; uma delas terminou com apenas um aluno, e mais tarde, em outra universidade, um aviso na porta da sala de aula, que originariamente dizia: “Thorstein Veblen, 10 às 11, Segundas, Quartas e Sextas”, foi mudada por alunos para: “Segundas: 10 às 10:05.”

Mas para os poucos que ouviram com atenção o que aquela voz monótona dizia, as idiossincrasias valeram o preço. Um estudante levou um amigo como convidado que mais tarde disse: “Puxa, foi estranho. Parecia a voz de um homem morto falando devagar, e se a luz sumisse por trás daquelas pálpebras fechadas, teria feito alguma diferença? Mas”, acrescentou o estudante, “nós que escutamos dia após dia achamos esta maneira não habitual perfeitamente adequada ao distanciado e levemente sardônico intelecto que se movia mais além da superfície das coisas. Seu intelecto distanciado e de alcance livre atraía, e ainda assim parecia uma personalidade mutilada. O conhecimento de sua mente era impressionante e delicioso. Ele tinha na memória detalhes que impressionariam a maioria das mentes e tornou-se um fim em si mesmo, e nunca perdeu o magnífico esquema do grande projeto... A voz calma podia em um minuto fazer o uso mais hábil de alguma gíria corrente ou dos termos populares para declarar uma opinião, e no instante seguinte podia citar estrofes e mais estrofes de um hino medieval em latim.”¹⁴

Sua vida doméstica era tão confusa quanto a economia política que ele tentava decifrar. Vivia em Chicago com a esposa, Ellen, mas isto não o impedia de ter aventuras amorosas, para o desprazer do reitor Harper. Quando chegou ao ponto de ir para o exterior com outra mulher, sua posição no *campus* tornou-se insustentável. Ele começou a procurar outro emprego.

Passara catorze anos em Chicago, alcançando o magnífico salário de mil dólares em 1903. Mas os anos estavam longe de terem sido desperdiçados, pois sua mente insaciavelmente inquisitiva e vorazmente aquisitiva começava finalmente a gerar frutos. Em uma série de brilhantes ensaios e dois memoráveis livros, Veblen con-

quistou uma reputação nacional — se bem que, provavelmente, mais pela estranheza do que por qualquer outra coisa.

Seu primeiro livro foi escrito quando Veblen tinha quarenta e dois anos. Ainda era um instrutor de baixo nível, e naquele ano ele foi ao reitor Harper pedir o habitual aumento de uns poucos dólares. Harper disse que ele não promovia suficientemente a universidade, e Veblen replicou dizendo que não tinha intenção de fazê-lo. Mas se não fosse pela intercessão de Laughlin, Veblen teria partido; e, se o fizesse, o reitor Harper teria perdido uma propaganda das melhores. Pois Veblen estava para publicar *The Theory of the Leisure Class*. Não há indícios de que ele esperasse que o livro deixasse qualquer impressão especial; ele o lera para alguns alunos, notando secamente que eles o consideraram polissilábico, e teve de reescrevê-lo várias vezes antes de os editores o aceitarem. Mas, inesperadamente, o livro foi uma sensação. William Dean Howells dedicou duas longas críticas a ele, e da noite para o dia o livro tornou-se o *vade mecum* da *intelligentsia* da época: como um eminente sociólogo disse de Veblen, “Ele escandalizou a sociedade convencional do Leste”.¹⁵

Não é de admirar que tenha chamado a atenção, pois jamais um livro com tão sóbria análise fora escrito com tamanha pungência. Uma pessoa o selecionava ao acaso para rir de seus duros *insights*, das frases cortantes, da visão corrosiva da sociedade em que elementos de ridículo, crueldade e barbárie aninhavam-se em justaposição com coisas tomadas como certas e usadas por costume e sem cuidado. O efeito foi elétrico, grotesco, chocante e impressionante, e a escolha de palavras não era menos primorosa. Um pequeno exemplo:

...Um certo rei da França... segundo a lenda perdeu a vida por excesso de força moral na observação da boa monarquia. Na falta do funcionário cuja função era mudar de lugar o trono real, o rei sentou-se diante do fogo e sua pessoa real foi tostada até a morte. Mas assim fazendo, ele salvou sua Muito Cristã Majestade da contaminação servil.¹⁶

Para muita gente o livro parecia não ser mais que uma sátira sobre os modos da classe aristocrática, e um ataque por escrito às loucuras e fraquezas dos ricos. E era isto que, superficialmente, ele realmente parecia ser. Veblen, em sua prosa cheia de brocados, bordou a tese de que a classe ociosa fazia propaganda de sua su-

perioridade através de meios conspícuos — evidentes ou sutis — e que seu próprio emblema — o ócio em si — era aproveitado mais completamente ao ser agitado diante do público. Em um milhar de exemplos expunha a uma crítica ácida a atitude de que “mais caro” significa necessariamente “melhor.” Assim, por exemplo:

Todos sentimos, sinceramente e sem engano, que nosso espírito se eleva se, mesmo na privacidade de nossa própria casa, comemos nossas refeições utilizando utensílios de prata e porcelanas chinesas pintadas a mão (geralmente de valor artístico duvidoso) sobre caras toalhas de linho. Qualquer retrocesso do padrão de vida ao que estamos acostumados a considerar como valiosos neste aspecto parece ser uma terrível violação da dignidade humana.¹⁷

Muito do livro preocupava-se com tal exame minucioso da psicopatologia econômica de nossas vidas diárias: os cânones da propriedade monetária foram decifrados completamente e a uma luz estranha, como se fossem um recentemente exumado achado arqueológico. Este aspecto do livro foi saboreado com gosto por todo mundo; em uma terra de propaganda e equiparando-se aos Jones comuns, era impossível fazer outra coisa se não balançar a cabeça e admirar o inconfundível auto-retrato.

Mas as descrições de nossa tendência à exibição, tanto divertidas quanto relevantes, não eram mais do que material ilustrativo para o livro. Pois, como o título deixa claro, o trabalho era uma *teoria* sobre a classe ociosa. Apesar de Veblen parar no caminho para comentar sobre o chocante cenário local, seu interesse estava no final da jornada, em questões como qual é a natureza do homem econômico? Como acontece que ele constrói sua comunidade de forma a haver uma classe ociosa? Qual é o significado econômico do ócio em si?

Para os economistas clássicos, tais questões teriam sido respondidas por intermédio do senso comum. Viam o mundo em termos de indivíduos que procuram racionalmente aprimorar o auto-interesse. Às vezes, como com as classes trabalhadoras de Malthus, que se multiplicam sem parar, a bruta natureza humana fica por cima, mas geralmente a humanidade era vista como uma coleção de seres racionais. Na luta competitiva, alguns sobem ao topo e alguns ficam embaixo, e aqueles que são afortunados ou sagazes o bastante para prosperar tomam vantagem naturalmente de sua fortuna para minimizar seu trabalho. Era tudo muito simples e bastante razoável.

Mas tal visão da humanidade não fazia sentido para Veblen.

Ele não estava absolutamente certo de que a força que unia a sociedade fosse a interação de “auto-interesse” racionalmente calculado, e nem mesmo estava totalmente convencido de que o ócio em si fosse preferível ao trabalho. Suas leituras o tinham feito conhecer os costumes de povos pouco conhecidos: os índios americanos e os ainos no Japão, os todas das montanhas Nilgiri e os aborígenes da Austrália. E estas pessoas, com suas economias simples, pareciam não ter qualquer tipo de classe ociosa. E ainda mais impressionante: em tais comunidades, onde o preço da sobrevivência era o trabalho, todos trabalhavam, fosse qual fosse sua tarefa, sem se sentir diminuído por ela. Não eram considerações de lucro e perda que geravam o aspecto positivo destas economias, mas um orgulho natural da habilidade e uma sensação paternal de preocupação pelas gerações futuras. Os homens lutavam para superar uns aos outros na realização de suas tarefas diárias, e se a abstinência do trabalho — ócio — chegava a ocorrer, certamente não era admirada.

Mas outro tipo de comunidade também se descortinou aos olhos de Veblen. Os polinésios, os antigos islandeses e os xogunatos do Japão feudal eram um tipo diferente de sociedade pré-industrial: tinham classes ociosas bem definidas. Estas classes, deve-se notar, não eram de desocupados. Pelo contrário, estavam entre os mais ocupados membros da sociedade. Mas seu “trabalho” era totalmente predatório; eles *pegavam* suas riquezas pela força ou esperteza e não tomavam parte na produção de riqueza através de habilidade ou suor.

Mas, apesar de as classes ociosas tomarem sem prestar nenhum serviço produtivo em troca, elas o faziam com o total apoio da comunidade. Pois estas sociedades não eram apenas ricas o bastante para poderem permitir uma classe não-produtiva, eram também agressivas o bastante para admirá-la; em vez de serem vistos como dissipadores ou saqueadores, aqueles que ascendiam à classe ociosa eram vistos como os mais fortes e hábeis.

Como conseqüência, ocorreu uma mudança fundamental de atitudes para com o trabalho. As atividades da classe ociosa — os que conquistam a riqueza pela força — passaram a ser vistas como honrosas e dignas. Assim, por contraste, o trabalho puro passou a ser visto como indigno. O aborrecimento do trabalho, que os economistas clássicos pensavam ser inerente à própria natureza do homem, Veblen viu como a degradação de um modo de vida antes honroso sob o impacto de um espírito predador; uma comunidade que admira e eleva força e coragem bruta não pode beatificar o trabalho árduo.

Mas o que tudo isto tem a ver com a América ou a Europa?

Muito. Pois o homem moderno, aos olhos de Veblen, era apenas uma sombra tomada de seus antepassados bárbaros. O pobre Edgeworth teria tremido com esta visão, pois ela colocava nada menos que guerreiros, chefes, pajés, bravos e uma população mais abaixo de humilde gente comum no lugar de suas máquinas do prazer. “A disciplina da vida selvagem”, escreveu Veblen em um ensaio posterior, “foi a mais prolongada e provavelmente mais exigente de todas as fases de cultura em toda a História da raça; então, pela hereditariedade, a natureza humana ainda é, e deve continuar a ser indefinidamente, uma natureza humana selvagem.”¹⁸

E, assim, na vida moderna Veblen viu a herança do passado. A classe ociosa mudou sua ocupação, refinou seus métodos, mas seu objetivo continuava sendo o mesmo — o predatório tomar bens sem trabalho. Ela não mais, é claro, procurava butins ou mulheres; não era mais assim *tão* bárbara. Mas procurava dinheiro, e a acumulação de dinheiro e sua ostentação ou demonstração sutil tornaram-se a contrapartida moderna dos escalpos pendurados em suas tendas. A classe ociosa não apenas seguia o velho padrão predatório, mas era mantida pelas velhas atitudes de admiração pela força pessoal. Aos olhos da sociedade, os membros da classe ociosa eram ainda os mais agressivos e temíveis membros da sociedade, e, conseqüentemente, o povo comum ansiava por imitar seus atos. Todos, trabalhadores e cidadãos e também capitalistas da classe média, ansiavam, através do conspícuo expediente do dinheiro — na verdade através de seu conspícuo desperdício —, demonstrar suas proezas predatórias. “Para parecer bem aos olhos da comunidade,” explicou Veblen, “é necessário alcançar um certo e um tanto indefinível padrão convencional de riqueza; assim como no antigo estágio predatório é necessário, para o homem bárbaro, alcançar o padrão da tribo de resistência física, astúcia e habilidade com armas.”¹⁹ E, de forma similar, na sociedade moderna não só todos procuram alcançar a excelência aos olhos de seus companheiros, mas, como parte do mesmo processo, todos “instintivamente” sentem a indignidade atribuída aos meios não predatórios de vida, tais como o trabalho.

Isto parece forçado? Não estamos acostumados a pensar em nós mesmos como bárbaros, e ficamos desgostosos com tal comparação, ou rimos dela. Mas, apesar de serem estranhas, há um fundo de verdade nas observações de Veblen. *Há*, mesmo, uma depreciação social do trabalho braçal quando se compara com as atividades administrativas. *Há*, mesmo, o fato de que o acúmulo de riqueza

é aceito — pelo menos no caso de um executivo de sucesso — bem além do ponto de ambições e necessidades racionais. Não precisamos aceitar a explicação antropológica de Veblen (parte da qual torna-se fraca à luz de pesquisas mais modernas das comunidades primitivas) para aproveitar seu ponto central — que os motivos do comportamento econômico podem ser muito melhor compreendidos em termos de irracionalidades enterradas fundo do que nos termos do embelezamento do comportamento do século dezenove que os transformam em conseqüências da razão e bom senso.

O caráter destas irracionalidades — se psicológicas ou antropológicas — não é algo que deva nos deter aqui. Basta perceber que, quando retraçamos nossas ações até sua origem, nos encontramos uma área localizada muito abaixo das belas explicações brindadas pela doce racionalidade. No estudo clássico em *Middletown*, por exemplo, Robert e Helen Lynd descobriram que, durante a Grande Depressão, todos menos a camada mais pobre da classe trabalhadora restringiram comida e roupas antes de cortarem certos luxos “necessários”; enquanto no comportamento das classes média e superior contemporâneas, o padrão de ostentar apenas por ostentação é amplamente comprovável nas páginas de propaganda de qualquer revista. Ninguém está livre do vírus da emulação competitiva, e nem que seja de uma forma apenas literária, as atitudes dos bárbaros predatórios de Veblen nos ajudam a compreender as nossas próprias.

E há ainda uma conclusão final a ser comentada. A noção do homem como um bárbaro parcamente civilizado faz mais que explicar a presença de uma classe ociosa e a aceitação da exibição como um padrão de gastos. Dá uma pista para a natureza da própria coesão social. Pois os primeiros economistas não foram muito bem-sucedidos em explicar o que mantém a sociedade unida diante dos poderosos interesses divergentes das classes que a compõe. Se a visão de Marx está certa, por exemplo, e o proletariado for irreconciliável e diametralmente oposto ao capitalista, o que impede que a revolução estoure de imediato? Veblen dá uma resposta. As classes mais baixas não estão querendo brigar com as mais altas; estão presas a elas por intangíveis mas fortes laços de atitudes comuns. Os trabalhadores não procuram destruir seus dominadores; eles procuram *emulá-los*. Eles mesmos concordam com o julgamento geral de que o trabalho que fazem é menos “digno” que o trabalho dos seus superiores, e seu objetivo não é se livrar de uma classe

superior, mas sim ascender até ela. Na teoria da classe ociosa está a semente de uma teoria da estabilidade social.

Depois que *Leisure Class* apareceu em 1899, Veblen passou a ter uma reputação — embora mais como satírico do que como economista. Os radicais e intelectuais o adoravam, mas ele desprezava o apreço. Seus colegas economistas ainda questionavam se ele era um socialista, e imaginavam se deviam ou não levá-lo a sério. A indecisão era justificável: Veblen apoiava Marx em uma frase e o criticava na seguinte, e seus julgamentos sociais mais sérios eram comumente envolvidos por uma espécie de gracejo intelectual que poderia ser tomado como humor mórbido ou como um sentimento perfeitamente sincero.

Mas, enquanto isso, Veblen trabalhava em outro livro — sua própria definição do sistema de negócios. “O livro, disseram fontes confiáveis”, escreveu ele para uma conhecida, a sra. Gregory, “está ainda mais ‘adiante’ ou, como dizem meus amigos que o viram, além do ponto. Seu nome é *The Theory of Business Enterprise* — um tópico no qual estou livre para teorizar com toda a franqueza que decorre do distanciamento dos fatos.”²⁰

O novo livro saiu em 1904. Exato ou não, era ainda mais brilhante e ainda mais curioso que o primeiro. Pois o ponto de vista que defendia parecia chocar-se com o próprio bom senso. Todo economista desde os tempos de Adam Smith fizera do capitalista a figura condutora do sistema econômico; para o melhor ou para o pior, ele era geralmente considerado o motor central do progresso econômico. Mas com Veblen tudo foi virado de ponta-cabeça. O negociante ainda era a figura central, mas não mais a força motriz. Ele era apontado como o *saboteur* do sistema!

Nem é preciso dizer, era uma perspectiva estranha da sociedade que produzia esta visão tão desconcertante. Veblen não começa, como Ricardo ou Marx ou os vitorianos, com o embate de interesses humanos; ele começa um estágio abaixo, no substrato não-humano de tecnologia. O que o fascinava era a máquina. Ele via a sociedade como dominada pela máquina, pega em sua padronização, adaptada ao seu ciclo regular de *performance*, seguindo a marcha de sua insistência na exatidão e precisão. Mais do que isso, ele via o processo econômico em si como tendo um caráter basicamente mecânico. A economia significava produção, e a produção implicava na mecanização da sociedade à medida que as coisas eram produzidas. Tal máquina social precisa de quem cuide

dela, é claro — técnicos e engenheiros para fazer os ajustes necessários a fim de assegurar a cooperação mais eficiente das partes. Porém, de uma forma geral, a sociedade seria mais bem descrita como um mecanismo gigantesco mas muito direto, como um relógio humano altamente especializado e coordenado.

Mas onde o empresário se insere neste esquema? Pois o empresário estava interessado em fazer dinheiro, enquanto que a máquina e seus engenheiros não sabiam fazer nada mais além de bens. Se a máquina funcionasse bem, onde haveria o lugar para um homem cujo objetivo era apenas o lucro?

Na forma ideal, não haveria. A máquina não estava preocupada com valores e lucros; ela produzia bens. Desta forma, o empresário não teria função a realizar — a não ser que se tornasse um engenheiro. Porém, como membro da classe ociosa, ele não tinha interesse na engenharia; ele quer acumular. E isto é algo que a máquina não está preparada para realizar. Assim, o empresário alcança seu fim não trabalhando dentro do plano da máquina social, mas conspirando contra ele! Sua função não era ajudar a produzir bens, mas sim provocar quebra no fluxo regular da produção, de forma que os preços flutuassem e ele pudesse aproveitar a confusão para obter lucro. E assim, apoiados na dependência do aparelho produtivo mundial no maquinário, os empresários constroem uma superestrutura de crédito, empréstimos, e capitalizações de fantasia. Abaixo, a sociedade gira em sua rotina mecânica; acima, a estrutura das finanças balança e move-se. E quando a contrapartida financeira do mundo real oscila, as oportunidades de lucro aparecem com constância, desaparecem e reaparecem. Mas o preço desta busca por lucro é alto; é a constante perturbação, o desfazer, e mesmo o esforço consciente para atrapalhar os esforços da sociedade de prover a si mesma.

Isto é, à primeira vista, uma tese bastante chocante. Que os negociantes trabalhem *contra* os interesses da produção parece pior que heresia. Parece tolice.

Mas antes de negarmos a teoria dizendo que é o produto de uma mente estranhamente distorcida e amarga, vamos olhar novamente o cenário que Veblen escolheu como objeto de estudo. Este cenário era, como lembramos, a era da indústria americana que Matthew Josephson adequadamente chamou de o tempo dos barões ladrões. Já vimos exemplos da arrogância, do poder sem limite ou culpa que os titãs dos negócios possuíam como chefes bárbaros, e sabemos até que extremos bizarros eles iam para conseguir seus

geralmente predatórios objetivos. Mas, enquanto tudo isto é trigo para o moinho de Veblen, não justifica adequadamente sua acusação de sabotagem. Para isto precisamos olhar para um outro defeito dos barões ladrões: *estes homens não estavam interessados em produzir bens*.

Podemos ilustrar com um incidente de 1868. Naquela época Jay Gould estava lutando com Vanderbilt pelo controle da Estrada de Ferro Erie, numa gananciosa nota de pé de página da história industrial na qual Gould e seus homens foram forçados a fugir pelo rio Hudson em um barco a remo, e fizeram uma barricada em um hotel de Nova Jersey. Mas não é o primitivo combate deles o que vamos observar, e sim sua total despreocupação com a estrada de ferro em si. Pois enquanto combatia Vanderbilt, Gould recebera uma carta de um superintendente que dizia:

Os trilhos estão quebrados e desgastados a um ponto sem precedentes, até sobrar apenas uma milha de sua estrada, entre Jersey City e Salamanca ou Buffalo, onde é seguro que um trem ande na velocidade habitual de um trem de carga ou de passageiros, e muitas porções da estrada só podem ser usadas com segurança reduzindo a velocidade de todos os trens para 10 ou 15 milhas por hora.²¹

Quando os acidentes foram se acumulando, um vice-presidente da linha disse: “O público pode cuidar de si mesmo. É o máximo que posso fazer para cuidar da ferrovia” — querendo dizer com isso que suas dificuldades financeiras haviam chegado ao ápice.

E Gould não era exceção. Muito poucos dos heróis da Era Dourada das finanças americanas tinham muito interesse nas sólidas realidades que havia por baixo de sua estrutura de ações, aplicações e créditos. Mais tarde, um Henry Ford poderia introduzir uma era de capitães de indústria intensamente interessados na produção, mas os Harriman, Morgan, Frick e Rockefeller estavam muito mais interessados na manipulação de intangível riqueza do que no monótono negócio de produzir bens. Henry Villard, por exemplo, era visto de forma ampla em 1883 como um herói dos negócios; naquele ano ele martelou o Pino Dourado que conectou sua grande estrada de ferro transcontinental Northern Pacific. Milhares aplaudiram; o chefe Touro Sentado (a quem deixaram sair da cadeia especialmente para este propósito) cedeu formalmente as terras de caça de sua tribo Sioux para a ferrovia; e os economistas declararam que os pecadilhos financeiros de Villard não eram nada se comparados com seu gênio como organizador. Seus admiradores poderiam

ter sentido algo diferente se soubessem de uma carta escrita por James Hill, um homem de uma estrada de ferro rival. Ele examinara o império de Villard com um olhar menos entusiástico e declarou: "...as linhas estão localizadas em boas terras, parte delas rica e produzindo uma boa tonelagem; mas a capitalização está muito aquém do que deveria ser pelo que há para mostrar e a seleção de rotas e elevações é abominável. *Precisa ser praticamente toda reconstruída.*"²²

Ou um exemplo final: a fundação da United States Steel Company em 1901. Vista através dos olhos de Veblen, a associação do aço era uma vasta máquina social para produzir aço, uma reunião de fábricas, fornos, estradas de ferro e minas sob comando comum para ter uma coordenação mais eficiente. Mas isto era apenas uma consideração menor aos olhos dos homens que "fizeram" a U.S. Steel. A eventualmente monstruosa companhia tinha propriedades valendo cerca de US\$ 682 milhões, mas contra isto vendera US\$ 303 milhões de bônus, US\$ 510 milhões de ações preferenciais, e US\$ 508 milhões em ações comuns. A companhia financeira, em outras palavras, era duas vezes "maior" que a companhia real, e não havia nada mais por trás de suas ações comuns além da intangível essência da "boa vontade". No processo de criar estas enormidades, no entanto, J. P. Morgan and Company ganharam uma taxa de US\$ 12,5 milhões, e os lucros de subscrição aos acionistas menores chegou aos US\$ 50 milhões. No total, foram US\$ 150 milhões para fazer decolar o negócio. Tudo isto teria sido condenado se o novo monopólio fosse usado para o propósito que Veblen tinha em mente — como uma enormemente eficiente máquina para a produção de aço. Mas não era assim. Durante treze anos trilhos de aço foram cotados a US\$ 28 a tonelada, enquanto custava menos da metade disto para fazê-los. Em outras palavras, todo o ganho na unificação tecnológica foi subvertido para o fim de manter uma estrutura financeira de faz-de-conta.

À luz dos tempos, a teoria de Veblen não parece tão estranha. Ela fere porque descreve, quase em termos de um ritual selvagem, práticas que eram reconhecidas como o máximo da sofisticação. Mas sua tese essencial era muito bem documentada pelos fatos: a função dos grandes barões dos negócios era realmente muito diferente das funções dos homens que na verdade faziam funcionar o mecanismo produtivo. O jogo sanguinário do sofisma financeiro certamente servia tanto para perturbar o fluxo de bens como para promovê-lo.

Estranhamente, o livro criou menos furor que *The Theory of the Leisure Class. Business Enterprise* nunca passou as fronteiras

dos leitores profissionais para envolver a *intelligentsia* do país em um instante, como seu predecessor fizera. Era mais difícil; mais técnico; e até incluía umas poucas fórmulas, talvez para provar para os acadêmicos que ele *podia* escrever economia “técnica” se desejasse. Mas por baixo da prosa desapaixonada havia uma animosidade impossível de não perceber. Para Veblen, os empresários eram essencialmente predadores, por mais que eles ou seus apólogos pudessem vestir suas atividades com a elaborada racionalização de oferta e demanda ou utilidade marginal. Mais tarde, em um ensaio sobre *The Captain of Industry*, Veblen descreveu o homem de negócios como ele realmente o via; a passagem explica o que ele queria dizer com a frase “espera atenta”, que fora usada para descrever a função do empreendedor:

Sem dúvida esta expressão “espera atenta” teria sido empregada em primeiro lugar para descrever o quadro mental de um sapo que alcançou anos de discríção e encontrou um ponto em um lugar muito freqüentado onde muitas moscas e aranhas passam e repassam a caminho de completar seu destino que lhes foi reservado pela Toda Poderosa Providência; mas com uma simples mudança de termos também é adequada para descrever a situação dos capitães de indústria que são governados por eficientes princípios de negócios. Um certo ar de suficiência na face do sapo sob tais circunstâncias, enquanto seu corpo largo garante a estabilidade piramidal de princípios.²³

Mas *The Theory of Business Enterprise* evita tal retórica, pois Veblen tinha um propósito sério em mente — apresentar uma teoria da mudança social. Mais precisamente, era uma teoria do eventual declínio do homem de empresa e do sistema que o sustentava. Veblen acreditava que os dias dos líderes de negócio estavam contados, que apesar do seu poder, erguia-se contra eles um formidável adversário. Não era o proletariado (pois *Leisure Class* mostrara como a população de baixo copiava os líderes), mas um inimigo ainda mais implacável: a máquina.

Pois a máquina, pensava Veblen, “produz hábitos antropomórficos de pensamento”. Ela força os homens a pensar em termos realísticos, em termos precisos, mensuráveis, e sem superstição ou animismo. Assim, aqueles que entram em contato com o processo das máquinas achariam cada vez mais difícil engolir as presunções da “lei natural” e diferenciação social que cercam a classe ociosa. E assim a sociedade se dividiria; não pobres contra ricos, mas téc-

nicos contra empresário, mecânico contra senhor da guerra, cientista oposto a ritualista.²⁴

Em uma série posterior de livros, principalmente *The Engineers and the Price System* e *Absentee Ownership and Business Enterprise*, ele precisou a “revolução” em mais detalhes. Eventualmente, um corpo de engenheiros seria recrutado pela sociedade para dominar o caos do sistema de negócios. Eles já tinham o poder real da produção em suas mãos, mas ainda não estavam conscientes da incompatibilidade do sistema de negócios com um sistema de verdadeira indústria. Mas um dia eles se reuniriam, dispensariam os “comandantes da propriedade absenteísta” e comandariam a economia segundo os princípios de uma imensa, bem ordenada máquina produtiva. E se não o fizessem? Então os negócios fariam aumentar a ação predatória até eventualmente degenerar em um sistema de força nua, sem prerrogativas disfarçadas, e comando arbitrário no qual o homem de negócios daria a vez para a recuperação dos velhos senhores da guerra. Nós viríamos a chamar este sistema de fascismo.

Mas para Veblen, escrevendo em 1921, isto ainda estava a grande distância. A última sentença de seu *Engineers and the Price System* diz: “Não há nada na situação que possa mover de forma razoável as sensibilidades dos Guardiães ou do corpo compacto dos cidadãos de bem que fazem as fileiras dos proprietários absenteístas, ainda.”²⁵ Este “ainda” é típico do homem. Apesar da estudada impessoalidade de seu estilo, uma animosidade surge em seus escritos. E ainda assim, não é uma animosidade pessoal, não é o rancor de alguém que sofre uma afronta pessoal, mas o surpreso e irônico afastamento de um homem distante, um homem que vê que tudo isto é passageiro, e que o ritual e o faz-de-conta vão com o tempo dar espaço para algo mais.

Este não é o momento de fazer uma avaliação do que ele disse; isto virá depois. Mas podemos notar uma curiosa comparação. A abordagem geral de Veblen nos lembra uma figura não muito Vebleniana — o estranho meio louco socialista utópico, o conde Henri de Saint-Simon. Lembremos que Saint-Simon também exaltava o produtor e troçava do funcionário ornamental. Talvez isto sirva para amenizar nosso julgamento da troca de Veblen do empresário se refletirmos que uma vez as piadas de Saint-Simon para “o Sr. irmão do Rei” devem ter chocado o sentimento público de forma similar.

O ano de 1906 foi o último de Veblen em Chicago. Ele começava a ficar famoso na Europa; participara de um banquete no qual o

rei da Noruega estava presente e em uma nada habitual demonstração de sentimento mandou o *menu* para sua mãe, que ficou profundamente tocada por seu filho ter se encontrado com um rei. Mas em casa as coisas não estavam tão boas. Seus namoros tinham ido longe demais, e apesar de seus livros e seu recém-conquistado posto como professor assistente, não tinha uma conduta adequada a promover a universidade da forma que queria o reitor Harper.

Ele procurou uma nova posição. Mas sua fama estava mais próxima da notoriedade que da reputação, e ele teve muitas dificuldades para conseguir outro trabalho. Eventualmente, acabou indo para Stanford. Sua reputação o precedera: seu temível conhecimento, seu distanciamento pessoal, suas aventuras extra-conjugais. Tudo fora amplamente divulgado. Ele impressionava aqueles poucos colegas que aceitavam sua enlouquecedora recusa em entregar-se a qualquer coisa, e tornou-se conhecido como “o último homem que sabe tudo”. Mas seu comportamento doméstico não tinha mudado: em uma ocasião, tentando ser delicado, um amigo referiu-se a uma jovem que passava alguns dias em sua casa como sua sobrinha. “Ela não é minha sobrinha”, disse Veblen. E isto resolveu a questão.

Sua esposa divorciou-se dele em 1911. Ele deve ter sido um marido impossível (deixava as cartas das admiradoras nos bolsos, onde ela certamente as encontraria), e ainda assim, de forma patética, era a esposa quem torcia para que o casamento eventualmente se endireitasse. Isto nunca aconteceu, mais que de forma temporária: uma vez Ellen pensou que estava grávida, Veblen mandou-a para a casa da família, em pânico. Ele se considerava totalmente incapaz de ser pai e racionalizava seus medos com argumentos antropológicos da falta de importância do homem em casa. Por fim o divórcio tornou-se uma necessidade inevitável. “O Sr. Veblen”, escreveu Ellen ao final de uma longa carta de autocomiseração, “apesar de sua parte no acerto ter sido de dar-me US\$ 25 por mês — provavelmente não o fará.” Ela estava certa.

No ano de seu divórcio ele mudou-se outra vez, agora para a Universidade de Missouri. Ele ficou na casa de seu amigo Davenport, um economista bem conhecido — como um homem solitário e idiossincrático escrevendo no porão. Mas este foi um período de grande produtividade para Veblen. Voltava os olhos para o tempo que passou em Chicago e resumia a transformação dos centros universitários em centros de relações públicas e prática do futebol americano no mais provocante comentário jamais realizado sobre

a universidade americana: *The Higher Learning in America*. Enquanto o livro ainda estava sendo preparado, Veblen disse, com ironia, que ele teria o subtítulo *Um Estudo sobre a Depravação Total*.

Mas, mais importante, ele voltou seus olhos para a Europa, onde a ameaça de guerra era iminente, e escreveu sobre a Alemanha, comparando seu Estado dinástico e guerreiro com uma solitária, nestas palavras cáusticas: "... a relação da solitária com seu hospedeiro não é algo fácil de embelezar com palavras, ou mesmo de autenticar de um modo convincente que assegure sua afetuosa retenção em termos de uso ou não uso".²⁶ O livro sobre a *Imperial Germany* teve um destino incomum; apesar de a agência de propaganda do governo querer usá-lo para propósitos de guerra, foram encontradas nele tantas declarações que falavam mal da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos que proibiram que fosse enviado pelo Correio.

Quando a guerra por fim estourou, ele ofereceu seus serviços a Washington: este homem, para quem o patriotismo era apenas mais um sintoma de uma cultura bárbara, também o possuía. Mas em Washington ele foi jogado de um lado para outro como uma batata quente; todos tinham ouvido falar dele, mas ninguém o queria. Por fim eles o destinaram a um cargo sem importância no Food Administration. Ali, Veblen agiu segundo seu estilo: escreveu memorandos sobre como melhorar as colheitas — mas como suas sugestões implicavam em uma completa reestruturação da sociedade rural e práticas comerciais, foram consideradas "interessantes" e ignoradas. Ele propôs um alto imposto sobre quem tivesse empregados domésticos, de forma que liberassem mais braços; isto também foi ignorado. Era uma proposta típica de Veblen: "Mordomos e lacaios", disse ele, "são típica e eminentemente pessoas sadias, que iriam rapidamente se qualificar como estivadores ou carregadores de carga assim que o trabalho diário endurecesse seus músculos e reduzisse seu peso".

Em 1918 ele veio a Nova York para escrever para a *Dial*, uma revista liberal. Havia publicado recentemente *An Inquiry into the Nature of the Peace*, onde ele dizia que as alternativas que tinha a Europa eram uma perpetuação da velha ordem com todos seus bárbaros incentivos à guerra ou o abandono do sistema empresarial em si. A princípio discutiram o programa mas logo ele saiu de moda; Veblen continuou escrevendo na *Dial*, mas a cada número a circulação caía. Ele foi convidado a fazer uma palestra na recém-fundada New School for Social Research com um grupo de estrelas: John Dewey, Charles A. Beard, Dean Roscoe Pound.

Mas mesmo isto não deu certo; ele continuava a falar lentamente na sala de aula, e suas palestras, que a princípio atraíam muita gente, tiveram o público reduzido a uns poucos rapidamente.

Foi uma estranha mistura de fama e decepção. H. L. Mencken escreveu que “o veblenismo rebrilhava ao máximo. Havia veblenistas, clubes de Veblen, remédios Veblen para todo tipo de tristeza do mundo. Havia, em Chicago, as Veblen Girls — talvez fossem Gibson Girls de meia-idade e desesperados”.²⁷ Mas, quanto ao homem em si, não havia nada. Um busto dele no saguão da New School causava-lhe tamanho embaraço que por fim a peça foi levada para a biblioteca. Pessoalmente, ele estava em má situação, tendo os problemas da sobrevivência no dia a dia resolvidos por uns poucos alunos devotos, incluindo Wesley Mitchell e Isadore Lubin, que já na época eram economistas considerados. Durante algum tempo ele esperou atentamente, procurando os indícios de um novo mundo que viria: uma era de engenheiros e técnicos, e ele esperava que a Revolução Russa acelerasse sua chegada. Mas ficou desapontado com o que viu, e como Horace Kallen, da New School, escreveu: “Quando nada não aconteceu, ele deu indícios de um certo relaxamento da vontade e do interesse, uma espécie de virada na direção da morte...”

Mais tarde lhe ofereceram a presidência da American Economic Association. Ele recusou com o comentário: “Eles não me ofereceram isto quando eu precisava”. Por fim voltou para a Califórnia. Joseph Dorfman, em uma biografia definitiva, fala sobre a chegada de Veblen à sua pequena cabana no oeste; e pensando que alguém tinha injustamente se apossado de seu quinhão de terra, “ele pegou um machadinho e metodicamente quebrou as janelas, fazendo-o com uma intensidade neutra que era como loucura, a intensidade de uma pessoa fisicamente preguiçosa levada à súbita atividade pela raiva”.²⁸ Era tudo um mal-entendido, e ele ficou ali, com móveis rústicos que deviam fazê-lo lembrar da infância, com roupas grosseiras de trabalhador compradas através do correio na Sears, Roebuck, sem perturbar nada da natureza, nem mesmo uma erva, e permitindo que os ratos e as doninhas viessem se esfregar em suas pernas e explorar sua cabana enquanto ficava sentado imóvel, envolto em distantes pensamentos infelizes.

Não era uma vida nem bem-sucedida nem feliz a que ele contemplava no passado. Uma segunda esposa, com quem se casara em 1914, desenvolvera mania de perseguição e fora internada; seus amigos estavam longe; seu trabalho foi assimilado pelos amadores e era amplamente renegado pelos economistas e desconhecido dos engenheiros.

Veblen estava com setenta anos e não escrevia mais. “Decidi não quebrar o Sabbath”, declarou ele. “É um Sabbath tão bom.” Seus alunos vieram visitá-lo e o encontraram mais distante que nunca. Ele era objeto de adulações e recebia cartas de pessoas que se diziam seus discípulos. “Você pode dizer-me em que casa de Chicago foram realizados seus primeiros escritos e se possível em que dependência da casa?”, perguntava um deles. Outro, tendo terminado *The Theory of Business Enterprise*, escreveu para ele pedindo conselhos sobre como ganhar dinheiro.

Em 1929, alguns meses antes do grande *crash*, Veblen morreu. Ele deixou um testamento²⁹ e este texto escrito a caneta e sem assinatura: “Também é minha vontade, em caso de morte, ser cremado, se isto puder ser feito de forma conveniente, e rapidamente e de forma barata como deve ser, sem qualquer ritual ou cerimônia de qualquer tipo; que minhas cinzas sejam jogadas no mar; que nenhum túmulo, epitáfio, efígie, inscrição ou monumento de qualquer tipo ou natureza seja erguido em minha memória ou de meu nome, em qualquer lugar ou em qualquer época; que nenhum obituário, memorial, retrato ou biografia de mim, nem quaisquer cartas escritas para ou por mim sejam impressas ou publicadas, ou reproduzidas por qualquer meio, copiadas ou postas em circulação”.

Como era de se esperar, seu pedido foi ignorado: ele foi cremado e suas cinzas lançadas no Pacífico, mas sua lembrança pela palavra escrita começou a ser feita no mesmo instante.

O que devemos pensar desta estranha figura?

Difícilmente será necessário mostrar que ele chegou a extremos. Sua caracterização da classe ociosa, por exemplo, foi uma obra-prima de retrato em uma página mas uma caricatura na seguinte. Quando ele ressalta o silencioso componente de riqueza em nossos aceitos cânones de beleza, quando ele menciona que “o brilho do chapéu de um cavalheiro ou de um sapato de couro envernizado não têm mais beleza intrínseca que o mesmo brilho em uma manga puída”,³⁰ ele está pisando em terreno firme e devemos aceitar em silêncio o julgamento de esnobismos que lança sobre o nosso gosto. Mas quando ele escreve “A vulgar sugestão de frugalidade, que é praticamente inseparável da vaca, é uma objeção válida ao uso decorativo do animal”, ele penetra no absurdo.³¹ O irrepreensível Mencken o espicaçou: “O genial professor, ponderando seus grandes problemas, jamais deu uma volta pelo campo? E ele, no decurso deste passeio, cruzou um pasto habitado por uma vaca? E ele,

fazendo tal travessia, passou por trás da vaca? E ele, tendo passado atrás da vaca, andou de forma descuidada e...?”³²

A mesma crítica pode ser feita quanto a caracterização de Veblen do empresário, e também da própria classe ociosa. Que o titã financeiro dos dias felizes do capitalismo americano era um barão ladrão não há dúvidas, e o retrato de Veblen dele, selvagem como é, está desconfortavelmente próximo da verdade. Mas, como Marx, Veblen não inquiriu seriamente quanto à extensão com que a instituição do negócio, tanto quanto a monarquia da Inglaterra, pode adaptar-se a um mundo vastamente alterado. Muito mais importante — porque está mais perto da aproximação do próprio Veblen —, ele não vê que a máquina, que mudaria completamente a vida, mudaria a natureza da função do empresário tanto quanto alteraria os processos de pensamento do trabalhador, e que o homem de negócios em si seria forçado em um molde mais burocrático por virtude de suas tarefas como gerente de uma vasta máquina em movimento.

É verdade que a paixão de Veblen pela máquina nos deixa um tanto cautelosos; é uma nota dissonante em um filósofo de outra forma devotado ao lirismo. Pode ser que as máquinas nos façam pensar de forma mais direta — mas e daí? Charlie Chaplin em *Tempos Modernos* não era um homem feliz ou bem ajustado. Um corpo de engenheiros pode bem fazer nossa sociedade funcionar de forma mais eficiente, mas se o faria de forma mais humana é outra questão.

Ainda assim Veblen colocou o dedo em um processo central de mudança, um processo que parecia maior que qualquer outro em seu tempo e que tinha sido estranhamente ignorado em todas as investigações dos economistas seus contemporâneos. *Este processo era a emergência da tecnologia e da ciência como as forças que lideravam da mudança histórica no século vinte.* Veblen viu que a linha divisória da era tecnológica era tão vasta quanto qualquer outra na História, e que a introdução gradual do maquinário nos menores interstícios e sobre os maiores períodos de vida estava realizando uma revolução comparável com aquela em que os homens aprenderam a domesticar animais ou a viver em cidades. Como todo grande descobridor do que é óbvio, mas que ainda não foi visto até então, Veblen foi por demais impaciente; processos que levariam gerações, ou mesmo séculos, ele esperava que maturassem em décadas ou anos. Ainda assim devemos creditar a ele o fato de ter percebido a máquina como fator primário da vida econômica em seu tempo, e por esta única e brilhante iluminação ele deve ser colocado na galeria dos filósofos práticos.

E, além disso, ele deu também à economia um novo par de olhos com os quais ver o mundo. Depois da selvagem descrição de Veblen dos interesses da vida diária, a imagem neoclássica da sociedade como uma bem-comportada hora do chá tornou-se cada vez mais difícil de sustentar. Seu escárnio pela escola vitoriana foi expresso claramente quando ele escreveu: “Um grupo de habitantes das Aleútas, andando na praia junto da água com varas e encantos mágicos para capturar mariscos, são apresentados como se participassem de uma festa de equilíbrio hedonístico de alugueis, salários e juros;”³³ e assim como ele ridicularizava a tentativa clássica de resolver a primitiva luta humana encaixando-a em um quadro sem carne ou sangue, realçava a inutilidade do tentar entender as ações dos homens modernos em termos derivados de um incompleto e ultrapassado conjunto de preconceitos. O homem, disse Veblen, não deve ser compreendido em termos de sofisticadas “leis econômicas” nas quais tanto sua ferocidade inata e criatividade são suavizadas sob uma capa de racionalização. Ele é melhor descrito com o menos orgulhoso porém mais fundamental vocabulário do antropólogo ou do psicólogo: uma criatura de força e impulsos irracionais, crédulo, inculto, ritualístico. Deixem de lado as ficções elogiosas, pedia ele aos economistas, e descubram por que o homem age como o faz.

Seu pupilo, Wesley Clair Mitchell,³⁴ um grande pesquisador em economia por seu próprio direito, resumiu-o da seguinte forma: “Havia a perturbadora influência de Thorstein Veblen — aquele visitante de outro mundo que dissecou os lugares-comuns correntes que o estudante adquiriu inconscientemente, como se o mais familiar de seus pensamentos diários fossem os curiosos produtos instilados nele por forças externas. Nenhum outro emancipador da mente da sutil tirania da circunstância foi conhecido nas ciências sociais, e nenhum outro foi capaz de alargar de tal forma o reino da investigação”.

IX

AS HERESIAS DE JOHN MAYNARD KEYNES

Alguns anos antes de sua morte, Thorstein Veblen fez algo estranhamente fora de seus hábitos: especulou no mercado de ações. Um amigo tinha recomendado certas ações de petróleo e Veblen, pensando nos problemas financeiros da velhice, arriscou parte de suas economias.¹ A princípio ganhou algum dinheiro, mas sua inseparável má sorte o perseguiu — assim que as ações subiram foram citadas nos escândalos do petróleo. Os investimentos dele acabaram não valendo nada.

O incidente não é importante em si, a não ser por revelar mais uma minúscula rachadura na armadura de Veblen. E ainda assim, em outro contexto, esta patética desventura é curiosamente reveladora, pois Veblen tornou-se vítima da mesma tentação que cegou a América; quando o mais descrente dos observadores chega a ser tentado a engolir a isca, por que seria de admirar que o país inteiro estivesse embriagado com o elixir da prosperidade?

Certamente, os sinais de prosperidade eram visíveis a cada momento. No final da década de 1920 a América encontrara empregos para 45 milhões de pessoas a quem pagava cerca de US\$ 77 bilhões em salários, rendas, lucros e juros — um fluxo de rendimentos que não se comparava com nada que o mundo tivesse visto até então. Quando Herbert Hoover disse, com toda a simplicidade, “Com a ajuda de Deus, logo iremos alcançar o dia em que a pobreza será banida da nação”, podia estar iludido — quem não estava? —, mas ele baseava sua opinião no fato incontestável de que, na História do mundo até então, a família média americana vivia melhor, comia melhor, ves-

tia-se melhor e aproveitava mais as amenidades da vida do que qualquer família média de outra parte do mundo.

A nação estava possuída por uma nova visão, muito mais otimista do que os ideais de bucaneiros próprios dos barões ladrões. John J. Raskob,² líder do Partido Democrático, expressou-se com clareza no título de um artigo que escreveu para o *Ladies' Home Journal*: "Todos Devem Ser Ricos". "Se um homem economizar US\$ 15 por semana", escreveu Raskob, "e investir em boas ações comuns, ao final de vinte anos ele terá pelo menos US\$ 80.000 e um rendimento dos investimentos de cerca de US\$ 400 ao mês. Ele estará rico."

Este cálculo aritmético pressupunha que tal homem iria reinvestir seus dividendos, calculados em cerca de 6% ao ano. Mas havia um caminho ainda mais atraente que conduzia à riqueza. Se um devoto da fórmula de Raskob gastasse seus dividendos e deixasse que o dinheiro crescesse a partir apenas do investimento inicial, alcançaria o objetivo de riqueza quase tão depressa e com muito menos esforço. Suponha que esse homem tivesse comprado ações em 1921 com os US\$ 780 que havia economizado ao ritmo de US\$ 15 por semana. Em 1922 seu dinheiro valeria US\$ 1.092. Se ele, então, acrescentasse mais US\$ 780 por ano, estaria com US\$ 4.800 em 1925; com US\$ 6.900 um ano depois; com US\$ 8.800 em 1927 e com espantosos US\$ 16.000 em 1928. Incrível? Em maio de 1929 ele alcançaria o total de US\$ 21.000 — valendo dez vezes mais do que iria valer na década de 1980. E já que o *Great Bull Market* tinha existido por cerca de meia geração com crescimento praticamente ininterrupto, quem poderia ser acusado por pensar que este era o verdadeiro caminho para a riqueza? Barbeiro ou engraxate, banqueiro ou homem de negócios, todos apostavam e todos ganhavam; a única questão que surgia na cabeça de muita gente era por que não haviam pensado nisso antes.

Não é necessário nos deter nas conseqüências. Na terrível última semana de outubro de 1929, o mercado entrou em colapso. Para os corretores na Bolsa deve ter sido como se as cataratas do Niágara houvessem subitamente entrado pelas janelas, pois uma imensidão de ordem de venda de ações convergiram para o mercado. À beira da exaustão, os corretores choravam e arrancavam os colarinhos das camisas; ficavam olhando estupefatos enquanto imensas fortunas se dissolviam como açúcar na água; gritavam até ficar roucos, tentando atrair a atenção de pelo menos um comprador. As tristes piadas do período falam por si mesmas: diziam que com cada pacote de ações do Goldman Sachs o investidor recebia um

revólver, e que, quando alguém pedia um quarto em um hotel, o recepcionista perguntava: “Para dormir ou pular?”

Quando os escombros foram varridos, o estrago era assustador. Em dois insanos meses o mercado perdera todo o terreno que ganhara em dois anos delirantes; US\$ 40 bilhões em valores haviam simplesmente desaparecido. Ao final de três anos a fortuna de papel do nosso investidor de US\$ 21.000 tinha diminuído em 80 por cento; seus US\$ 7.000 originais de economias valiam aproximadamente US\$ 4.000. A visão de “Todo Homem um Homem Rico” revelou-se como uma alucinação.

Em retrospecto, fica evidente que isto era inevitável. O mercado tinha sido construído com uma colméia de empréstimos que poderia suportar uma certa pressão e não mais do que isso. E, além de tudo, havia madeira podre nos alicerces do palco em que se dera o magnífico show de prosperidade. A fórmula do líder Raskob para a aposentadoria era aritmeticamente correta, de fato, mas não levantava a questão de como um homem poderia economizar US\$ 15 por mês tendo como salário médio apenas US\$ 30.

A renda nacional era sem dúvida impressionante pela dimensão, mas se alguém seguisse seu fluxo através de milhões de riachos, tornava-se evidente que a nação como um todo beneficiava-se da mesma de uma forma muito desigual. Cerca de vinte e quatro mil famílias no ápice da pirâmide social receberam uma torrente de investimentos três vezes maior que os seis milhões de famílias amassados em baixo — mas o rendimento médio das famílias afortunadas de cima era 630 vezes a média do rendimento das famílias da base. E este não era a única dificuldade. Afastados da festa de prosperidade sem limites estavam dois milhões de cidadãos desempregados e ignorados; por trás da fachada de mármore clássica, os bancos foram quebrando um atrás do outro, à razão de dois por dia, durante *seis anos* antes do *crash*. Em tudo isso houve também o fato de que o americano médio usara sua prosperidade de forma suicida; ele se hipotecara até o pescoço, esticara seus recursos de forma perigosa sob a tentação de compras a prestação e acabara por selar o próprio destino comprando avidamente fantásticas quantidades de ações — cerca de 300 milhões de quotas, é a estimativa — com dinheiro emprestado.

Inevitável ou não, na época era difícil prever a crise. Era raro o dia em que não houvesse noticiário com algum personagem típico assegurando ao povo que a saúde da economia era boa. Mesmo um economista eminente como Irving Fisher, de Yale, foi iludido pelas

evidências superficiais de prosperidade a ponto de anunciar “estamos marchando sobre um patamar permanentemente alto” — figura esta de expressão que recebeu um toque de humor macabro quando as ações acabarem caindo pela beirada do patamar uma semana após ele ter feito esta declaração.

Apesar de ser muito dramático, não foi o declínio violento do mercado de ações o que mais abalou a fé de uma geração firmemente convicta da prosperidade sem fim. Foi o que aconteceu internamente. Alguns detalhes daqueles anos podem servir para ilustrar o fato. Em Muncie, Indiana — a cidade que ficou famosa por ser escolhida como “Middletown”, isto é, cidade representativa da classe média americana —, um em cada quatro trabalhadores da indústria perdeu o emprego no final de 1930. Em Chicago, a maioria das mulheres trabalhadoras ganhava menos de vinte e cinco centavos por hora e um quarto delas ganhava menos de dez centavos. Só num distrito de Nova York, dois mil desempregados faziam a fila do pão, todos os dias. No país como um todo, a construção civil caiu em 95%. Nove milhões de contas de poupança foram perdidas. 85.000 empresas faliram. O volume nacional de salários encolheu em 40%; os dividendos caíram em 56%; os salários por hora, em 60%.

E, pior de tudo, o aspecto mais desolador da Grande Depressão era a impressão nítida de que ela não iria ter fim, que não existia um ponto de virada, um sinal sequer de alívio. Em 1930, a nação assobiava *Happy Days Are Here Again* (“Os Dias Felizes Voltaram”), mas o produto nacional caía de US\$ 87 bilhões para US\$ 75 bilhões. Em 1931 o país cantava *I’ve Got Five Dollars* (“Eu Ganhei Cinco Dólares”), enquanto o produto caía para US\$ 59 bilhões. Em 1932 a música era ainda pior: *Brother, Can You Spare a Dime?* (“Irmão, Você Pode me Emprestar um Trocado?” — e o produto nacional diminuía para miseráveis US\$ 42 bilhões.

Em 1933 a nação estava virtualmente prostrada. O produto nacional do país chegara a US\$ 39 bilhões. Mais da metade da prosperidade de apenas quatro anos antes tinha desaparecido sem deixar traço; o padrão médio de vida estava novamente onde estivera vinte anos antes. Nas esquinas, nas casas, nas Hoovervilles, 14 milhões de desempregados pesavam sobre o país. Parecia que o espírito de orgulhosa esperança tinha sido eliminado da América para sempre.

O desemprego foi o mais difícil de suportar. Os milhões de desempregados eram como uma embolia na circulação vital da nação; e enquanto sua evidente existência argumentava com mais força do que qualquer texto para demonstrar que algo estava errado

no sistema, os economistas retorciam as mãos, espremiavam os cérebros e invocavam o espírito de Adam Smith, mas não conseguiram estabelecer qualquer diagnóstico nem remédio. Desemprego — este tipo de desemprego — simplesmente não se encontrava na lista dos possíveis problemas do sistema; era absurdo, irracional e, portanto, impossível. Mas estava ali.

Poderia parecer lógico que o homem que iria tentar resolver este paradoxo de produção insuficiente, enquanto homens procuravam trabalho sem encontrar, fosse um esquerdista, um economista com forte simpatia pelo proletariado, um homem revoltado. Nada poderia estar mais distante da realidade, pois o homem que o fez era quase um amador. A simples verdade é que seus talentos se projetavam em todas as direções. Ele tinha, por exemplo, escrito um livro complexo sobre probabilidade matemática, um livro que Bertrand Russell³ declarou ser “impossível de elogiar demais”; depois disso, empenhou-se no trabalho de combinar suas habilidades em lógica intrincada com seu faro para fazer dinheiro — acumulou uma fortuna de 500.000 libras percorrendo o mais tortuoso de todas os caminhos para a riqueza: lidando com dinheiro e mercadorias internacionais. Ainda mais impressionante, ele escrevera boa parte de seu tratado matemático nas horas vagas enquanto trabalhava para o governo, e acumulou sua riqueza particular dedicando-se aos próprios negócios apenas meia hora por dia, enquanto ainda estava deitado.

Mas este é apenas um exemplo de suas múltiplas facetas. Esse homem era um economista, claro, formado em Cambridge com todas as honras e erudição que acompanham esse tipo de realização; mas quando chegou a hora de arranjar uma esposa, ele desprezou as damas cultas e escolheu a primeira bailarina da famosa companhia de Diaghilev. Conseguiu ser, ao mesmo tempo, o queridinho do grupo de Bloomsbury — a reunião dos mais brilhantes intelectuais de *avant-garde* da Grã-Bretanha — e gerente de uma companhia de seguros, atividade raramente mencionada por não exigir grandes dotes intelectuais. Era o pilar de sustentação em assuntos delicados da diplomacia internacional, mas sua correção oficial não o impediu de adquirir o conhecimento dos outros políticos europeus, que incluía suas amantes, neuroses e previsões financeiras. Colecionou arte moderna antes que isso se tornasse moda; no entanto, ao mesmo tempo era um classicista que possuía a mais fina coleção particular do mundo dos escritos de Newton. Dirigiu um teatro e tornou-se diretor do Banco da Inglaterra. Conheceu Roosevelt, Churchill, Bernard Shaw e também Pablo Picasso. Jogava bridge como um especulador, preferindo

uma jogada espetacular a uma declaração segura de vazas. E uma vez disse que tinha apenas um arrependimento na vida: gostaria de ter tomado mais champanhe.

Seu nome era John Maynard Keynes,⁴ um antigo nome britânico (pronunciado de forma a rimar com “rains”) que remonta a um certo William de Cahagnes no ano de 1066. Keynes era um tradicionalista; gostava de pensar que a grandeza permanecia nas famílias e é verdade que seu pai era John Neville Keynes, um conhecido economista por direito próprio, no entanto seria necessário mais do que dons hereditários para explicar seu filho; era como se os talentos que teriam dado para uma dúzia de homens tivessem sido, por um feliz acaso, acumulados todos em uma só pessoa.

Ele nasceu em 1883, no mesmo ano em que Karl Marx morreu. Mas os dois economistas, que assim se tocaram no tempo e que exerceram profunda influência na filosofia do sistema capitalista, não poderiam ter sido mais diferentes. Marx era amargo, reservado, sombrio e desiludido; como sabemos, era o arquiteto da Derrocada Capitalista. Keynes amava a vida e passou por ela alegremente, com facilidade e muito bem-sucedido, para tornar-se o arquiteto do Capitalismo Viável. Talvez possamos ligar a apaixonada profecia do colapso feita por Marx à neurótica seqüência de derrotas que marcaram sua vida prática; se assim for, podemos com certeza creditar a persuasiva habilidade de vendedor da reconstrução de Keynes às alegrias e realizações que marcaram sua vida.

Sua infância transcorreu na Velha Escola Vitoriana, velha escola, e deixava entrever um futuro brilhante. Aos quatro anos e meio ele já estava pensando no significado econômico dos juros; aos seis, imaginava como o cérebro funcionava; aos sete, o pai o considerava uma “companhia extremamente agradável”. Keynes foi estudar na escola preparatória do sr. Goodchild, onde sua habilidade em liderar os colegas logo se colocou em evidência: tinha um “escravo”, que obedientemente o seguia por toda parte carregando seus livros de escola, serviço este prestado em troca de ajuda na solução dos problemas mais difíceis das lições de casa; tinha um “acordo comercial” com um outro garoto, de quem não gostava: Keynes concordava em pegar para o menino um livro por semana na biblioteca, em troca da promessa de que ele e sua turma jamais chegariam a menos de oito metros de Keynes e da turma dele.

Aos quatorze anos prestou exames e conquistou uma bolsa de estudos em Eton. Apesar das histórias de horror sobre as escolas

públicas inglesas, ele nunca sofreu abusos sádicos ou repressões intelectuais. Floresceu; suas notas eram sempre excepcionais; ganhou prêmios; comprou para si um colete cor de alfazema; adquiriu o gosto por champanhe; ficou alto, com o corpo um tanto curvo, e cultivou um bigode; remava; tornou-se um formidável debatedor e, sem transformar-se num esnobe, passou a ser um entusiasta de Eton. Uma carta que mandou para o pai quando estava com dezessete anos mostra um discernimento não habitual para a idade. A Guerra dos Bôeres alcançara seu clímax e o mestre da escola fizera um discurso; Keynes o descreveu perfeitamente em cinco frases: “Foi o palavrório de costume. Temos de nos mostrar agradecidos; lembrar da dignidade da escola; se fizermos algo, tem de ser o melhor; como sempre.”⁵

Eton foi um grande sucesso. O King's College, em Cambridge, seria um triunfo. Alfred Marshall implorou que ele se tornasse economista em tempo integral; o professor Pigou — futuro herdeiro de Marshall — o recebia para o café da manhã uma vez por semana. Foi eleito Secretário da União, um cargo que levava automaticamente à eventual presidência de uma das mais famosas sociedades de debates não-governamentais do mundo; foi procurado por Leonard Woolf e Lytton Strachey (de quem tornou-se amante), e o núcleo do que seria conhecido como o grupo de Bloomsbury surgiu; ele escalava montanhas (Strachey reclamava das “multidões de montanhas imbecis”); comprava livros; ficava acordado até tarde discutindo; brilhou. Era um fenômeno.

Mas até mesmo um fenômeno precisa comer, e assim veio a questão do que fazer. Keynes tinha pouquíssimo dinheiro e a perspectiva de uma carreira acadêmica oferecia menos ainda. Porém, suas visões eram mais ambiciosas: “Quero controlar uma ferrovia ou organizar um truste ou, pelo menos, manipular o público investidor”, escreveu ele para Strachey, “é tão fácil e fascinante controlar os princípios destas coisas”.⁶

Ninguém lhe ofereceu uma ferrovia ou truste e a “manipulação” mostrou apenas um lado ímpio da imaginação de Keynes. Em vez disso, escolheu tentar o caminho público para o sucesso. Prestou os exames para o funcionalismo público com uma aparente indiferença, que fez a irmã de Strachey perguntar se sua despreocupação era pose. Não, ele havia calculado tudo e assim não havia por que se preocupar; tinha certeza de se classificar entre os dez primeiros. Claro que conseguiu; foi o segundo e sua nota mais baixa foi no exame de economia. “Eu, evidentemente, sabia mais de economia que os meus

examinadores”,⁷ explicou, mais tarde, numa declaração que seria imperdoavelmente presunçosa se não fosse, neste caso, a pura verdade.

Assim, em 1907 Keynes foi para a Repartição da Índia, e detestou. Encontrava-se empregando todas as suas energias, em casa, fazendo um primeiro rascunho de seu tratado matemático e descobriu que o cargo de funcionário subalterno em uma repartição pública estava muito distante de dirigir uma ferrovia. Depois de dois anos ele se cansou. Seus esforços, declarou, consistiam em enviar um touro com *pedigree* para Bombaim, e tudo que descobrira no trabalho para o governo era que um comentário feito sem pensar poderia fazer com que se fosse olhado com desdém. Pediu demissão e voltou para Cambridge. Mas aqueles anos não tinham sido totalmente inúteis. Com o que aprendera sobre os assuntos da Índia, em 1913 ele escreveu um livro sobre *Indian Currency and Finance*, que todos admitiram ser uma pequena obra-prima, e quando uma Comissão Real foi formada no mesmo ano para analisar o problema do dinheiro em circulação na Índia, Keynes, com vinte e nove anos, foi convidado para ser um dos membros — uma grande honra.

Cambridge fazia mais o seu gênero. Fez sucesso imediato e, como símbolo da estima que recebia, lhe conferiram a editoria do *Economic Journal*, a publicação econômica mais influente da Grã-Bretanha — um cargo que ele conservaria por trinta e três anos.

Bloomsbury era ainda mais agradável do que Cambridge: tratava-se tanto de um lugar quanto de um estado de espírito; o pequeno grupo de intelectuais ao qual Keynes pertencia antes de se graduar havia adquirido um lar, uma filosofia e uma reputação. Talvez não mais do que vinte ou trinta pessoas havia feito parte deste círculo encantado, mas suas opiniões é que tinham formado os padrões artísticos da Inglaterra — afinal de contas, incluía Leonard e Virgínia Woolf, E. M. Forster, Clive Bell, Roger Fry, Lytton Strachey. Se Bloomsbury sorria, o nome de um poeta estava feito; se franziam a testa, ele estava perdido. Dizia-se que o grupo de Bloomsbury podia usar a palavra “realmente” com uma dúzia de entonações diferentes, dentre as quais a de sofisticado aborrecimento não era de forma alguma a última. Era um grupo ao mesmo tempo idealista e cínico, corajoso e frágil. E ligeiramente louco; houve o incidente conhecido como a Brincadeira do Couraçado, no qual Virgínia Woolf (então Stephen) e alguns conspiradores vestiram-se como o imperador da Abissínia e sua corte, fazendo-se escoltar com honrarias até estarem a bordo de um dos barcos de guerra mais bem guardados de Sua Majestade.

Em tudo isto, Keynes era uma figura central — conselheiro e juiz. Ele podia falar sobre qualquer coisa com segurança completa: William Walton, o compositor, Frederick Ashton, o coreógrafo, e muitos outros artistas ou profissionais estavam acostumados ao “Não, não, você está absolutamente enganado quanto a isto...” de Keynes. Deve-se acrescentar que seu apelido era Pozzo, uma alcunha colocada nele por causa de um diplomata corso conhecido por seus múltiplos interesses e mente esquematizadora.

Foi um começo bastante amador para aquele que pegaria o mundo capitalista pelas orelhas.

Os anos de guerra de algum modo perturbaram Bloomsbury. Keynes foi chamado pelo Tesouro e designado para cuidar das finanças britânicas no exterior. Ele deve ter sido fenomenal ali também. Uma anedota foi mais tarde lembrada por um antigo companheiro: “Havia uma necessidade urgente de *pesetas* espanholas. Com dificuldade, uma pequena quantia desta moeda foi reunida. Keynes informou isto com indiferença a um sossegado secretário do Tesouro, o qual declarou aliviado que pelo menos por algum tempo teriam um estoque de *pesetas*. ‘Oh, não!’, disse Keynes. ‘O quê?’, indagou o chefe, horrorizado. ‘Eu as vendi todas; vou quebrar o mercado.’ E quebrou mesmo.”⁸

Logo Keynes tornou-se uma figura-chave no Tesouro. Seu primeiro biógrafo e colega economista, Roy Harrod, conta-nos que homens de julgamento amadurecido declararam que Keynes, na vida civil, contribuiu mais do que qualquer outra pessoa para vencer a guerra.⁹ Como se não bastasse, ele arrumou tempo para outras coisas. Em uma missão financeira na França, Keynes enfiou na cabeça que iria ajudar a equilibrar as contas dos franceses com os ingleses se eles vendessem alguns de seus quadros à National Gallery. Assim, de forma casual, ele adquiriu cem mil dólares em quadros de Corot, Delacroix, Forain, Gauguin, Ingres e Manet para os ingleses e conseguiu ficar com um Cézanne para si mesmo: os canhões alemães Bertha bombardeavam Paris, e os preços haviam se tornado agradavelmente baixos. De volta a Londres, ele foi ao balê; Lydia Lopokova dançava a parte da bela em *The Good Humored Ladies* estava em moda. Os Sitwell convidaram-na para uma festa onde ela e Keynes se encontraram. Podemos imaginar Keynes com seu inglês clássico e Lydia com suas clássicas brigas com o inglês — “Não gosto de ficar no campo durante o mês de agosto”, disse ela, “porque minhas pernas ficam todas picadas por advoga-

dos.” [Trata-se do engano de uma pessoa que não sabe falar bem o inglês e em vez de dizer “mosquito” ou “pernilongo”, diz advogado.]¹⁰

Mas tudo era apenas tangenciava o ponto central: a adaptação da Europa no pós-guerra. Keynes era então um personagem importante — um desses homens não identificados que vemos por trás da cadeira de um chefe de Estado, sempre pronto para sussurrar algum conselho. Ele foi a Paris como enviado do chanceler do Ministério da Fazenda do *Supreme Economic Council* com total poder para tomar decisões e como representante do Tesouro na própria Conferência de Paz. Mas era apenas do segundo escalão; ocupou um lugar de destaque à mesa, mas não tinha poder para interferir diretamente no jogo. Deve ter sido uma verdadeira agonia de frustração e impotência, pois observou de perto quando Wilson foi manobrado por Clemenceau e a intenção de uma paz humana foi substituída pela realização de uma paz vingativa.

“Devem ter passado semanas desde que escrevi para alguém”, escreveu ele para a mãe em 1919, “mas tenho andado exausto, parte pelo trabalho, parte pela depressão e maldade que existe ao meu redor. Nunca me senti tão miserável quanto nestas duas ou três últimas semanas; a paz é ultrajante, impossível e não vai trazer nada além de infortúnios.”¹¹

Ele arrastou-se para fora da cama de doente para protestar contra o que chamou de “assassinato de Viena,” mas não teve como deter a maré. A paz seria uma paz de Cartago e a Alemanha pagaria um preço tão alto por reparações que seria forçada às práticas mais vis de comércio internacional para conseguir libras, francos e dólares. Esta não era a opinião popular, é claro, mas Keynes viu que no Tratado de Versalhes havia a não-intencional semente de um ainda mais formidável ressurgimento da autarquia e militarismo alemães.

Em desespero, Keynes renunciou; então, três dias antes do tratado ser assinado, começou uma polêmica contra ele. Chamou-o de *The Economic Consequences of the Peace*; quando este trabalho foi publicado, em dezembro (havia escrito com a máxima velocidade e com fúria), fez seu nome.

Seu escrito era brilhante e arrasador. Keynes tinha visto os protagonistas trabalhando, e as descrições que fez deles combinavam a habilidade de um romancista com a penetrante visão de um crítico de Bloomsbury. Escreveu sobre Clemenceau que “Ele tinha apenas uma ilusão:¹² a França; e uma desilusão: a humanidade, incluindo seus próprios colegas”; e sobre Wilson declarou: “... como

Ulisses, ele parecia mais sábio quando sentado.”¹³ Mas, enquanto os retratos feitos por ele rebrilhavam, sua análise do mal que fora feito se tornou inesquecível. Keynes viu a Conferência como uma negligente instauração de ódio político, em completa desarmonia com o importante problema do momento — como ressuscitar a Europa em um todo integrado e funcional:

O Conselho dos Quatro não presta atenção a estes pontos, estando mais preocupado com outras coisas: Clemenceau, em esmagar a vida econômica do seu inimigo; Lloyd George, em fazer um acordo e trazer para casa algo que esteja à altura das exigências por uma semana; o presidente, em não fazer nada que não seja justo e direito. É um fato extraordinário que estes problemas fundamentais de uma Europa faminta e se desintegrando diante de seus olhos fosse exatamente o ponto para o qual era impossível chamar a atenção dos Quatro. Reparação foi a principal incursão deles pelo campo da economia, e lidaram com ela como um problema de teologia, de política, de manobra eleitoral, enfim, de todos os pontos de vista, exceto aquele que dizia respeito ao futuro econômico dos Estados, cujos destinos estavam em suas mãos.¹⁴

E ele seguiu adiante fazendo este aviso solene:

O perigo que nos desafia, no entanto, é o rápido aviltamento do padrão de vida das populações européias, a um ponto que vai significar a morte por fome de alguns (situação esta já alcançada na Rússia e quase alcançada na Áustria). Os homens não vão sempre morrer em silêncio. Pois a fome, que leva a alguma letargia e ao completo desespero, provoca outras reações tais como a nervosa instabilidade da histeria e o louco desespero. E os que assim sofrerem podem destruir o que restar de organização e submergir a civilização em sua tentativa desesperada de satisfazer as ineludíveis necessidades do indivíduo. Este é o perigo contra o qual nossos recursos, nossa coragem e nosso idealismo devem cooperar.¹⁵

O livro foi um imenso sucesso. A falta de funcionalidade do tratado já havia sido reconhecida no momento em que fora assinado, mas Keynes foi o primeiro a ver isto, a dizer isto e a sugerir sua revisão. Ele ficou conhecido como economista de extraordinária vi-

são, e quando, em 1924, o Plano Dawes começou o longo processo de desfazer o impasse de 1919, seu dom de profecia foi confirmado.

Então, Keynes tornou-se famoso, mas permanecia a questão do que fazer. Ele escolheu os negócios, aliás o negócio mais arriscado, e com um capital de alguns milhares de libras começou a especular nos mercados internacionais. Quase perdeu tudo, foi ajudado pelo empréstimo de um banqueiro que não o conhecia pessoalmente, mas que ficara impressionado com seu trabalho durante a guerra; recuperou-se e seguiu adiante reunindo uma fortuna então calculada em US\$ 2 milhões.¹⁶ Foi tudo feito da forma mais casual. Keynes desdenhava as informações internas — de fato, uma vez declarou que os negociantes de Wall Street poderiam fazer imensas fortunas se não prestassem atenção a informações “internas” — e seus oráculos não eram mais do que seus próprios minuciosos escrutínios das folhas de balanço, seu conhecimento enciclopédico das finanças, sua intuição para avaliar personalidades e o certo jeito que tinha para negócios. Ainda na cama, pela manhã, estudava os itens das informações financeiras, tomava decisões, telefonava dando as ordens e isso era tudo; o dia então ficava livre para dedicar-se a coisas mais importantes, como por exemplo a teoria econômica. Se daria muito bem com David Ricardo.

Fez dinheiro, por sinal, não apenas para si mesmo. Tornou-se tesoureiro do King's College e transformou um fundo de 30 000 libras em 380 000. Gerenciou um consórcio de investimentos e controlou as finanças de uma companhia de seguros de vida.¹⁷

Enquanto isso — havia sempre mais de uma coisa acontecendo ao mesmo tempo com Keynes —, escreveu para o *Manchester Guardian*, deu aulas regulares em Cambridge, nas quais temperava a teoria seca com a narração íntima dos ir-e-vir das personalidades dos mercados internacionais de valores, comprou mais quadros, mais livros e, depois de uma tumultuada vida amorosa com Lytton Strachey, Duncan Grant e alguns outros amantes, casou-se com Lydia Lopokova. A bailarina tornou-se a esposa do lente de Cambridge, um novo papel que, para surpresa (e alívio) dos amigos de Keynes, ela desempenhou com perfeição. Lydia abandonou a carreira profissional, é claro, mas um amigo em visita mais tarde falou de alarmantes barulhos vindos do andar de cima: ela continuava praticando sua arte.

Lydia era extremamente bonita e ele era o admirador adequado: não belo, mas alto e digno. Seu corpo largo e um tanto desajeitado formava o pedestal adequado para o rosto longo, trian-

gular e inquisitivo: nariz reto, o bigode conservado dos tempos de Eton, lábios cheios e expressivos, queixo um tanto desconcertante. Os olhos eram muito reveladores: sob sobranceiras arqueadas, podiam mostrar-se graves, gelados, faiscantes ou “suaves como os traseiros de abelhas em flores azuis”, como escreveu um editor, dependendo talvez de se ele estava agindo como emissário do governo, como especulador, como um dos astros de Bloomsbury ou como um admirador de balé.

Havia um estranho maneirismo: Keynes gostava de sentar-se como a variação inglesa de um mandarim chinês, com cada uma das mãos enfiadas nas mangas do outro braço. Era um gesto de dissimulação que se tornava tanto mais curioso por causa de seu interesse pelas mãos dos outros e o orgulho que tinha das suas. Na verdade, ele chegou ao extremo de mandar fazer moldes de suas mãos, das de sua esposa e falava em fazer uma coleção de moldes das mãos dos amigos; quando conhecia alguém, a primeira coisa em que reparava era a aparência das mãos: as palmas, dedos e unhas. Mais tarde, quando falou pela primeira vez com Franklin Roosevelt, anotou a seguinte descrição do presidente:

... Mas a princípio, é claro, não prestei atenção nestas coisas. Pois, naturalmente, minha atenção estava concentrada nas mãos dele. Firmes e fortes, mas não espartas ou refinadas, unhas curtas e redondas como as dos dedos de um homem de negócios. Não consigo desenhá-las direito, mas apesar de não serem diferentes (aos meus olhos), não são de tipo comum. No entanto, são também estranhamente familiares. Onde as vi antes? Passei dez minutos pelo menos consultando minha memória, como que procurando um nome esquecido, mal notando o que ele dizia sobre prata, equilíbrio orçamentário e funcionalismo público. Por fim lembrei: sir Edward Grey. Um mais sólido e americanizado sir Edward Grey.¹⁸

É duvidoso que Roosevelt tivesse escrito, como fez para Felix Frankfurter, “Tive uma boa conversa com K. e gostei dele imensamente”, se soubesse que estava sendo visto pelo interlocutor como a versão de homem de negócios de um Secretário de Assuntos Estrangeiros inglês.

Em 1935 sua carreira já estava estabelecida de forma brilhante. O livro sobre *Indian Currency and Finance* fora um tour

de force, se bem que pequeno; *The Economic Consequences of the Peace* foi um sucesso e o *Treatise on Probability* foi um triunfo equivalente, apesar de mais especializado. Eis um curioso incidente a respeito de seu último livro: Keynes estava jantando com Max Planck,¹⁹ o gênio matemático responsável pelo desenvolvimento da mecânica quântica, uma das mais surpreendentes conquistas da mente humana. A certa altura, Planck voltou-se para Keynes e disse-lhe que uma vez pensava em mudar para o ramo da economia, mas decidira não fazê-lo: era difícil demais. Keynes repetiu a história para um amigo em Cambridge. “Puxa, isso é estranho”, comentou o amigo. “Bertrand Russell disse-me outro dia que também pensara em mudar para a economia, mas concluiu que era fácil demais.”

Contudo, a matemática era apenas um trabalho paralelo, como todos sabemos; em 1923 seu *Tract on Monetary Reform* novamente fez o mundo erguer as sobrancelhas: Keynes investia contra o fetichismo do ouro, contra a peculiar passividade evidenciada pela abdicação do homem do controle consciente de suas próprias moedas e a transferência desta responsabilidade para o mecanismo impessoal de um padrão internacional do ouro. Claro, era um livro técnico, mas, como todos os trabalhos de Keynes, iluminava-se com frases especiais. Uma delas sem dúvida será acrescentada ao estoque de aforismos ingleses: falando sobre as conseqüências a “longo prazo” de algum venerável axioma econômico, Keynes escreveu secamente: “A longo prazo estaremos todos mortos”.

Então, além de tudo, em 1930 ele publicou *Treatise on Money* — uma longa, difícil, díspar, às vezes brilhante e às vezes instável tentativa de analisar o comportamento de toda a economia. O *Treatise* era um livro fascinante, pois tomava como ponto central a questão do que fazia a economia trabalhar de forma tão instável — ora com grande prosperidade, ora em terrível depressão.

A questão, é claro, absorveu a atenção dos economistas durante décadas. Sem considerar os grandes desastres financeiros especulativos — como o *crash* de 1929 e seus predecessores na História (vimos um assim na França do século dezoito, quando a *Mississippi Company* entrou em colapso) —, o curso normal do comércio parece evidenciar uma sucessão de expansões e contrações, como se fossem ondas sucessivas, que se pode comparar com uma espécie de respirar econômico. Na Inglaterra, por exemplo, os negócios foram ruins em 1801, bons em 1802, ruins em 1808, bons em 1810, ruins em 1815 e assim por diante por mais de cem anos; na América o padrão foi o mesmo, se bem que as datas variam um pouco.

O que está por trás desta alternância entre prosperidade e depressão? A princípio os ciclos de economias eram considerados uma espécie de desordem nervosa coletiva: “Os colapsos periódicos são realmente de natureza mental, dependendo de variações de esperança, desânimo, excitação, desapontamento e pânico”,²⁰ escreveu um observador, em 1867. Mas apesar desta declaração ser indubitavelmente uma boa descrição do estado mental em Wall Street ou na Lombard Street, em Lancaster ou Nova Inglaterra, deixa sem resposta a questão básica: o que causa a disseminação desta histeria nervosa?

Algumas explicações iniciais foram procurar a resposta do lado de *fora* do processo da economia. W. Stanley Jevons, que encontramos brevemente antes, aventurou uma explicação que colocou a culpa nas *manchas solares* — o que não é uma idéia tão louca quanto pode parecer. Jevons ficou impressionado pelo fato de os ciclos de negócios de 1721 a 1878 terem tido uma duração média de 10,46 anos de um *boom* para outro, e das manchas solares (que tinham sido descobertas em 1801 por sir William Herschel) mostrarem uma periodicidade de 10,45 anos. A correlação, Jevons estava convencido, era próxima demais para ser mero acidente. Manchas solares, pensou ele, causavam os ciclos climáticos, que causavam os ciclos da chuva, que causavam o ciclo das colheitas, que causavam os ciclos econômicos.

Não era uma teoria ruim — exceto por uma coisa. Um cálculo mais cuidadoso dos ciclos das manchas solares aumentou sua periodicidade para onze anos, e a bela correspondência entre a mecânica celestial e os caprichos dos negócios foi rompida. As manchas solares seguiram o caminho da astronomia e a procura dos fatores motivadores dos ciclos econômicos voltou-se para considerações mais terrenas.

Voltou-se, de fato, para uma área a princípio tortuosa, mas apontada intuitivamente por Malthus um século antes: a área da poupança. Talvez recordemos as dúvidas de Malthus — seu sentimento não articulado de que poupar poderia de alguma forma resultar em “penúria geral”. Ricardo zombou disto; Mill achou graça; e a idéia foi relegada ao submundo da economia. Dizer que poupar poderia ser uma fonte de problemas — porque isso era um ataque contra a parcimônia em si! Era quase imoral: Adam Smith não tinha escrito “O que é prudência na conduta de cada família em particular dificilmente poderia ser loucura em nível desta grande nação”?²¹

Mas quando os primeiros economistas recusaram-se a considerar que o poupar poderia ser um problema para a economia, não

estavam fazendo proselitismo moral; estavam apenas observando os fatos do mundo real.

No começo dos anos de 1800, aqueles que poupavam eram as mesmas pessoas que colocavam as poupanças em uso. No mundo duro de Ricardo e Mill, virtualmente as únicas pessoas que podiam poupar eram os ricos donos de terras, os capitalistas, e qualquer soma que reunissem *era* geralmente empregada em investimentos produtivos de um tipo ou outro. Assim as poupanças eram corretamente chamadas de “acumulação”, pois representavam uma moeda de dois lados; de um lado, uma soma de dinheiro, do outro, seu emprego imediato na compra de ferramentas, de terra ou de empreendimentos de construções para fazer mais dinheiro.

Mas por volta da metade do século dezenove a estrutura da economia mudou. A distribuição de riqueza aumentou e a possibilidade de economizar abriu-se para mais e mais membros da sociedade. E, ao mesmo tempo, o comércio ficou maior e mais institucionalizado; passou a procurar novos capitais não apenas nos bolsos dos gerentes-donos individuais mas também nos bolsos anônimos de todos que poupavam, no país inteiro. Assim, poupar e investir divorciaram-se um do outro — tornaram-se operações separadas, conduzidas por grupos separados de pessoas.

E isto provocou distúrbio na economia. Malthus estava certo, afinal de contas, apesar de não ter sido pelas razões que ele imaginava.

Esse distúrbio é muito importante, tão central para a questão da depressão que devemos dedicar alguns instantes para deixá-lo claro.

Vamos começar por entender como medimos a prosperidade de uma nação. Não é por seu ouro — a Índia atormentada pela pobreza é rica em ouro. Nem é por sua parte física — prédios, minas, fábricas e florestas não evaporaram em 1932. Prosperidade e depressão não são tanto questão de glórias passadas, mas sim de realizações no presente; assim, são medidas pela *renda* que obtemos. Quando muitos de nós, individualmente (e portanto todos nós coletivamente), temos altas rendas, a nação está bem; quando nossa renda individual total (ou nacional) cai, estamos em depressão.

Mas renda — renda nacional — não é um conceito estático. Realmente, a característica central de uma economia é o *fluxo* de renda de mão para mão. Com cada compra que fazemos, transferimos uma parte de nossas rendas para o bolso de outra pessoa. De forma similar, cada centavo de nossa própria renda, seja salário, aluguel ou juros, deriva em última análise do dinheiro que outra

pessoa gastou. Considere qualquer porção da renda que você recebe e ficará claro que ela originou-se no bolso de outra pessoa: quando ele ou ela contrata os seus serviços, quando frequenta sua loja ou compra o produto da corporação da qual você tem ações.

É por este processo de transferência de dinheiro de mão em mão que a economia se revitaliza constantemente.

Agora, em grande medida este processo de transferência ocorre de forma natural e sem impedimentos. Todos nós gastamos nossas rendas em bens para nosso próprio uso — com os chamados bens de consumo — e como continuamos comprando bens de consumo com regularidade, a transferência de uma grande porção de nossa renda nacional é garantida. O fato de que precisamos comer e nos vestir, de querermos diversão, garante um gasto regular e constante realizado por todos.

Até aqui tudo é muito simples e direto. Mas há uma parte de nossa renda que *não* vai diretamente para o mercado a fim de tornar-se a renda de outra pessoa: este é o dinheiro que economizamos, que poupamos. Se enfiarmos estas economias em um colchão, enfeixadas em maços de notas, estamos obviamente rompendo o fluxo circular da renda, uma vez que assim estaremos devolvendo à sociedade menos do que ela nos deu. Se tal processo de congelamento for alastrado e continuado, logo haverá uma cumulativa queda na entrada de dinheiro de todo mundo, pois ele seria cada vez menor e menos transferido de mão em mão. Estaremos sofrendo uma depressão.

Mas este rompimento perigoso no fluxo da renda não acontece normalmente, pois não congelamos nossas poupanças. Nós as colocamos em ações, em aplicações ou em bancos e, assim, tornamos possível que sejam usadas novamente. Desta maneira, se comprarmos mais ações transferiremos nossas poupanças diretamente ao sistema econômico; se colocamos nossas economias em um banco, serão usadas como empréstimos para um empresário que procura capital. Quer coloquemos as economias no banco ou as usemos para comprar títulos ou apólices de valores, existem canais para que as mesmas voltem à circulação através da atividade econômica. Quando nossas poupanças são usadas em transações comerciais, transformam-se no salário ou no lucro de alguém.

Mas, repare bem neste fato vital, não há nada *automático* no canal poupança-investimento. Os empresários não precisam de poupanças para realizar suas operações diárias; eles pagam suas contas com o que entra com as vendas. Os empresários precisam de poupanças apenas se estiverem *expandindo* suas operações, pois sua receita re-

gular não vai geralmente provê-lo com o capital necessário para construir uma nova fábrica ou ampliar substancialmente seu equipamento.

E é aí que começa o problema. Uma comunidade parcimoniosa vai sempre tentar poupar parte de sua renda. Mas os empresários nem sempre estão em condições de expandir suas operações. Quando o desempenho do negócio está fraco, seja por causa de “pletoras” em mercados particulares, porque a situação internacional é alarmante, porque empresários estão nervosos com a inflação ou por qualquer outra razão, o ímpeto de investir vai diminuir. Por que empresários iriam expandir suas instalações quando olham para o futuro com desconfiança?

E aí está a possibilidade de depressão. *Se nossas poupanças não forem investidas por empresas com negócios em expansão, nossas rendas vão declinar.* Estaremos na mesma espiral de contração como estaríamos se tivéssemos congelado nossas poupanças guardando-as no colchão.

Tal eventualidade pode ocorrer? Vamos ver. Mas, enquanto isto, note que se trata de um estranho e desapaixonado cabo-de-guerra. Aqui não há proprietários de terra gananciosos, nem capitalistas avarentos. Há apenas cidadãos e empresários virtuosos, prudentemente tentando economizar parte de seus ganhos e perfeitamente virtuosos negociantes que estão tentando, com a mesma prudência, decidir se a situação dos negócios garante o risco de comprar uma nova máquina ou construir um novo prédio. E, ainda assim, o destino da economia resulta destas duas difíceis decisões, pois se as decisões forem desencontradas — se o empresário investir menos do que a comunidade poupa, por exemplo —, a economia terá de se ajustar à contração depressiva. A questão vital da expansão ou do declínio depende disto mais do que de qualquer outra coisa.

A vulnerabilidade do nosso destino em meio ao equilíbrio de economias e investimentos é, de certa forma, o preço que pagamos pela liberdade econômica. Não existe este problema na União Soviética, nem havia no Egito dos faraós. Nos sistemas econômicos dirigidos por decretos, tanto as poupanças quanto os investimentos são determinados “lá em cima”, e um controle total sobre toda a vida econômica garante que as economias da nação serão usadas para financiar suas pirâmides ou usinas elétricas. Mas não é assim no mundo capitalista: nele, tanto a decisão de economizar quanto o ímpeto de investir são deixados por conta da livre iniciativa dos próprios atores econômicos. E como todas as decisões são livres, elas correm o risco de ficar fora de sincronia. Pode haver muito

poucos investimentos para absorver nossas poupanças ou muito poucas poupanças para sustentar nossos investimentos. A liberdade econômica é um estado altamente desejável, mas precisamos estar preparados para encarar suas possíveis conseqüências.

Quase perdemos de vista John Maynard Keynes e o *Treatise on Money*. Mas não é bem assim. Pois o *Treatise* foi uma brilhante exposição deste sobe-e-desce de poupanças e investimentos. A idéia não era original de Keynes, pois uma longa lista de importantes economistas já tinha apontado os papéis críticos destes dois fatores no ciclo econômico. Mas, como tudo em que Keynes tocava, as abstrações nuas da economia adquiriam novo brilho em sua prosa. Assim:

Tem sido habitual pensar na riqueza acumulada do mundo como tendo sido penosamente construída com a voluntária abstinência de indivíduos que deixam de aproveitar de imediato o consumo, o que podemos chamar Parcimônia. Mas deve ficar óbvio que mera abstinência não é bastante por si mesma para construir cidades ou drenar pântanos.

...É a capacidade de empreendimento que constrói e melhora as propriedades no mundo... Se o Empreendimento estiver ativo, a riqueza será acumulada qualquer que seja a situação da Parcimônia, mas se o Empreendimento estiver adormecido, a riqueza diminui, não importa o que esteja acontecendo com a Parcimônia.²²

No entanto, com toda sua brilhante análise, assim que Keynes escreveu *Treatise* rasgou-o, de forma figurativa, pois sua teoria do sobe-e-desce de poupanças e investimentos falhou em um ponto central: não explicava como uma economia poderia permanecer em um estado de prolongada depressão. Realmente, fazendo analogia a uma gangorra, parece que uma economia puxada para baixo por excesso de poupança deve, em um prazo relativamente curto, endireitar-se e subir.

Poupança e investimentos — Parcimônia e Empreendimento — não são atividades econômicas totalmente desconexas. Pelo contrário, são amarradas juntas no mercado, onde empresários “compram” poupanças ou pelo menos as tomam emprestado no mercado de dinheiro. As poupanças, como qualquer outro bem, têm seu preço: a taxa de juros. Portanto (assim parecia), no ponto mais baixo de uma depressão, quando há um excesso de poupanças, o preço de-

veria declinar — exatamente como, quando há excesso de sapatos, o preço dos sapatos cai. E quando o preço das poupanças diminui — quando o nível dos juros cai — o incentivo para investir parece crescer proporcionalmente: se uma nova fábrica for cara demais para implantá-la quando o dinheiro para o investimento custa 10%, implantá-la não parecerá muito mais lucrativo quando o dinheiro puder ser obtido por apenas 5%?

Assim, a teoria da gangorra parece dizer que há um sistema automático de segurança instalado no próprio ciclo econômico; que quando as poupanças ficam abundantes demais, tornam-se mais baratas para serem emprestadas e portanto haveria incentivo para os investimentos nos negócios. A economia iria se contrair, diz a teoria, mas com certeza depois voltaria a crescer.

Mas isto foi exatamente o que não aconteceu na Grande Depressão. Os juros caíram, mas nada aconteceu. Os velhos remédios voltaram a ser aplicados — uma gota de alívio local e uma grande dose de esperança no futuro — e ainda assim o paciente não se recuperou. Pela lógica, algo estava faltando na bela fórmula onde o nível dos juros sempre acompanhava o sobe-e-desce da gangorra de poupança e investimento para manter o equilíbrio. Algo mais devia estar impedindo o crescimento da economia.

O livro principal de Keynes estava fermentando havia algum tempo. “Para compreender meu estado mental”, ele escreveu a George Bernard Shaw em 1935 — ele acabara de ler Marx e Engels, seguindo a sugestão de Shaw e não gostara muito deles — “... você precisa saber que eu creio estar escrevendo um livro sobre a teoria econômica que vai causar uma grande revolução — não imediatamente, mas no decorrer dos próximos dez anos — no modo como o mundo pensa sobre os problemas econômicos ... Não espero que você ou qualquer outra pessoa acredite nisto no atual momento. Mas eu mesmo não apenas espero que isto aconteça: em meu íntimo, tenho plena certeza.”²³

Ele estava, como sempre, totalmente certo. O livro foi uma bomba. É duvidoso que Shaw o teria reconhecido como tal se tivesse tentado digeri-lo. Seu título era proibitivo, *The General Theory of Employment, Interest and Money*, e um conteúdo ainda mais proibitivo: pode-se imaginar Shaw rolando os olhos ao ver na página 25: “Seja Z o preço da oferta agregada da produção com o emprego de N homens, e a relação entre Z e N sendo escrita como $Z = \phi(N)$ que podemos chamar de Função da Oferta Agregada”. E se isto

não bastasse para assustar qualquer um, havia uma grande carência no campo da ação social que o homem comum passara a esperar depois de leitura cuidadosa de Smith, de Mill ou de Marx. Aqui e ali havia passagens maravilhosas — há uma famosa, comparando a escolha de ações e a escolha das vencedoras de um concurso de beleza —, mas as passagens vêm como oásis entre desertos de álgebra e análise abstrata.

E ainda assim o livro foi revolucionário: nenhuma outra palavra o descreveria melhor. Chegava ao ponto central da economia da mesma forma como *The Wealth of Nations* e *O Capital* haviam feito.

Acontece que *The General Theory* chega a uma conclusão surpreendente e perturbadora: não havia, afinal de contas, nenhum mecanismo de segurança! Em vez de uma gangorra que sempre se equilibraria, a economia mais se parecia com um elevador: podia estar subindo ou descendo, mas também poderia estar completamente parada. E podia, igualmente, parar tanto no térreo quanto no alto do poço. Uma depressão, em outras palavras, não iria afinal de contas curar a si mesma, e a economia poderia ficar estagnada por anos, como um barco numa calmaria.

Mas como isto podia acontecer? A enchente de poupanças no ponto mais baixo da depressão não iria puxar para baixo os juros, e isto, por sua vez, não induziria os negociantes a usar o dinheiro barato para expandir suas fábricas?

Keynes descobriu a falha deste argumento no fato mais simples e óbvio (depois de ter sido apontado) da vida econômica: *não haveria excesso de poupanças no fundo do poço*. O que ocorre quando uma economia entra em depressão é que os rendimentos se contraem; e quando os rendimentos se contraem as poupanças são espremidas. De que modo uma comunidade poderia poupar, quando todos estão sem dinheiro, da mesma maneira que poupava quando todos estavam com dinheiro, ou seja, no período de prosperidade?, perguntava Keynes. É evidente que não podia. O resultado de uma depressão não seria uma plethora de poupanças, mas uma redução das mesmas; não uma torrente de poupanças, mas sim um pequeno fio de água.

E assim foi, de fato. Em 1929 os cidadãos particulares americanos pouparam US\$ 3,7 bilhões; em 1932 e 1933 nada foi poupado — de fato, estavam inclusive gastando as poupanças feitas nos anos anteriores. Corporações, que pouparam US\$ 42,6 bilhões no auge do crescimento, depois de pagar impostos e dividendos, encontravam-se perdendo perto de US\$ 6 bilhões três anos depois.

Era claro que Keynes estava certo: poupar era uma espécie de luxo que não sobrevivia em tempos difíceis.

Mas a maior consequência deste declínio nas poupanças tinha significado mais importante do que apenas a perda de segurança individual que o declínio provocava. A maior consequência era que a economia encontrava-se em uma condição de paralisia exatamente quando precisava ser mais dinâmica. Pois se não havia excedente de poupanças, não havia pressão na taxa de juros para encorajar os negociantes a pedir empréstimos. Se não havia empréstimos e gastos com investimentos, não havia ímpeto de expansão. A economia não se moveria um centímetro: permaneceria em uma condição de “equilíbrio”, apesar da presença de desempregados, de equipamentos e de fábricas subutilizados.

Assim, dava-se o paradoxo da pobreza em meio à fartura e a anomalia de homens e máquinas sem ter o que fazer. No ponto mais fundo do poço havia uma contradição implacável entre a necessidade de bens e a insuficiência de produção. Mas a contradição era puramente moral, pois a economia não opera para satisfazer os *desejos* humanos — desejos são sempre tão amplos quanto os sonhos. Ela produz mercadorias para satisfazer a *demanda* — e a demanda é do exato tamanho da capacidade da carteira de uma pessoa. Portanto, os desempregados eram pouco mais do que zeros econômicos; eles poderiam estar na Lua, no que se refere à influência que exerciam no mercado.

É de se esperar, uma vez que os investimentos declinavam e a economia encolhia, instalava-se a miséria social. Mas não — como Keynes observou — uma miséria social *efetiva*: a consciência nacional não seria um substituto eficiente para investimentos adequados. Ao contrário, como as poupanças declinavam juntamente com os investimentos, o fluxo econômico continuava a ocorrer sem problemas, sem ser afetado pelo fato de que era menor do que antes.

Um estado peculiar de coisas, realmente: uma tragédia sem vilão. Ninguém pode acusar a sociedade por poupar, quando a poupança é aparentemente uma virtude pessoal. Do mesmo modo, é também impossível acusar os negociantes por não investirem quando ninguém gostaria mais do que eles de fazê-lo, desde que houvesse uma chance razoável de sucesso. A dificuldade não é mais moral, nem uma questão de justiça, de exploração, ou mesmo tolice humana. É uma dificuldade técnica, quase uma falha mecânica. Mas nem por isto seu preço é menos alto. O preço da inatividade é o desemprego.

E aqui está o fato mais difícil de digerir. A disposição de

investir não pode prosseguir indefinidamente. Mais cedo ou mais tarde, os investimentos vão se contrair.

Em determinado momento, toda indústria fica limitada pelo tamanho do mercado que abastece. Vamos tomar o exemplo das ferrovias dos anos de 1860 — um período de vastos investimentos em novas ferrovias. Os primeiros magnatas das ferrovias não estavam construindo para os mercados dos anos de 1960; se continuassem estendendo os trilhos que a economia iria precisar dali a cem anos, construiriam linhas para cidades não existentes em territórios desabitados. Assim, eles construíram o que podia ser usado e então pararam. Aconteceu o mesmo com a indústria automobilística. Mesmo que Henry Ford tivesse conseguido capital para construir a fábrica de River Rouge de 1950 em 1910, ele teria falido em um instante; as estradas, os postos de abastecimento, a *demand*a por tantos carros simplesmente não existia. Ou, para trazer o assunto um pouco mais para o presente, as empresas americanas gastaram mais de US\$ 700 bilhões em 1990 para ampliar seu equipamento durável. Mas não gastaram US\$ 1 trilhão, apesar de que um dia provavelmente virão a fazê-lo. Em 1990 ninguém poderia usar *tanta* capacidade.

Deste modo, os investimentos têm seu padrão típico: a princípio, avidez em tirar vantagem de uma nova oportunidade; depois, a cautela impede que o entusiasmo construa mais do que deve; a seguir, a inatividade quando o mercado estiver momentaneamente satisfeito.

Se quando cada projeto de investimento parasse, outro aparecesse imediatamente, nunca haveria depressão. Mas não é assim que acontece. O mero fato de que os desejos humanos são vastos não significa que *qualquer* investimento vai pagar a si mesmo; a economia está cheia de negócios que morreram por causa de uma expansão exagerada. Muitos investimentos precisam mais do que o estímulo das expectativas; precisam de algo mais concreto, de alguma nova invenção, de algum modo melhor para fazer as coisas, algum produto intrigante para chamar a atenção do público. E tais oportunidades, como qualquer empresário reconhecerá, não estão sempre à mão.

Portanto, quando um investimento morre, pode não haver outro pronto para ocupar a vaga. Se houver, ou seja, se os investimentos mantiverem o tamanho, apesar de mudar sua composição, a economia seguirá adiante sem grandes alterações. Mas se não houver outro pronto para substituir o investimento que morreu, a contração vai começar.

Olhando para a vulnerabilidade intrínseca do sistema, Keynes escreveu:

O Antigo Egito era duplamente afortunado e sem dúvida deve a isto sua fabulosa riqueza, pois possuía *duas* atividades: a construção de pirâmides e a busca de metais preciosos, cujos frutos, já que não podiam servir aos desejos humanos sendo consumidos, não se deterioravam com a abundância. A Idade Média construiu catedrais e cantou hinos fúnebres. Duas pirâmides, duas missas para os mortos são duas vezes melhores do que uma; mas não se dá o mesmo com duas ferrovias ligando Londres a York.²⁴

Portanto, este era o sombrio diagnóstico de *The General Theory*: *Primeiro, uma economia em depressão pode permanecer assim. Não há nada inerente no mecanismo econômico para tirá-la deste estado. Pode-se ter “equilíbrio” com desemprego, mesmo desemprego maciço.*

Segundo, prosperidade depende de investimento. Se caírem os capitais das empresas para gastos com equipamentos, uma espiral de contração pode ocorrer. Irá seguir-se uma espiral de expansão apenas se os investimentos aumentarem.

E, terceiro, o investimento era uma roda motriz não confiável da economia. Incerteza e falta de confiança estão no âmago do capitalismo. Mesmo sem erros dos empresários, ele era constantemente ameaçado pela saciedade e a saciedade significa declínio econômico.

Certamente, era uma visão perturbadora. Mas teria sido algo estranho em Keynes contentar-se em fazer um diagnóstico negro e deixar a coisa assim. Com toda sua profecia de perigo, *The General Theory* nunca teve a intenção de ser um livro negativo. Pelo contrário, expressa uma promessa e propõe uma cura.

Na verdade, a cura começara antes de sua prescrição ter sido escrita; o remédio estava sendo aplicado antes de os médicos terem certeza do que era preciso fazer. Os Cem Dias do *New Deal*¹⁴ liberaram a torrente de legislação social que esperava há vinte anos por trás da barragem da apatia governamental. Estas leis serviam para melhorar o nível social e o moral de uma nação descontente. Mas não era a legislação social que estava designada

14 *New Deal*, expressão inglesa que significa Nova Política e designou o programa de intervenção econômica estatal adotado pelo presidente norte-americano Franklin D. Roosevelt, logo após sua eleição em 1933, visando a combater os efeitos da GRANDE DEPRESSÃO. (N. do T.)

para revitalizar o paciente. Esta missão foi destinada deliberadamente aos gastos do governo para estimular a economia.

Isto começou como simples artifício para aliviar o problema do desemprego. O desemprego chegara a um ponto no qual algum tipo de ação era exigido pela pura necessidade política — afinal de contas, era um momento em que ocorriam saques em Dearborn e aconteciam marchas de esfarrapados em Washington, quando famílias se aninhavam, em busca de calor, junto aos incineradores dos edifícios municipais e até mesmo procuravam restos de comida nos caminhões de lixo. O alívio era essencial e começou com Hoover; então, com Roosevelt, o alívio assumiu a forma de pequenos trabalhos úteis, e os pequenos trabalhos úteis se transformaram em uma empreitada construtiva. O governo tornou-se de súbito um grande investidor: estradas, barragens, auditórios, aeroportos, portos e projetos de casas emergiram.

Keynes foi a Washington em 1934 — ocasião em que fez as anotações sobre a impressão que tivera das mãos do presidente Roosevelt — e declarou que o programa devia ser mais extenso. As estatísticas mostraram que os investimentos privados estavam muito baixos: a expansão dos negócios, que injetara US\$ 15 bilhões em salários e lucros em 1929, caíra para o número irrisório de US\$ 886 milhões em 1932 — uma queda de 94%. Algo tinha de fazer funcionar de novo o motor dos investimentos que levaria o elevador da economia para o alto do poço e ele achava que os gastos do governo deviam agir como tal estímulo, incentivando o poder de compra geral da nação, “acionar a bomba,” era como diziam na época.

Assim, quando *The General Theory* apareceu, em 1936, o que oferecia era não tanto um programa novo e radical, porém mais uma defesa de um curso de ação que já tinha sido aplicado. Uma defesa e uma explicação. *The General Theory* dizia que a catástrofe que atingira a América e, realmente, todo o mundo ocidental, era apenas a consequência da falta de investimentos suficientes por parte dos empresários. E que, portanto, o remédio era perfeitamente lógico: se as empresas não podiam se expandir, o governo devia tomar a tarefa para si.

Mal contendo o tom de censura, Keynes escreveu:

Se o Tesouro enchesse garrafas velhas com notas bancárias, se as enterrasse a profundidades adequadas em minas de carvão abandonadas que fossem então enchidas até o alto com escória e deixasse que os empreendimentos

privados, com princípios bem fixados de livre-iniciativa, as desenterrassem... não haveria mais desemprego e, com a ajuda das repercussões, o rendimento real da comunidade provavelmente se tornaria bem maior do que é. Seria, realmente, mais sensato construir casas e coisas afins; mas se houver problemas práticos para fazer isto, o descrito acima seria melhor que nada.²⁵

Para alguns, sem dúvida, devia parecer que os projetos mais heterodoxos do governo não eram mais aceitáveis que a estranha proposta de Keynes. Mas, agora, por fim, eles tinham um raciocínio como base: se a empresa privada se mostrasse incapaz de levar adiante um programa de investimentos suficientemente grande, então o governo deveria fazê-lo da melhor forma possível — a necessidade de estímulo de algum tipo era tão imperativa que praticamente qualquer coisa era melhor que nada.

E se o investimento não pudesse ser estimulado diretamente, então o consumo poderia. Enquanto o investimento é um elemento caprichoso do sistema, o consumo proporciona o grande patamar no qual se apóia a atividade econômica; deste modo, pensava-se que os projetos de obras públicas atacariam o problema com uma faca de dois gumes: ajudando diretamente a manter o poder de compra das pessoas que de outra forma permaneceriam desempregadas e liderando o caminho para a retomada da expansão privada dos negócios.

Em 1934, Keynes escreveu em uma carta para o *The New York Times*: “Vejo o problema da recuperação à seguinte luz: quando as empresas privadas virão em socorro? Em que escala, com quais expedientes e por quanto tempo os gastos extraordinários do governo devem ser mantidos?”²⁶

Repare na palavra “extraordinários”. Keynes não via o programa governamental como uma interferência permanente no curso dos negócios. Ele o via como dando uma ajuda a um sistema que tinha escorregado e lutava para recuperar o equilíbrio.

Parecia ser a essência do bom senso: de fato *era* a essência do bom senso. E ainda assim o programa de “acionar a bomba” nunca levou aos resultados que seus planejadores esperavam. O gasto total do governo, que ficou no patamar dos US\$ 10 bilhões de 1929 a 1933, subiu para US\$ 12 bilhões, US\$ 13 bilhões e então US\$ 15 bilhões em 1936. Os investimentos privados reagruparam-se e recuperaram dois terços de suas perdas: empresas particulares

investiram US\$ 10 bilhões em 1936. A renda nacional e o consumo nacional subiram 50 por cento depois de três anos de injeções governamentais. E ainda assim havia desemprego; era uma situação manejável, no entanto ainda havia 9 milhões de desempregados — o que dificilmente seria o prenúncio de uma nova era econômica.

Havia duas razões de por que a cura não funcionou melhor. Primeiro, o programa de gastos do governo nunca foi levado adiante nas extensões absolutas que seriam necessárias para ajudar a economia a acabar totalmente com o desemprego. Depois, na Segunda Guerra Mundial, os gastos do governo subiram à monumental marca de US\$ 103 bilhões: isto ocasionou não apenas o fim do desemprego, mas também a inflação. Porém, dentro do quadro de uma economia em tempos de paz dos anos trinta, tal nível de investimento era impossível; realmente, até mesmo um modesto programa de investimento governamental logo provocou comentários de que o governo federal estava extrapolando seus limites. Para tornar as coisas piores, o *Federal Reserve Board* estava com mais medo da inflação (no fundo de uma depressão!) do que do desemprego, e as políticas estabelecidas foram para *desencorajar* os empréstimos bancários.

A segunda razão estava intimamente ligada à primeira. Nem Keynes nem os investidores do governo levavam em conta que os beneficiários deste novo remédio poderiam considerá-lo pior do que a doença. Isto foi *interpretado* pelos mundo dos negócios como um gesto de ameaça.

E nem isto foi surpresa. O *New Deal* ocorreu em meio a uma onda de sentimento antinegócios; valores e padrões que tinham se tornado virtualmente sacrossantos viram-se de súbito sujeitos a escrutínio e críticas descrentes. Todo o conceito de “direito de iniciativa”, “direito de propriedade” e o “papel do governo” foi duramente abalado; em alguns anos pedia-se ao mundo dos negócios que esquecesse suas tradições de inquestionável preeminência e que adotasse uma nova filosofia de cooperação com os sindicatos, aceitação de novas regras e regulamentos, reformas de muitas de suas práticas. Não era de admirar que vissem o governo em Washington como inimigo, tendencioso e totalmente radical. E não era de admirar, em tal atmosfera, que sua avidez por realizar investimentos em alta escala fosse impedida pela insegurança sentida neste clima nada familiar.

Assim, cada esforço do governo em realizar um programa de magnitude suficiente para acabar com o desemprego — provavelmente um programa pelo menos duas vezes maior do que de fato

ocorreu — era acusado de ser evidência de tendências socialistas. E, ao mesmo tempo, as meias medidas que o governo realizou foram o suficiente apenas para assustar os negociantes que por isto não realizavam um esforço em escala total por conta própria. Era uma situação não muito diferente da muitas vezes encontrada na medicina: o remédio cura o paciente de uma doença, mas o enfraquece com seus efeitos colaterais. Os gastos governamentais nunca curam realmente a economia — não porque isto não seja economicamente viável, mas porque é ideologicamente perturbador.

Não era intenção que fosse assim perturbador; era uma política nascida do desespero e não de um projeto. Se o governo não começasse a abrir a válvula dos gastos públicos, os investimentos privados acabariam por liderar o caminho: sempre fora assim no passado e, apesar da severidade da Grande Depressão, com o tempo eles acabariam reencontrando o caminho. Mas era impossível esperar. O povo americano esperara por quatro longos anos e não tinha paciência para esperar mais. Os economistas começaram a falar em *estagnação* como a condição crônica do capitalismo. A voz de Marx soava mais alta do que nunca; muitos diziam que o desemprego era a primeira evidência de que Marx estava certo. O murmúrio de Veblen era discernível na passageira moda dos tecnocratas, que queriam chamar a atenção não dos proletários mas dos técnicos. E havia a voz, ainda mais arrepiante, que nunca cansava de repetir que Hitler e Mussolini sabiam o que fazer com os desempregados *deles*. Nesta mistura de remédios e políticas de ação desesperadas, a mensagem de *The General Theory*, a voz civilizada de Keynes, era certamente moderada e tranquilizadora.

Enquanto propunha uma política de capitalismo gerenciado, Keynes não se opunha às empresas privadas. “É melhor que um homem tire sua conta bancária do que seus concidadãos”,²⁷ escrevera ele em *The General Theory*, e chegou ao ponto de dizer que se o governo se preocupasse apenas em garantir investimentos privados suficientes, o manejo da imensa maioria da economia poderia e deveria ser deixado para a iniciativa privada. Em retrospecto, *The General Theory* não era uma solução radical; era, ao contrário, uma explicação de por que um remédio inevitável devia funcionar. Se uma economia em calmaria seguisse indefinidamente ao sabor da correnteza, o preço da inatividade do governo poderia ser mais grave do que as consequências de ousadas tentativas não-ortodoxas.

A verdadeira questão era moral e não econômica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o professor Hayek es-

creveu um livro, *The Road of Serfdom*, que apesar de todos os seus exageros, continha um sentimento profundo e uma condenação irrefutável da economia ultraplanejada. Keynes simpatizou com o livro e gostou dele. Mas enquanto o elogiava, escrevia para Hayek:

Eu concluiria... de forma diferente. Diria que o que queremos não é que deixe de haver planejamento, nem mesmo que haja menos planejamento, apesar de ser meu dever dizer que quase certamente nós queremos mais. No entanto, o planejamento moderado para ocorrer com segurança deve contar com o maior número de participantes possível, tanto líderes quanto liderados. O planejamento moderado seria bastante seguro se aqueles que o fizessem fossem corretamente orientados seus corações e mentes quanto a questões morais. Isto de fato já é verdade quanto a alguns deles. Mas o problema é que há também uma boa parte de pessoas que se pode considerar que querem o planejamento não para aproveitar seus frutos, mas porque moralmente têm idéias exatamente opostas às suas, por não querer servir a Deus nenhum, mas ao diabo.²⁸

Seria isto, talvez, uma esperança ingênua? O capitalismo pode ser manipulado, no sentido que os planejadores do governo podem *abrir* ou *fechar* a torneira dos gastos de uma forma a suplementar, mas nunca deslocar, os investimentos privados? O assunto ainda está de pé, ainda não foi resolvido.

Mas não vamos debatê-lo aqui; vamos deixar esta discussão para o próximo capítulo. Aqui estamos lidando com o homem Keynes e suas crenças, por mais errôneas que possamos considerá-las. E seria um grave erro de julgamento colocar este homem, cujo objetivo era resgatar o capitalismo, no campo daqueles que querem submergi-lo. Verdade, ele propunha a “socialização” do investimento, apesar de nunca ter sido muito claro sobre o que queria dizer; mas se ele sacrificava uma parte, era para salvar o conjunto.

No íntimo ele era um conservador — um admirador de Edmund Burke e da tradição de governo limitado que Burke defendia. “Como posso aceitar a doutrina [comunista]”, escreveu ele em 1931, quando a visão não era de forma alguma compartilhada por muitos, “que é colocada como uma Bíblia, acima de qualquer crítica, um texto obsoleto que eu sei ser não apenas cientificamente errôneo, mas também sem interesse ou aplicação no mundo moderno? Como

posso adotar um credo que, preferindo a lama ao peixe, exalta o rude proletário acima do burguês e dos intelectuais que, com todas as suas faltas, são a qualidade de vida e, sem dúvida, levam as sementes de todas as aquisições humanas?”²⁹

Uma pessoa pode sofismar com as teorias de Keynes, com seu diagnóstico e com sua cura — apesar de que, por justiça, deve ser dito que nenhuma outra teoria tão bem pensada, nenhum diagnóstico mais profundo ou nenhuma cura mais convincente foram propostos por aqueles que insistiam em dizer que Keynes era apenas um intrometido maléfico com um sistema que funcionava bem demais. Mas ninguém poderia contradizer seu objetivo: a criação de uma economia capitalista na qual o desemprego, a maior e mais grave ameaça à sua continuidade, seria largamente eliminado.

Ele era um homem incapaz de fazer apenas uma coisa por vez. Enquanto elaborava *The General Theory* em sua mente, estava construindo um teatro em Cambridge com seu dinheiro. Era uma empreitada típica de Keynes. Começando com perdas, o teatro saiu do vermelho em dois anos e seu sucesso artístico foi imenso. Keynes estava em todos os lugares ao mesmo tempo: como apoio financeiro, vendedor de entradas (uma vez, quando o bilheteiro não apareceu), marido da principal estrela (Lydia representou Shakespeare, com críticas extremamente boas) e até mesmo como concessionário. Abriu um restaurante junto do teatro e olhava com ciúme seus rendimentos, fazendo gráficos para compará-los com os diferentes tipos de apresentações do teatro, a fim de determinar a variação do consumo de comida em relação ao estado de humor do público. Havia também um bar, onde champanhe era vendida a um preço especialmente baixo para promover seu maior consumo. Foi provavelmente o mais agradável interlúdio em sua vida agradável.

Mas não durou muito. Em 1937 sua história de sucesso foi interrompida; ele sofreu um ataque cardíaco e foi forçado a parar de trabalhar. Bem, parar em termos relativos. Keynes continuou fazendo negócios, editando o *Economic Journal* e escrevendo alguns poucos artigos brilhantes em defesa de *The General Theory*. Um acadêmico dissera, sobre seu livro: “Einstein fez pela Física o que o sr. Keynes acredita ter feito pela Economia”,³⁰ e Keynes não era homem de deixar sem resposta a ataques deste tipo. Quando queria, ele podia fazer sua pena ficar ácida e passou a trabalhar sistematicamente para demolir as críticas, isoladas ou em conjunto; às vezes com sarcasmo, ocasionalmente com brilho e não raramente

com petulância: “O sr. X *recusa-se* a me compreender”, esta queixa parecia pairar, como um suspiro de desespero, sobre muitas de suas breves comunicações.

Mas a guerra aproximava-se; Munique foi seguida por algo pior. Keynes viu com indignação as pusilânimes cartas de alguns esquerdistas ao *New Statesman and Nation*, em cuja direção ele encontrara tempo para atuar. Escreveu em suas colunas: “Sem dúvida é impossível acreditar que pode realmente haver uma pessoa como ‘Um Socialista’! Eu não creio em sua existência”, e, então, “Quando vieram as demonstrações, tinham se passado meras quatro semanas antes de eles lembrarem que são pacifistas e escreverem cartas derrotistas para suas colunas, deixando a defesa da liberdade e civilização para o *Colonel Blimp* e para a *Old School Tie*, aos quais elevo três vivas.”³¹

Quando a guerra veio, Keynes estava doente demais para ser um membro permanente do governo. Deram-lhe uma sala no Tesouro e usaram seu cérebro. Ele já tinha escrito um outro livro, *How to Pay for the War*, um ousado plano que pedia “poupanças compulsórias” como principal meio de financiar a guerra. O plano era simples: uma parte de todo salário seria automaticamente investido em ações do governo que não estariam disponíveis para resgate senão após o final da guerra. Então, quando se reavivasse o consumo, os certificados de poupança poderiam ser pagos.

Poupança compulsória — que diferença dos seus primeiros esforços em conseguir uma espécie de investimento compulsório! Mas a mudança foi momentânea e não aconteceu no modo de pensar de Keynes. O velho problema havia sido poucos investimentos, e seu sintoma, o desemprego. O novo problema era excesso de investimentos — um esforço maciço pelo armamento — e seu sintoma, a inflação. Mas o quadro de *The General Theory* era tão útil para compreender a inflação quanto fora para compreender o oposto da inflação: o desemprego. O quadro apenas se invertera. Agora, mais e mais dinheiro era repassado a cada volta da roda, em vez de menos e menos. Conseqüentemente, a cura era o oposto do tônico para a depressão. Antes Keynes pedira que os investimentos fossem sustentados por todos os meios disponíveis; agora pedia que as pessoas fizessem poupança.

Este ponto é importante porque muitos julgaram Keynes, erroneamente, um economista que favorecia a inflação. Ele favorecia a “reflação” (um aumento dos ganhos e não dos preços) nas profundezas da depressão. Mas pensar que ele favorecia a inflação

apenas para proteger a inflação era esquecer uma passagem como esta de *The Economic Consequences of the Peace*:

Diz-se que Lênin declarou que o melhor modo de destruir o Sistema Capitalista era criar excesso de dinheiro. Por um contínuo processo de inflação, os governos podem confiscar, secreta e inobservadamente, uma parte importante das riquezas dos cidadãos. Por este método eles não apenas confiscam, mas confiscam *arbitrariamente...* Lênin estava certo. Não há meio mais sutil, ou mais seguro, de destruir as bases existentes da sociedade do que o excesso de dinheiro. O processo empenha todas as forças ocultas da lei econômica do lado da destruição e o faz de um modo que nem sequer um homem em um milhão é capaz de diagnosticá-lo.³²

Mas apesar da lógica e do apelo — Keynes relevou o fato de que seu plano de contenção de poupanças iria servir para ampliar a distribuição de riquezas, tornando a todos proprietários de papéis do governo —, o plano falhou em conseguir muito apoio. Era novo demais; os velhos métodos de taxaço, de racionamento e de ação voluntária de economizar eram armas testadas e confiáveis da guerra financeira. Um sistema de diminuição de crédito era visto como floreio ornamental e nunca alcançou o lugar de destaque que Keynes via para ele.

Mas não teve tempo de lamentar a fria recepção; estava agora totalmente empenhado no esforço britânico de guerra. Em 1941 voou via Lisboa para os Estados Unidos. Seria a primeira de seis viagens; Lydia foi com ele como enfermeira e guardiã. Desde seu primeiro ataque cardíaco ela assumira o papel de controladora do tempo de seu infatigável marido, e muitos dignitários foram, educada mas firmemente, convidados a se retirar quando seu tempo de visita acabava. “Está na hora, senhores”, dizia Lydia, e as conversas terminavam.

Suas viagens aos Estados Unidos envolveram o precário problema das finanças de guerra da Grã-Bretanha e a questão ameaçadora do que iria acontecer no terrível período pós-guerra. A Grã-Bretanha não era a única preocupada; os Estados Unidos também queriam lançar as fundações de um novo fluxo de negócios internacionais que evitariam as desesperadas guerras financeiras que muito habitualmente levavam à guerra. Um Banco Internacional e um Fundo Monetário Internacional seriam estabelecidos como guardiães do fluxo internacional do dinheiro; em lugar da antiga

ordem de matar-ou-morrer, onde cada nação lutava para superar as demais, haveria um novo esforço de cooperação para ajudar uma nação que se encontrasse em dificuldades financeiras.

A conferência final ocorreu em Bretton Woods, New Hampshire. Keynes, apesar da doença e do cansaço, dominou claramente a conferência; não por fazer com que todos seus pontos fossem aceitos, pois o plano final foi muito mais próximo das propostas americanas do que das inglesas, mas sim em virtude de sua personalidade. Um dos delegados dá-nos uma visão do homem neste trecho de seu diário:

Esta tarde, participei de uma celebração particularmente *recherché*. Hoje é o 500º aniversário do Pacto entre o King's College, de Cambridge, e o New College, de Oxford, e, para comemorar a ocasião, Keynes realizou um pequeno banquete em seu quarto... Keynes, que esperava este evento havia semanas tão agitado como um escolar, estava com uma disposição encantadora. Fez um discurso especial... Foi um interessante exemplo da curiosamente complexa natureza deste homem extraordinário. Tão radical em questões puramente intelectuais, em temas de cultura ele é um verdadeiro conservador Burkeano. Foi tudo muito *pianissimo*, como era adequado à ocasião, mas seu sentimento, quando falou de nosso débito para com o passado, foi realmente emocionante.³³

Quando Keynes fez seu discurso final,³⁴ na conclusão da conferência, "Se pudermos continuar em uma tarefa maior, como começamos nesta tarefa limitada, há esperança para o mundo", os delegados ergueram-se para aplaudi-lo.

Como sempre, seus esforços maiores não impediram outros menores. Ele foi feito Diretor do Banco da Inglaterra ("Cada qual irá supor o que diferencia uma mulher honesta da outra", declarara ele) e chefe de um novo comitê governamental que se preocupava com música e artes. Assim, enquanto carregava o peso de representar o ponto de vista britânico em um conselho econômico internacional, ele também mantinha contato com músicos viajantes, o *Vic-Wells Ballet*, leitura de poesias e exposições em bibliotecas. E é claro que continuava colecionando: conseguiu para a Biblioteca Folger um exemplar raro de Spenser e explicou, mostrando-se um tanto culpado, ao bibliotecário que usara a sacola de correspondência do Ministério de Relações Exteriores para que enviassem o catálogo.

E as honrarias começaram a chegar. Foi elevado à nobreza: era então lorde Keynes, barão de Tilton, uma propriedade que comprara no meio da vida apenas para descobrir, para seu deleite, que um dos ramos da família Keynes fora no passado proprietária daquelas terras. Havia diplomas honorários a receber em Edimburgo, na Sorbonne e em sua própria universidade. Havia uma indicação para a Quadro de Curadores da Galeria Nacional. E havia ainda mais trabalho: o primeiro empréstimo à Grã-Bretanha tinha de ser negociado e Keynes, é claro, recebeu a tarefa de apresentar o ponto de vista de seu país. Quando retornou desta viagem e um repórter lhe perguntou se era verdade que a Inglaterra seria agora o quadragésimo nono Estado dos Estados Unidos, a resposta de Keynes foi sucinta: “Não teremos tal sorte”.³⁵

Em 1946 tudo acabou. Ele voltou a Sussex para ler, descansar e preparar a retomada das aulas em Cambridge. Uma manhã acordou tossindo um pouco. Lydia correu para o seu lado; ele estava morto.

Os serviços fúnebres foram realizados na Abadia de Westminster. Seu pai, John Neville Keynes, com noventa e três anos, e a mãe, Florence, compareceram. O país lamentou a perda de um grande líder, que se ia exatamente quando sua sagacidade e sabedoria eram mais necessárias, como disse o *Times* em um longo obituário em 22 de abril: “Com sua morte o país perdeu um grande inglês”.

Ele não era um anjo, de forma alguma. Este mais brilhante entre os grandes economistas era apenas um ser humano, apesar de especial, com todos os defeitos e falhas de qualquer pessoa. No bridge, podia ganhar vinte e duas libras de duas condessas e um duque e se vangloriar, deliciado; podia dar uma gorjeta pequena demais a um engraxate em Algiers e se recusar a consertar o engano, dizendo, entre outras coisas: “Não vou ajudar a depreciar o dinheiro”. Podia ser extraordinariamente gentil com um aluno de pensamento lento (os economistas, dizia ele, devem ser humildes como os dentistas)³⁶ e terrivelmente áspero com um homem de negócios ou um alto funcionário de quem desgostasse por intuição. Sir Harry Goschen, o gerente do *National Provincial Bank*, uma vez ofendeu Keynes ao dizer: “Devemos deixar as coisas seguirem seu curso natural”. Keynes replicou: “É mais apropriado sorrir ou ter raiva desses sentimentos sem arte? Talvez o melhor de tudo seja deixar sir Harry seguir o seu curso natural.”³⁷

O próprio Keynes deu a pista de sua genialidade, apesar de não estar no momento escrevendo sobre si mesmo. Referindo-se ao seu velho professor Alfred Marshall (que ele amava e de quem

zombava carinhosamente dizendo que era “um velho absurdo”), Keynes descreveu as qualificações de um economista:

O estudo da economia não parece requerer nenhum talento especializado de qualquer ordem superior. Não é, do ponto de vista intelectual, um assunto muito fácil se comparado com os ramos mais altos da filosofia ou da ciência pura? Um assunto fácil, no qual poucos se destacam! O paradoxo encontra sua explicação, talvez, no fato de que o mestre economista deve possuir uma rara *combinação* de talentos. Ele deve ser matemático, historiador, estadista, filósofo — em certo grau. Deve compreender símbolos e expressar-se com palavras. Deve contemplar o particular em termos do geral e tocar o abstrato e o concreto no mesmo vôo do pensamento. Deve estudar o presente à luz do passado para os propósitos do futuro. Nenhum aspecto da natureza ou instituições humanas deve ficar inteiramente fora de seu interesse. Deve ser objetivo e desinteressado de uma forma simultânea; tão distanciado e incorruptível quanto um artista e às vezes tão perto da terra quanto um político.³⁸

Marshall — segundo Keynes — apenas se aproximava deste ideal, porque, vitoriano, não era iconoclasta o bastante para dar à sua economia profunda penetração social. Keynes chegou mais perto: a atitude de Bloomsbury de “nada é sagrado” derramava-se nos recintos sagrados da ortodoxia econômica; mais uma vez o mundo era colocado em foco por um homem não tão cego a ponto de não ver suas doenças e não tão emocional ou intelectualmente distanciado a ponto de não querer curá-las. Se era um economista sofisticado, era um devotado político, e é nesta curiosa combinação de mente engenhosa e coração esperançoso que reside sua grandeza.

X

AS CONTRADIÇÕES DE JOSEPH SCHUMPETER

Em 1930, enquanto a maioria das pessoas ocupava-se com a negra depressão, Keynes brincava com uma idéia de tom muito diferente. Apesar de sua própria frase, dizendo que a longo prazo estaríamos todos mortos, ele lançara um olhar para o futuro — o futuro a longo prazo — e pronunciara uma profecia que fazia flagrante contraste com os murmúrios contemporâneos de estagnação. O que Keynes via mais adiante, opondo-se a catástrofes como um crescimento incontrolável de população ou uma guerra totalmente destrutiva, não era a continuação da situação do momento, de miséria e dúvida, mas sim uma perspectiva tão promissora que parecia quase inacreditável: nada menos do que a terra de fartura universal anunciada por Adam Smith.

Keynes denominou sua pequena excursão ao futuro *Economic Possibilities for Our Grandchildren* ("Possibilidades Econômicas para os Nossos Netos", os quais ele não tinha, devemos acrescentar). E quais eram estas possibilidades? Bem, para não ficar lírico demais, referiam-se a algo como um milênio modesto: no ano de 2030, achava Keynes, o problema econômico poderia estar resolvido — não apenas os efeitos imediatos da depressão, mas também o problema econômico em si, o antigo fato do "Não há o suficiente para seguir adiante". Pela primeira vez na História, a humanidade, pelo menos a parte inglesa dela, emergiria de uma luta contra a necessidade em um novo ambiente no qual todos poderiam receber com facilidade uma ajuda generosa da mesa comunal.

Era uma das típicas guinadas de Keynes para uma direção

inesperada. Depois da Primeira Guerra Mundial, quando o mundo se regozijava em autocongratulações, foi ele quem primeiro chamou a atenção para o esqueleto no armário, e no decorrer da década dos anos trinta, quando o mundo se debatia em autocomiseração, era o mesmo Keynes que corajosamente falava no fim das agruras. E ele não chutava no escuro. Pelo contrário, estava apenas retomando o fio da economia que tinha chamado a atenção dos mestres planejadores do passado: a tendência do capitalismo para crescer.

Em tempos de depressão esta tendência era fácil de ser esquecida. E ainda assim voltando os olhos para duzentos anos atrás de capitalismo, não era apenas uma sucessão sem sentido de auge e depressão que caracterizavam o sistema, mas sim um crescimento econômico constante, apesar de altamente irregular. Os quarenta milhões de ingleses dos tempos de Keynes certamente não se consideravam os protegidos de uma bondosa providência, mas, apesar da dureza do período, sem dúvida tiveram lugares bem melhores à mesa da natureza do que os dez milhões de ingleses dos tempos de Malthus.

Isto não aconteceu porque a natureza em si tornou-se mais generosa. Pelo contrário, como a famosa Lei dos Rendimentos Decrescentes deixou claro, quanto mais requisitada, mais lentamente a natureza libera suas riquezas. O segredo do crescimento econômico está no fato de que cada geração investe contra a natureza não só com suas próprias energias e recursos, mas também com a herança de equipamentos acumulados por seus ancestrais. E à medida que esta herança cresce — à medida que cada geração acrescentava sua quota de novos conhecimentos, fábricas, ferramentas e técnicas à riqueza do passado —, a produtividade humana aumentava com impressionante velocidade. Nos Estados Unidos, um trabalhador de fábrica dos anos de 1960 produzia *cinco vezes* mais em uma hora de serviço do que um trabalhador do período da Guerra Civil, não porque trabalhasse mais ou com maior habilidade, mas porque utilizava no trabalho recursos tecnológicos que o tornavam um super-homem se comparado com seu predecessor da época da Guerra Civil.

E se apenas este processo de constante melhoria da produtividade continuasse por mais um século — ou seja, por apenas três gerações —, o capitalismo realizaria a façanha. Mais um século de riqueza acumulada, calculou Keynes, no mesmo ritmo dos últimos cem anos multiplicaria a riqueza produtiva real da Inglaterra por *sete e meia* vezes. No ano de 2030, cada trabalhador teria sob seu

comando máquinas suficientes para fazer *dele* um super-homem em comparação com ao avô, que vivera em 1930.

Esse tão vasto acréscimo de produtividade poderia fazer uma enorme diferença. Poderia relegar a economia como uma ciência da escassez aos livros de história. O novo problema da sociedade seria não como conseguir horas livres, mas sim como lidar com as quantidades sem precedentes delas. Com um sorriso, Keynes citou o tradicional epitáfio da velha arrumadeira:

Não chorem por mim, amigos, não chorem nunca por mim,
Pois estou indo fazer nada para sempre e sempre.
Com salmos e doce música o paraíso ressoará,
Mas eu não terei nada a ver com o cantar.¹

Isto era, é claro, apenas uma teoria sobre o futuro, e ninguém a levou muito a sério. A maquinaria fazia barulhos alarmantes em 1930 para qualquer um considerá-la sob a perspectiva de ser algo mais do que uma fantasia agradável, e o próprio Keynes logo perdeu-a de vista em meio ao problema imediato de analisar a natureza do desemprego que paralisava o mundo.

Mas, esperançosa ou sóbria, a visão de Keynes é importante para nós. No *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, somos pela primeira vez obrigados a encarar a questão de nosso próprio futuro. Tudo que consideramos até agora é, afinal de contas, apenas história. A evolução do mundo regulado e codificado do século dezanove para o atomístico capitalismo de mercado descrito por Adam Smith; o iminente escape do capitalismo da economia dominada pelos donos de terras previsto por Ricardo ou a superpopulosa sociedade de subsistência duvidosa temida por Malthus; a presumida autodestruição prenunciada por Marx; a crônica tendência depressiva dissecada por Keynes — todas estas aventuras e desventuras do capitalismo, por mais interessantes que sejam, sofrem a falta de um certo elemento de suspense, pois sabemos a cada momento da história qual será a consequência. Ficamos, então, colocados em uma posição mais desconfortável. No momento em que nos voltamos para a economia moderna, não estamos mais discutindo as idéias que ajudaram a dar forma ao nosso passado: é nossa própria sociedade, nosso próprio destino, a herança de nossos filhos que está na balança.

Mas temos de passar do estudo de nosso passado para uma avaliação do futuro. Em que ponto o capitalismo se encontra hoje? Quais as indicações para os anos adiante? Estas são as grandes indagações do mundo moderno, para as quais devemos dirigir nossa atenção.

Assim nos voltamos para um filósofo profano que, talvez mais do que Keynes, fala com uma voz que é indiscutivelmente contemporânea. A voz pertence a um homem pequeno, moreno e aristocrático, com um gosto para o discurso elaborado e para gestos teatrais. Quando fazia palestras sobre economia em Harvard, em plena depressão, Joseph Schumpeter entrava no auditório e, tirando sua capa européia, anunciava à audiência impressionada com seu sotaque vienense: “*Senhorres*, vocês estão preocupados com o depressão. Não precisam estar. Para o capitalismo, a depressão é como uma boa *douche* fria”. Como eu fui um dos surpresos ouvintes, posso testemunhar que a imensa maioria de nós não sabia que uma *douche* era um banho de chuveiro, mas percebemos que aquela era uma mensagem muito estranha e certamente não-Keynesiana.

Schumpeter seria o primeiro a enfatizar que sua visão da vida econômica não se encaixava com a de Keynes. Os dois homens compartilhavam muitas visões sociais — acima de tudo, ambos tinham admiração pela vida burguesa culta e pelos valores gerais do capitalismo — e ainda assim produziram visões diametralmente opostas quanto ao futuro. Para Keynes, como vimos, o capitalismo achava-se intrinsecamente ameaçado pela possibilidade de estagnação; a visão otimista para nossos netos dependia do adequado apoio governamental. Para Schumpeter, o capitalismo era intrinsecamente dinâmico e orientado para o crescimento; ele não via necessidade de o governo desgastar-se como uma ferramenta auxiliar permanente, apesar de concordar que devia ser usado para aliviar perturbações sociais quando ocorresse uma depressão.

Ainda assim, com toda a fé na inerente flutuação do capitalismo, a visão a longo prazo de Schumpeter era o exato oposto da visão de Keynes. Em seu quase perverso modo provocativo, ele primeiro afirmava que a “curto prazo” o capitalismo iria realmente percorrer uma trajetória ascendente, acrescentando que “nestas coisas, um século é ‘a curto prazo.’”² Mas então veio o desconcertante julgamento final: “O capitalismo pode sobreviver? Não. Não creio que possa”.³ Precisamos aprender mais sobre este homem curiosamente contraditório.

Joseph Alois Schumpeter⁴ nasceu na Áustria em 1883 — o mesmo ano em que Keynes nasceu —, de origem sólida mas não ilustre. Seu pai morreu quando ele tinha quatro anos; sete anos mais tarde sua mãe casou-se com um distinto general e o pequeno Schumpeter foi enviado para Theresianum, uma exclusiva escola

para os filhos da aristocracia. A exposição dos jovens a um camada totalmente diferente da sociedade era, segundo acreditava-se na época, de importância decisiva para sua formação. Schumpeter logo adotou os modos e gostos dos colegas, adquirindo ares aristocráticos que o acompanharam por toda a vida. Irritou os companheiros em mais de uma universidade comparecendo às reuniões da faculdade em trajes de cavalgar e gostava de afirmar que sempre tivera três desejos: ser um grande amante, um grande cavaleiro e um grande economista. No entanto, a vida lhe daria apenas duas dessas três coisas. Apesar de todo o ar aristocrático, veremos que no fim Schumpeter daria os louros da história a outro grupo. Mas isto é adiantar-se na história, este fato terá que esperar até o final do capítulo.

Ele entrou na Universidade de Viena, um grande centro de aprendizado da economia na época, e logo tornou-se um aluno-estrela — “nunca foi um principiante”⁵ na opinião do famoso economista Arthur Spiethof —, mas era também um *enfant terrible*, arriscando seu futuro ao discordar abertamente do professor Eugen von Bohm-Bauwerk, que era ainda mais famoso do que ele. Depois de Viena houve um período na Inglaterra que o levou a um breve e infeliz casamento, em seguida a uma lucrativa posição como conselheiro financeiro de uma princesa do Egito. Schumpeter realizou o milagre de diminuir pela metade as rendas das propriedades da princesa, ao mesmo tempo que dobrava seus rendimentos, simplesmente não cobrando pelos trabalhos prestados mais do que lhe era realmente devido. Mais importante ainda, enquanto estava no Egito publicou seu primeiro livro sobre a natureza da teoria econômica, um livro que lhe valeu o cargo de professor na Áustria e três anos depois, com vinte e sete anos, publicou *The Theory of Economic Development*, instantaneamente reconhecido como uma pequena obra-prima.

The Theory of Economic Development parece com uma análise do que viemos a denominar mundo subdesenvolvido. Mas em 1912 o status econômico especial e os problemas desse “mundo” ainda não tinham aparecido — aquela ainda era a época do colonialismo desbragado. O livro de Schumpeter considerava outro tipo de desenvolvimento: o modo pelo qual o capitalismo desenvolve sua propensão para o crescimento. Acadêmico no tom e tedioso no estilo (apesar de iluminado aqui e ali por brilhos fulgurantes), o livro não iria impressionar o leitor casual como sendo uma obra de importância política. Ainda assim esse tratado acadêmico estava des-

tinado a ser a base de uma das mais influentes interpretações jamais escritas do capitalismo.

A exposição começa do jeito contraditório de Schumpeter. É um livro sobre crescimento e dinâmica capitalistas, mas começa com uma visão da economia capitalista na qual o crescimento está ausente por completo. O retrato inicial feito por Schumpeter descreve um capitalismo que não tem o ingrediente especial que proporciona crescimento aos mundos de Smith, Mill, Marx e Keynes — a acumulação de capital. Schumpeter descreve, em vez disso, um capitalismo sem acumulação, um capitalismo cujo fluxo de produção é perfeitamente estático e imutável, transformando-se em um “fluxo circular” que nunca altera ou expande sua criação de riqueza.

O modelo se parece com o estado estacionário imaginado por Ricardo e Mill, com a diferença que o estado estacionário parece o fim do capitalismo para os primeiros escritores, enquanto que para Schumpeter é o preparo para o começo do capitalismo. Portanto, devemos examinar as características do fluxo circular com um pouco mais de cuidado, porque este sistema não tem *momentum*, ou seja, impulso, a inércia é a regra de sua vida econômica: “Todo conhecimento e hábito, depois de adquiridos”, escreve Schumpeter, “tornam-se tão firmemente enraizados em nós quanto a base de uma ferrovia no chão”.⁶ Tendo encontrado, por tentativa e erro, o curso econômico que é mais vantajoso para nós, tendemos a repeti-lo pela rotina. A vida econômica pode ser um desafio no começo, depois torna-se um hábito.

Mais importante, neste imutável fluxo de competição é preciso remover todos os ganhos que excedam o valor da contribuição de cada um na produção. Isto significa que a competição entre empregadores irá forçá-los a pagar aos seus trabalhadores o valor total do produto que criam e que os donos de terras e de outras riquezas naturais irão, da mesma forma, receber por arrendamentos os mesmos valores com que seus recursos contribuem. Assim, trabalhadores e proprietários terão suas quotas no fluxo circular. E os capitalistas? Outra surpresa. Os capitalistas não iriam receber nada, exceto seus ordenados como gerentes. Isto porque qualquer contribuição para o valor da produção derivado dos bens de produção possuídas, seria inteiramente absorvido pelo valor do trabalho necessário para produzir esses bens, mais o valor dos recursos que eles continham. Desta maneira, exatamente como Ricardo e Mill previram, *em uma economia estática não há lugar para o lucro!*

Por que Schumpeter nos apresenta tão estranha — para não dizer forçada — imagem do sistema? Talvez já tenhamos imaginado

o propósito por trás deste método: o modelo de um capitalismo estático é uma tentativa de responder à indagação de onde vêm os lucros.

A origem dos lucros é uma questão que foi habilmente manipulada por muitos economistas. Smith ficou entre considerar o lucro como uma dedução do valor criado pelo trabalho ou como uma espécie de retorno independente localizado no próprio capital. Se os lucros *fossem* uma dedução, claro, a explicação implicaria em que o trabalho estaria sendo mal retribuído; se fossem uma contribuição de capital, seria preciso explicar por que os lucros iam para o *dono* da máquina e não para seu inventor ou operador. Mill sugere que o lucro era a recompensa pela “abstinência” dos capitalistas, mas não explica por que os capitalistas mereciam uma recompensa por uma atividade que funcionava claramente no interesse deles. Outros economistas descrevem os lucros como sendo os ganhos do “capital”, falando como se a pá em si fosse paga pela sua contribuição ao produto final. Marx, claro, disse que Smith estava certo apesar de não sabê-lo — que os lucros *eram* uma dedução do valor criado pelo trabalhador. Mas isto era uma parte da teoria do valor do trabalho que todos sabiam estar equivocada e que portanto não precisava ser levada em conta.

Schumpeter apareceu, então, com uma brilhante explicação para esta questão complicada. Os lucros, disse ele, não vêm da exploração do trabalho ou dos ganhos do capital. São o resultado de outro processo. *Os lucros aparecem numa economia estática quando o fluxo circular falha em seguir seu curso rotineiro.*

Agora podemos ver por que o absolutamente irreal fluxo circular era um ponto de partida tão brilhante. Entre todas as forças que levam à perturbação da rotina, uma se destaca. É a introdução de inovações tecnológicas ou organizacionais no fluxo circular — modos novos ou mais baratos de produzir coisas ou modos de produzir coisas completamente novas. *Como resultado destas inovações surge um fluxo de lucro que não pode ser rastreado até a contribuição do trabalho ou dos recursos dos proprietários.* Um novo processo permite que um capitalista inovador produza as mesmas mercadorias que seus competidores, porém a um custo mais baixo, exatamente como as terras mais férteis, mais produtivas permitem que seu proprietário produza colheitas melhores e portanto mais baratas do que as de outros proprietários que possuem terras menos generosas. Mais uma vez, exatamente como o proprietário afortunado, o capitalista inovador recebe um “rendimento” pelo diferencial

em seu custo. Mas este rendimento não deriva de vantagens dadas por Deus em localização ou fertilidade. Vem da vontade e inteligência do inovador e desaparecerá assim que outros capitalistas aprenderem os truques do pioneiro. O novo fluxo não é, portanto, uma espécie de rendimento mais ou menos permanente. É um lucro totalmente temporário.

Uma inovação implica na existência de um inovador — alguém que é o responsável por combinar os fatores de produção de novas formas. Este não é, evidentemente, um homem de negócios “normal”, que segue as rotinas pré-estabelecidas. A pessoa que introduz mudanças na vida econômica é um representante de outra classe ou, mais precisamente, de outro grupo, porque os inovadores não vêm necessariamente de nenhuma classe social específica. Schumpeter pegou uma antiga palavra do léxico econômico e a usou para descrever estes revolucionários da produção. Ele os chamou de *empreendedores*. Empreendedores e sua atividade inovadora são, assim, a fonte de lucro no sistema capitalista.

Há muito mais em *The Theory of Economic Development* do que uma elegia ao empreendedor. Da análise que Schumpeter faz do impacto das inovações sobre o fluxo circular emerge não apenas uma teoria da origem dos lucros, mas também dos juros, do crédito e, além disso, uma explicação do ciclo econômico. Em geral, as inovações consistem no trabalho de pioneiros, disse Schumpeter, mas embora a liderança fosse rara e difícil são muitos os seguidores. Nos calcanhares do inovador vem um enxame — este termo é de Schumpeter — de imitadores. A melhoria original é, desta maneira, generalizada por toda a indústria, e uma corrida aos empréstimos bancários e gastos com investimentos dão origem a um *boom*. Mas a própria generalização da inovação remove sua vantagem diferencial. A competição força os preços para baixo, para mais perto do novo custo de produção; os lucros desaparecem à medida que a rotina vai se estabelecendo. À medida que os lucros declinam, o mesmo acontece com os investimentos. Na verdade, pode até ocorrer uma contração quando parte do enxame acaba realizando investimentos mal planejados.

Vamos retornar à explicação do ciclo feita por Schumpeter, mas agora é sua ênfase nas funções do empreendedor que nos interessa. Note que o empreendedor não é necessariamente um recebedor de lucros, mesmo que seja ele o criador do lucro. Os lucros vão para o dono do empreendimento, assim como o aluguel

vai para o dono da terra. Ainda mais do que o capitalista de Ricardo, o empresário de Schumpeter tem sua parcela de rendimentos espremeida pela própria dinâmica do processo que ele colocou em movimento.

Mais do que isto, ser um empreendedor não é uma profissão, nem uma posição que pode ser passada de uma geração para outra. É um tipo especial de liderança, mas não do tipo glamuroso que cria generais ou estadistas, e sim um talento, muito menos valorizado pela sociedade, de perceber e usar vantagens nos negócios.

Devemos entender, portanto, [escreveu Schumpeter] que não observamos [na posição do empreendedor] a emergência de todos aqueles laços afetivos que são a glória de todos os outros tipos de liderança social. Acrescente a isto a precariedade da posição econômica, tanto do empreendedor individual quanto do grupo, e o fato de que quando seu sucesso econômico o eleva socialmente ele não tem tradição ou raízes sociais para apoiá-lo: move-se na sociedade como um novo-rico, provocando risos com seus modos, o que nos leva a entender por que este tipo nunca foi popular...⁷

Por que, então, o empreendedor realiza sua tarefa precária e muitas vezes não reconhecida? “Primeiro”, diz Schumpeter, “porque em geral existem o sonho e a determinação de fundar um reino particular, apesar de não haver, necessariamente, também o sonho de uma dinastia... Há, além disso, a vontade de conquistar: o impulso de lutar, de provar que é superior aos outros, de ter sucesso não pelos frutos do sucesso, mas pelo sucesso em si... Por fim, há a alegria de criar, de fazer coisas ou apenas de utilizar a própria energia e a imaginação.”⁸

Este é um retrato estranho, uma mistura de alguém levado pelo instinto de realização no trabalho, como foi observado por Veblen, e do impulso predatório que ele tanto desprezava. Certamente, não há neste retrato nada do anseio pela admiração pública, que motivava o capitalista acumulador de Smith, e nenhuma das complicadas pressões que forçavam os magnatas de Marx a expandir seu capital. O empreendedor de Schumpeter está mais próximo de uma figura romântica, um tipo de cavaleiro errante do sistema. Não sendo propriamente um burguês, o empreendedor aspira ser um e, procurando realizar sua aspiração, dá vida a uma sociedade que de outro modo seria tão capenga quanto o velho mercado temente a Deus dos *Buddenbrooks*, de Thomas Mann. E, mais do

que isto, como veremos adiante, o empreendedor realiza um papel que tem implicações ainda maiores do que aquelas que o próprio Schumpeter enumerou. Mas este assunto também terá de esperar até a explicação final da visão de Schumpeter.

The Theory of Economic Development lançou Schumpeter em uma carreira acadêmica que teve de ser interrompida por um curto período, imediatamente antes da Primeira Guerra Mundial, por uma incursão no governo e nos negócios. Em 1919 ele concordou em juntar-se a uma comissão de nacionalização da indústria estabelecida pelo novo governo socialista da Alemanha. Um jovem economista perguntou-lhe como alguém que exaltava tanto a empresa privada podia tomar parte em uma comissão cujo objetivo era nacionalizá-la. “Quando alguém quer cometer suicídio”, respondeu Schumpeter, “é bom ter um médico à mão.”⁹ No mesmo ano ele foi convidado para ser ministro da Economia do recém-formado governo centro-socialista da Áustria. Trabalhou em um ambicioso plano para estabilizar a moeda austríaca, mas conflitos e desencontros forçaram sua demissão antes do plano ser aprovado. Ele provavelmente falharia — nada teria dado certo no avassalador movimento inflacionário que tomava força naquele momento. Seguiu-se um breve período em que foi diretor do Banco Biedermann, um banco privado de Viena, mas foi arrastado pela tormenta (assim como pela desonestidade de alguns de seus sócios). Quando o banco faliu, seu novo diretor descobriu que o banco era responsável por um débito considerável. É característico do aristocrata pagar seus credores até o último centavo, em vez de esconder-se por trás das leis da falência; e assim fez Schumpeter, apesar de isto ter custado seu capital e de ele passar os dez anos seguintes pagando o débito com o que ganhava. E, para piorar seu azar na vida pessoal, casou-se com uma encantadora moça de vinte e um anos, filha do zelador do prédio de apartamentos da sua mãe — por quem estava apaixonado havia cinco anos e que enviara para estudar em Paris e na Suíça, a fim de prepará-la para ser sua esposa —, e depois de um ano ela morreu ao dar à luz. Esta perda tornou ainda mais sombria a personalidade já melancólica de Schumpeter.

Depois disso foi que sua carreira realmente começou, primeiro como professor visitante no Japão, depois na Alemanha e logo em seguida em Harvard, onde seus modos e aparência rapidamente fizeram dele um personagem conhecido no *campus*. Foi lá, também, que ele se casou com Elizabeth Boody, que também era economista;

e, por fim, foi lá onde declarou que a depressão era uma boa ducha fria, observação esta que pelo menos um estudante jamais esqueceu.

A depressão era, de fato, um teste das idéias de Schumpeter. Se o capitalismo sugava sua energia das inovações dos empreendedores, por que lhe faltou estímulo nos anos negros da década de 1930? Keynes dizia que as depressões refletem o estado das expectativas dos empresários, mas sua teoria não requeria que ele explicasse *por que* seus “espíritos animais” entravam em baixo astral. Schumpeter teve uma tarefa mais difícil porque se propôs a explicar o *boom* através das inovações e do enxamear dos empresários. A depressão interminável, por conseqüência, exigia os motivos pelos quais as novas inovações não apareciam a tempo.

Schumpeter chegou a duas explicações em *Business Cycles*, um trabalho de mil páginas, em dois volumes, publicado em 1939. Ele atribuía a severidade da depressão, em parte ao fato de não haver um mas sim três tipos de ciclos econômicos — um de duração muito curta, um segundo com um ritmo de sete a onze anos, e um terceiro com pulsação mais ampla, de cinquenta anos, associada às invenções da época, tais como a locomotiva a vapor ou o automóvel — e que esses três ciclos tinham chegado em seu período de baixa ao mesmo tempo. Uma segunda razão era o impacto negativo de fatores externos, que iam desde a Revolução Russa até uma política do governo de forma geral inepta. Estes últimos detalhes estavam “fora” do alcance da teoria dos ciclos econômicos, mas contribuía de alguma forma para o agravamento da situação.

Esta não era, de modo nenhum, uma avaliação infundada da crise, se bem que o fenômeno de enxamear como causa dos ciclos econômicos nunca foi bem esclarecido. Mas o livro de Schumpeter nos interessa por uma outra razão. É que o capitalismo, como qualquer outro sistema social, não vive só de pão. Ele requer uma fé; neste caso, fé nos valores e virtudes da civilização que o capitalismo produz e que por sua vez reproduzem o capitalismo. *E, apesar do sucesso econômico do sistema, esta fé estava perdendo sua força mobilizadora.*

Assim o livro termina — mais uma vez! — com uma nota contraditória. Julgado puramente por uma base econômica, o capitalismo ainda tem um longo prazo para seu dinheiro; realmente, como Schumpeter diz na penúltima frase, caso seu esquema da interação de três ciclos seja verdade, as três décadas seguintes terão mais flutuação do que as últimas duas. Então, vem a desconcertante última frase: “Mas não se pode esperar que a correnteza sociologia mude”.¹⁰

Já encontramos algumas dicas desse argumento em seu *Theory of Capitalist Development* e mais do que simples dicas em *Business Cycles*. Mas a visão plenamente desenvolvida do futuro do capitalismo não emerge até 1942, quando Schumpeter publica *Capitalism, Socialism and Democracy*, um livro que mudou o modo como pensávamos sobre o sistema.

O livro começa com Marx. Estranhamente Schumpeter, que era muito voltado para sua própria pessoa, definia a própria vida intelectual não tanto por si mesmo, porém mais pelos outros. Keynes era sua *bête noire* imediata, pois a visão de Schumpeter não era apenas filosoficamente oposta à visão de Keynes, como também detestava intensamente o fato de Keynes atrair a atenção e admiração no mundo inteiro, enquanto ele tinha que se contentar com o reconhecimento de seus pares acadêmicos. De forma bastante não característica, ele nunca deu a Keynes o crédito que este merecia: quando o *General Theory* apareceu, Schumpeter fez uma crítica com elogios ao mestre ("um dos homens mais brilhantes que jamais dedicou suas energias aos problemas econômicos"), mas também com má vontade e, pior, com incompreensão do livro ("quanto menos se falar dele, melhor").¹¹

Mas o antagonista na vida intelectual de Schumpeter não era Keynes, e sim Marx. Schumpeter tinha estudado Marx quando na faculdade e participara de discussões durante seminários com gente do porte de Rudolph Hilferding e Otto Bauer, dois dos mais brilhantes jovens estudiosos marxistas da época. Ele estava mais familiarizado com o trabalho de Marx, como era compreensível, do que qualquer outro economista ocidental — muito desse trabalho, é preciso recordar, não apareceu no mundo anglo-americano se não na década de 1950. Durante seus anos de Harvard, Schumpeter mostrava-se sempre pronto a discutir Marx com os colegas mais jovens; na verdade, ele era mais aberto a respeito de Marx do que a respeito de Keynes! Então, não é de admirar que *Capitalism, Socialism and Democracy* comece com Marx, como o único oponente que realmente merecia a tinta de sua pena.

Marx o Profeta, Marx o Sociólogo, Marx o Economista, Marx o Mestre: estes são os quatro capítulos com que o livro começa. Talvez já esteja evidente onde os dois homens vão concordar e discordar. Para Marx, a essência do capitalismo é a mudança dialética e o desequilíbrio auto-induzido. Isto tudo é água para o moinho de Schumpeter — na verdade, a concepção de Marx do desenvolvimento imanente do capitalismo é sem dúvida a origem da visão

de Schumpeter. No entanto, Marx coloca a causa de seu dinamismo na luta entre a classe trabalhadora e a classe proprietária — uma luta que espreme continuamente a mais valia e, assim, motiva todos os capitalistas (não só os pioneiros) a obter seus lucros através de inovações que economizem trabalho.

É a partir deste ponto em Marx que Schumpeter começa. Ele oferece outra visão do sistema — uma visão que enfatiza o lado “burguês” do capitalismo e não o seu aspecto insaciável e voraz. Para Schumpeter este componente burguês era a expressão cultural do empresário racional e hedonista que ele via como a absoluta antítese do guerreiro fanfarrão que corre atrás de glória. “A evolução do estilo de vida burguês”, escreve ele, “pode ser mais facilmente e talvez melhor descrita em termos da gênese do traje de passeio”,¹² declaração esta digna de Veblen. Deste modo, na visão de Schumpeter o capitalismo *não* consegue o importante ímpeto em sua figura central, o capitalista burguês, mas em um ser marginal, em um intruso: o empreendedor novo-rico. Marx e Veblen teriam duvidado que houvesse entre eles alguma diferença, mas ela é crucial para a interpretação do sistema de Schumpeter.

Não precisamos nos deter nas diferenças entre ele e Marx. Schumpeter podia não conhecer a medida exata de seu oponente, mas é claro que vislumbrou um formidável intelecto, que devia ser enfrentado e superado em seu próprio terreno. E é isto precisamente que ele se propõe fazer. Ao virarmos a página inicial do capítulo sobre Marx, o Mestre, lemos: “O capitalismo pode sobreviver?” E a resposta vem produzindo um choque duplo: “Não. Não creio que possa”.

Mas se o capitalismo está condenado, não pode ser pelas razões que Marx previu. E, assim, embarcamos numa descrição em *tour de force* do que Schumpeter chama de “capitalismo plausível”. O que é capitalismo plausível? É muito como um cenário cuidadosamente planejado da perspectiva que Keynes já havia colocado diante de nós, o cenário das possibilidades para um século de crescimento. Aqui Schumpeter comparece em sua melhor forma. Os temores dos estagnacionistas quanto ao fim das oportunidades de investimento são afastados com um simples gesto de mão: a conquista do ar,¹³ disse ele, será tão grande quanto a da Índia. As preocupações de outros economistas com a esclerose da monopolização que se espalhava vão igualmente para o espaço com a descrição da inovação do capitalismo como uma “agitação perene de destruição criativa”,¹⁴ na qual os agentes das inovações que promovem mudanças são os próprios “monopólios”. O cenário é, portanto, montado com o que

parece uma refutação direta de Marx. O capitalismo plausível é um modelo planejado de um sistema econômico que é apanhado por um processo de contínuo crescimento e auto-renovação.

Mas é aí que surge a contradição de Schumpeter: o capitalismo pode ser um sucesso *econômico*, mas não é um sucesso *sociológico*. Isto porque, como já vimos, a base econômica do capitalismo cria sua superestrutura ideológica — racional e não romântica, crítica e não heróica, designada para homens com roupas comuns, e não com armaduras. No fim é este quadro mental do capitalismo, esta *mentalidade* capitalista, que afunda o sistema:

O capitalismo cria um estado mental crítico no qual, depois de ter destruído a autoridade moral de tantas outras instituições, volta-se contra si mesmo; o burguês descobre, para sua surpresa, que a atitude racionalista não pára nas credenciais de reis e papas, mas sim continua atacando a propriedade privada e todo o esquema dos valores burgueses.¹⁵

E, deste modo, a grande aventura do empreendimento chega ao fim, não porque a classe trabalhadora ergueu-se ou porque o sistema foi finalmente incapaz de dominar uma sucessão cada vez pior de crises, mas simplesmente porque a atmosfera mudou. Personalidade e força de caráter contam menos; gerenciamento burocrático conta mais. As inovações em si tornam-se institucionalizadas e são reduzidas a rotinas. A família burguesa, a grande correia de transmissão dos valores capitalistas, torna-se infectada com a doença do racionalismo. A classe burguesa perde a fé em si mesma. Assim, enquanto as coisas vão indo bem na superfície, “há uma tendência na direção de outra civilização que lentamente age nas profundezas.”¹⁶

Mais uma vez viramos a página: “O capitalismo funciona? Claro que sim.”¹⁷

Este é um tipo Schumpeteriano de socialismo, uma economia benigna, burocrática, planejada. Falaremos brevemente sobre ela mais adiante. Mas note um fato importante a respeito do argumento de Schumpeter. Ele venceu Marx em seu próprio campo.¹⁸ Derrota Marx no que parece ser o ponto crucial de contestação, isto é, se o capitalismo pode sobreviver. Contudo, ele supera Marx demonstrando — ou pelo menos argumentando — que o capitalismo vai dar lugar ao socialismo pelas razões de Schumpeter, e não pelas de Marx! É Marx quem recebe todas as honras, mas é Schumpeter quem triunfa.

Triunfa, mesmo? Esta indagação tem uma importância imensa, não apenas para avaliar Schumpeter, mas também porque o prognóstico nos afeta como residentes do sistema cujo destino está sendo apreciado por Schumpeter.

Começamos com um misto de admirada surpresa e certa irritação. Schumpeter não pode resistir a fazer pose, enquanto puxa as orelhas de bons conservadores burgueses ou de fanáticos marxistas. Ele usa seu livro para expressar várias idéias das quais gosta: Marx é um grande conservador (!); os monopólios “aumentam a esfera de influência dos melhores cérebros e diminuem a esfera de influência dos cérebros inferiores”;¹⁹ quão mais “completamente capitalista” for uma nação, tanto menos provável que seja agressiva²⁰ — julgamento este que vai interessar aos estudiosos do imperialismo inglês do século dezenove e da política externa dos americanos no século vinte.

Mas estes floreios característicos devem ser postos em perspectiva com a reflexão sobre o argumento como um todo. Este argumento não tem a marca da autoridade? Parece estranhamente premonitória a perspectiva de uma imensa fronteira tecnológica não explorada, de uma derivação na direção da burocratização dos negócios assim como do governo, de um enfraquecimento da ética burguesa e de seu ímpeto? Lembre-se, então, que o livro foi escrito em 1942. Como vidente Schumpeter não tem igual em sua época, anulando ao mesmo tempo as expectativas da Esquerda contemporânea — que achava que o capitalismo estava acabando —, as ingênuas esperanças da classe média contemporânea — que acreditava que uma modesta aplicação dos gastos governamentais arrumaria as coisas de uma vez por todas — e as negras previsões da Direita, que nos via descendo a estrada da escravidão.

De qualquer forma, o prognóstico de Schumpeter é muito desigual, menos impressionante com um exame de perto do que à primeira vista. Não há dúvida de que ele estava certo ao prever um futuro de ampla tecnologia, mas não previu a qualidade dessa tecnologia, desde as armas e a energia nucleares até a informatização, que pode significar consideráveis danos para o capitalismo, assim como para os campos de investimento. Não há como negar sua presciência quando ele fala do iminente crescimento da burocracia nos grandes negócios, mas não é verdade, de forma alguma, sua afirmativa de que o surgimento de empresas gigantes iria resultar no declínio de seu comportamento agressivo: o espetáculo de vastas multinacionais lutando por espaço nos mercados do mundo

não está de acordo com a previsão de Schumpeter de uma diminuição no ímpeto capitalista de expansão.

E seria de fato possível que uma espécie de tédio, de perda de crença, esteja destruindo o mundo capitalista? Se estivéssemos escrevendo no final da década de 1960, até poderíamos achar que este prognóstico parecia correto, pois o capitalismo ocidental, naquela época, aparentava claramente mover-se para uma espécie de economia planejada. Vinte anos depois o prognóstico tornou-se menos convincente. Não apenas nos Estados Unidos, mas também em toda a Europa testemunhamos um reviver da fé no capitalismo, à medida que o movimento na direção de um sistema mais planejado produzia primeiro um crescimento, depois a inflação e, finalmente, perda da fé no próprio processo de planejamento no qual o colapso da União Soviética foi o *coup de grâce*.

Claro, Schumpeter referia-se ao longo prazo, e o estamos criticando do interior de um quadro de curto prazo. O espírito de renascimento pode demonstrar-se de curta duração, e a deriva na direção de um neutro capitalismo socialista pode ser retomada. Talvez o movimento para a burocratização eventualmente assuma prioridade sobre o impulso para a dominação dos negócios, e as grandes multinacionais terminem por acertar-se na forma de um gigantesco cartel, dividindo o mundo em reinos econômicos privados, como o imperialismo de um século atrás.

Isto não é mais do que especulação. Mas a visão de Schumpeter também é especulação — um tipo de capitalismo plausível, sim, porém não o único tipo. Seu cenário pode iluminar-se de forma brilhante, mas não emerge do desenvolvimento anterior de um sistema com a mesma lógica que encontramos no caso de Ricardo, de Smith ou de Marx. *Isto porque o prognóstico de Schumpeter não é, em última instância, um prognóstico econômico.* Ele é, ao contrário, um conjunto de declarações geralmente astutas sobre assuntos sociais e políticos que não podem ser previstos com a segurança que permitiu a Smith e Marx erigir suas formidáveis teorias. O intelectual descontente que desempenha um papel muito importante ao espoliar a visão final do capitalismo de Schumpeter parece não obedecer ao mesmo impulso incontrolável que impele o capitalista acumulador ou o mercador competitivo; o empresário que decide que o jogo não vale o prêmio está se curvando a pressões culturais, não às econômicas. De fato, a conclusão triunfante de Schumpeter não é que os processos econômicos não são suficientes, por si só, para determinar a ação do sistema?

Sua visão, então, não pode ser julgada pelo mesmo critério usado para julgar as dos outros filósofos profanos. O prognóstico dele não é tanto econômico quanto histórico, um julgamento sobre a direção de onde os ventos da mudança cultural irão soprar. Com seu gosto aristocrático, sua estranha postura acadêmica, suas duras experiências na política e nos negócios, Schumpeter poderia estar melhor posicionado para emitir julgamentos sobre o rumo das coisas do que Keynes, para quem o sucesso veio com muita facilidade, ou do que Marx, para quem o sucesso não veio de forma alguma. Ainda assim o fio cortante de seu discernimento foi conquistado às custas da estrita lógica econômica que deu o poder às visões dos profetas clássicos.

As implicações da tese de Schumpeter são perturbadoras, não apenas para o capitalismo, mas também para a economia. O grande valor dos filósofos profanos não está na habilidade em deduzir a direção para a qual a sociedade estava se movendo? A economia não se constrói sobre a capacidade de prever — tanto de forma genérica quanto de forma específica? E o cenário de Schumpeter não significa que tudo isso agora é passado e que, seja qual for a capacidade de previsão da economia, isso não mais importa? Voltaremos a esta questão decisiva no último capítulo. Mas ainda não terminamos com a quixotesca figura de Schumpeter. Ainda falta o último lance de sua história. Veremos que esse lance acrescenta mais do que um simples *insight* na biografia de Schumpeter.

Vamos começar refletindo novamente sobre a contradição central da descrição que Schumpeter faz do capitalismo. Ela reside na justaposição que encontramos em seu *Theory of Economic Development* — o capitalismo é retratado como um “fluxo circular” estático, inerte, imutável e como um sistema apanhado em uma dinâmica de movimento, uma dinâmica que mais tarde seria chamada de temporal da destruição criativa. Como Schumpeter teria se permitido retratar o sistema com estes termos tão inconsistentes? Que sentido pode existir em falar de um imutável fluxo circular representando a quintessência de um sistema que pode também ser caracterizado como um processo contínuo de transformação auto-induzida?

Sabemos qual é a explicação de Schumpeter: o fluxo circular permite-nos apreciar o impacto do trabalho do empreendedor, não meramente como a força impulsionadora do capitalismo, mas também como a fonte de seu único fluxo de lucros. Mas há um outro modo de interpretar a estranha justaposição de Schumpeter. Os

empreendedores de Schumpeter, vamos recordar, não vêm de nenhuma classe em especial, são apenas os possuidores de um talento para a inovação. O “desenvolvimento” capitalista não é, portanto, intrínseco ao capitalismo como tal. É a dinamização da sociedade nas mãos de uma elite não-capitalista!

Não há dúvidas de que Schumpeter acreditava na importância das “elites” na história — minorias de indivíduos com talentos incomuns. Vamos ler o que ele tem a dizer sobre essa elite em seu *Theory of Economic Development*, onde ele aborda o caso da habilidade musical:

Podemos assumir que todo homem saudável pode cantar se quiser. Talvez metade dos indivíduos em um grupo etnicamente homogêneo tenha capacidade para isto em um nível médio, um quarto em uma medida progressivamente menor e, digamos, um quarto está acima da média; deste um quarto, através de uma série continuamente crescente de capacidade para cantar e continuamente decrescente em quantidade de pessoas que a possuem, chegamos finalmente aos Carusos.²¹

Assim, como com a habilidade de cantar, dá-se o mesmo com a capacidade de liderança, incluindo a liderança econômica. Cerca de um quarto da população,²² diz Schumpeter, é tão deficiente nesta qualidade que está limitada aos aspectos mais rotineiros da vida econômica — os atendentes e funcionários do mundo dos negócios. Então, vem a outra metade, os possuidores de uma quantia normal de capacidade inovadora: aqui encontramos “praticamente todos os negociantes” que na maioria confia na confortável prática conferida pela experiência, mas que é capaz de se adaptar às ocorrências normais de desafios diários. Daí em diante encontramos a verdadeira elite,²³ as “pessoas que são do tipo caracterizado por qualidades acima do normal quanto a intelecto e vontade”.

Assim, a História — quer dizer, “História” como uma narrativa de mudança e desenvolvimento — é a história do impacto das elites na massa inerte da sociedade. Em diferentes estruturas sociais as qualidades necessárias para exercer influência vão mudar — o talento militar tem seu lugar em uma sociedade feudal, o talento econômico se localiza em uma sociedade de mercado —, mas a força condutora da elite, seja ela de que tipo for, estará sempre presente. Assim, o grupo de líderes constitui um grupo especial. Como tal assume seu lugar de direito no alto da sociedade. Os

líderes podem mudar, mas não a liderança. “A camada superior da sociedade”, escreve Schumpeter, “é um hotel que está sempre cheio de gente, mas as pessoas estão sempre mudando”.²⁴

O que temos aqui é uma outra cutucada em Marx, dirigida contra a idéia marxista de uma força revolucionária do proletariado. “Está tudo errado”, diz Schumpeter. O proletariado não pode ser a força que provoca mudanças porque em virtude de seu grande número tem que se manter na faixa dos seres humanos normais. Proletários individuais podem possuir capacidade de liderança, mas a liderança em si só pode ser ocupada por uma pequena minoria.

Talvez seja por isso que Schumpeter se mostra tão comedido quanto ao advento do socialismo. Quem irá cuidar da economia gerencial que ele vê como o produto final do declínio capitalista? Serão os que possuem capacidade, é claro; portanto, os burgueses. “Esta é uma classe”, escreve ele, “que, em virtude do processo seletivo do qual é resultado, abriga material humano de uma qualidade acima do normal; assim, trata-se de um componente ativo nacional que logicamente deve ser usado por qualquer organização social.”²⁵ Deste modo, não há razão para a classe dirigente temer o socialismo. As habilidades necessárias para dirigir um sistema socialista são bastante parecidas com as necessárias para dirigir um sistema capitalista avançado, o que fará com que a elite burguesa alcance, também nessa circunstância, sua posição natural no topo.

Isto é teoria econômica? Não, segundo as concepções convencionais. É melhor classificada como teoria do movimento histórico. A economia meramente descreve os meios pelos quais tal movimento ocorre em uma sociedade que recompensa as habilidades exercidas no mercado em vez de no campo de batalha ou no púlpito.

Assim, Schumpeter emprega seu modelo econômico para dar forma a uma “visão”²⁶ mais ampla. O termo é de Schumpeter. Em sua magistral análise do pensamento econômico, no qual ele trabalhou até a sua morte em 1950, a “visão” está no centro das coisas. A análise pode ser a grande glória da economia, mas a análise não nasce pronta na mente de um economista, assim como Minerva saiu da testa de Júpiter. Há um processo “pré-analítico” que precede nossos cenários lógicos, um processo do qual não podemos escapar e que assume de forma inevitável as cores dos nossos mais íntimos valores e preferências. “O trabalho analítico”, escreve Schumpeter, “...dá corpo à imagem das coisas como as vemos; onde houver qualquer possível motivo para se desejar vê-las sob deter-

minada luz, e não sob qualquer outra, o modo como veremos as coisas dificilmente poderá ser diferente do modo como queremos vê-las.”²⁷

Assim sendo, será que a economia é uma ciência visionária — uma análise de mundos que queremos ver, ou não podemos evitar de ver, em vez de ser uma distante e objetiva dissecação de um mundo que está “ali” sem ambigüidade? Voltaremos a esta questão em nosso próximo capítulo, quando tentaremos pesar, como um todo, as realizações dos filósofos profanos e a economia.

Permanece um último nó na corda. Lembremos da introdução do jovem Schumpeter no ambiente de uma escola aristocrática de Viena, onde ele absorveu os valores que viriam a ser tão importantes em sua vida. Estaremos enganados em ver estes valores transferidos para sua visão da história na qual uma elite se torna a força condutora central? Certamente esta elite é a aristocracia, que dá corpo à crença na superioridade natural dos poucos escolhidos que estão no centro de todas as visões aristocráticas da sociedade. Mas note que os poucos schumpeterianos são escolhidos não pelo sangue, mas sim por “intellecto e vontade.” É, deste modo, uma aristocracia *de talento*.²⁸ Esta é a elite à qual Schumpeter pertence. Assim, o drama da história, tal como Schumpeter a vê, justifica que não só o capitalismo, como também um grupo — o grupo do próprio Schumpeter! —, baseia-se em algo mais durável e valioso do que um simples nome ou nascimento. Portanto, há uma congruência final entre a experiência pessoal e a visão histórica que desembaraça várias contradições.

Esta talvez não seja uma conclusão da qual Schumpeter teria gostado. Mas, provavelmente, ele também não a teria negado. Aspirava ser um grande economista e não ficou claro se a vida lhe negou este desejo. É interessante notar que Schumpeter nunca fez palestras sobre suas próprias teorias, apesar dos pedidos de estudantes e colegas;²⁹ um estudioso sugeriu que isto se dava porque ele sentia que em última análise suas formulações não eram adequadas. Não sabemos se ele aspirava ser um grande visionário — o que certamente foi. Como analista ou visionário, todo mundo que se interessa por economia deve conhecê-lo não só por causa do que ele realizou dentro da disciplina, mas também porque nas próprias realizações Schumpeter demonstrou suas limitações.

XI

ALÉM DA FILOSOFIA PROFANA

Chegamos ao fim do livro e está na hora de refletir sobre nossa jornada. E, assim, nossa atenção move-se das realizações dos indivíduos filósofos profanos para suas realizações coletivas — o vasto campo da própria filosofia profana. Olhando para trás, para os trabalhos de um punhado de homens especiais, o que podemos dizer sobre suas previsões? Quão bem-sucedidos foram os grandes economistas em descobrir Ordem e Significado na História social, para repetir as palavras de nossa Introdução? Em que extensão a economia nos permite perceber a estrutura que existe por trás da confusão da vida diária, um drama no torvelinho dos eventos?

Estas questões nos levam a pensar novamente sobre os dois aspectos da economia que vieram à baila no último capítulo. Vamos começar com a previsão. Os grandes economistas realmente acreditam que podem prever o curso dos eventos? Sim e não. Todos eles projetaram tendências e rumos econômicos no futuro. O que chegou mais perto de ser um agnóstico econômico foi John Stuart Mill, que apresentou a seus leitores um catálogo de possíveis caminhos na direção do estado estacionário, dependendo de que, por exemplo, a população crescesse mais depressa do que a acumulação de capital ou vice-versa. Mas mesmo Mill tinha uma escolha “preferida” entre suas opções, e muitos dos grandes economistas, como vimos, apresentavam a seus leitores apenas um caminho.

Claro que nenhum dos economistas foi tolo a ponto de acreditar que a sociedade corria sobre trilhos econômicos. Talvez o que chegou mais próximo de uma previsão rígida tenha sido o implacável primeiro *Essay on Population*, de Malthus. Ainda assim lembremos que a este seguiu-se, depois de alguns anos, o muito mais restrito

e circumspecto *Second Essay*. Mesmo Marx, que é citado regularmente como o Grande Profeta, e que realmente falou sobre as leis de movimento do sistema, foi de fato muito cauteloso em seus pronunciamentos. Os marxistas ainda debatem, por exemplo, se ele via o salto do capitalismo para o socialismo como algo “inevitável”.

A razão da ausência de declarações diretas de previsão não é difícil de encontrar. A previsão é algo difícil o bastante em quase todas as ciências; exemplo de exceções são a astronomia e a física, onde as coisas ocorrem no imperturbável laboratório do espaço ou em alguma aproximação dele feita pelo homem. No mundo social não encontramos um cenário no qual as coisas possam ocorrer livres de forças estranhas. A sociedade, que é para o observador social o equivalente do universo, vive sendo constantemente abalada ou perturbada às vezes pela incursão da própria natureza, porém mais comumente pelo fato de que os planetas e átomos da sociedade — suas instituições e indivíduos — têm o incômodo hábito de se asenhorear dos assuntos e agir de maneiras que não têm correspondentes no “comportamento” de planetas e átomos reais.

Deste modo, os grandes economistas não escrevem sobre as coisas que virão como se estivessem fazendo previsões específicas para o mercado de ações, mas sim como se estivessem retrazendo as conseqüências a longo prazo de tendências fundamentais. “Um luto oficial”, escreve Adam Smith, “faz subir o preço das roupas pretas”.¹ Nós sorrimos, aprovando. Mas isto é uma previsão? Não exatamente. É possível imaginar que o próximo luto oficial não vá fazer subir o preço das roupas pretas se, por exemplo, os comerciantes de tecido tiverem em mãos um estoque muito grande de pano negro que sobrou do último luto. Mas é claro que não era isto que Smith tinha em mente. Ele quis dizer que *em geral e admitindo que não haja circunstâncias especiais*, um aumento na demanda de uma mercadoria fará seu preço subir, pelo menos a curto prazo. E, de fato, é este comportamento o que encontramos em seu retrato da sociedade.

Da mesma maneira, é verdade quando Ricardo diz que um aumento da população vai fazer os rendimentos subirem. Isto também não é exatamente uma previsão, já que o próximo aumento de população pode não fazer os rendimentos subirem se, por exemplo, houver uma colheita especialmente grande devido a um clima favorável. Ricardo não está prevendo que com cada aumento no número de bocas haverá um aumento dos rendimentos, mas sim

faz uma generalização na qual as influências do tempo ou de outros fatores são colocadas de lado.

Assim, os grandes economistas são previsores em termos gerais e não profetas em termos específicos. Com esta distinção queremos dizer que eles sabem que são capazes de discernir *tendências* na sociedade porque há regularidades de comportamento nas quais um teórico social pode confiar. O prognóstico de Adam Smith sobre o preço do pano preto apóia-se em sua certeza de que quando a demanda de um produto aumenta, seu preço cresce. Ele viu isto como uma questão de bom senso tão evidente que não parou para explicar o fato, mas é com base neste tipo de generalizações de bom senso que Smith e todos seus sucessores baseiam seus pronunciamentos a respeito do futuro.

As generalizações, ou “leis”, aplicam-se de forma ambígua à vida real: partem do princípio que o fato em questão ocorre em uma espécie de instante seguinte fora do tempo, sem os efeitos perturbadores de mudanças na situação de fundo, tais como o gosto de compradores e vendedores. Assim, se algum fato em particular não se der segundo as expectativas, o prognóstico geral contido nas leis não é necessariamente desacreditado. Apenas uma longa seqüência de fatos, em número suficiente para descrever uma *tendência* diferente da que era esperada, pode acabar com um cenário.

O que pode causar uma divergência com a trajetória implícita na teoria original? Vamos ver isto rapidamente, mas já deve estar evidente que a economia pode arriscar seus prognósticos apenas se duas condições forem cumpridas:

Primeiro, *as regularidades no comportamento devem governar as ações de indivíduos na sociedade*. Sem essas regularidades não pode haver leis e, portanto, nenhuma base possível para antecipar o futuro com um mínimo de segurança “científica.” Estas regularidades existem? Os grandes economistas certamente pensavam que sim. Devemos nos lembrar dos trabalhadores e capitalistas de Adam Smith, ambos querendo “melhorar suas condições”. Outra regularidade, antigamente considerada amplamente como verdadeira, era o reflexo malthusiano: salários mais altos invariavelmente levam a uma maior população. Marx propôs o impulso sem fim do capitalismo de se expandir. Keynes descobriu uma confiável “propensão” de poupar parte de qualquer aumento em nossos ganhos.

Como nossos exemplos deixam claro, nem todos os economistas constroem suas teorias com as mesmas regularidades ou as interpretam exatamente do mesmo modo. Ainda assim, todos dependem

em algum nível da regular e, portanto, previsível ação ou reação econômica. Talvez a mais simples, e ainda assim mais fundamental, regularidade seja a de que os compradores procuram o mercado mais barato e os vendedores, o mais caro.

Segundo, *os prognósticos apóiam-se na crença de que o resultado do comportamento econômico vai constituir a influência central que guia a evolução da sociedade*. Todos os filósofos profanos reconhecem a importância da política, da cultura, dos costumes, assim por diante, e muitos deles consideram estes aspectos da sociedade muito mais do que seus envolvimento econômico sujos. No entanto, também acreditavam que o resultado destes envolvimento sujos realizam um papel de importância crucial em determinar a forma geral do que está por vir. A visão, em geral confiante, da sociedade de Smith era, é claro, baseada em sua expectativa de um longo curso ascendente do crescimento econômico; a visão de Marx do destino do capitalismo derivava inteiramente da compreensão de suas leis econômicas de movimento; as esperanças de Keynes para seus netos apoiavam-se na convicção de que as instabilidades do capitalismo poderiam ser remediadas.

Estas condições de prognóstico econômico deixam claro por que Schumpeter marca como que um ponto de inflexão. Em ambos os aspectos ele parte da base sobre a qual seus predecessores construíram suas visões do futuro. Primeiro, ele não mais acredita que as atividades econômicas do sistema são essencialmente fixas. Pelo contrário, é crucial para a sua visão que o comportamento dos principais atores mude: os capitalistas de Smith e Marx permanecem como acumuladores até o fim, mas na visão de Schumpeter eles se tornam burocratas.

Segundo, ele é o primeiro dos filósofos profanos a projetar um cenário de lógica econômica e depois a declarar que esse cenário não serve como base para a evolução social. Como vimos, a economia torna-se subordinada a processos políticos e sociológicos.

E assim retornamos à questão do prognóstico com um novo sentido de sua importância. Um tipo de previsão especial é realmente componente e parcela do projeto econômico. Suas leis podem não nos habilitar a ver muito longe ou com grande clareza, mas, antes de descrevermos suas limitações, devemos reparar em como é incrível que existam. *Pois não temos leis de comportamento nas atividades política, cultural ou social que se igualem às leis de mercado*. Pode parecer uma coisa ínfima declarar que os compradores procuram preços baixos e os vendedores preços altos, mas

as conseqüências que podem se esboçar a partir desta simples generalização mostram-se surpreendentemente complexas. Não existe um quadro de explicação simples e calculável para prever as ações de reis, de congressistas ou de eleitores; o comportamento de crianças, pais, professores ou estudantes; as táticas de generais ou a disciplina de soldados; as pesquisas de cientistas ou o curso da atividade criminal. A economia pode não ser nem sequer remotamente capaz de duplicar as capacidades de previsão da astronomia ou química, mas de qualquer forma se distingue de suas irmãs ciências sociais porque tem *alguma* capacidade neste sentido.

Agora devemos perguntar: quanta?

Uma limitação é imediatamente visível. Os cenários dos filósofos profanos são contidos pelo tempo. A visão de Smith, que era espacial, não se estendeu para além do seu século para o próximo, pois em *The Wealth of Nations* não há o menor indício do capitalismo industrial que iria substituir a fábrica de alfinetes pela siderurgia. O fantástico modelo de Ricardo de uma economia que compete com as barreiras da fertilidade agrícola não vislumbrou a Inglaterra dos tempos de Alfred Marshall, cinquenta anos no futuro, na qual os rendimentos advindos da agricultura já seriam um elemento menor da economia. À altura da morte de Mill, em 1870, já se tornara bastante claro que seu imaginário estado estático era, de fato, apenas imaginário. O prognóstico de Marx resistiu mais à erosão dos acontecimentos, porém cinquenta anos após sua morte podia-se ver na Grande Depressão tanto a confirmação de seu cenário quanto a negação, com as primeiras experiências de uma economia sustentada pelo Estado. Keynes viveu quase o suficiente para descobrir que o capitalismo dotado de contrafortes iria desenvolver suas próprias disfunções, a inflação como um ponto alto entre elas. E já vimos que as previsões gerais de Schumpeter, apesar de ainda serem relevantes, já mostram indícios de que começam a ficar obsoletas.

O que provocou a limitação destas previsões?

Uma razão principal que se aplica particularmente ao trabalho dos primeiros economistas é a incapacidade deles em antecipar o advento, ou as conseqüências, da mudança tecnológica. Smith não previu a chegada do capitalismo industrial porque as técnicas de produção em massa ainda estavam cinquenta anos no futuro quando ele escreveu. Ricardo não percebeu que o setor estratégico da economia mudaria da fazenda para a fábrica porque não viu a iminente generalização do motor a vapor e de locomotivas. Realmente —

até mesmo Marx — ninguém apreciou completamente a força tecnológica geradora do próprio capitalismo, nem percebeu completamente os efeitos que esta tecnologia poderia exercer no curso dos eventos econômicos.

Uma ilustração desta cegueira tecnológica é a incapacidade dos primeiros economistas em compreender que as máquinas iriam suplantiar o trabalho puramente manual, dando início a uma espécie de contrapartida, feita pelo próprio homem, ao crescimento da população. Smith considerou que a adição de máquinas iria *somar-se* à capacidade dos mestres para dar mais empregos aos homens, o que talvez tenha acontecido quando as máquinas eram pouco mais do que ferramentas elaboradas. Ricardo, lembremo-nos, foi o primeiro a ver que o maquinário poderia tomar o lugar do trabalho manual, mas ele considerava isto pouco mais do que uma possibilidade, uma curiosidade. Não foi se não com Marx que a substituição do trabalho manual pelas máquinas integrou-se no sistema de trabalho como um todo. A análise de Marx ainda é discutida atualmente.

Uma segunda razão para as limitações na habilidade dos economistas em fazer prognósticos tem a ver mais com as mudanças na sociedade que então prevalecia do que com o cenário tecnológico. Durante todo o século dezenove, por exemplo, a classe trabalhadora foi ficando cada vez mais atuante e não — com Smith esperava — cada vez mais sem personalidade. O cenário harmonioso de Smith apoiava-se em um firme sentido de estabilidade da ordem social e, por isso mesmo, não possuía uma perspectiva de lutas de classes. Outro ponto é a tensão entre a idéia de democracia, com sua implícita aceitação da igualdade — uma pessoa, um voto — e a idéia do capitalismo, com sua explícita desigualdade na posição econômica. A expectativa — ou esperança — de Marx por uma revolução social foi baseada em sua crença de que este contexto não poderia ser resolvido em paz dentro do quadro de uma sociedade capitalista, e a principal razão de suas leis de movimento não terem seguido seu curso é que esta expectativa demonstrou-se falsa. Um terceiro aspecto leva-nos à emergência do governo como centro de poder capaz de intervir de forma decisiva no sistema econômico. Tal concepção era estranha para a grande maioria dos economistas do século dezenove, tanto quanto a operação do modelo japonês de capitalismo manipulado pelo Estado ainda é estranha para a maioria dos economistas do século vinte.

Assim, a visão até dos maiores economistas foi limitada porque eles não conseguiram ver além das esquinas da História, nem notar

as mudanças no cenário institucional e técnico no qual se realizam as atividades econômicas dos atores. O capitalismo como uma idade histórica parece ter virado estas esquinas três ou quatro vezes, indo do começo mercantilista para um período de capitalismo pré-industrial, grosso modo de Smith para Ricardo; depois, para uma época de capitalismo industrial, que se estendeu de Mill e Marx até Veblen; em seguida para um estágio de capitalismo guiado ou sustentado, que começou com Keynes e segue até os dias de hoje; agora, talvez esteja entrando em uma nova época de mercados globais e alta tecnologia. Em cada uma destas épocas, as idéias e visões de seus filósofos profanos abriram uma avenida lógica para o futuro, mas cada visão alcançou apenas o ponto que o cenário tecnológico e institucional permitiu. Quando uma esquina é alcançada, o prognóstico deixa de ser válido. As ações de compradores e vendedores no mercado podem permanecer as mesmas, mas em um cenário alterado elas fazem ocorrer consequências diferentes: um desgoverno no mercado é uma coisa quando é causado por uma fábrica de alfinetes, e outra bem diferente quando se trata de uma siderúrgica.

Isto nos leva à terceira e talvez mais desconcertante das razões pelas quais os prognósticos econômicos são limitados — uma razão que se aplica com especial ênfase ao nosso período. Esta razão é que as regularidades em si não são mais tão regulares e as respostas previsíveis nas quais se baseia a ciência da economia não são mais tão previsíveis.

Aqui entra Adolph Lowe,² a quem o leitor viu rapidamente em nosso Prefácio. Como muitos economistas, Lowe ficou bastante tempo fascinado pelo problema da *ordem* na sociedade — o surpreendente fato de que seres humanos agindo livremente, cooperando e colidindo uns com os outros à procura de seus objetivos econômicos particulares podem oferecer uma solução coerente para um problema que eles nunca levantaram; solução esta que abastece a comunidade como um todo. No entanto, ao contrário de muitos economistas, Lowe nunca explicou esta capacidade como uma espécie de resultado natural do sistema de mercado. Em vez disso, ele perguntou: que tipo de comportamento é necessário para conseguir este impressionante resultado? Em seguida, prosseguiu indagando: que tipo de cenário social é preciso para fazer surgir este comportamento? E, então, perguntou por fim: o que acontece se o cenário social não for aquele de que precisamos?

A resposta para a primeira pergunta é bem conhecida pelos economistas: o comportamento de mercado resulta em uma socie-

dade de economia viável apenas enquanto cada pessoa agir mais ou menos como as pessoas de Smith agiam. Isso quer dizer que a ordem econômica depende de uma sociedade na qual compradores e vendedores são igualmente forçados a “maximizar” — isto é, a procurar vantagem pecuniária imediata. Apenas quando os indivíduos agem desta forma podemos esperar que o mecanismo de mercado realize sua alquimia social. O que somente Lowe apontou, no entanto, é que este tipo de mentalidade orientada apenas para a aquisição surgiu nas circunstâncias sociais do capitalismo pré-industrial e do início do capitalismo industrial, quando a pobreza das massas, uma ordem civil competitiva e a ávida busca do sucesso econômico produziram este comportamento necessário para a ordem econômica.

Agora vem o problema. As condições que dão origem ao comportamento de maximização são progressivamente erodidas, à medida que o capitalismo se desenvolve. No lugar da pobreza, temos o crescente bem-estar das massas, ao ponto em que precisamos de propaganda baseada nos valores Veblenianos para criar a demanda antes gerada pela simples necessidade. Em vez de brigar pelo ganho imediato, temos um jogo das cadeiras com música realizado em andamento menos rápido, à medida que as empresas de larga escala estabelecem estratégias de longo prazo que podem estar muito acima da capacidade de pequenas empresas, que lutam para se manter à tona em mares agitados por alta competição. E onde antigamente o mecanismo de mercado sozinho conseguia maiores resultados sociais, há agora o governo colocando-se acima — e contra — do mercado.

Tudo isto pode ser muito bom para os participantes de um sistema de mercado — ninguém gostaria de retornar ao capitalismo do período retratado por Dickens. Mas o progresso tem um alto preço. O tipo de comportamento necessário para a ordem econômica é cada vez menos o tipo que emerge das pressões do cenário social em mudança. O capitalismo torna-se mais opulento, porém, como conseqüência, torna-se menos auto-regulador. A ordem é cada vez mais imposta fora do sistema em vez de surgir de dentro dele.

E então vem a mais séria controvérsia de Lowe. Se o capitalismo moderno, “organizado”, não pode mais depender das forças espontâneas do mercado para garantir sua operação em ordem, a economia em si também muda sua relação com a sociedade. Enquanto as leis de comportamento podiam ser discernidas atuando no sistema, a economia podia ser uma busca passiva, quase uma contemplação distanciada do funcionamento da sociedade. Para ter certeza de seu avanço, os observadores precisavam estimular com

energia este ou aquele curso de ação — todos os grandes economistas viviam profundamente preocupados com o que julgavam ser as políticas corretas para um governo adotar —, mas essas recomendações eram baseadas na firme convicção de que o sistema, deixado por própria conta, seguiria a rota para o qual sua regularidade de comportamento o levaria.

Porém, a mudança no cenário social do capitalismo moderno acabou com isso. Para ser efetiva, a economia teve de se tornar um instrumento de interferência ativa no curso das coisas. Sua função não é mais a de prever ou prognosticar, *porque isto não é mais possível*. A nova função da economia — aliás, a única deixada para ela pelo crescente aumento da indeterminação de comportamento — é a de controlar o sistema econômico. Por controle, Lowe não quer dizer um planejamento central autoritário. Em vez disso, ele vê como tarefa do controle econômico guiar o sistema para um objetivo socialmente desejado através de um correto comportamento do mercado. Pode-se fazer com que o comportamento se torne adequado através de políticas muito brandas, tais como inclusão de impostos, ou pode ser dirigido por ações governamentais mais duras que afetem diretamente a oferta e a procura. Com políticas brandas ou não, a tarefa da economia não pode mais ser o que era. A velha economia era, por assim dizer, uma economia filosófica. A nova economia terá de ser uma economia *política* — uma disciplina que precisa encontrar os meios econômicos de alcançar as finalidades determinadas de maneira política.

O diagnóstico de Lowe está correto? O sistema econômico está se tornando menos auto-regulador, mais dependente de forças alheias ao mercado para adequar sua performance? É uma tese plausível. A economia terá que, por necessidade, tornar-se menos contemplativa, mais dirigida para a intervenção? Isto já é mais contestável. Como vimos em nosso último capítulo, hoje em dia há uma crescente desilusão com o planejamento. O outro lado da moeda é a celebração — quase uma veneração — do mercado como o instrumento ao qual devemos entregar nosso destino. O barco econômico pode precisar da “economia política” como novo sistema de leme. Mas também pode levantar as velas esperando pegar os antigos ventos constantes do comércio.

Esta decisão depende de um aspecto da filosofia profana que notamos com freqüência, mas não identificamos explicitamente até agora. É o aspecto visionário, o controle “pré-analítico” (para usar o termo de Schumpeter) que destaca este ou aquele motivo como

força impulsionadora mais poderosa, esta ou aquela idéia como o significado mais poderoso a ser percebido pela história. A concepção de Schumpeter da importância das elites é uma dessas visões pré-analíticas, mas certamente não é a única. Toda a filosofia profana de Smith foi conformada segundo as visões que ele tinha da História humana como um processo que se desenrola em um palco no qual as sociedades progridem de um nível de realização material e cultural para outro, até a humanidade finalmente alcançar as condições necessárias para alcançar um estado de sociedade “natural”. A visão de Marx relaciona-se com a de Smith na medida em que a emancipação humana é seu grande tema, mas difere na percepção de que a denominada sociedade de “liberdade natural” de Smith ainda é uma sociedade de classes, que está longe da sociedade sem diferenças para a qual a humanidade deve realizar seu penoso caminho. Também Mill projeta uma visão da evolução humana como a teleologia fundamental da história: sua visão de uma sociedade de indivíduos que se realizam por conta própria é mais radical do que a de Smith, mais conservadora do que a de Marx. Keynes, do mesmo modo, constrói seu sistema sobre uma visão que mistura as idéias do filósofo liberal G. E. Moore e do grande conservador político Edmund Burke.

O que podemos dizer sobre tais projeções variadas da imaginação? Sem dúvida todas elas contêm seus elementos de biografia pessoal, tão vividamente implícitas no caso do jovem estudante jogado no meio de alunos aristocratas. Certamente evidenciam a racionalização dos interesses e predileções que Schumpeter chama de ideologia. Mas seria terrivelmente errado desconsiderar o núcleo da penetração intelectual e coragem emocional que marca todas estas grandes visões. Marx disse que ser radical era ir à raiz das coisas e que na raiz estava o próprio homem. Neste sentido, todas estas visões são esforços radicais para descobrir a medida do homem e da vida coletiva que ele criou para si mesmo.

Pode-se arriscar apenas uma coisa além destes comentários gerais. A importância das visões na disposição e trama dos cenários desenhados pelos filósofos profanos sugere que não se pode acusar que os cenários foram baseados em fatos irrefutáveis e incontestáveis. Para colocar de outra forma, o espectro mais amplo dessas visões subjacentes implica em que a economia em si não é um nível final e irreduzível da compreensão social. A economia lida com os complexos produtos dos processos sociais, incluindo o ato de troca, o impulso para a expansão de capital e ainda outros

comportamentos que nós denominamos “econômicos”. Mas estes comportamentos refletem o cenário histórico — ou humano — no qual são encontrados. Os atos de trocas ou acúmulo são como blocos de construção com os quais o sistema econômico é construído, mas os blocos de construção em si contêm as relações de mutualismo e dominação que estão na, ou por baixo da, totalidade da vida social. Na raiz da questão encontra-se o homem, mas não o homem como ser “econômico” e sim o homem como ser psicológico e social, que compreendemos de forma imperfeita. A compreensão da economia é um maravilhoso capítulo na autobiografia da humanidade, mas não é o primeiro nem o último capítulo.

Existem filósofos profanos atualmente? Com certeza há um vasto número de economistas — mais de vinte mil deles apenas nos Estados Unidos. A profissão nunca foi tão notável nem tão onipresente. Existe um *Council of Economic Advisors* (Conselho de Consultores Econômicos) e pode ser assunto para se pensar por que não há um Conselho de Consultores Políticos. Há um Prêmio Nobel de Economia. Existem economistas em cada banco e em cada empresa; há economistas em colunas dos jornais pela manhã e nos jornais da televisão à noite. Se a proeminência for o padrão, então esta é por excelência a era dos economistas.

Mas eles são filósofos profanos? Não, se quisermos dar ao termo o sentido de grandes prognosticadores ou grandes visionários. Com pouquíssimas exceções, os ganhadores do Nobel não estão muito interessados na construção de grandes modelos de desenvolvimento econômico. Paul Samuelson, o primeiro americano a ganhar o Nobel, é famoso por seu trabalho pioneiro em matemática econômica. Outros ganhadores receberam o prêmio pelo refinamento de técnicas poderosas, mas essencialmente neutras — econometria, para testar hipóteses sobre relações econômicas, ou análises de insumo-produto para verificar as conexões que mantêm o sistema unido. Outros agraciados com o prêmio Nobel trabalharam em teoria pura demonstrando, por exemplo, a possibilidade ou as condições necessárias para isso acontecer.

Assim, se a economia está em grande parte diante dos olhos do público, o trabalho dos principais economistas não segue muito a tradição do passado. Alguns poucos tornaram-se vastamente conhecidos por suas filosofias econômicas — como o ganhador do Nobel Milton Friedman, que louvou as virtudes do mercado livre (mas não foi por isso que ganhou o prêmio), ou como John Kenneth

Galbraith, que por sua vez apontou a obsolescência do mercado livre. Mas, no geral, a economia tornou-se uma questão técnica, muitas vezes enigmática, e projeções ambiciosas da imaginação no futuro não estão mais na lista de seus objetivos. É digno de nota que mesmo Friedman e Galbraith estão mais interessados em criticar os erros do presente do que em criar modelos com finalidades Smithianas, Marxistas ou Schumpeterianas.

Por que a economia perdeu o interesse nas preocupações de uma filosofia profana? Não é certamente pela ausência de imensos problemas econômicos ou difíceis perspectivas econômicas. Não é preciso ser um economista para saber que enormes problemas econômicos terão que ser enfrentados no futuro. Há a ameaça constante de inflação e depressão — e o problema, ainda longe de ser resolvido, da instabilidade econômica do sistema. Há o recém-aparecido desafio da globalização do mercado, alterando a geografia econômica da produção de maneiras que ameaçam as próprias fundações dos antigos estados industriais. Há a questão incômoda da dependência dos países pobres em relação aos ricos e a contra-dependência dos ricos em relação aos pobres. Há a promessa ambivalente da tecnologia, provedora de bem-estar material e perigo ecológico, de crescimento econômico e diminuição dos empregos, de vida e morte.

O problema é que a solução destas questões, cujo efeito irá afetar de forma profunda as perspectivas do capitalismo, não ocorrerá por ação apenas das forças econômicas. Antes de estas forças realizarem seu trabalho, uma decisão anterior terá de ser tomada quanto à dimensão de seu papel. *Depressão ou inflação, produção e finanças internacionais, dívidas globais e perturbações tecnológicas são todos problemas econômicos cujos cursos e conseqüências vão ser primariamente determinados pela resolução de se eles serão ou não regulados pelo mercado ou pela interferência do governo.* Lowe pode ou não estar certo ao julgar que os economistas devem alterar sua concepção do que a economia pode fazer, mas parece incontestável que as decisões políticas irão preparar o cenário para o que a economia faz. Se as decisões se inclinarem no sentido de permitir que o mercado seja prioritário, teremos um tipo de cenário. Se o pêndulo político oscilar para a determinação geral da economia pelo Estado, teremos outro tipo de quadro. Nenhum dos tipos pode ser descrito antes de existir — as forças políticas e econômicas são complexas demais. Tudo que pode ser previsto é que cada cenário pressupõe condições diferentes, dentro das quais as importantes questões terão de ser resolvidas. Uma determinação em favor da ação livre das forças econômicas irá conferir essas decisões deter-

minantes ao individualismo e energia de uma sociedade de mercado — juntamente com sua instabilidade e cegueira moral. Uma determinação em favor do planejamento entregará a resolução ao exercício das decisões políticas — juntamente com suas tendências burocráticas e ineficiências. É esta escolha entre cenários competitivos entre si que deve ser feita antes de tentarmos construir uma lógica de movimento histórico para nosso o período.

Em qualquer caso, é claro, vamos ter economia — economia de mercado ou economia política. Parece improvável que voltaremos a ter filósofos profanos. O cenário da vida moderna não aceita os tipos de prognósticos realizados pelos grandes economistas. Podemos ter grandes visionários, grandes construtores de sistema, mas esses sistemas e visões provavelmente não terão a poderosa simplicidade que apresentavam os dos filósofos profanos. As narrativas deles foram escritas durante um período em que as ações econômicas da sociedade iniciaram-se em um ponto histórico central que provavelmente não voltarão a ocupar, mesmo que optemos pelo mercado, recusando o planejamento. E, portanto, podemos provavelmente escrever “fim” no capítulo da filosofia profana. Não haverá mais dramaturgos sociais que ousem arriscar-se a fazer narrativas de tão larga escala partindo de uma base de motivação tão estreita.

Ainda assim os filósofos profanos não serão relegados ao museu das idéias. Se suas narrativas expositivas não bastarem a um mundo no qual a economia nunca mais reinará de modo tão incontestável quanto no passado, certamente haverá esforços para criar novas narrativas nas quais a lógica da economia será sustentada pela, ou possivelmente subordinada à, lógica da política e da psicologia. Não podemos prever se tais cenários mais profundos e vastos do movimento histórico poderão ser forçados. Mas uma coisa parece certa. Como poucos outros pensadores, os filósofos profanos nos ensinaram a ver a evolução da sociedade como um drama cujo significado pode ser compreendido por indivíduos que, se não fosse assim, sentir-se-iam carregados por forças incontroláveis e incompreensíveis. O objetivo final do pensamento econômico deles era a compreensão social. Esta extraordinária lição para a emancipação humana não será esquecida.

UM GUIA PARA LEITURAS POSTERIORES

Textos de economia, pelo que dizem, são um verdadeiro deserto de prosa empoeirada. Com toda honestidade, a maioria é mesmo assim. O estudante de economia precisa estar preparado para longas jornadas sem uma única frase que o anime; é preciso ter a resistência de um camelo e a paciência de um santo para ir até o fim de alguns dos importantes textos.

Mas nem todos os escritos sobre economia encaixam-se nesta categoria. Há muitos que são vivos, provocadores e estimulantes, até mesmo para os novatos, e há muitos mais que são suficientemente interessantes, persuasivos ou importantes a ponto de garantir uma certa dose de empenho. Estes são os livros que estou recomendando aqui. Não são de forma alguma uma exploração de toda a economia — e nenhuma lista curta poderia dar conta de tudo. São apenas pontos de partida mostrando certas áreas do campo inteiro. Há livros difíceis na lista, mas nenhum impossível ou sem interesse. Por uma razão ou outra eu gostei e dou valor a cada um deles. E, incidentalmente, muitos dos livros mencionados a seguir podem ser encontrados em edições de bolso.¹⁵

O leitor pode querer começar dando uma olhada em um livro de economia para ver como a economia realmente “é”. A idéia é boa, desde que ele esteja preparado para seguir adiante considerando que o objetivo é a informação, não o entretenimento. Dentre uma dúzia de bons textos, sugiro *Economics*, de Paul A. Samuelson (McGraw-Hill, Nova York), certamente o mais famoso texto sobre economia do nosso tempo. O livro de Samuelson é brilhante, de

15 As reimpressões de livros técnicos em edições de bolso somem tão rapidamente que é difícil manter-se a par delas. Coloquei um asterisco junto dos títulos dos quais sei que existem edições de bolso.

ampla visão, e exigente — ele precisa ser estudado, não apenas lido. Para o leitor que desejar uma introdução mais simples, eu sugeriria *Economics Explained*, de Lester Thurow e meu (Touchstone Books, publicado por Simon & Schuster, Inc., Nova York, 1987).

É mais difícil sugerir leituras na área da história das doutrinas econômicas — quero dizer, para sugerir um livro que cubra as áreas deste meu trabalho, porém com mais detalhes e mais atenção ao quadro completo das idéias econômicas. Considerando tudo, *A History of Economic Thought*, de Eric Roll (Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J.) é provavelmente a melhor opção para alguém que não tenha treinamento na disciplina. *Economic Theory in Retrospect*, de Mark Blaug (Cambridge University Press, 1978) é excelente, mas exige um conhecimento considerável de teoria econômica. O famoso *Lecture Notes*, de Wesley Mitchell, foi publicado por Augustus Kelley com o título *Types of Economic Theory*. São leituras maravilhosas, mas complicadas, e o prazer da leitura foi em parte atrapalhado por uma edição que inclui cada uma das variações no texto, de forma que intermináveis repetições atrapalham a fluência do extraordinário conhecimento de Mitchell. E, por fim, o trabalho póstumo de Joseph Schumpeter *History of Economic Analysis* (Oxford University Press, Nova York, 1954) é uma obra-prima em sua área, uma análise verdadeiramente enciclopédica de análise econômica, tão brilhante e tão opinático quanto o autor. Pode ser bem difícil de ler para o não-profissional; desconfio que muitos dos economistas acadêmicos nunca o leram por inteiro.

O assunto do advento do próprio capitalismo foi tratado de forma fascinante por Karl Polanyi em *The Great Transformation** (Farrar & Rinehart, Nova York, 1944). O livro de Polanyi é basicamente um estudo da dificuldade de impor a idéia de mercado no século dezoito em um mundo que não era orientado para o mercado, mas também lida com os aspectos contemporâneos do mesmo problema. É profundamente empolgante. Sobre o mesmo assunto geral, mas focalizado em um diferente aspecto do surgimento do capitalismo, *Religion and the Rise of Capitalism** de R. H. Tawney (Nova York, 1937, recentemente reeditado por Harcourt, Brace) está em uma classe só dele e trata-se de um trabalho profundo, escrito em um estilo insuperável por um grande historiador. Max Weber, *The Protestant Ethic and the Spirit of Capitalism** (G. Allen & Unwin, Londres, 1930) é outro clássico no campo, porém exige um pouco mais do leitor. A pessoa que quiser ter uma visão geral menos especializada da história da evolução do capitalismo pode procurar

meu livro *The Making of Economic Society** (Prentice-Hall, Englewood Cliffs, N.J., 1985).

Para obter mais conhecimento do cenário histórico, o leitor pode voltar-se para H. Pirenne, *Economic and Social History of Medieval Europe** (Harcourt, Brace, Nova York, 1937). Ou então *Cambridge Economic History of Europe*, em dois volumes, com ensaios fascinantes de vários historiadores da economia (Cambridge University Press, Londres, 1952). Para entretenimento, eu sugeriria *The Unbound Prometheus** de David Landes (Cambridge University Press, Cambridge, 1969), ou *The Industrial Revolution in the Eighteenth Century** de Paul Mantoux (Harcourt, Brace, Nova York, 1928), dois dos melhores livros que conheço deste período da história econômica.

Quem quiser experimentar os escritos econômicos pré-Smith tem várias possibilidades agradáveis. Por prazer, pode-se ler Bernard Mandeville, *The Fable of the Bees* (Penguin Classics, Nova York, 1970). Para uma visão sistemática do surgimento da ciência econômica, há William Letwin, *The Origins of Scientific Economics*, (Doubleday, Nova York, 1964), e o maravilhoso (mas também especializado) livro de Ronald Meek, *The Economics of Physiocracy* (Harvard University Press, 1963). E devo mencionar também C. B. MacPherson com seu *The Political Theory of Possessive Individualism** (Oxford University Press, Nova York, 1962). Como o título diz, não é um livro de “economia”, mas, como o leitor descobrirá, é imensamente informativo sobre os aspectos econômicos.

Adam Smith é um problema. A Universidade de Glasgow celebrou o bicentenário de *The Wealth of Nations* com um vasto, completo e terrivelmente caro *Collected Works*. Quem quiser estudar Smith deve certamente ler seu volume *Essays* (ed. A. Skinner e E. Wilson, Clarendon Press, Oxford, 1975). Ou então eu recomendaria a compra do *Wealth*, da Modern Library, ou se quiser trechos maiores e também as “melhores partes” de *The Theory of Moral Sentiments* ou, ainda, outros escritos de Smith, eu os reuni em *The Essential Adam Smith* (W. W. Norton, Nova York, 1985).

Dá-se com Malthus e Ricardo o mesmo que com Adam Smith. O leitor não profissional tem poucas opções. Keynes tem um bom pequeno ensaio sobre Malthus em seu *Essays in Biography* (Horizon Press, Nova York, 1951), e o tratamento que Mitchell dá a Ricardo no acima mencionado *Lecture Notes* é totalmente absorvente. Os escritos completos de Ricardo encontram-se agora disponíveis em uma edição de múltiplos volumes editados sob os escrupulosos olhos de Piero Sraffa, *Works of David Ricardo* (Cambridge University

Press, Londres, 1951), e o último volume contém uma boa quantidade de material biográfico que não é terrivelmente interessante. Mas o leitor não deve arriscar-se com Ricardo a menos que esteja preparado para ferimentos intelectuais: é tudo argumentação abstrata, não muito fácil de acompanhar. Porém se a curiosidade persistir, tente o segundo volume do trabalho de Sraffa, no qual o *Principles*, de Malthus é reproduzido acompanhado por comentários aniquiladores de Ricardo a cada parágrafo. Aqui vemos os dois amigáveis adversários em sua melhor forma. E quanto ao trabalho de Malthus e o dilema da população, leia *On Population* (Modern Library, Nova York, 1960), com um introdução muito interessante da historiadora Gertrude Himmelfarb. Melhor ainda, qualquer um do grande número de livros modernos sobre a questão da população.

Não faz sentido tentar ler os utopistas. Em vez disso, procure ler *The Prophets of Paris*, de Frank Manuel (Harvard University Press, 1962), ou *The Socialist Tradition*, de Alexander Gray (Longmans, Green, Londres, 1946), que consultei bastante sobre Saint-Simon e Fourier. O estilo de Gray é um tanto arcaico, porém algumas das figuras mais singulares podem agüentar isto e o livro é bastante tendencioso no sentido de defender os Utopistas em oposição ao socialismo “científico.” Se o estudo exigir, uma biblioteca pública dará acesso aos originais — porém, fica aqui um aviso: eles são todos intoleravelmente prolixos. Há uma bela biografia seguindo a velha moda de *Robert Owen*, por F. Podmore (Appleton, Nova York, 1907), e um mais concreto, porém menos legível, trabalho de G. D. H. Cole (E. Benn, Londres, 1925). Nenhum, no entanto, faz justiça a este homem impressionante; talvez sua própria história, *The Life of Robert Owen* (Knopf, Nova York, 1920), seja o melhor neste sentido.

Então, claro, há John Stuart Mill. Sua *Autobiography*, (Columbia University Press, Nova York, 1944) é clássica e tediosa, mas há uma excelente biografia dele feita por Michael Packe (Macmillan, Nova York, 1954). Se Mill for de seu interesse, Friedrich A. Hayek publicou a correspondência entre Mill e Harriet Taylor, *John Stuart Mill and Harriet Taylor* (University of Chicago Press, Chicago, 1951), que lança nova luz sobre o homem. Para outra visão muito esclarecedora de Mill e sua relação com a terrível Harriet, veja *On Liberty and Liberalism*, de Gertrude Himmelfarb (Knopf, Nova York, 1974). E no que diz respeito a economia, Mill vale o esforço. *Principles of Political Economy* (University of Toronto Press, Toronto, 1965) é muito bem escrito e com estilo liberal, o

que o faz continuar interessante também para o leitor moderno. Um livro de bolso da Bantam, *The Essential Works of John Stuart Mill*, contém a *Autobiography* e o com o merecidamente famoso *Essay on Liberty**.

A literatura de Marx é volumosa. O leitor pode encarar um bom número de excelentes biografias recentes: a melhor, para o meu gosto, é *Karl Marx*, de David McLellan (Harper & Row, Nova York, 1973) e seu muito bom pequeno livro sobre Marx para a coleção *Modern Masters* da Viking (Nova York, 1975). Mas eu gostaria de citar um livro mais antigo, *To the Finland Station** (Harcourt, Brace, Nova York, 1940), de Edmund Wilson. Este livro é, entre outras coisas, uma biografia de Marx e Engels, uma visão do trabalho deles, uma crítica de escritos históricos em geral e a excelência do todo é aumentada por um estilo superlativo. É como ler um romance.

Provavelmente, a melhor introdução a Marx seja o próprio Marx, especialmente *O Capital*, Vol. I. Uma nova edição publicada pela Random House (Vintage, Nova York, 1977)* é excelente. Se quiser continuar na mesma linha, o passo seguinte é o pequeno (não o longo) *Grundrisse*, (ed. David McLellan, Harper Torchbook, Nova York, 1971). Uma leitura de Robert Tucker (Norton, Nova York, 1978) seria uma boa escolha a seguir. Depois, talvez Paul M. Sweezy, *The Theory of Capitalist Development* (Monthly Review Press)* e em seguida há uma vasta literatura da qual não é possível dar um guia conciso. Pedindo desculpas por oferecer novamente meu próprio trabalho, quero mencionar meu *Marxism, For And Against* (W. W. Norton, Nova York, 1983).

Não existe um livro sobre os vitorianos em si. O leitor pode querer dar uma olhada no *Principles of Economics* (Macmillan, Nova York, 1948), de Alfred Marshall. É pesado, mas não difícil; o obstáculo é a quantidade de paciência, não de conhecimento, requerida. Keynes, por sinal, tem um belo trecho biográfico sobre Marshall e Edgeworth em seu acima mencionado *Essays in Biography*.

O submundo é tema de leituras mais agradáveis. Henry George ficou ultrapassado, mas seu *Progress and Poverty* (Doubleday, Nova York, 1926) tem um apelo emocional e é escrito em rico — às vezes exageradamente rico — estilo jornalístico. Hobson é mais sério e mais absorvente. *Imperialism* (G. Allen & Unwin, Londres, 1938), continua sendo atual e é enormemente interessante, mais do que o famoso panfleto de Lênin com o mesmo nome.

Veblen é uma leitura magnificente, se você aceitar o estilo dele. Nem todo mundo o faz, mas aficcionados vivem até hoje citando

suas preciosidades. *The Theory of the Leisure Class** (Modern Library, Nova York, 1934) é seu trabalho mais conhecido, no entanto eu sugeriria *The Portable Veblen* (Viking Press, Nova York, 1950), com uma brilhante introdução de Max Lerner, que projeta o homem e suas idéias básicas com grande clareza. O livro em si cobre uma grande variedade do trabalho de Veblen. Sobre o pensamento de Veblen eu sugeriria um penetrante estudo de Jack Diggins, *The Bard of Savagery* (Seabury Press, Nova York, 1978). O período é ilustrado de forma cortante e alegre em um livro soberbo de Matthew Josephson, *The Robber Barons** (Harcourt, Brace, Nova York, 1934).

Há duas biografias principais de Keynes: a abrangente e um tanto pomposa *Life of John Maynard Keynes*, de Roy Harrod (Harcourt, Brace, Nova York, 1951), e o brilhante *John Maynard Keynes*, de Robert Skidelsky (Viking, Nova York, 1986), do qual apenas o primeiro volume (de dois ou três) já foi lançado. Ou pode-se conhecer o homem diretamente através de sua prosa brilhante e lúcida, bastando para isso ler o *Economic Consequences of the Peace* (Harcourt, Brace, Nova York, 1920) e o *Essays in Persuasion* (Harcourt, Brace, Nova York, 1951), que são excelentes. O conteúdo de Keynes foi divulgado em várias versões popularizadas, das quais a melhor é a obra de Robert Lekachman *The Age of Keynes* (Random House, Nova York, 1966).

Quando nos voltamos para a questão do Para Onde Vai o Capitalismo? e Para Onde Vai a Economia?, eu continuo colocando *Capitalism, Socialism and Democracy* (Harper, Nova York, 1947), de Joseph Schumpeter no alto da lista. Para uma visão que parte da óptica de Schumpeter, um leitor interessado pode querer dar uma olhada no meu *Nature and Logic of Capitalism** (W. W. Norton, Nova York, 1985). Por fim, o livro de Adolph Lowe, *On Economic Knowledge* (M. E. Sharpe, White Plains, N.Y., 1977), é um trabalho profundo, porém acessível, que vai valer o esforço que poderá requerer.

NOTAS

I - INTRODUÇÃO

- 1 - John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest and Money* (Nova York: Harcourt, Brace & World, 1964), p. 383.

II: A REVOLUÇÃO ECONÔMICA

- 1 - Elizabeth Marshall Thomas, *The Harmless People* (Nova York: Vintage, 1958), p. 50
- 2 - Adam Smith, *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* (Nova York: Modern Library, 1937), p. 62.
- 3 - Henry Pirenne, *Economic and Social History of Medieval Europe* (Nova York: Harcourt, Brace, s.d.), pp. 102-103.
- 4 - Miriam Beard, *A History of the Business Man* (Nova York: Macmillan, 1938), p. 83
- 5 - Pirenne, op. cit., p. 35, n. 1; Beard, op. cit. p. 83.
- 6 - Beard, op. cit. p. 83.
- 7 - Eli Hecksher, *Mercantilism* (Londres: George Allen & Unwin, 1935), Vol. I, pp. 57, 118.
- 8 - John Winthrop, *Winthrop's Journal* (Nova York: Charles Scribner's Sons, 1908), Vol. I, pp. 315-317.
- 9 - W. E. Lingelbach, *The Merchant Adventurers of England* (Nova York: Longmans Green, 1902) pp. 47-52; também Sylvia Thrupp, *The Merchant Class of Medieval London* (Chicago: University of Chicago Press, 1948), pp. 165-169.
- 10 - Hecksher, op. cit. pp. 160, 164.
- 11 - *The Economic Writings of Sir William Petty*, C. H. Hull, ed. (Nova York: Augustus Kelley, 1963), p. 274.
- 12 - Lewis Mumford, *The Condition of Man* (Nova York: Harcourt, Brace & World, 1944), p. 168.

- 13 - Henri Pirenne, *Medieval Cities* (Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1925), pp. 120-121.
- 14 - W. M. Flinders Petrie, *Syria and Egypt* (Londres: Methuen, 1898). C. 2, pp. 44-48.
- 15 - Raymond Firth, *Primitive Economics of the New Zeland Maoris* (Nova York: E. P. Dutton, 1929), p. 340.
- 16 - Sir William Ashley, *An Introduction to English Economic History and Theory*, 4ª ed. (Londres: Longmans Green, 1925), pp. 229-237.
- 17 - Hecksher, op. cit., p. 171.
- 18 - Paul Mantoux, *The Industrial Revolution in the XVIII Century* (Nova York: Harcourt, Brace, 1927) p. 196.
- 19 - Hecksher, op. cit., p. 173.
- 20 - Karl Marx, *Capital* (Nova York: International Publishers, 1967), Vol. I, p. 721.
- 21 - Mantoux, op. cit., p. 159
- 22 - Ibid.
- 23 - Marx, op. cit., pp. 729-730.
- 24 - Mantoux, op. cit., p. 278.
- 25 - John Boyd Thacher, *Christopher Columbus* (Nova York e Londres: G. P. Putnam's Sons, 1903), Vol. II, p. 645.
- 26 - John Maynard Keynes, *A Treatise on Money* (Londres, Macmillan, 1953), Vol. II, pp. 156-157.
- 27 - Hecksher, op. cit., p. 301.
- 28 - Beard, op. cit., pp. 416-419.
- 29 - *Aristotle's Politics*, trad. Benjamin Jowett (Nova York: Modern Library, 1943) p. 58.
- 30 - Bernard Mandeville, *The Fable of the Bees* (Oxford: Clarendon Press, 1966), pp. 287, 288.
- 31 - Não consegui redescobrir a fonte.

III: O MUNDO MARAVILHOSO DE ADAM SMITH

- 1 - Detalhes biográficos de John Rae, *Life of Adam Smith* (1895) com introdução de Jacob Viner (Nova York: Augustus Kelley, 1965); Dugald Stewart, *Biographical Memoir of Adam Smith* (1793) (Nova York: Augustus Kelley 1966); William Scott, *Adam Smith as Student and Professor* (Glasgow, Jackson, Son & Co., 1937).
- 2 - Elie Halevy, *England in 1815* (Nova York: Peter Smith, 1949), pp. 259-265.
- 3 - Havelly, ibid, p. 242.
- 4 - Paul Mantoux, op. cit. p. 199, n. 1.

- 5 - Havewly, op. cit. pp. 279-280.
- 6 - James Bonar, *Library of Adam Smith* (Londres: Macmillan, 1894), pp. viii-ix.
- 7 - Percy Fitzgerald, *Charles Townshend: Wit and Statesman* (Londres: R. Bentley, 1866), pp. 359-360.
- 8 - Ibid., p. 334.
- 9 - Ronald Meek, *The Economics of Physiocracy* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1963). p. 375, n. 2.
- 10 - Citado em *The Wealth of Nations*, de Adam Smith (Nova York: Modern Library, 1937), p. 643; a seguir citado aqui como *Wealth*.
- 11 - Rae op. cit., p. 156.
- 12 - Max Lerner, *Introdução a Wealth*.
- 13 - Smith, *Wealth*, p. 578.
- 14 - Ibid., p. 16.
- 15 - Ibid., p. 605.
- 16 - Ibid., p. 423
- 17 - Ibid., pp. 594-595.
- 18 - Ibid., p 651.
- 19 - Ibid., p 14.
- 20 - Beard, op. cit. p.493.
- 21 - De Gregory King, *Two Tracts* (1696) (Baltimore: John Hopkins Press, 1936), p. 31.
- 22 - Bernard Mandeville, *The Fable of the Bees* (Oxford: Clarendon Press, 1929), Vol. I, p. 194.
- 23 - Smith, *Wealth*, p. 79.
- 24 - Ibid., pp. 4-5.
- 25 - Ibid., pp. 11-12.
- 26 - Adolph Lowe, "The Classical Theory of Economic Growth", *Social Research*, Summer 1954, pp. 132-141.
- 27 - Mantoux, op. cit. p. 238
- 28 - Ibid., p. 311.
- 29 - Ibid., p. 386.
- 30 - Smith, *Wealth*, p. 322.
- 31 - Ibid., p. 80.
- 32 - Ibid., p. 79.
- 33 - Ibid., p. 460.
- 34 - Ibid., p. 625.
- 35 - Ibid., pp. 734-735.
- 36 - Ibid., p. 128.
- 37 - Ibid., p. 172.
- 38 - Ibid., p. 900.
- 39 - Adam Smith, *The Theory of Moral Sentiments* (1795), em R.

Heilbroner, *The Essential Adam Smith* (Nova York: W. W. Norton, 1986), p. 78.

40 - Rae, op. cit., p. 405.

IV: OS SOMBRIOS PRESENTIMENTOS DO PÁROCO MALTHUS E DAVID RICARDO

- 1 - King, op. cit. p. 18
- 2 - Ibid., p. 24
- 3 - Wesley Mitchell, *Types of Economic Theory* (Nova York: Augustus Kelley, 1967), Vol. I. p. 47.
- 4 - James Bonar, *Malthus and His Work*, 2ª ed., (1924) (Nova York: Augustus Kelley, 1967) pp. 6, 30. A citação de Parley vem de seu *Principles of Moral and Political Philosophy* (Londres: R. Fauler, 1790), Vol. II, p. 347.
- 5 - Bonar, *Malthus and His Work*, p. 15.
- 6 - Halevy, op. cit., p. 229.
- 7 - Ibid., pp. 227-228.
- 8 - Mitchell, op. cit., p. 279.
- 9 - Ibid., pp 279-280.
- 10 - David Ricardo, *Works and Correspondence*, ed. Piero Sraffa (Cambridge University Press, 1965), Vol. IV, p. 21.
- 11 - Ibid., Vol. X, pp. 95-106.
- 12 - Bonar, *Malthus and His Work*, pp. 1, 2.
- 13 - Thomas Robert Malthus, (primeiro) *Essay on Population* (1798) (Nova York: Macmillan, 1966), p. 65.
- 14 - Citado em Bonar, *Malthus and His Work*, p. 305. A citação aparece apenas na segunda edição do (primeiro) *Essay*. Foi retirada a seguir.
- 15 - William Godwin, *Of Population* (1820)) (Nova York: Augustus Kelley, 1964), p. 616.
- 16 - Ricardo, op. cit., Vol. XIII, p. 21.
- 17 - Mitchell, op. cit., Vol. I, pp. 306-307.
- 18 - Citado em John Maynard Keynes, *Essays in Biography* (Londres: Macmillan, 1937), p. 134.
- 19 - Harriet Martineau, *Autobiography*, Maria Weston Chapman. ed. (Boston: James R. Osgood, 1877), p. 247.
- 20 - Ibid., p. 248.
- 21 - Ricardo, op. cit., Vol. X, p. 171.
- 22 - Ibid., p. 6.
- 23 - Ibid., pp. 73-74.
- 24 - Ibid., Vol. VI, p. 229.
- 25 - Ibid. p. 233.

- 26 - Ibid., Vol. IX, p. 382.
- 27 - Keynes, *Essays in Biography*, p. 134.
- 28 - Joseph Townshend, *A Dissertation on the Poor Laws* (1786) (Londres: Ridgways, 1817), p. 45.
- 29 - Malthus, (primeiro) *Essay*, pp. 25, 26.
- 30 - Ibid., p. iv.
- 31 - Ibid., pp. 139, 140.
- 32 - Robert Heilbroner, Just Faaland ed., *Population and the World Economy* (Oxford: Basil Blackwell, 1982), p. 237.
- 33 - Ibid., pp. 3, 4, 230.
- 34 - Mitchell, op. cit., p. 47.
- 35 - Keynes, *Essays*, p. 111.
- 36 - Ricardo, op. cit. Vol. II, p. 222.
- 37 - Ibid., p. 449.
- 38 - Ibid., pp. 98-99.
- 39 - Ibid., pp. 376-377.
- 40 - Ibid., p. 12.
- 41 - Ibid., p. 222.
- 42 - Bonar, *Malthus and His Work*, p. 431.

V: AS VISÕES DOS SOCIALISTAS UTÓPICOS

- 1 - Mantoux, op. cit., pp. 411-413.
- 2 - J. L. e Barbara Hammond, *The Skilled Labourer* (Londres: Longmans, Green, 1920), pp. 257-301.
- 3 - Para conhecer a vida de Owen, veja *The Life of Robert Owen written by himself* (Londres: Chas. Knight & Co., 1971); Frank Podmore, *Robert Owen: A Biography* (Nova York: D. Appleton, 1924); G. D. H. Cole, *The Life of Robert Owen* (Hamden Conn.: Archon, 1966).
- 4 - Owen, *A Life*, p. 27.
- 5 - Para conhecer as opiniões de Ricardo veja *Works and Correspondence*, Vol. V, pp. 30, 467.
- 6 - Podmore, op. cit., p. 240.
- 7 - William Cobbet, *Cobbett's Political Works* (Londres; s. d.), p. 230.
- 8 - Citado em Alexander Gray, *The Socialist Tradition* (Londres: Longmans, Green, 1946), p. 202.
- 9 - Robert Dale Owen, *Threading My Way: An Autobiography* (Nova York: Augustus Kelley, 1967), pp. 57, 58.
- 10 - Veja Gray, op. cit., pp. 136-138, e Frank Manuel, *The New World of Henri Saint-Simon* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1956).
- 11 - Manuel, op. cit., p. 13.

- 12 - Ibid., p. 40.
- 13 - Ibid., p. 112.
- 14 - Gray, op. cit., p. 138.
- 15 - Ibid., pp. 151-152.
- 16 - Ibid., pp. 156-196.
- 17 - Veja, *Autobiography* de Mills em *Collected Works of John Stuart Mill* (Toronto: University Toronto Press, 1981), Vol. I.
- 18 - Ibid., pp. 17, 19.
- 19 - Ibid., p. 39.
- 20 - Ibid., p. 265.
- 21 - Ibid., Vol. II, pp. 199, 200.
- 22 - Ibid., p. 207.
- 23 - Ibid., Vol. III, p. 754.
- 24 - Ibid.
- 25 - Ibid., Vol. II, p. 209.
- 26 - Ibid., Vol. XVI, p. 1146.
- 27 - Ibid., Vol. I., p. 226.

VI: O SISTEMA INEXORÁVEL DE KARL MARX

- 1 - Karl Marx e Friedrich Engels, "The Manifesto of the Communist Party", *Collected Works* (Moscou: Progress Publishers, 1976), Vol. VI, p. 481.
- 2 - Veja Priscilla Robertson, *Revolutions of 1848: a Social History* (Princeton, N. J.: Princeton Univ. Press, 1948).
- 3 - Ibid.. p. 519.
- 4 - Não consegui reencontrar a fonte, mas fui orientado pelo sr. Fred Whitehead que provavelmente é a introdução de Heine para *Lutetia* (1854).
- 5 - Para a data biográfica de Marx e Engels, veja Edmund Wilson, *To the Finland Station* (Nova York: Farrar, Strauss & Giroux, 1940, 1972); Franz Mehring, *Karl Marx* (Ann Arbor, Mich.: University of Michigan Press, 1962); David MacLellan, *Karl Marx: His Life and Thought* (Nova York: Harper & Row, 1973).
- 6 - Wilson, op. cit.. p. 157.
- 7 - Ibid., p. 163.
- 8 - Elie Halevy, *Imperialism and the Rise of Labour* (Londres: Ernest Benn, 1951), p. 18.
- 9 - F. Engels, *Anti-Dühring* (Nova York, International Publishers, 1970), p. 292.
- 10 - "The Eighteenth Brumaire of Louis Napoleon", em Marx, *Works*, Voll. II, p. 103.

- 11 - "The Poverty of Philosophy", *ibid.*, Vol. VI, p. 166.
- 12 - *Ibid.*, p. 496.
- 13 - Veja Yvonne Kapp, *Eleanor Marx* (Londres: Lawrence and Wishart, 1972), Vol. I, Appendix I, pp. 289-297.
- 14 - David McLellan, *Karl Marx: Interviews and Recollections* (Totowa, N. J.: Barnes and Noble, 1981), p. 165.
- 15 - Wilson, *op. cit.*, p. 365.
- 16 - *Ibid.*
- 17 - Marx, *Works*, Vol. XXXIX, p. 181.
- 18 - Kapp, *op. cit.*, p. 112.
- 19 - McLellan, *Karl Marx: His Life and Thought*, p. 443.
- 20 - "Theses on Feuerbach", em Marx, *Works*, Vol. V, p. 8
- 21 - Para anti-semitismo ver Paul Padover, *Karl Marx: An Intimate Biography* (Nova York: McGraw-Hill, 1978), pp. 166-170.
- 22 - McLellan, *supra cit.*, pp. 156-157.
- 23 - Para carta de Proudohn, veja *ibid.*, p. 159.
- 24 - *The Communist International, 1919-1943*. Jane Degras, ed. (Londres: Oxford University Press, 1961). p. 475.
- 25 - Marx, *Capital* (Moscou: Progress Publishers, 1954), p. 245.
- 26 - *Ibid.* p. 712.
- 27 - *Ibid.* p. 715.
- 28 - Padover, *op. cit.*, p. 591.

VII: O MUNDO VITORIANO E OS SUBTERRÂNEOS DA ECONOMIA

- 1 - Sir Robert Giffen, *Economic Inquiries and Studies* (Londres: George Bell & Sons), Vol. I, 1909, p. 394.
- 2 - Veja sir John Clapham, *An Economic History of Modern Britain, 1850-1886* (Cambridge: Cambridge University Press, 1963), pp. 448-449. A citação no texto não segue Clapham exatamente.
- 3 - Marx, *Works*, Vol. XL, p. 344.
- 4 - Keynes, *Essays*, p. 273.
- 5 - F. Y. Edgeworth, *Mathematical Psychics*, (1881) (Nova York: Augustus Kelley, 1961), p. 128.
- 6 - J. A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954), p. 467.
- 7 - W. Stanley Jevons, *The Theory of Political Economy* (Londres: Macmillan, 1879), pp. vii, 3.
- 8 - Sobre a vida de Bastiat veja Charles Gide e Charles Rist, *A History of Economic Doctrines* (Londres: George A. Harrap, 1915); *International Encyclopedia of Social Sciences*, 1968; e *Encyclopaedia Britannica*, 11ª ed., 1910. Veja também en-

- saio de Fontenay em *Oeuvres Complètes de Frédéric Bastiat* (Paris, 1855), Vol. I.
- 9 - Bastiat, *Economic Sophisms* (Nova York: G. P. Putnam, 1922), pp. 101-102.
- 10 - Bastiat, *Oeuvres Complètes*, pp. 26, 27.
- 11 - Gide e Rist, op. cit., p. 329n. A citação do texto difere levemente.
- 12 - Ibid., pp. 60-65.
- 13 - Adaptado livremente de Bastiat, *Selected Essays in Political Economy* (Princeton, N.J.: Van Nostrand, 1964), p. 111.
- 14 - Ibid., p. 135.
- 15 - Bastiat, *Oeuvres Complètes*, pp. 205, 206.
- 16 - Ibid., p. xxxii.
- 17 - Mitchell, op. cit., Vol. II, p. 30.
- 18 - *Complete Works of Henry George* (National Single Tax League, 1900), Vol. I, p. 557.
- 19 - Ibid., p. 549.
- 20 - Detalhes biográficos sobre Henry George: Henry George, Jr., *Life of Henry George*, in Ibid., Vols. IX, X.
- 21 - Ibid., Vol. IX, p. 149.
- 22 - Ibid., pp. 277-278.
- 23 - Ibid., pp. 311-312.
- 24 - Ibid., pp. Vol. I, pp. 291, 292.
- 25 - Ibid., p. 188.
- 26 - C. A. Barker, *Henry George* (Nova York: Oxford University Press, 1955), p. 318; veja Bloco de Notas de Henry George n. 24; Biblioteca Pública de Nova York, p. 7.
- 27 - Não consegui achar a origem desta citação.
- 28 - Stephen B. Cord, *Henry George: Dreamer or Realist?* (Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1965), p. 39.
- 29 - J. A. Hobson, *Imperialism*, 2ª ed. (Ann Arbor, Mich.: University of Michigan Press, 1965), p. 160.
- 30 - Ibid.
- 31 - Ibid.
- 32 - Ibid., p. 51.
- 33 - R. Palme Dutt, *Britain's Crisis of Empire* (Nova York: International Publishers, 1950), p. 18.
- 34 - J. A. Hobson, citado em *Confessions of an Economic Heretic* (Londres: George Allen & Unwin, 1938), p. 59.
- 35 - Hobson, *Imperialism*, p. 50.
- 36 - Hobson, *Confessions*, p. 15.
- 37 - Ibid., p. 30.
- 38 - Ibid., p. 30.
- 39 - Ibid., p. 62.

- 40 - Dutt, op. cit., p. 22.
- 41 - Hobson, *Imperialism*, p. 85.
- 42 - *The Communist International, 1919-1943*, ed. Jane Degrad (Londres: Oxford University Press, 1960), pp. 48-481.
- 43 - Dutt, op. cit., p. 18.
- 44 - Veja Halevy, *Imperialism and the Rise of Labour*, pp. 13-14; e também Eric Hobsbawm, *Industry and Empire* (Nova York: Pantheon, 1968), p. 125.
- 45 - *Memorials of Alfred Marshall*, ed. A. C. Pigou (Londres: Macmillan, 1925), pp. 74, 75.
- 46 - Keynes, *Essays in Biography*, p. 223.
- 47 - Alfred Marshall, *Principles of Economics*, 9ª variorum ed. (Londres: Macmillan, 1961), p. 820.

VIII: A SOCIEDADE SELVAGEM DE THORSTEIN VEBLEN

- 1 - Matthew Josephson, *The Robber Barons* (Nova York: Harcourt, Brace, 1934), p. 15.
- 2 - Ibid.
- 3 - Ibid, p. 398.
- 4 - Ibid., 312.
- 5 - Ibid., p. 441.
- 6 - dados biográficos de Joseph Dorfman, *Thorstein Veblen and His America* (Nova York, Viking, 1947).
- 7 - *The Portable Veblen*, ed. Max Lerner (Nova York, 1950).
- 8 - Thorstein Veblen, *The Theory of the Leisure Class* (Nova York: Modern Library, 1934), p. 265.
- 9 - Dorfman, op. cit., p. 12-13.
- 10 - Op. cit., p. 56.
- 11 - Dorfman, op. cit., p. 517.
- 12 - Ibid., p. 118.
- 13 - Ibid., 249.
- 14 - Ibid., p. 316.
- 15 - Ibid., p. 194.
- 16 - Veblen, *Theory of the Leisure Class*, p. 43.
- 17 - Ibid., p. 156.
- 18 - “Morais Cristãs”, em *The Portable Veblen*, p. 489.
- 19 - Veblen, *Theory of the Leisure Class*, p. 30.
- 20 - Dorfman, op. cit., p. 220.
- 21 - Josephson, op. cit., p. 136n.
- 22 - Ibid., p. 245.

- 23 - "The Captain of Industry", de *Absentee Ownership and Business Enterprise*, em *The Portable Veblen*, p. 385n.
- 24 - Thorstein Veblen, *The Theory of Business Enterprise* (Nova York: Scribner's, 1932), p. 310.
- 25 - Thorstein Veblen, *The Engineers and the Price System* (Nova York: Harcourt, Brace, 1963), p. 151.
- 26 - "The Case of Germany," em *The Portable Veblen*, p. 555.
- 27 - Dorfman, op. cit., p. 492.
- 28 - Ibid., p. 456.
- 29 - Ibid., p. 504.
- 30 - Veblen, *Theory of the Leisure Class*, pp. 131-132.
- 31 - Ibid., p. 134.
- 32 - Dorfman, op. cit., p. 423.
- 33 - Thorstein Veblen, *The Place of Science in Modern Civilization* (Nova York: Capricorn Press, 1918), p. 193.
- 34 - Dorfman, op. cit., p. 505.

IX: AS HERESIAS DE JOHN MAYNARD KEYNES

- 1 - Dorfman, op. cit., pp. 485-486.
- 2 - Frederick Allen, *Only Yesterday* (Nova York: Bantam Books, 1931), p. 345.
- 3 - Roy Harrod, *The Life of John Maynard Keynes* (Nova York: Augustus Kelley, 1969), p. 135.
- 4 - Ibid., and Robert Skidelsky, *John Maynard Keynes* (Nova York: Viking, 1986).
- 5 - Harrod, op. cit., p. 26.
- 6 - Skidelsky, op. cit., p. xxiii.
- 7 - Ibid., p. 121.
- 8 - Ibid., p. 203.
- 9 - Ibid., p. 206.
- 10 - Ibid., p. 364.
- 11 - Ibid., p. 249.
- 12 - John Maynard Keynes, *The Economic Consequences of the Peace* (Nova York: Harcourt, Brace, 1920), p. 32.
- 13 - Ibid., p. 40.
- 14 - Ibid., pp. 226-227.
- 15 - Ibid., p. 228.
- 16 - Harrod, op. cit., pp. 297, 298.
- 17 - Ibid., p. 388.
- 18 - Ibid., p. 20.
- 19 - Ibid., p. 137.

- 20 - Citado em John Maynard Keynes, *Essays in Biography*, Nova York: W. W. Norton, 1963, p. 277.
- 21 - Smith, *Wealth*, p. 424.
- 22 - John Maynard Keynes, *A Treatise on Money*, Vol. II, pp. 148, 149.
- 23 - Harrod, op. cit., p. 462.
- 24 - John Maynard Keynes, *The General Theory of Employment, Interest, and Money* p. 131.
- 25 - Ibid., p. 129.
- 26 - *New York Times*, 10 de junho de 1934.
- 27 - Keynes, *General Theory*, p. 374.
- 28 - Harrod, op. cit., p. 436.
- 29 - Charles Hession, *John Maynard Keynes*, (Nova York, Macmillan, 1984), p. 224.
- 30 - Não consigo reencontrar a fonte.
- 31 - Harrod, op. cit., pp. 477, 488.
- 32 - Keynes, *Economic Consequences*, p. 235.
- 33 - Harrod, op. cit., p. 577.
- 34 - Ibid., p. 584.
- 35 - Ibid., p. 617.
- 36 - John Maynard Keynes "Economic Possibilities for Our Grandchildren," em *Essays in Persuasion* (Nova York: W. W. Norton, 1963), p. 373.
- 37 - op. cit., p. 222.
- 38 - Keynes, *Essays in Biography*, pp. 140-141.

X: AS CONTRADIÇÕES DE JOSEPH SCHUMPETER

- 1 - Keynes, *Economic Possibilities for Our Grandchildren*, p. 367.
- 2 - Joseph A. Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy* (Nova York: Harper & Bros., 1942, 1947), p. 163.
- 3 - Ibid., p. 61.
- 4 - Para detalhes biográficos veja Arthur Smithies, "Memorial," *American Economic Review*, 1950, pp. 628-645; Gottfried Haberler, "Joseph Alois Schumpeter," *Quarterly Journal of Economics*, Agosto 1950, pp. 333-384; Christian Seidl, "Joseph Alois Schumpeter: Character, Life and Particulars of the Graz Period," em *Lectures on Schumpeterian Economics*, Christian Seidl, ed. (Berlim: Springer Verlag, 1984), pp. 187-205; Seymour Harris, ed./ *Schumpeter: Social Scientist* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1951).
- 5 - Haberler, op. cit., p. 340.

- 6 - J. A. Schumpeter, *The Theory of Economic Development* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1949), p. 84.
- 7 - Ibid., pp. 89-90.
- 8 - Ibid., pp. 93-94.
- 9 - Haberler, op. cit., p. 345.
- 10 - J. A. Schumpeter, *Business Cycles* (Nova York: McGraw-Hill, 1939), Vol. II, p. 1050.
- 11 - "Review of Keynes's General Theory", *Journal of the American Statistical Association*, Dezembro de 1936.
- 12 - Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, p. 126.
- 13 - Ibid., p. 117.
- 14 - Ibid., pp. 84, 87.
- 15 - Ibid., p. 143.
- 16 - Ibid., p. 163.
- 17 - Ibid., p. 167.
- 18 - Ibid., p. 58.
- 19 - Ibid., p. 101.
- 20 - Ibid., pp. 128-129.
- 21 - Schumpeter, *Theory of Economic Development*, p. 81, n. 2.
- 22 - Ibid.
- 23 - Ibid.
- 24 - Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, p. 156.
- 25 - Ibid., p. 204.
- 26 - J. A. Schumpeter, *History of Economic Analysis* (Nova York: Oxford University Press, 1954). p. 41.
- 27 - Ibid., p. 42.
- 28 - Veja discussão por Smithies, op. cit., 634-637.
- 29 - Seidl, op. cit., p. 197, n. 55.

XI: ALÉM DA FILOSOFIA PROFANA

- 1 - Smith, *Wealth*, p. 59.
- 2 - Adolph Lowe, *On Economic Knowledge*, 2ª ed. (Nova York e Londres: M. E. Sharpe, 1977), Caps. 3, 5.

ÍNDICE

Prefácio da Sexta Edição	11
I - Introdução	15
II - A Revolução Econômica	21
III - O Mundo Maravilhoso de Adam Smith	43
IV - Os Sombrios Pressentimentos do Pároco Malthus e David Ricardo	73
V - As Visões dos Socialistas Utópicos	101
VI - O Sistema Inexorável de Karl Marx	131
VII - O Mundo Vitoriano e os Subterrâneos da Economia	163
VIII - A Sociedade Selvagem de Thorstein Veblen	199
IX - As Heresias de John Maynard Keynes	231
X - As Contradições de Joseph Schumpeter	267
XI - Além da Filosofia Profana	287
Um Guia para Leituras Posteriores	301
Notas	307